

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA, CULTURA E PODER

VÍTOR FONSECA FIGUEIREDO

**OS SENHORES DO SERTÃO:
CORONELISMO E PARENTELA EM UMA ÁREA PERIFÉRICA DE MINAS GERAIS
(1889-1930)**

Juiz de Fora/MG

2010

VÍTOR FONSECA FIGUEIREDO

**OS SENHORES DO SERTÃO:
CORONELISMO E PARENTELA EM UMA ÁREA PERIFÉRICA DE MINAS GERAIS
(1889-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, área de concentração: Poder, Mercado e Trabalho, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Juiz de Fora/MG

2010

Figueiredo, Vítor Fonseca.

Os senhores do sertão: coronelismo e parentela em uma área periférica de Minas Gerais (1889-1930) / Vítor Fonseca Figueiredo. – 2010.
175 f. :il.

Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

1. Coronelismo – Minas Gerais. 2. Parentesco. I. Título.

CDU 308(815.12MONTESCLAROS)

VÍTOR FONSECA FIGUEIREDO

**OS SENHORES DO SERTÃO:
CORONELISMO E PARENTELA EM UMA ÁREA PERIFÉRICA DE MINAS GERAIS
(1889-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração: Poder, Mercado e Trabalho, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em 27 de maio de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF

Prof. Dr. Américo Oscar Guichard Freire
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea
do Brasil-CPDOC/Fundação Getúlio Vargas-FGV

Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado
Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF

A Deus fonte de toda a sabedoria. À Camila por toda a dedicação e carinho. Aos meus pais e irmãos pelo apoio incondicional. E, de modo geral e especial, à minha humilde “parentela” que, apesar das dificuldades, contribuiu de variadas formas para a concretização deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Na longa trajetória que fazemos em busca de nossos sonhos muitas coisas e, sobretudo, muitas pessoas, passam por nossas vidas. Cada qual contribui como pode e como deve para o êxito de nossa jornada. Muitas vezes gestos e atitudes simples, como uma palavra, um conselho, um minuto de atenção, um favor, uma indicação, um voto de confiança e até mesmo atos bem mais substanciais se tornam fundamentais em nosso percurso acadêmico. Percurso, por sinal, eivado de momentos de sucesso, mas também de desilusões. Todavia, ambos são igualmente importantes em nosso processo de amadurecimento pessoal e profissional.

Sendo assim, por meio de simples, mas sinceras palavras, reiteramos os nossos agradecimentos a todos que contribuíram para com a nossa jornada acadêmica, ao longo dos dois últimos anos (2008-2010). Mas, como não poderia deixar de ser, algumas pessoas e instituições merecem menção e agradecimento especial.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora por abrigar a proposta de estudo de um jovem pesquisador. Na verdade, um forasteiro, das bandas do sertão do Norte de Minas, cheio de vontade de compreender o intrincado mundo dos coroneis de sua terra.

Ao professor Doutor Ignácio Godinho Delgado, pelo entusiasmo com que me acolheu como orientando, mesmo que de modo interino. Além é claro, de suas valiosas contribuições teóricas e metodológicas a este estudo.

À minha orientadora, professora Doutora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, cuja atenção, dedicação e conselhos foram fundamentais aos rumos seguidos por esta pesquisa. Às suas importantes indicações teóricas, metodológicas e bibliográficas. E, sobretudo, à sua generosa paciência em me atender, variadas vezes, para orientação.

À professora Doutora Mônica Ribeiro de Oliveira pela análise de parte da dissertação e do projeto, por ocasião da banca de qualificação.

Ao professor Doutor Cássio da Silva Fernandes que muito me auxiliou em questões relativas a minha instalação em Juiz de Fora.

À Ana Lúcia Gomes Mendes, secretária do programa de mestrado, pelo atendimento sempre atencioso e gentil na resolução de variadas e complicadas questões acadêmicas.

Aos colegas de turma que, invariavelmente, contribuíram com indicações bibliográficas e de eventos científicos.

Ao professor Doutor Laurindo Mékie Pereira, que na fase de preparação para a seleção do mestrado, em fins de 2007, se dispôs a ler e opinar sobre a minha proposta de pesquisa.

Aos amigos Paulo Marcelo, Lucyleide e Tiago Lacerda que mesmo à distância mantiveram contato e mandaram sinceras notas de apoio.

À amiga e professora Marli Fróes, doutoranda do Programa de Pós-graduação em estudos literários da Universidade Federal de Juiz de Fora, sempre pronta a nós atender, inclusive na difícil tarefa de corrigir a parte ortográfica e gramatical deste estudo.

Aos queridos primos de Belo Horizonte, em especial à Maria, Antônio - “Poeira” - e seus filhos pela carinhosa acolhida em sua residência, durante a nossa fase de pesquisas no Arquivo Público Mineiro.

E, finalmente, à minha família, fonte de apoio, dedicação, carinho e amor indescritível. Em especial aos meus pais, Vilmar Gonçalves Figueiredo e Maria Geralda Fonseca Figueiredo, que mesmo na minha prolongada ausência sempre se fizeram presentes, atenciosos e amorosos. Além disso, mesmo com dificuldades ampararam financeiramente as ambições do filho.

Aos meus irmãos, Anderson Hugo e Igor Talles pela atenção e compreensão de minha ausência.

À Camila, companheira inseparável que com sua atenção, amor, carinho e dedicação transformou a difícil jornada em uma experiência bem mais doce e suave.

Aos avós e tios, em especial à Sílvio, Fatinha, Verim, Fábio e Neta pelo apoio, sobretudo no momento da mudança para Juiz de Fora.

E o agradecimento a todos cujo cansaço da memória, no fim do longo percurso, não foi possível elencar.

A todos, sinceramente, muito obrigado.

[...] o político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva: um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma que seus outros comportamentos coletivos.

René Remond

A política em Montes Claros antigamente o eleitor era, (...) eleitor de cabresto, era o eleitor era o que o chefe queria, então o sujeito tinha que votar, tinha eleitor que eles até desconfiava do eleitor eles tomava o título do eleitor e só fornecia no dia da eleição e os eleitor todos era no cabresto sabe? De maneira que tinha o chefe político e tinha os eleitores sabe? E tinha os cabo eleitoral como tinha esses chefes político como Dr. João Alves, tinha os braço forte assim como Carlos Leite era um fazendeiro e pecuarista que tinha muitos eleitor, era amigo de João Alves. Tinha mais outros sabe? Como tinha em São João da Ponte, tinha lá... o chefe lá em São João da Ponte que era muito amigo de João Alves, trazia os eleitor (...), trazia carros e carros cheios, naquele tempo eles transportava, transportava o eleitor pra vim, pra vim votar sabe? E era uma coisa que a gente não podia facilitar muito porque você via na rua entendeu? Encontrava-se as vezes um senhor vestido com uma capa colonial debaixo da capa tava-se uma espingarda e uma capanga de bala né? Tanto aquilo era jagunço do chefe político de maneira que se precisasse tava ali esses homem inteiramente as ordem e (...) dava na ocasião de política tinha a casa cheia desses homens ai tudo armado se precisar eles... taí pronto pra dar tiros como eu assisti...

José Santos

RESUMO

A presente dissertação possui como objeto de análises as relações coronelistas desenvolvidas na região Norte do estado de Minas Gerais, mais precisamente, na cidade de Montes Claros, no período da Primeira República brasileira (1889-1930). Com base em fontes documentais como jornais, correspondências e registros de cronistas, memorialistas e depoimentos orais, procuramos estudar o modo pelo qual o poder local, sobretudo o proveniente dos coroneis e dos seus extensos grupos de parentela, se articulava às demais esferas político-administrativas do estado e da nação. Respaldados pelos referenciais teóricos postulados por Victor Nunes Leal e Maria Isaura Pereira de Queiroz, estudamos as relações coronelistas norte-mineiras como o resultado do gradual processo de desagregação do tradicional poder privado dos potentados, em detrimento do fortalecimento das instâncias públicas. Todavia, sem deixar de considerar o peso das relações de parentesco e amizade na coalizão de forças faccionais locais e regionais. Estas, em acirrada pugna pelo poder, notoriamente em Montes Claros, cindiram a sociedade conforme critérios de sangue e filiação política em torno de dois grupos de parentela rival. Em meio a embates vorazes e violentos, “Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani e Veloso” constituíram boa parte da história política norte-mineira por meio das lideranças absenteístas dos deputados federais Camillo Philinto Prates e Honorato José Alves, respectivamente. O cotidiano local, marcado pela disputa e pela rivalidade foi fator propício ao florescimento de uma cultura política assinalada pela cisão, pela violência e pela disputa entre os grupos. Cultura, por sinal, propagada por agentes de socialização cotidianos, como as escolas, as brincadeiras e os momentos de lazer, mas que produziam resultados efetivos e perceptíveis nos discursos dos entrevistados que vivenciaram o período. Não bastasse esta análise da dimensão do envolvimento da população nas arengas coronelistas, outro aspecto salientado foi o da mediação dos líderes faccionais entre o mundo da elite mineira e o dos coroneis do sertão. Mediação difícil, especialmente nos momentos de aguda crise política nacional do período de atuação do novo Partido Republicano Mineiro. Isto é, entre 1906 e 1930.

Palavras-chave: Coronelismo. Parentela. Montes Claros/MG.

ABSTRACT

This dissertation has as its main purpose analyze what we call the “coronelistas” relationships occurred up on north of Minas Gerais state, precisely in the city of Montes Claros, in the period of the Brazilian First Republic (1889-1930). Based on sources like newspapers, correspondences between local political leaders, chroniclers and oral testimonies, we analyzed the way the local power, mainly coming from de “coronels” and their large kin groups, was articulated to higher political spheres of the state and the nation. Based on the theoretical paradigms of Victor Nunes Leal and Maria Isaura Pereira de Queiroz, we studied the “coronelistas” relationships as results of the gradual degradation process of the traditional private power of the local leaders and the strengthening of the public power, at the same time. In this research we considered, as well, the importance of kinship and friendship over the political coalition between local and regional factions of power. The existence of political fractures divided society in two different and rival kin groups like the “Chaves, Prates e Sá” against “Alves, Versiani e Veloso”. Daily, Montes Claros city was marked by strife and rivalry as a responsible factor for the emergence of a political culture marked by division, violence and disputes between groups. Another aspect highlighted by this dissertation was the mediation between the local factional leaders and the upper state elites, which was difficult, especially in times of acute national political crisis, like the period of the new Partido Republicano Mineiro, between 1906 and 1930.

Keywords: Coronelismo. Parentela. Montes Claros / MG.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	As sete regiões do mosaico mineiro.....	31
Desenho 2	Fazenda Brejo de Santo André.....	35
Fotografia 3	Fábrica de Tecidos Montes Claros.....	38
Fotografia 4	Família Versiani dos Anjos – 1913.....	41
Mapa 5	Divisão dos distritos eleitorais mineiros entre 1905 e 1930.....	82
Fotografia 6	Presidente Artur Bernardes no dia da posse em companhia dos Ministross da casa civil e militar (15 de dezembro de 1922).....	105
Desenho 7	Caricaturas dos possíveis candidatos à presidente, publicadas na “Gazeta do Norte” em 1919.....	107
Desenho 8	Charge publicada na “Gazeta do Norte” por ocasião da disputa presidencial de 1919.....	109
Desenho 9	Caricatura de Epitácio Pessoa	110
Desenho 10	Charge publicada pelo “O Malho” como representação do “tiroteio de 06 de fevereiro de 1930”	120
Desenho 11	Charge publicada na Gazeta do Norte por ocasião da derrota da Aliança Liberal nas urnas	123
Fotografia 12	Grupo dos “Bate-paus” circulando pelas ruas de Montes Claros em 1930..	124
Fluxograma 13	Divisão de Montes Claros entre os Largos de Cima, de Baixo e os espaços de sociabilidade considerados neutros.....	130
Fotografia 14	Banda Euterpe Montesclarenses, 1957.....	137
Fotografia 15	América Foot-Ball Clube, 1917.....	154
Fotografia 16	Cyro e Lilita na avenida Afonso Pena em Belo Horizonte/MG, 1935.	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Porcentagem da população nas regiões de Minas Gerais (1872-1940)	35
Tabela 2	Municípios mineiros classificados por renda entre 1889 e 1937	40
Tabela 3	Valor da arrecadação municipal de Montes Claros entre 1888 e 1939 (em contos arredondados)	40
Tabela 4	Relação dos Presidentes da Câmara Municipal de Montes Claros e sua profissão, partido e parentela (1832-1888).....	47
Tabela 5	Relação dos Chefes Partidários Locais entre 1832 e 1888.....	48
Tabela 6	Políticos de Montes Claros eleitos para o cargo de Deputado entre 1832 e 1888...	52
Tabela 7	Senadores Federais dos Grupos Políticos Montesclarenses	63
Tabela 8	Deputados Federais dos Grupos Políticos Montesclarenses	63
Tabela 9	Senadores Estaduais dos Grupos Políticos Montesclarenses	64
Tabela 10	Deputados Estaduais dos Grupos Políticos Montesclarenses	64
Tabela 11	Relação dos Presidentes da Câmara Municipal de Montes Claros (1890-1928)	66
Tabela 12	Composição da Intendência de Montes Claros (1890-1892)	72
Tabela 13	Eleitores registrados e população por zona (1898-1921).....	83
Tabela 14	Relação de Deputados Federais deslocados pelo PRM para o sétimo distrito entre 1906 e 1930	86
Tabela 15	Relação de Deputados Federais do sétimo distrito eleitos entre 1906 e 1930	87

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FAMÍLIA, LATIFÚNDIO E PODER.....	22
2.1	O Norte de Minas.....	28
2.2	A estruturação política de Montes Claros.....	43
2.3	Velhas arengas em uma nova ordem.....	54
3	ENTRE A CAPITAL E O INTERIOR: CORONEIS SERTANEJOS A SERVIÇO DA ELITE MINEIRA.....	68
3.1	Velhos atores em um novo regime: manutenção da estrutura de poder local e acirramento das disputas políticas.....	69
3.2	Coroneis no sertão, simples deputados no Partido Republicano Mineiro: a marginalidade da representação política do Norte de Minas:	79
3.3	A liderança dos grupos de parentela e os momentos de crise política nacional.....	93
3.3.1	<i>A Campanha Civilista</i>	93
3.4	A era de divergências em Montes Claros (1915-1930) e as eleições de 1918	101
3.4.1	<i>A Revolução de 1930</i>	112
4	DO MUNDO RESPEITÁVEL DA ELITE AO DA CRUA POLÍTICA DO INTERIOR	126
4.1	O Mercado Municipal	127
4.2	Entre o Largo de Cima e o Largo de Baixo: reflexos da política coronelista em Montes Claros	133
4.2.1	<i>As Rodas de Bate-papo</i>	142
4.2.2	<i>Imprensa e Lazer</i>	147
4.2.2.1	<i>O Lazer: as brincadeiras, o teatro e o futebol</i>	149
5	CONCLUSÃO	160
	REFERÊNCIAS.....	166
	ANEXOS	170

1 INTRODUÇÃO

Os termos parentela e política nos remetem à existência de duas instâncias sociais antagônicas, pois, uma pressupõe a existência de relações pessoais e afetivas; a outra, relações públicas, impessoais e racionais. No entanto, esses dois termos tão divergentes estiveram, por longo tempo, intimamente associados, presentes e atuantes na esfera pública brasileira, principalmente, durante o Império e a Primeira República (1889-1930).

O período chamado de “República Oligárquica”, compreendido entre a queda do Império e à ascensão de Getúlio Vargas à Presidência do Brasil, faz referência direta ao tipo de ordenamento político vigente na nação. Ou seja, o regime instaurado em 1889 era conforme a acepção do termo oligarquia: um governo de poucos, composto por grupos e facções à frente dos negócios públicos. As raízes de algumas dessas facções remontam ao período colonial, mas, especialmente ao Império, quando vários de seus integrantes já se encontravam vinculados à esfera política e administrativa nacional. Segundo o historiador John Wirth, em Minas Gerais, os grupos parentais que compunham a elite já se encontravam plenamente formados por volta de 1850.¹

Tão interessante quanto compreender a longevidade das facções oligárquicas na política brasileira é perceber como elas serviram de esteio para a ascensão de inúmeros políticos. Por meio de um simples levantamento genealógico dos homens públicos do período da Primeira República, pode-se facilmente constatar uma predominância de elementos provenientes de extensas e antigas redes políticas de base familiar.

Seguindo a trilha genealógica do parentesco deixada pelos políticos brasileiros, especialmente os mineiros, procuramos neste estudo analisar a atuação de dois importantes grupos de parentela do estado de Minas Gerais. Muito embora estes estivessem tradicionalmente sedimentados nas pobres e recônditas áreas do sertão norte-mineiro, os “Chaves, Prates e Sá” e os “Alves, Versiani e Veloso” compartilharam dos mesmos benefícios e dificuldades enfrentadas pelos demais grupos parentais constituintes da elite estadual.

Todavia, em nossa análise, o objetivo central não é fazer um tipo de levantamento laudatório e factual acerca da atuação destes grupos. Muito pelo contrário, a intenção é compreender como estas duas parentelas se utilizaram de suas extensas redes de relacionamentos para construir um intricado arranjo coronelista. Por meio deste, ambas as

¹ WIRTH, John. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.121.

famílias foram capazes de estender seu raio de influência por todo o Norte de Minas e, assim, se fazer presente, mesmo que de modo marginal, nas grandes questões nacionais.

Em seus estudos acerca do coronelismo e do poder local, a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz já havia constatado a importância e a operosidade da rede sócio-política constituída pelos grupos de famílias extensas. De acordo com a pesquisadora, os grupos de parentesco, ou de parentelas, se formaram ao longo de várias gerações por meio de alianças diversificadas (sangue, compadrio, matrimônio e amizade), mas igualmente importantes. Para Queiroz, o que chamamos de “parentela” pode ser conceituado da seguinte maneira:

Entendemos por “parentela” brasileira um grupo de parentesco formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes [...] vivendo cada qual em sua moradia, regra geral economicamente independentes; as famílias podem se encontrar dispersas a grandes distâncias umas das outras; o afastamento geográfico não quebra a vitalidade dos laços, ou das obrigações recíprocas. Sua característica principal é a estrutura interna complexa, que tanto pode ser de tipo igualitário [...], quanto de tipo estratificado [...]. Fosse igualitária, fosse estratificada, a parentela apresentava forte solidariedade horizontal, no primeiro caso, vertical e horizontal no segundo, unindo tanto os indivíduos da mesma categoria, quanto os indivíduos de níveis sócio-econômicos diversos.

Como se pode notar pelas palavras de Queiroz, os grupos de parentela detinham ampla capacidade de coesão. E este atributo, aparentemente simples, era na verdade muito importante, sobretudo no campo político. Afinal, unida, uma parentela detinha amplos poderes políticos e econômicos. Poderes, por sinal, capazes de abarcar amplas regiões e de projetar alguns de seus indivíduos aos mais importantes cargos públicos do seu estado e da nação. Sendo assim, não foi por acaso que a própria Maria Isaura Pereira de Queiroz chegou a afirmar que: a origem da tradicional estrutura coronelista brasileira se encontrava na existência dos grupos de parentela². Esta afirmação, no entanto, merece várias considerações. Contudo, mesmo não concordando que foram os grupos de parentela que deram origem ao coronelismo, não podemos negar-lhes a sua influência no funcionamento da política tradicional.

Mesmo que já tenha sido abordado por uma infinidade de pesquisadores, dentre eles o renomado Victor Nunes Leal, o tema do coronelismo ainda hoje nos abre possibilidades de pesquisas extremamente ricas e complexas. Não bastasse a análise das perspectivas sócio-econômicas propícias ao surgimento deste sistema político; a possibilidade de se investigar as

² QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p.164.

articulações dos atores deste intrincado arranjo impressiona pela complexidade e pelo grau de envolvimento de múltiplos indivíduos e de interesses.

Desiguais, hierarquizados, mas fieis, os atores comprometidos com o perfeito funcionamento da maquinaria política da Primeira República deviam respeitar uma regra acima de tudo, “nunca se opor ao governador e ao partido estadual”. Obedecido este preceito e feitas as alianças apropriadas, qualquer chefe político possuía probabilidades de ascender na escala governamental. O único empecilho que podia atrapalhar os planos dos coroneis era o de existir ou o de surgirem líderes rivais, que também ambicionassem o poder. Nestas condições, lutas aguerridas tendiam a ocorrer até que um dos contendores se desse por vencido. Caso contrário, as batalhas seriam frequentes.

Ao analisarmos o caso de Montes Claros com seus grupos de parentela rivais, podemos observar justamente a ocorrência de um tenso estado de disputas familiares gestadas ainda no Império, mas aprofundada pelo sistema republicano. A partir de 1889, os grupos faccionais formados pelas parentelas, tenderam a assumir contornos cada vez mais bem definidos e antagônicos. Desde então, simples escaramuças e tiroteios assassinos foram registrados na cidade até o fim da primeira fase republicana, em 1930.

Na verdade, as disputas político-familiares constituíram um elemento tão constante no seio da população montesclareense que passaram a fazer parte de uma cultura política fortemente associada à identificação, à separação e à provocação aos indivíduos pertencentes ao grupo rival. Em termos práticos, a cidade de Montes Claros simplesmente se cindiu. E, em decorrência desta cisão, boa parte das relações sociais da comunidade também se viu comprometida.

No entanto, longe de constituir atos extremados, levados a efeito por famílias de coroneis sertanejos, os conflitos localizados na pequena cidade do extremo norte apenas refletiram um embate de forças que se irradiava dos escalões superiores da política mineira. Comprometidos com alguns dos próceres da política estadual e do poderoso Partido Republicano Mineiro, os deputados Camillo Philinto Prates e Honorato José Alves, chefes das parentelas “Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani e Veloso”, respectivamente, tinham de lutar para vencer as eleições e se manterem na lista de aliados preferenciais do PRM. Estas disputas, embora intrínsecas ao sistema político da época, ganhavam maiores proporções na medida em que a comissão executiva da agremiação política estadual intervinha diretamente na escolha de seus aliados, sobretudo, por meio da utilização de recursos extra-legais, como a fraude, a não diplomação e a “degola”.

Não bastassem estes aspectos, muito contraditoriamente, a própria incipiência socioeconômica do Norte de Minas, que possibilitava o florescimento do coronelismo, em certo momento, agiu no sentido de submeter às autoridades regionais aos ditames do PRM. Em troca de um comportamento cordato e fiel ao partido, os líderes regionais almejavam a obtenção de um grande benefício: a ferrovia.

Conseguida a obra, em 1926, a fidelidade se rompeu e novos e violentos embates dos grupos locais voltaram a acontecer. Um dos quais ficou fortemente marcado na memória local, em função de sua amplitude e de sua repercussão. Isto é, o tiroteio de 06 de fevereiro de 1930, que envolveu o então Vice-Presidente da República, Fernando de Melo Viana.

Esta fase da história montesclarenses, que vai de 1889 a 1930, ao mesmo tempo tão rica e tão conturbada, já foi classificada por alguns estudiosos como um exímio exemplo de como o sistema político do início da era republicana funcionava nas áreas mais distantes do país. De fato, a disputa dos grupos familiares rivais, com seus coroneis, correligionários e chefes, demonstra a plena articulação do aparelho coronelista brasileiro.

Por meio do intenso cruzamento de fontes de natureza variada, como correspondências, telegramas, obras de memorialistas, crônicas, jornais, revistas, fotografias, charges e entrevistas, foi nos possível incorrer em diversas análises acerca do curioso mundo dos coroneis sertanejos.

Destas, sem dúvida, as fontes que chamam mais a atenção são as entrevistas. Num total de oito depoimentos, colhidos entre o verão e o inverno de 2009, nos foi possível compreender melhor como se dava a cotidiana participação popular nas disputas dos coroneis. E, principalmente, como o coronelismo interferia nos padrões de sociabilidade, tanto dos membros da elite quanto do sertanejo humilde. Para obter tais informações, os critérios utilizados para a seleção do grupo de entrevistados foram dois: ter vivenciado, mesmo que parcialmente, o ambiente político montesclarenses da Primeira República e/ou ter pertencido de modo consanguíneo ou apenas voluntário a alguma das parentelas.

De qualquer maneira, em ambos os casos, os depoimentos não foram proferidos pelos homens que fizeram a política norte-mineira entre 1889 e 1930, mas sim por seus descendentes. Foi somente a partir da memória dos filhos, netos e sobrinhos dos que vivenciaram mais intensamente as disputas coronelistas em Montes Claros que nos foi possível desenvolver análises acerca da forma como as relações políticas tradicionais interferiam profundamente na vida de toda a comunidade.

A memória retida pela população montesclarenses acerca da “era dos coroneis” nos foi extremamente valiosa na compreensão de aspectos do sistema coronelista que, não

obstante sejam pouco estudados, nos possibilitam uma visão, ou ainda, uma compreensão acerca do sistema por um ângulo bem distinto do utilizado pelas pesquisas tradicionais. Quer dizer, diferentemente de boa parte dos estudos sobre a política tradicional brasileira, que tomam como objetivo a exclusiva atuação das elites, sejam elas da capital ou do interior, a nossa intenção foi a de trilhar um caminho diverso.

Ao tomarmos como objeto o coronelismo no Norte de Minas Gerais procedemos a uma primeira diferenciação com a historiografia tradicional. Afinal, muitos são os estudos sobre este sistema em áreas como o interior de São Paulo, do Rio de Janeiro e do nordeste brasileiro, mas, são relativamente poucos os que se destinam a compreender sua articulação numa área periférica do principal estado da nação – Minas Gerais – durante a Primeira República.

Se fizermos um rápido levantamento acerca da historiografia existente sobre o coronelismo mineiro, podemos facilmente constatar que ainda são relativamente escassos. Quando não, os estudos existentes tendem a oferecer análises muito circunscritas a atuação de alguns coroneis e seus grupos familiares em determinadas cidades ou regiões de Minas. Uma concepção mais abrangente, que tente vincular o desenrolar da política local com as articulações da elite mineira, ainda é algo raro. Portanto, ainda que contribuam para a historiografia sobre o coronelismo, a maior parte dos trabalhos já produzidos não colaboram para uma visão do conjunto estadual.

Para o Norte de Minas, por exemplo, as poucas pesquisas desenvolvidas sobre o sistema coronelista, entre 1889 e 1930, cometem o já mencionado pecado do localismo. O estudo do historiador César Henrique de Queiroz Porto: *“Paternalismo, Poder Privado e Violência: o campo político Norte-mineiro durante a Primeira República”*³, possui como foco a formação de uma cultura política, especificamente na cidade de Montes Claros, pautada, principalmente, no uso da força e da violência. Conquanto esta pesquisa ofereça importantes reflexões, ela pouco se preocupa com a dinâmica política do coronelismo estabelecida entre o campo e a capital.

Outro trabalho que se destaca é o do sociólogo Gy Reis Gomes de Brito: *“Na terra dos coronéis: progresso para quem? Estrepes e Pelados na construção do progresso em*

³ PORTO, César Henrique Queiroz. *Paternalismo, Poder Privado e Violência: o campo político Norte-mineiro durante a Primeira República*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

Montes Claros (1917-1926)”⁴. Esta pesquisa, que tem como alvo o estudo do progresso econômico e tecnológico na principal cidade do Norte de Minas, se volta para as análises sobre o papel dos coroneis na promoção do desenvolvimento. Neste ponto, o estudo traz contribuições denotadas no que diz respeito à análise da formação da elite montesclareense. Contudo, o objetivo do trabalho não é em si o funcionamento das relações coronelistas. Sendo assim, nos traz limitadas ponderações acerca deste campo de análises⁵.

Já em termos mais amplos, a historiografia mineira possui algumas obras que, apesar de não estarem voltadas, especificamente, para o tema do coronelismo, nos trazem importantes análises. Um bom exemplo é o trabalho da historiadora Maria Efigênia Lage Resende: “*Formação e estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*”⁶. Apesar de produzida na década de 1980, esta pesquisa nos propicia uma boa compreensão do processo de consolidação do regime republicano no território mineiro. Para tanto, a historiadora procurou estudar como se processou a formação do principal promotor da política oligárquica estadual: o Partido Republicano Mineiro. Ao longo do trabalho, a pesquisadora não se restringiu a alguns atores ou a alguma região em particular. Pelo contrário, em sua rica observação Resende procurou abarcar todo o território estadual. Este estudo, entretanto, se restringe a um recorte temporal muito pequeno, o que deixa em descoberto um extenso período da Primeira República.

Outra importante pesquisa é a do brasilianista John Wirth: “*O Fiel da Balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*”⁷. Neste trabalho, Wirth faz reflexões sociais, políticas e econômicas muito amplas sobre todo o estado de Minas. A pesquisa, contudo, possui o mérito de ter sido feita sobre uma extensa base documental. Este aspecto a torna um importante subsídio a novos trabalhos.

Por fim, obras mais recentes e que se aproximam de nossas reflexões são as de Letícia Bicalho Cânedo e Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. Em seus artigos: “*Caminhos da memória: Parentesco e poder*” e “*As metáforas da família na transmissão do poder político:*

⁴ BRITO, Gy Reis Gomes de. *Na terra dos coronéis: progresso para quem? Estrepes e Pelados na construção do progresso em Montes Claros (1917-1926)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

⁵ Não podemos deixar de referenciar que, para o Norte de Minas, várias outras pesquisas acadêmicas sobre o coronelismo foram desenvolvidas. No entanto, a maior parte se concentra, mais propriamente, no estudo das práticas coronelistas remanescentes na política regional após 1930. A título de exemplo mencionamos os seguintes trabalhos: PEREIRA, Laurindo Mêkie. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: Unimontes, 2002. AGUIAR, Cynara Silde Mesquista Veloso de. *Coronelismo em São João da Ponte: 1946-1996*. Montes Claros: Unimontes, 2002.

⁶ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação e estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

⁷ WIRTH, John. *O fiel da balança... Op.Cit.*

*questões de método*⁸, Câneo procura compreender como se desenrolaram as intrincadas relações entre família e política no seio de uma tradicional parentela da Zona da Mata mineira. As análises, entretanto, acabam convergindo para discussões mais voltadas para o campo da memória política. Já a obra de Cláudia Viscardi: “*O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*”⁹, nos possibilita uma compreensão da articulação da oligarquia mineira durante toda a Primeira República. Além disso, seus focos de análise se concentraram nos processos de sucessão presidencial. Deste modo, Viscardi conseguiu apreender toda a relação da política estadual com a política federal. A análise ainda é rica e elucidativa acerca dos variados arranjos da elite mineira.

Como se pode notar, em meio à historiografia de Minas Gerais, o nosso trabalho busca estudar um tema ainda pouco pensado. Outro aspecto diferenciado de nossa dissertação reside na busca da compreensão da forma como os grandes embates políticos nacionais se refletiram no seio de uma comunidade interiorana em permanente pugna partidária. É sabido por todos que nos momentos críticos do país, como a “Campanha Civilista” e a “Revolução de 1930”, as elites estaduais tenderam à cisão. Mas, e no interior, como se comportaram os coroneis? Afinal, a principal regra do coronelismo era nunca se opor ao governo e ao partido. No entanto, se estes se cindiam, de qual lado ficariam os mandões das áreas interioranas? Estes eram, sem dúvida, momentos críticos que colocavam à prova as alianças, mas sobretudo, a capacidade de estratégia e liderança dos coroneis.

Além do estudo dos conflitos intra-elite, mais uma preocupação desta pesquisa foi a de não tomar as disputas, ou os coroneis e suas famílias, como o foco das análises, mas sim como engrenagens de um verdadeiro sistema político. Como tal, o coronelismo conseguia abarcar em suas amarras uma imensa quantidade de indivíduos, mormente, de pessoas simples e dependentes dos coroneis. Sendo assim, este era o setor da população que mais sofria com os mandos, desmandos e violências perpetradas pelos potentados. E, por isso mesmo, nos interessamos em compreender os impactos do coronelismo no dia a dia das pessoas. Para tanto, nos valem da única fonte capaz de nos propiciar abastadas informações sobre este período: a memória.

A aplicação da metodologia da História Oral a um tema aparentemente esquemático e “sisudo” como o coronelismo, ao nosso ver, nos possibilitou o estudo da questão por uma

⁸ CÂNEDO, Leticia Bicalho. *Caminhos da memória: Parentesco e poder*, *Texto de História*, UnB, v. 2, n. 3, 1994. CÂNEDO, Leticia Bicalho. *As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método*, *Cedes*, Unicamp, v.18, n.42, 1997.

⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. (Horizontes Históricos).

perspectiva completamente diferenciada e rica. Portanto, capaz de trazer à tona problemas até então muito pouco refletidos e ligados diretamente a vivência do cidadão comum com as amarras da política tradicional. De acordo com a historiadora Patrícia Lage de Almeida, “[...] a escolha da história oral como abordagem alternativa produz mais que um simples ordenamento de relatos descritivos de vidas, pode ser aliada ao processo de produção historiográfica, como portadora de um pensar novo que qualifica memória e história sob o ponto de vista do ator social.”¹⁰

Não bastasse a riqueza dos relatos obtidos, também outros tipos de fontes foram igualmente importantes para a confecção desta pesquisa. Algumas das quais, extremamente profusas em detalhes sobre a época em questão. Destas, destacamos as obras memorialistas de dois escritores locais: Hermes Augusto de Paula e Cyro Versiani dos Anjos. O último, escritor consagrado e membro da parentela “Alves, Versiani e Veloso”, narrou inúmeros acontecimentos da sociedade montesclareense de modo extremamente íntimo e simples. Ao descrever fatos de sua infância, adolescência e juventude o escritor incorria em ricas questões que davam àquela obra a feição de mais uma valiosa entrevista. Seus relatos nos abriram a oportunidade de prescutar assuntos até então impensados, como o uso da fofoca como um instrumento de controle a serviço dos coroneis e a absorção, por parte das crianças, das lutas políticas.

Outro tipo de fonte muito utilizado neste estudo foram os jornais locais: “Montes Claros” e “Gazeta do Norte”. Longe de constituírem simples órgãos de imprensa, cada um dos periódicos pertencia a um dos integrantes das referidas parentelas. Sendo assim, se tornaram exímios instrumentos de propaganda política e de perseguição aos adversários. Pelas páginas destes jornais os conflitos locais ganhavam ampla repercussão e mobilizavam a cidade. E, não invariavelmente, os seus editores trocavam ruidosas “farpas”. O conteúdo destas fontes, portanto, constitui um valioso acervo a qualquer tipo de estudo acerca das relações coronelistas locais.

De posse de um *corpus* documental tão rico, procedemos à organização de nossas análises em três capítulos. No primeiro, “*Latifúndio, família e poder*” procuramos contextualizar sócio e economicamente o Norte de Minas, com especial atenção para a cidade de Montes Claros. Distante, pobre e isolada, a região se tornou um *locus* perfeito ao desenvolvimento do mandonismo dos grandes senhores de terra. Não bastasse o estudo destas

¹⁰ ALMEIDA, Patrícia Lage de. *Elos de permanência: o lazer como preservação da memória coletiva dos libertos e de seus descendentes em Juiz de Fora no início do século XX*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2008. p.12.

questões, procedemos também uma análise da evolução do poder das parentelas de Montes Claros, do Império até o início da década de 1930.

Já no segundo capítulo, “*Coroneis sertanejos a serviço da elite mineira*”, as nossas atenções se voltaram para a compreensão da difícil atuação dos líderes regionais e seu papel de mediador das relações entre o centro e a periferia. Para tanto, tomamos como foco de análise alguns dos momentos de crise política nacional, a saber: a “Campanha Civilista” de 1910 e a “Revolução de 1930”. A estes dois eventos somam-se ainda um terceiro: as eleições presidenciais de 1918.

Muito embora o pleito de 1918 tenha ocorrido, em âmbito nacional, sem maiores problemas, pois envolvia a candidatura de um nome de consenso entre os principais estados da federação – Epiácio Pessoa –, em Montes Claros foi a causa de grande disputa. Em torno do pleito as duas parentelas se cindiram em grupos pró e contra a sagração do nome do político paraibano.

Deste modo, se tornou possível vislumbrar os posicionamentos e alianças estabelecidas pelos chefes de Montes Claros com os próceres da elite mineira. Ademais, foi possível observar como as bases eleitorais se comportaram no decurso destes mesmos conflitos.

Por fim, o terceiro capítulo, “*Do mundo respeitável da elite ao da crua política do interior*”, foi construído com a perspectiva de se compreender a questão da cultura política em Montes Claros. Para tanto, procuramos estudar os ambientes de socialização, a divisão da cidade conforme critérios partidários, o uso da fofoca como meio de controle e coerção por parte dos coroneis, a restrição dos relacionamentos sociais entre integrantes de grupos rivais e os poucos espaços de convívio comum que foram tolerados.

Portanto, para a confecção deste último capítulo os relatos orais constituíram fontes essenciais, pois nos permitiram lançar luz sobre um setor curiosamente ainda pouco explorado nas análises acerca do coronelismo, isto é, o do homem comum. Afinal, o cidadão simples, humilde, era justamente o que sofria os maiores impactos da política coronelista. Não invariavelmente, até mesmo os padrões de conduta e sociabilidade dos habitantes das pequenas cidades do interior tinham de obedecer aos interesses e às restrições impostas pelos coroneis. E quando as cidades eram disputadas por mandões rivais, como em Montes Claros, o controle sobre a vida dos cidadãos se tornava cada vez mais acentuado. Para se ter ideia, um engenhoso meio de controle dos magotes eleitorais utilizado pelos coroneis montesclarenses foi a “fofoca”. Por meio dela, era possível saber por onde andava o eleitor, com quem se relacionava e se teria passado para o lado rival. Sabedores deste tipo de vigilância “anônima”

e constante, os integrantes de cada parcialidade política da cidade procuravam se “policar”, de modo a evitar qualquer ato ou relacionamento que pudesse ser mal interpretado e, conseqüentemente, delatado ao seu chefe. O resultado deste tipo de vigilância só podia ser um: a divisão da cidade conforme critérios de filiação política entre um ou outro mandão local. Divisão que, por sinal, era perpassada ao conjunto da população, no dia a dia, por simples, mas eficazes agentes de socialização que, gradualmente, conformaram grupos de identidade distintos.

2 FAMÍLIA, LATIFÚNDIO E PODER

Os objetivos deste capítulo inicial são essencialmente dois: analisar o panorama socioeconômico da região Norte do estado de Minas Gerais, sobretudo no contexto da Primeira República (1889-1930); e estudar a antiga atuação dos grupos de parentela de Montes Claros nas hostes da política local.

A análise destas questões será importante na medida em que nos facultará uma melhor compreensão dos pilares políticos, econômicos, sociais e parentais que consubstanciaram o desenvolvimento das relações coronelistas no município e na região em torno das parentelas “Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani e Veloso”.

Em 1956, durante o “Segundo Seminário de Estudos Mineiros”¹¹, o historiador Cid Rebelo Horta afirmou que “A História política de Minas é, pois, num largo sentido, a história de suas grandes famílias que fazem o jogo da cena política desde a colônia”¹². Apesar de instigante e polêmica a afirmação apenas trouxe a tona uma questão há muito conhecida, mas rotineiramente negligenciada. Isto é, a histórica vinculação entre as esferas pública e privada, ou mais propriamente, entre família e política no Brasil.

O tema abordado, no entanto, não era algo novo, vários estudos já haviam insistentemente trabalhado a questão¹³. Sérgio Buarque de Holanda¹⁴ e Francisco de Oliveira Viana¹⁵, por exemplo, foram alguns dos primeiros a ponderar sobre o assunto ressaltando, inclusive, os prós e contras do entrelaçamento do público e do privado. Na verdade, mais contras do que prós foram identificados. Holanda, especificamente, imbuído de uma perspectiva weberiana, voltada para a racionalização das relações, detectou a associação do público e do privado não apenas como um dos mais negativos legados de nossas raízes ibéricas, mas também como um dos principais entraves à construção de um país moderno e democrático.

¹¹ “Segundo Seminário de Estudos Mineiros”: evento realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1956, que congregou diversos pesquisadores em um ciclo de conferências e debates acerca de diversos temas relativos ao estado de Minas Gerais.

¹² REBELO HORTA, Cid. *Famílias Governamentais de Minas Gerais*. In: *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte, 1986, ano 1, n.2, maio/agosto. p.123.

¹³ Um dos pesquisadores a ressaltar a questão político-familiar foi Gilberto Freire em trabalhos como “Sobrados e Mocambos” e “Casa Grande e Senzala”, lançados em 1936 e 1933, respectivamente.

¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁵ OLIVEIRA VIANA, Francisco. *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. 2v.

Já Oliveira Viana também receava a manutenção e perpetuação da estrutura clânica no Brasil, organização capaz de permear nossas mais variadas instâncias governamentais. Segundo ele, o clã senhorial superposto às exigências eleitorais deu origem ao clã eleitoral dominado pelas famílias dos grandes potentados espalhados pelo interior do país. Todavia, Viana acreditava que a superação desta situação só viria pela gradual organização de nossas classes sociais sob a forma autoritária de um sistema confederado.¹⁶

Superar ou organizar, eis as bases das divergências entre Holanda e Oliveira Viana. No entanto, um ponto em comum pode ser encontrado nas análises dos dois estudiosos, ou seja, o de que a origem do poder político dos grupos familiares no Brasil se deveu a uma base econômica, inexoravelmente, associada à posse de terras. Na verdade, todos os estudos posteriores sobre política e poder local no país vieram ratificar esta informação. E, mesmo aqueles que dela tentaram se desvencilhar incorreram em consideráveis imprecisões. Um bom exemplo de estudo que procurou romper com a associação terra e poder foi o de Amilcar Martins Filho. Após compilar dados biográficos de 545 membros da política mineira do período de 1900 a 1930, o pesquisador constatou que cerca de 85% deles eram bachareis. Logo, concluiu: a elite mineira não representou os interesses do café e nem qualquer outro interesse econômico do estado, sobretudo os ligados a terra¹⁷.

Esta conclusão de Martins Filho, no entanto, merece algumas considerações. A primeira ponderação a se fazer é sobre a origem da elite. Boa parte dos políticos mineiros do período era oriunda de extensas e tradicionais famílias do interior do estado, a maioria, proprietárias de grandes parcelas de terra. Terra que, por sinal, gerava os recursos necessários para o custeio dos estudos superiores de alguns dos filhos na capital do estado ou da nação. E, dentro da tradição bacharelesca do país, era normal que muitos optassem pelo estudo das leis¹⁸.

A segunda ponderação se relaciona ao padrão de carreiras múltiplas detida pelos políticos mineiros. Isto é, ainda que a lida com a terra não fosse a primeira opção de trabalho, muitos não se abstinham de deter propriedades. Estas, além de gerarem algum dividendo, constituíam uma espécie de investimento seguro.

Por fim, no arcabouço político oligárquico estruturado na Primeira República, as relações de parentesco com grupos familiares constituintes da elite estadual eram primaciais

¹⁶ Cf. CÂNEDO, Letícia Bicalho. *Caminhos da memória: Parentesco e poder*, *Texto de História*, UnB, v. 2, n. 3, 1994, p.06.

¹⁷ MARTINS FILHO, Amilcar. *A economia política do café com leite: 1900-1930*. Belo Horizonte: UFMG, 1981. Apud CÂNEDO, Letícia Bicalho. *Caminhos da memória... Op.Cit.* p.14.

¹⁸ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. O Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

para o recrutamento político. Todavia, igualmente importantes eram as relações de amizade, aliança e cooperação dos políticos da capital com os grupos terratenentes do interior. Estes, controlavam diretamente os magotes, ou melhor, os “currais eleitorais” que elegiam os políticos. Afinal, o sistema político brasileiro do período se pautava num complexo jogo de relações que tinham por base o domínio da terra e que ficou usualmente conhecido como “coronelismo”.

Portanto, tentar dissociar terra e poder em Minas Gerais, para o período de 1889 a 1930, além de ser uma tarefa difícil, é também uma tarefa arriscada. Seja pela origem, seja pela posse patrimonial ou pelas ligações políticas, foi, de algum modo, o domínio da terra que amparou a trajetória de boa parte dos políticos da elite. Ao analisarmos as extensas relações de nossos representantes políticos, da Colônia aos dias atuais, acrescidos de ligeiras notas biográficas, assim como as organizadas sob a forma do “*Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*”¹⁹ ou do “*Dicionário Histórico Biográfico de Minas Gerais*”²⁰, podemos constatar a histórica vinculação entre terra, família e poder. É interessante como até mesmo os políticos cujas carreiras se pautaram em atividades tipicamente urbanas se ligavam, direta ou indiretamente, à posse de terras.

No que se refere especificamente a Minas Gerais, de acordo com o historiador norte-americano John Wirth, uma das características dos políticos, inclusive dos bachareis por formação, era deter a propriedade de pelo menos uma pequena fazenda. Esta, longe se tornar a principal atividade econômica do indivíduo serviria como local de descanso durante os recessos parlamentares, além, é claro, de gerar certa rentabilidade. Não obstante, na maioria dos casos, familiares e amigos dos políticos tinham como principal atividade a produção agropecuária. Ou ainda, havia a possibilidade, muito comum, do exercício de carreiras múltiplas, que envolviam tanto as atividades agrárias quanto as públicas e as liberais. Wirth lembra que “[...] alguns dos chefes mais proeminentes do PRM dividiam seu tempo entre a prática legal, a administração de fazendas e gerência de bancos e pequenas fábricas.”²¹

É interessante como a crônica mineira satirizou alguns políticos extremamente ligados as suas propriedades e à cidade natal. Crispim Jacques Bias Fortes, por exemplo, mesmo tendo ocupado, por várias vezes, o cargo de governador do estado e a posição de um dos principais líderes do Partido Republicano Mineiro/PRM, não gostava de se ausentar da

¹⁹ ABREU, Alzira Alves (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5v.

²⁰ MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano – 1889-1991*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994. 2v.

²¹ WIRTH, John. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.183.

pequena Barbacena. E, não obstante a sua projeção, nunca foi ao Rio de Janeiro²². Outro caso é o de Wenceslau Brás, cuja permanência em Itajubá durante o exercício da vice-presidência do governo Hermes da Fonseca e a posterior elevação ao cargo de Presidente fomentou cômicas anedotas.

Segundo Wirth, o apego mineiro às fazendas e as pequenas cidades, longe de constituir uma espécie de provincianismo exarcebado, implicava, na verdade, na existência de um forte senso de lugar num mundo instável, em constante transformação. De fato, ao longo dos tempos, as mudanças foram significativas. Com o colapso da mineração no decurso do século XVIII várias alterações se fizeram sentir. A lavoura e a pecuária acabaram se tornando as principais atividades econômicas de Minas Gerais o que provocou um afluxo populacional dos centros urbanos mineiros, vinculados à mineração, em direção ao campo e às atividades econômicas relacionadas à terra. Ou seja, processou-se um verdadeiro movimento de ruralização. Conforme dados levantados pela historiadora Maria Efigênia Lage Resende, em 1818, a produção pastoril já respondia por 35% das exportações do estado e a lavoura por 24%. Em 1898, os números se inverteram consideravelmente, a pecuária detinha 18% e a lavoura 72%²³. Ao que tudo indica, estes números tenderam a se manter estáveis por toda a Primeira República, já que, o Censo Agrícola de 1920 apontou a agricultura como a responsável por 81,9% da produção mineira e a pecuária por 17,4%²⁴.

Sendo assim, apesar das peculiaridades regionais, a partir do século XIX, a maior parte da produção econômica de Minas se concentrava em atividades primárias de caráter agropecuário dirigidas por antigas e abastadas famílias cuja atuação remontava, na maioria das vezes, ao período colonial. Não é demais observar que a nomeação de homens de posses, isto é, dos “homens bons” para as câmaras coloniais e o sistema de eleição censitário e escalonado do Império, atuaram decisivamente a favor da inserção política dos membros das grandes famílias produtoras.

Com a República a situação não foi diferente. Embora o novo regime tenha instituído a extensão do direito de sufrágio, este processo acabou implicando no recrutamento dos votos de numerosos dependentes dos senhores de terra. Deste modo, as instâncias políticas locais, bem como as representações em nível de estado e de nação continuaram a ser domínio, quase incontestado, das oligarquias agrárias. Em Minas, por exemplo, todas as vinte e sete famílias

²² Idem, p.129.

²³ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação e estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p.30.

²⁴ C.f. DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p.112.

governamentais elencadas por Rebelo Horta se encontravam, desde suas origens, diretamente associadas às lides do campo. De acordo com ele: “Vimos como [as famílias] se formaram, em tomo das “datas” e, depois, das grandes propriedades rurais.”²⁵

Apesar de ter sido um fenômeno constante em toda a história brasileira, foi a partir da República que o nexos: “família, latifúndio e poder” tomou contornos mais nítidos e amplos. Afinal, esta conjugação de forças passou a depender não apenas das posses e das relações intra-elite. Mas, também, de uma miríade de relacionamentos estruturados, tanto em laços de parentesco quanto em pactos de aliança e compromisso, que se irradiavam desde os próceres da elite estadual até o coronel interiorano e o seu mais humilde eleitor. Este tipo de situação, tão característica do período da Primeira República (1889-1930) e tão difundida pelo interior do país, passou a ser conceituada como “Coronelismo”. O termo é uma clara alusão a influência dos potentados, os famosos “coroneis”, em geral, eminências de aldeia, filhos de antigas e importantes famílias que pelo *status* e pela posse de terras se impunham como verdadeiras autoridades.

Todavia, conforme as clássicas reflexões do advogado Victor Nunes Leal, ainda que o coronel constituísse uma importante engrenagem do processo sócio-político da Primeira República, ele apareceu por “casualidade”. Para Leal o que importava em suas análises não era o agente do sistema, mas o funcionamento do sistema como um todo. De acordo com ele: “[...] o que mais me preocupava era [...] a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município”²⁶.

Segundo o pesquisador, a eclosão deste sistema se deu em função da combinação de aspectos, historicamente singulares, resultantes da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo, instituído pela Constituição republicana de 1891, a uma estrutura econômica “inadequada”, polarizada entre os detentores de posses e os seus humildes dependentes²⁷.

De fato, dados do Censo Populacional e Agrícola de 1940 apresentam um panorama socioeconômico nacional assinalado pela predominância da população rural sobre a urbana e um elevado índice de concentração fundiária. Estima-se que, a este período, mais de dois terços da população brasileira ainda vivia no campo. A maioria, em condições muito difíceis. Fatores, isolados ou conjugados, relacionados à pequena dimensão das propriedades, às

²⁵ HORTA, Cid Rebelo. *Famílias Governamentais de Minas Gerais... Op.Cit.* p.123.

²⁶ LEAL, Victor Nunes. O coronelismo e o coronelismo de cada um. *Dados*, 1980, v.23, n.1, p.11-14. *apud* CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, 1997, v.40, n.2. p.13.

²⁷ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. p.20.

dificuldades de financiamento e escoamento da produção e às adversidades climáticas praticamente inviabilizavam, para a quase totalidade dos pequenos produtores, uma sobrevivência econômica próspera e autônoma. Para se ter uma ideia, calcula-se que, enquanto 92% das propriedades classificadas como médias, pequenas e mini detinham aproximadamente 27% da área agrícola nacional, as grandes e super, 7,8%, abrangiam uma extensão de 73,1%. Soma-se a isso, o fato de que as pequenas e mini-propriedades, por constituírem ínfimas glebas, nem sempre conseguiam desenvolver atividades econômicas viáveis.²⁸

Deste modo, embora os outros fatores ainda não tenham sido devidamente mensurados, pode se crer que o caminho mais comum ao pequeno produtor ou ao sitiante, tenha realmente sido o de se colocar sob o amparo dos potentados. Estes, por sua vez, poderiam auxiliar de diversas formas, seja oferecendo terra, trabalho e empréstimos, seja adquirindo a produção. Já se levarmos em consideração outra grande parcela da população, a dos não-proprietários, formada, em geral, por simples trabalhadores, podemos facilmente inferir como a situação era bem mais complicada e propícia à dependência dos senhores de terras.

Longe de constituírem despreziosas relações de favor e amizade ou vínculos estritamente trabalhistas, o que acabava se processando entre sítiantes, lavradores e coroneis eram verdadeiros laços de compromisso. Estes, para Maria Isaura Pereira de Queiroz, se regiam pela reciprocidade do dom e contra-dom²⁹. Quer dizer, aos auxílios prestados pelo coronel, sempre havia a pronta retribuição, sobretudo na forma do voto.

O voto, ao contrário dos regimes governamentais precedentes, se revestiu, durante a Primeira República, de considerável importância. Pois, apesar da capacidade de amparo dos coroneis, a conjuntura sócio-política do período era marcada pela decadência do poder privado e pelo fortalecimento do poder público. Assim, os coroneis, que não passavam de denotados, mas remediados senhores, buscavam amparar os resquícios do seu poder, entre eles a capacidade de prestar favores, em instâncias político-administrativas cada vez mais importantes. Victor Nunes Leal é enfático com relação a este aspecto e destaca: “Essa decadência é imprescindível para a compreensão do coronelismo, porque na medida em que

²⁸ Cf. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário estatístico. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. Ano VII. *Apud* LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto...* *Op.Cit.* p.28-30.

²⁹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p.163.

se fragmenta e dilui a influência “natural” dos donos de terras, mais necessário se torna o apoio do oficialismo para garantir o predomínio de uma corrente política local”³⁰.

É notório que as condições que possibilitaram o advento do fenômeno do coronelismo oligárquico se encontravam presentes em todo o território nacional, especialmente no interior, nas regiões que apresentavam baixos índices de desenvolvimento urbano. Afinal, o subdesenvolvimento industrial e comercial, a concentração fundiária, os baixos níveis de escolaridade, as dificuldades de transporte e comunicação, a distância das grandes cidades e da capital faziam dos municípios interioranos verdadeiros protetorados dos senhores de terras. Portanto, o habitat perfeito do coronelismo. De acordo com Leal, a vitalidade deste fenômeno foi inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas. Já o isolamento era condição essencial para a sua formação e manutenção.³¹

Ao analisarmos o coronelismo no estado de Minas Gerais, especialmente na região Norte, foco deste estudo, é possível perceber como as condições socioeconômicas ao seu desenvolvimento estiveram presentes.

2.1 O Norte de Minas

Considerado um estado de transição entre o sudeste desenvolvido e o nordeste decadente, Minas deteve por toda a Primeira República um papel singular. Em termos políticos, o estado constituía a principal força da federação ao deter o maior eleitorado e bancada parlamentar, trinta e sete deputados. Número bem distante da representação da segunda força, São Paulo, que contava apenas com vinte e dois.

Já em termos econômicos a situação era distinta. Por muito tempo acreditou-se que a economia mineira era decadente, no entanto, estudos apontam para uma perspectiva diversa. Isto é, a economia do estado, em função da baixa produtividade, da escassez de crédito, da deficiência dos transportes, da diversidade interna de suas regiões e por outros aspectos, teria apresentado, durante a Primeira República, níveis de crescimento irregulares e moderados com relação a São Paulo, mas nunca índices estagnados³².

Na realidade, promover o progresso num território de dimensões compatíveis ao da França não era tarefa fácil, principalmente, num território marcado pela diversidade. Formado por cerca de sete mesorregiões, Minas encarnava o que John Wirth classificou como o

³⁰ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto...* Op.Cit. p.255.

³¹ Idem, p.251.

³² WIRTH, John. *O Fiel da Balança...* Op. Cit. p.75.

“mosaico mineiro”³³. A definição, criada na década de 1970, se refere às profundas diferenças geográficas, econômicas e culturais apresentadas entre as diferentes partes do estado. De acordo com o historiador, longe de constituir um conjunto homogêneo, a diferença é que era a principal marca de Minas.

Realmente, se analisadas isoladamente, podemos perceber como cada região do estado seguiu trajetórias completamente díspares. A Zona da Mata e o Sul, áreas de ocupação recente, se comparadas com o Norte e o Centro, se dedicaram economicamente à lavoura cafeeira e se tornaram, do século XIX ao início do XX, as regiões mais dinâmicas de Minas. Dada a proximidade, estas regiões gravitavam econômica e culturalmente, na órbita de influência do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente. Já o Triângulo, com moderna produção agropecuária, se ligava ao interior paulista. A região central, por sua vez, próspera durante o período de exploração aurífera amargou, até o início do século XX, considerável decadência. Por fim, o Oeste e o Norte, áreas antigas e economicamente estagnadas, se comparadas às mais dinâmicas, se dedicavam a agricultura de subsistência e à pecuária extensiva de corte. Esta última, tradicionalmente, mantinha fortes ligações com o estado da Bahia.³⁴

Como se pode notar, tanto cultural quanto economicamente, as forças que atuavam em Minas eram “centrífugas”. Quer dizer, impulsionavam a associação de suas partes com os estados vizinhos. Por isso mesmo, implantar qualquer plano de desenvolvimento integrado se tornava tarefa praticamente inviável. Segundo Wirth, “[...] cada zona desenvolveu-se numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos.”³⁵

Não obstante as diferenças intra-regionais, a incipiência e, na maioria das vezes, a ausência de vias de transporte e meios de comunicação que interligassem o interior do estado impossibilitavam qualquer tentativa consistente de integração. Para se ter uma ideia, o Norte de Minas, até o início da década de 1920, se ligava ao restante do estado por antigas rotas de tropas de burro. Vias modernas e eficientes como a ferrovia só chegaram à cidade de Pirapora, no rio São Francisco, em 1922, e a Montes Claros em 1926.³⁶ Já a ligação rodoviária só se concretizou com a construção da BR 135, entre Montes Claros e Belo Horizonte, em 1972.³⁷

³³ Idem, p.41.

³⁴ Ibidem, p.41.

³⁵ Ibidem, p.41.

³⁶ Ibidem, p.103-104.

³⁷ Cf. OLIVEIRA, Fábio Martins de.; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2000. p.50. Em 1973 e 1974 foi inaugurada também a rodovia BR 365 ligando, inicialmente Montes Claros a Pirapora e depois ao Triângulo Mineiro.

Ao que tudo indica, a questão dos transportes foi, durante a Primeira República, um anseio permanente das diversas regiões de Minas. Acreditava-se que o transporte, especialmente o ferroviário, constituía a alavanca primaz do progresso. Sendo assim, não foi em vão que as elites de cada região se mobilizaram permanentemente em torno do assunto. As lideranças norte-mineiras, como veremos no capítulo posterior, diante das várias divergências políticas estaduais e federais, ponderavam, com extrema cautela, sobre o seu posicionamento. Pois, no jogo das barganhas da era das oligarquias, uma postura inconveniente poderia inviabilizar o tão acalentado sonho ferroviário, principalmente, para uma área distante e economicamente marginal no contexto econômico mineiro.

Em Montes Claros, a principal cidade do Norte de Minas, os jornais locais moveram constante campanha para a construção da ferrovia. Em 1916, o semanário “*O Montes Claros*” publicou o artigo intitulado: “*Um ponto de partida: precisamos de dois elementos apenas*”³⁸. Nele, o jornalista Antônio Ferreira de Oliveira, em tom de apelo, explanava sobre os efeitos dos meios de transporte e das instituições de ensino para a promoção do progresso material e intelectual da região.

Todavia, as áreas que mais se beneficiaram com a construção das estradas de ferro, como não podia deixar de ser, foram as economicamente mais dinâmicas: a Zona da Mata e o Sul, áreas intimamente associadas à produção cafeeira. Tal situação, se por um lado favorecia o escoamento do principal produto do estado e da nação, por outro aprofundava ainda mais o fosso das desigualdades regionais. Ressentido com estas circunstâncias, um dos principais líderes políticos do Norte, o deputado federal Honorato José Alves, chegou a fazer a seguinte observação:

O nosso sertão foi sempre deixado em completo abandono pelos poderes públicos. Em todos os tempos o sertanejo tem de lutar para atravessar rios invadeáveis, lamaçais e pântanos. [...] um sertanejo matuto, quando visitou Belo Horizonte e Rio de Janeiro, [proferiu] esta frase: “aqui êles inventam rios e lagoas para construírem pontes tão lindas; lá no sertão há rios, lagoas e alagadiços, de verdade, mas não temos pinguelas, quanto, mais pontes...” [...] No sul de Minas, na Mata, no oeste central, não há barroca ou córrego que não tenha a sua pontezinha.³⁹

Ao analisarmos especificamente o caso do Norte de Minas no quadro político e econômico do estado, podemos perceber como esta região deteve, entre 1889 e 1930, uma

³⁸ OLIVEIRA, Antônio Ferreira. *Um ponto de partida: precisamos de dois elementos apenas. Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso*, Montes Claros. Ano I, n.13, 03 de agosto de 1916. p.01. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR- Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

³⁹ PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda. 1957. p.393.

participação marginal. Todavia, tal situação não poderia ser muito diferente. Apesar de abranger uma boa parte do território mineiro, a região ficava distante e relativamente isolada das demais áreas. Além disso, desde a sua ocupação, o Norte apresentava condições climáticas, geográficas, econômicas e culturais que o aproximavam mais do nordeste do que propriamente do sudeste. Para se ter ideia, até 1750, este território era controlado a partir de Salvador.⁴⁰ Não obstante estes aspectos, medidas político-administrativas, tomadas ao longo dos tempos, acabaram “isolando” e inviabilizando o desenvolvimento e a total integração desse espaço ao restante de Minas.

Ocupada em fins do século XVII, em função da concessão de sesmarias a alguns dos dissidentes da bandeira paulista de Fernão Dias, a área denominada de Norte de Minas se localiza, atualmente, acima do paralelo dezenove e abrange a margem esquerda do vale do rio São Francisco. No entanto, tal definição nem sempre foi tão clara. Por muito tempo, classificava-se como o Norte toda a extensão da margem direita do São Francisco acrescida de parte da margem esquerda e também do vale do Jequitinhonha e do noroeste mineiro, a exemplo da definição das sete regiões utilizada por John Wirth.



Mapa 1 As sete regiões do mosaico mineiro.
Fonte: WIRTH, John. *O Fiel da Balança...* Op. Cit. p.42

Portanto, como detentor de extenso território constituído por um tipo de vegetação rala e esparsa, além de terrenos calcários e salinos, o Norte apresentava condições propícias ao desenvolvimento da pecuária extensiva de corte e da agricultura de subsistência. Atividades de fácil desenvolvimento e, principalmente, de baixo custo. Os primeiros

⁴⁰ WIRTH, John. *O Fiel da Balança...* Op. Cit. p.41.

povoadores da região, inclusive, formaram grandes fazendas destinadas a estas atividades. Para alguns estudiosos, a economia norte-mineira representou, nos primeiros tempos, uma verdadeira extensão da área açucareira ao fornecer alimentos e gado aos engenhos nordestinos.⁴¹

Entretanto, com a descoberta do ouro na região central de Minas, em fins do XVII, essas propriedades acabaram se especializando na produção de víveres para o mercado minerador. E, em função de caminhos preexistentes, formou-se, entre o porto de Salvador/BA e a região do ouro, um verdadeiro circuito comercial alimentado por uma rede de núcleos urbanos e proto-urbanos disseminados pelo interior, especialmente por aqueles localizados no Norte Minas. Para o historiador Bernardo Mata-Machado:

[...] o sertão do São Francisco tornou-se então o principal fornecedor das minas. De lá vinham as boiadas e os gêneros alimentícios, destacando-se a farinha de mandioca, a rapadura, a cachaça e o peixe; por lá passavam comboios de escravos que eram vendidos nas minas e produtos importados provenientes do porto de Salvador.⁴²

Como se pode notar, na rota comercial que ligava a capital baiana à região mineradora, o produtor norte-mineiro assumiu posição privilegiada. De acordo com a historiadora Carla Maria Junho Anastasia, a atividade pecuária conciliada à intermediação comercial possibilitou ao Norte um importante processo de capitalização resultante da acumulação dos metais preciosos auferidos nas transações comerciais. Ainda segundo ela, o resultado imediato desses “descaminhos do ouro” foi a inevitável emergência de poderosos potentados. Isto é, donos de extensas fazendas de gado, capazes de reunir sob sua dependência considerável contingente populacional, formado tanto por escravos quanto por trabalhadores livres⁴³.

Estudos indicam que a mão-de-obra do Norte de Minas, da Colônia ao Império, se caracterizou pela associação de formas livres e cativas de trabalho. Estimativas do historiador Tarcísio Rodrigues Botelho apontam que, para 1838, o contingente escravo da região não era

⁴¹ Para estudiosos como Luciene Rodrigues, a economia norte-mineira representou uma extensão da açucareira ao fornecer gado e gêneros alimentícios aos engenhos nordestinos. RODRIGUES, Luciene. *Formação econômica do Norte de Minas e o período recente*. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de.; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *Formação social e econômica do Norte de Minas... Op.Cit.* p.114-117.

⁴² MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais (1690-1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. p.37.

⁴³ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A sedição de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agro-pastoril do São Francisco*. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciências Políticas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993. p.42.

superior a um quinto da população⁴⁴. Situação bem diversa de outras áreas de Minas em que o índice apresentava cifras superiores. Portanto, o braço livre, porém dependente dos grandes senhores, composto por homens pobres como agregados, meeiros, camaradas, foiceiros e vaqueiros, detinha considerável importância no desenvolvimento das atividades econômicas. O historiador Laurindo Mékie Pereira observa que:

Ao lado das fazendas, [...] viviam vaqueiros, agregados, trabalhadores livres e escravos, que cultivavam milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar. Os vaqueiros constituíam um caso específico. Eram remunerados com a quarta parte dos bezerros que nasciam e podiam criar animais pequenos e montar roçados nas várzeas.⁴⁵

Durante a República a situação não foi muito diferente. Dados levantados pela geógrafa Elza Coelho e Souza sugerem que, até 1940, o elevado índice de concentração fundiária, conciliado ao baixo nível de exploração dos solos, tenha impellido à manutenção de formas de trabalho associadas e dependentes dos grandes fazendeiros. De acordo com ela, as propriedades no Alto São Francisco, mais precisamente nos municípios de Corinto, Curvelo, Abaeté e Martinho Campos, possuíam uma dimensão média de 400 hectares. Já no Alto-médio São Francisco, onde ficam cidades como Montes Claros, Pirapora e Januária, o tamanho das fazendas era de cerca de 250 hectares. Se compararmos os números dessas duas sub-regiões do Norte de Minas com os de outras áreas do estado, podemos ter uma noção mais clara do elevado índice de concentração territorial. Pois, na Zona da Mata e no Rio Doce o tamanho médio das propriedades era de 60 hectares⁴⁶ e no Sul de 79.⁴⁷

Não obstante os elevados números das dimensões das propriedades do Norte, a maior parte delas estava destinada a pecuária. Calcula-se que no Alto São Francisco mais 90% das áreas produtivas era composta por pastagens. No Alto-médio, os números mudam um pouco, menos 70% de pastos e cerca de 6% de lavouras. Apesar de pequeno, este último número indica a existência de propriedades menores, dedicadas à agricultura de subsistência e ao abastecimento do mercado consumidor de Montes Claros.⁴⁸

⁴⁴ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Demografia e família escrava em Montes Claros no século XIX. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de.; RODRIGUES, Luciene (Orgs.) *Formação social e econômica do Norte de Minas... Op.Cit.* p.355.

⁴⁵ PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro.* 2007. 241f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p.34.

⁴⁶ SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia.* v.13, n.01, Jan/mar, 1951. p.52.

⁴⁷ Idem, p.49.

⁴⁸ Ibidem, p.58.

Por estes números podemos inferir que, dado o elevado índice de grandes propriedades, boa parte da população norte-mineira tenha realmente vivido sob a dependência dos latifundiários, seja como agregados, rendeiros ou lavradores. Ademais, fatores climáticos, como as secas, que periodicamente assolam a região, dificultam, sobremaneira, a sobrevivência econômica independente dos pequenos produtores.

Apresentando-se com regularidade praticamente decenal⁴⁹, o fenômeno da secas acarretava enormes prejuízos às lavouras e ao rebanho bovino. Segundo o memorialista Hermes Augusto de Paula, as pessoas mais abastadas, em geral comerciantes e grandes fazendeiros, preparavam enormes estoques de mantimentos capazes de lhes assegurar víveres até a regularização das chuvas e da produção alimentícia. Todavia, entre os mais pobres a situação era desoladora. Segundo ele: “Uma possível falta de chuvas espalhava a miséria por todos os recantos, uma vez que a ausência de transportes rápidos não permitia a importação em tempo útil.”⁵⁰

Diante desta grave situação provocada pelas secas, só restava aos mais humildes duas opções: pedir socorro aos senhores abastados ou migrar para o sul. De acordo com os registros, todas as duas alternativas foram largamente utilizadas. Camillo Philinto Prates, ao recordar a fazenda do avô, Coronel Francisco José Sá, um dos potentados norte-mineiros durante o Império, salienta que: “Nas quadras de carestia, que se sucediam sem grandes intervallos, a fazenda do Brejo do Cel. Sá, como lhe chamava o povo, era o ponto procurado pelos necessitados e jamais deixou algum delles de encontrar o socorro que ia buscar.”⁵¹ Ainda segundo ele, até mesmo os desafetos do coronel acabavam se rendendo às necessidades e pediam socorro: “[...] uma grande secca, destruindo as plantações, puzesse em penúria a gente pobre do lugar. Simão era um desses sofredores e as privações venceram sua nobre altivez.”⁵²

⁴⁹ Conforme o memorialista Hermes A. Paula havia uma crença popular de que as grandes secas ocorriam a cada dez anos, sobretudo, no nono ano da década. Segundo ele: “*A ‘casa dos nove’ ou ‘ano dos nove’ é fatídico para o sertanejo. No século passado os anos de 1809, 1819, 1829, 1849, 1859-60, 1879, 80, 1889-90, 1899 foram enormemente secos, havendo forte penuria em 9, 19, 60, 90 e 99, só para falar nos mais celebres.*” C.f. PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.75.

⁵⁰ Idem, p.75.

⁵¹ PRATES, Camillo Philinto. O coronel Francisco José de Sá. In: SÁ, Carlos (Org.) *Francisco Sá: reminiscências biographicas*. São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes, 1938. p.46;47.

⁵² Idem, p.46.



Desenho 2 Fazenda Brejo de Santo André
 Fonte: SÁ, Carlos (Org.) *Francisco Sá... Op.Cit.* p.31.

A alternativa de emigrar, também foi muito utilizada. Conforme Wirth, as estimativas apontam que apenas um município do extremo norte, Tremendal⁵³, teria perdido cerca de 60% de sua população, entre 1888 e 1889. Além disso, em 1908, pelo menos dois quintos da população remanescente já teria ido alguma vez para São Paulo, ou para outro ponto do estado.⁵⁴ A rota de migração se dava, mormente, em direção aos cafezais paulistas e da Zona da Mata mineira.

Embora a migração não fosse algo exclusivo do Norte, mas presente em todas as áreas de Minas, os números indicam que a sua ocorrência constante contribuiu para o decréscimo populacional da região, ao longo dos tempos. De 1872 a 1940 o Norte passou de 17 a 13% da população estadual. Enquanto isto, as outras áreas tenderam a manter níveis estáveis, a exceção do Leste, que cresceu, e do Centro, que refluíu.

Tabela 1 Porcentagem da população nas regiões de Minas Gerais (1872-1940)

Zona	1872	1890	1900	1920	1940
Norte	17%	16%	16%	15%	13%
Leste	---	4	4	11	15
Centro	26	25	25	16	18
Triângulo	7	6	6	6	7
Oeste	12	12	11	12	12
Sul	19	19	20	21	18
Mata	17	17	18	18	17

Fonte: WIRTH, John. *O Fiel da Balança... Op. Cit.* p.61.

⁵³ Tremendal: atual cidade de Monte Azul.

⁵⁴ WIRTH, John. *O Fiel da Balança... Op. Cit.* p.58;60.

A perda da mão-de-obra mineira, especialmente para São Paulo, preocupava as autoridades políticas que viam a evasão de braços, para o estado vizinho, como parte do que se chamava de “perda de substância”⁵⁵. Esta perda, que inicialmente se restringia ao campo demográfico e econômico, tendia a ser gradualmente perpassada para o político. Pois, na República, a quantidade de deputados federais de cada estado se dava com base no cálculo do contingente populacional de cada unidade da federação. Dados os números anteriormente apresentados, pode-se crer que zonas economicamente menos dinâmicas, a exemplo do Norte, tenham contribuído mais com essa “perda de substância mineira”. De modo análogo, em termos intra-estaduais, pode-se considerar que houve também, um tipo de “perda de substância norte-mineira”.

Portanto, se por um lado, com as secas, uma parcela da população se arriscava a tentar a vida em outras zonas, por outro, um considerável número de pessoas preferia ficar na terra natal, mesmo que sob o amparo dos grandes fazendeiros. Como visto, esta última situação não era nova, já que, em função da concentração fundiária, muitos já dependiam dos potentados para arrendar um pedaço de chão ou para exercer algum tipo de atividade que pudesse manter o sustento da família. Sendo assim, o coronel, o grande proprietário, aquele capaz de amparar o homem pobre em suas dificuldades, constantes ou sazonais, ganhava ainda mais dependentes, mas, sobretudo, prestígio social e político pelos socorros dispensados aos setores mais modestos da população.

No entanto, se em termos sociais o coronel, notadamente o norte-mineiro, era um homem em gradual processo de fortalecimento, em termos econômicos a situação era bem diversa. Ainda por volta de meados do século XVIII, a Coroa portuguesa procurou implementar algumas medidas que cerceassem os descaminhos do ouro para áreas como o sertão norte-mineiro. Dentre elas, destacavam-se a proibição do tráfego de produtos da Bahia para a região mineradora e a abertura de rotas comerciais em direção a novas áreas fornecedoras. Estas resoluções, além de alterarem profundamente os circuitos comerciais já estabelecidos no interior da capitania, acabaram provocando um relativo isolamento econômico do Norte de Minas. Situação altamente prejudicial ao desenvolvimento das atividades agrícolas e pastoris dos potentados.

Marginalizada, a economia do Norte acabou adentrando num prolongado quadro de estagnação que só deu sinais de recuperação com a chegada da ferrovia a Montes Claros nos fins da década de 1920. Conforme Wirth, a região “[...] seguiu o curso da economia de

⁵⁵ C.f. WIRTH, John. *O Fiel da Balança... Op. Cit.* p.68.

estâncias do século XVII, salvo uma corrida de diamantes (depois de 1830). Suas velhas cidades se estagnaram nas margens dos vastos latifúndios [...].⁵⁶

Portanto, se o Norte de Minas representou, até o século XVIII, um importante elo comercial entre o nordeste e o sudeste brasileiro, após este período, ele acabou se tornando um elo vazio, sem qualquer significado funcional entre as duas regiões⁵⁷. Para Tarcísio Botelho, o que se processou naquela zona foi um verdadeiro deslocamento do eixo econômico motivado tanto por medidas administrativas, destinadas a impor um maior controle à área mineradora, quanto pela especialização em produtos que perderam mercado para concorrentes geograficamente melhor posicionados.⁵⁸

Segundo Anastasia, ao contrário do que se possa pensar, a decadência econômica e o relativo isolamento a que o Norte de Minas foi submetido não fizeram refluir a importância e autoridade conquistada pelos potentados. Muito pelo contrário, longe dos interesses e da fiscalização da Coroa portuguesa, a região se tornou terreno propício à afirmação do mandonismo dos grandes senhores de terra, principalmente no campo político⁵⁹. Assim, seja à frente das câmaras locais, seja comandando eleitores, fazendeiros e comerciantes se tornaram a principal classe dirigente regional.

De acordo com a historiadora Jonice Procópio dos Reis Morelli, se o relativo isolamento imposto ao Norte favoreceu, durante a Colônia, a dilatação do poder dos potentados; durante o Império, as medidas político-centralizadoras levadas a cabo pelo Partido Conservador fizeram com que as autoridades locais aprendessem a lidar com a perda da autonomia municipal para se manterem influentes. E, neste aspecto, a elite da cidade de Montes Claros, ao contrário de outras da região, teria sido bem sucedida. Através da fiel observância dos desígnios administrativos e fiscais da província os montesclarenses puderam ocupar, como veremos no tópico a seguir, boa parte dos postos de representação regional⁶⁰.

Na verdade, ao longo de todo o século XIX, um conjunto de fatores possibilitou a ascensão de Montes Claros como o principal centro político e econômico do Norte de Minas. Dentre os principais se encontra o deslocamento do eixo comercial da região. Isto é, a perda de dinamismo da economia baiana, registrada nos oitocentos, conciliada com a chegada da

⁵⁶ Idem. p.43.

⁵⁷ BOTELHO, Tarcísio R. *Circuitos econômicos regionais, um olhar a partir da periferia*. In: ALEMIDA, Carla Maria Carvalho de.; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: UFJF, 2006. p.253.

⁵⁸ Idem, p.249.

⁵⁹ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A sedição de 1736... Op.Cit.* p.42.

⁶⁰ MORELLI, Jonice Procópio dos Reis. *Escravos e crimes – Fragmentos do cotidiano: Montes Claros de Formigas no século XIX*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. p.59-62.

família real ao Rio Janeiro, em 1808, e a ascensão da cafeicultura na Zona da Mata mineira fortaleceram as trocas comerciais com o sudeste, em detrimento das do nordeste. Assim, as cidades às margens do São Francisco, entrepostos naturais do comércio com a Bahia, perderam importância para Montes Claros, cidade melhor posicionada na rota das transações econômicas com as áreas ao sul do país.

No entanto, voltar a integrar um circuito comercial com o sudeste não significou que a condição socioeconômica da zona setentrional de Minas tivesse apresentado melhoras. As bases agropecuárias, sustentáculos da política tradicional, se mantiveram vigorosas, até pelo menos a década de 1960.⁶¹ Todavia, isto também não quer dizer que a elite norte-mineira tenha sido refratária ao desenvolvimento e às oportunidades industriais. Pelo contrário, as principais famílias políticas de Montes Claros, especificamente a “Chaves, Prates e Sá” e a “Alves, Versiani e Veloso”, por exemplo, foram pioneiras em experiências fabris na região. Para se ter uma ideia, em 1879, foi fundada, pela sociedade “Rodrigues, Soares, Veloso e Cia”, a “Fábrica de Tecidos Montes Claros”. A indústria, que teve pleno funcionamento a partir de 1882, possuía um capital de 150 contos de réis, 72 teares importados dos Estados Unidos, 127 operários e produzia 30.000 metros de tecido por mês.⁶² Números compatíveis, até mesmo, com algumas empresas têxteis sediadas na desenvolvida Zona da Mata.

O memorialista Hermes de Paula sugere que o processo de constituição da fábrica foi uma verdadeira epopeia, já que “Todas as máquinas foram transportadas em carros de bois e em lombos de burro, através de longas e péssimas estradas.”⁶³



Fotografia 3 Fábrica de Tecidos Montes Claros

Fonte: PIRES, Simeão Ribeiro. A velha Fábrica de Tecidos do Cedro. *Revista Montes Claros em Foco*, Montes Claros, v.01, n.32, out./nov. 1966.

⁶¹ Ver PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: Unimontes, 2002.

⁶² PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.122-123.

⁶³ Idem, p.122.

Outro empreendimento que se destacou foi a “Sociedade Industrial Norte-Mineira”, fundada pela firma “Costa e Cia”, em 1914. A empresa surgiu da associação dos membros da parentela “Chaves, Prates e Sá”, mais especificamente, do Coronel Joaquim José da Costa, José Antônio da Costa Júnior, Camillo Philinto Prates, João Catoni e João Ribeiro da Silva. Esta iniciativa se destacou por ser uma indústria urbana, localizada na área central de Montes Claros e, também, por sua organização produtiva. Conforme relato do memorialista Urbino de Souza Vianna: “É talvez esta a única fábrica em Minas, cujos mecanismos foram assentados em ponto próprio e ordem natural [...]de maneira que o algodão passa pelas diversas transformações em giro certo, no intuito de se economizar tempo e mão-de-obra.”⁶⁴

As iniciativas industriais no setor têxtil não foram às únicas de Montes Claros. Outras surgiram, principalmente durante a República. No entanto, a maior parte dos empreendimentos era de pequeno porte e se voltava para o abastecimento do mercado local. E boa parte das manufaturas estava diretamente acoplada à tradicional atividade pecuária, a exemplo da charcutaria, dos curtumes, das sapatarias e das selarias. De acordo com o escritor Cyro dos Anjos:

[Montes Claros] acreditava ter vocação manufatora. Possuía, no século passado, uma fábrica de tecidos, que, destruída num incêndio, se refizera, funcionando algum tempo, até fenecer, por dificuldade de escoamento à produção. Sobrevindo condições mais favoráveis, outra se abriu, décadas depois, [...] Mas, que representava isso, diante das ambições [...]? A cidade queria tornar-se a Manchester do Norte de Minas, como Juiz de Fora se fizera no Sul. Não havia de limitar-se à pecuária e a lavoura, atividades primárias [...]⁶⁵

Não obstante às iniciativas industriais de grande e pequeno porte, até mesmo o setor financeiro se tornou passível de receber investimentos por parte dos coroneis. Isto é, com a chegada da ferrovia a Montes Claros, em 1926, o volume de negócios na cidade se ampliou consideravelmente. Afinal, até os anos de 1940⁶⁶, a cidade constituiu “a ponta dos trilhos” no sertão norte-mineiro, ou seja, o entreposto natural de escoamento de toda a produção de exportação da área setentrional do estado. Portanto, em função do aumento do fluxo monetário advindo da construção da ferrovia, entre 1926 e 1927, foram instalados três bancos em Montes Claros. Uma destas instituições financeiras, inclusive, o “Banco Popular de Montes Claros”, surgiu da associação de fazendeiros, comerciantes e industriais liderados pelo Coronel João Martins da Silva Maia. Tal empreendimento demonstra que embora

⁶⁴ VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia do Município de Montes Claros* – breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p.233.

⁶⁵ ANJOS, Cyro Versiani dos. *A Menina do sobrado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p.296.

⁶⁶ WIRTH, John. *O Fiel da Balança... Op. Cit.* p.105.

estivessem associados à atividades tradicionais, os coroneis não estavam alheios ao desenvolvimento e às novas possibilidades de ganho financeiro.

Contudo, apesar da realização de empreendimentos arrojados a situação socioeconômica de Montes Claros, e do Norte de Minas, de um modo geral, pouco se alterou durante a primeira fase do regime republicano (1889-1930). A região ainda se encontrava relativamente isolada, em função da insipiência de suas vias de comunicação rodoviária. Além disso, em termos econômicos, o Norte se mantinha muito distante das demais áreas do estado. Para se ter ideia, nos dados compilados por Wirth sobre as doze principais rendas municipais de Minas Gerais, entre 1889 e 1937, Montes Claros não apareceu sequer uma vez. Apenas Diamantina foi classificada em uma oportunidade, em 1889, com a décima colocação. Em termos comparativos, a situação do Norte era bem distinta das demais áreas de Minas Gerais, especialmente da Zona da Mata, território cujas cidades, até a década de 1920, ocupavam cerca de 50% desta relação. No entanto, se analisarmos os números de Montes Claros, podemos perceber uma gradual elevação da arrecadação municipal, ao longo dos anos. Tal projeção ratifica a consolidação da cidade, notadamente nos fins da década de 1920 e início da de 1930, como centro econômico regional.

Tabela 2 Municipalidades mineiras classificadas por renda entre 1889 e 1937
(valores em contos arredondados)

1889		1910		1923		1937	
Municipalidade	\$	Municipalidade	\$	Municipalidade	\$	Municipalidade	\$
Juiz de Fora	88	Belo Horizonte	945	Belo Horizonte	2.575	Belo Horizonte	33.407
Além-Paraíba	46	Juiz de Fora	630	Juiz de Fora	1.269	Juiz de Fora	3.687
Ouro Preto	38	Uberaba	376	Uberaba	660	Uberaba	1.762
Leopoldina	37	Barbacena	212	São J. del Rei	515	Uberlândia	1.137
São J. del Rei	29	Ponte Nova	168	Barbacena	507	Poços de Caldas	1.097
Mar de Espanha	28	Carangola	142	Carangola	496	Barbacena	1.093
Uberaba	20	Poços de Caldas	128	Poços de Caldas	360	São J. del Rei	1.085
Barbacena	20	Além Paraíba	128	Ouro Fino	342	Araguari	835
Muriaé	20	Itajubá	126	Ponte Nova	301	Pouso Alegre	739
Diamantina	17	São J. del Rei	120	Manhuaçu	300	Itajubá	718
Pomba	15	Cataguases	111	Ubá	282	Caxambu	707
Ponte Nova	14	Leopoldina	107	Uberlândia	281	Teófilo Otoni	683

Fonte: Adaptado de: WIRTH, John. *O Fiel da Balança... Op. Cit.* p.65.

Tabela 3 Valor da arrecadação municipal de Montes Claros entre 1888 e 1939 (em contos arredondados)

Ano	1898	1907	1918	1925	1926	1935	1938	1939
Valor	39	23	42	158	168	301	684	755

Fonte: VIANNA, Nelson. *Efemérides Montesclarenses 1707-1962*.

Rio de Janeiro: Irmãos Pongeti, 1964. p.40;53;46;35;43;49;36.

Como visto, ainda que o setor produtivo norte-mineiro tenha demonstrado uma tendência à diversificação, ao longo das primeiras décadas do século XX, e a arrecadação de Montes Claros tenha crescido, pode-se crer que a maior riqueza dos indivíduos da região se concentrava na posse de terras. E não em qualquer outro tipo de investimento ou capital. Afinal, diversos fatores cerceavam maiores investimentos na produção fabril, a exemplo da falta de créditos, de energia e de vias de escoamento da produção. Além disso, a principal atividade, a pecuária, apesar das perdas advindas pelas adversidades climáticas, por exigir baixos investimentos, continuava a ser o negócio mais seguro.

É provável que a própria elite montesclarenses, formada essencialmente pelas parentelas “Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani e Veloso”, não detivesse grandes recursos, em comparação com as elites de outras regiões. Pois, apesar de possuírem propriedades, de montarem indústrias e de estarem historicamente associadas às lides do campo, a difícil vida de alguns dos filhos destas famílias demonstrou como a falta de dinheiro afetava, até mesmo, os grupos mais importantes da região. Tal situação, tão nítida na trajetória do escritor Cyro Versiani dos Anjos, quanto na dos políticos Camillo Prates e Francisco Sá, reflete muito bem a assertiva de Victor Nunes Leal de que os coroneis e suas famílias eram politicamente denotados, mas economicamente remediados.⁶⁷

No caso de Cyro, a insatisfação com a falta de opções profissionais na Montes Claros da década de 1920, agregado ao temor de que o seu destino fosse semelhante ao do seu pai (fazendeiro e comerciante), levaram o jovem a batalhar junto à família por condições para ir estudar na capital mineira.



Fotografia 4 Família Versiani dos Anjos – 1913

Fonte: Acervo fotográfico do site Montes Claros.com. Disponível em:
<<http://www.montesclaros.com/ft/default.asp?album=antigas&pagina=15>>
Acesso em: 20 jan. 2010.

⁶⁷ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto... Op.Cit.* p.24.

No entanto, o apertado orçamento familiar, conciliado à aversão paterna à multiplicação de bachareis pelo país, inviabilizava as pretensões. Para o Coronel Antônio dos Anjos havia doutores em excesso e, tão logo, faltariam bons braços para a lavoura.⁶⁸

A posterior realização dos estudos de Cyro, em Belo Horizonte, só se tornou possível graças ao auxílio financeiro de um irmão mais velho. No entanto, a vida na capital não se deu sem dificuldades. O próprio escritor reconhecia que, em Montes Claros, “[...] era o filho do Presidente da Câmara, vivia encarapitado num fordeco de bigodes. Na capital, não passava de anônimo auxiliar extra, intimidado pela verruga de um subinspetorzinho de reclamações [da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas].”⁶⁹ As dificuldades não paravam por aí, pois, além de ter de residir em humildes e desconfortáveis repúblicas de estudantes, às vezes, até a alimentação era escassa. Segundo ele:

Quando não havia dinheiro para o sanduíche [...] consultava-se o obituário, à cata de um velório promissor. Se encontrávamos o Chico Martins, o problema resolvia-se de pronto. O Chico trazia de memória os defuntos do dia, quer os abastados, onde a empadinha e o pastel eram certos, quer os modestos, assistidos apenas a biscoito Maria e café. Obviamente, íamos velar o mais rendoso.⁷⁰

Já Camillo Prates e Francisco Sá, órfãos de pai em tenra idade, tiveram que contar com a ajuda dos avós para sobreviverem. Camillo, após a morte do pai, teve de abandonar os estudos em Ouro Preto e retornar a Montes Claros para trabalhar como professor⁷¹. Francisco, ao contrário, conseguiu concluir o curso de Engenharia de Minas na famosa Escola de Ouro Preto. Entretanto, a conclusão dos estudos de Francisco não se deu sem o enorme esforço de sua mãe, Agustinha dos Santos Sá, que “Para custear os estudos de seu filho [...], uma das tarefas a que ella se consagrava, com as filhas, era fazer cigarros.”⁷² O avô materno de Francisco, o Barão Josephino Vieira Machado, pouco pode ajudar, pois antes de falecer, em 1879, havia falido e não deixou recursos suficientes sequer para o seu sepultamento⁷³.

Latifúndio, poder e pobreza eram, portanto, elementos que, no sertão norte-mineiro, andavam lado a lado. E, se a falta de recursos comprometia, até mesmo, as ambições dos filhos da elite regional, pode-se imaginar o quanto era difícil a vida dos estratos inferiores da população. Camada esta que sofria, de maneira mais intensa, com as secas e que não tinha

⁶⁸ ANJOS, Cyro Versiani dos. *A Menina do sobrado...* Op.Cit. p.227.

⁶⁹ Idem, p.230.

⁷⁰ Ibidem, p.255.

⁷¹ C.f. Amélia Prates Barbosa Souto. Depoimento concedido na cidade de Montes Claros/MG em 26 de abril de 2009.

⁷² SÁ, Carlos (Org.). *Francisco Sá: reminiscências biographicas*. São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes, 1938. p.33.

⁷³ Idem, p.33.

outra saída a não ser apelar para a limitada, mas pontual, capacidade de assistência dos coroneis destas famílias. Wirth afirma que:

A amarga pobreza dessas cidades isoladas [do norte] é descrita como um fato fixo, rotineiro. Na sociedade tradicional, o abismo entre ricos não se tratava de um desafio; servia antes para aumentar e legitimar a ordem social. Manter um estilo de vida gentil não era fácil no interior empobrecido, onde o status se revelava nos vestidos, posses e acesso à educação.⁷⁴

Portanto, como visto, embora não detivessem grandes recursos, o potencial de prestar favores e de cooptar adeptos, em virtude de suas posses e de seu prestígio, possibilitavam aos coroneis e às suas famílias denotada projeção política. O caso de Montes Claros, com suas parentelas economicamente frágeis, só vem ilustrar e reforçar a tese de Leal de que o coronelismo nada mais foi do que o resultado de uma situação paradoxal. Situação em que a fragilidade do antigo e exorbitante poder privado dos potentados e de suas famílias se defrontou com tempos novos, marcados pelo processo de fortalecimento da estrutura do poder público.

2.2 A estruturação política de Montes Claros

Montes Claros é privilegiada! Aqui não há, felizmente, um costume rasteiro que temos notado em muitas outras cidades: a separação das moças, o afastamento das famílias pelo elemento político que por ahi impera com sua multidão de conseqüências cahoticas... Vemol-o, é facto, e o observamos, devéras, mas sem essa interferência nefasta que estiola e mata e derrue. Aqui são notas harmoniosas que evoluem de um piano bem dedilhado; ali sentimentais modinhas a um violão choroso; acolá, uma flauta maviosa, acordando o silêncio da noite.⁷⁵

O leitor que ignora a história da cidade de Montes Claros/MG ao se deparar com a nota supracitada poderá ter as melhores impressões possíveis. Provavelmente, imaginará a velha Montes Claros como uma harmoniosa, pacata e tranquila cidade do interior onde o tempo passa lentamente e as pessoas se confraternizam. Homens, mulheres e crianças, enfim, famílias, conviviam segundo o jornalista em clima de paz. A vida cotidiana era, portanto, pelos idos do início do século XX, inexoravelmente suave como o som de uma bela modinha sertaneja tocada em noite enluarada à frente da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José de Montes Claros. O jornalista até adverte: “Aqui não há, felizmente, um costume

⁷⁴ Ibidem, p.119.

⁷⁵ OLIVEIRA, Antônio Ferreira. Vida Social. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso*, Montes Claros. Ano I, n.02. 18 de maio de 1916. p.02. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

rasteiro que temos notado em muitas outras cidades: a separação das moças, o afastamento das famílias pelo elemento político que por ahí impera com sua multidão de consequências cahóticas...”⁷⁶ Como se pode notar, Antônio Ferreira de Oliveira tinha consciência que em muitas cidades a vida tranquila era quebrantada pelo elemento político. Seria este o responsável pela quebra dos vínculos de sociabilidade entre as pessoas, não apenas das moças como se refere, mas também das senhoras, rapazes, homens e crianças. Ou seja, a sociedade se dividiria em blocos antagônicos que se digladiariam em função da política e, com isso, ocasionaria rachas sociais capazes de trazer maléficas consequências.

Oliveira, em certo momento, até recua um pouco em suas análises sobre o comportamento do elemento político em Montes Claros. Admite sua interferência na sociedade local, mas, logo em seguida, trata de aparar as arestas de sua informação ao afirmar se tratar de uma interferência pacífica. Em suas palavras: “Vemol-o,[o elemento político]é facto, e o observamos, devéras, mas sem essa interferência nefasta que estiola e mata e derrue”⁷⁷. Em seguida, para reafirmar a passividade local, Oliveira compara a sociedade à harmonia de uma música.

Se a sociedade montesclarenses do período da Primeira República fosse realmente esse reino de paz entre as cidades brasileiras e, mais especificamente, entre as mineiras, certamente seria uma das poucas exceções que existiram na história política do país. Ademais, nem haveria razão para a confecção desse estudo. Em toda a historiografia nacional podemos encontrar trabalhos diversificados que versam sobre as disputas e conflitos ocorridos em várias cidades e regiões em função da política. O historiador Richard Graham, por exemplo, afirma que: “No nível local, “dois partidos, ou antes dois bandos”, ou grupos rivais “de todo tamanho, nome e qualidade”, competiam pelo domínio. [...] apesar de tentativas vigorosas de alguns líderes políticos de formar partidos nacionais, as facções locais permaneciam mais significativas.”⁷⁸

Portanto, apesar do discurso de Oliveira transmitir ao leitor a mais maviosa imagem de uma Montes Claros pacífica e harmônica, na prática, a história se desenrolou de modo muito diverso, na verdade, oposto ao descrito. Desde o Império, quando o então Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José das Formigas foi elevado à condição de Vila em 13 de outubro de 1831, sob o nome de Vila de Montes Claros das Formigas, duas facções

⁷⁶ Idem. p.02.

⁷⁷ OLIVEIRA, Antônio Ferreira. Vida Social. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso*, Montes Claros. Ano I, n.02. 18 de maio de 1916. p.02. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

⁷⁸ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p.237-238.

antagônicas começaram a se delinear. Inicialmente, as duas facções se constituíram impelidas pela divisão política nacional entre liberais e conservadores. Entretanto, como se sabe, os partidos políticos imperiais não ostentavam qualquer diretriz ideológica que os distinguísse, especialmente na década de 1830. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, não se pode considerar a existência de partidos políticos no Brasil até 1837. Para ele, foram “As consequências da descentralização produzida pelo Código de Processo Criminal de 1832 e pelo Ato Adicional de 1834 e as rebeliões provinciais da Regência é que iriam, ao final da década, possibilitar a formação dos dois grandes partidos.”⁷⁹ Já Graham, em suas análises, afirma que “[...] os cidadãos se dividiam politicamente não por causa de lealdades partidárias, e muito menos por considerações ideológicas, mas por causa de laços pessoais tornando as siglas dos partidos seriamente enganosas tanto em nível nacional quanto local”⁸⁰.

Neste sentido, como seria de se esperar de uma pequena, distante e isolada comunidade norte-mineira, o campo político montesclareense se estruturou alheio a qualquer ordenamento ideológico. Foram, sem dúvida, as lealdades pessoais e familiares os principais fatores que pesaram na constituição de uma elite política fragmentada em dois grupos rivais. Sob as hostes do Partido Liberal se congregaram as famílias “Chaves, Prates e Sá” e sob a do Partido Conservador as famílias “Versiani e Veloso”. Conforme as análises do historiador Cid Rebelo Horta, sobre famílias e política em Minas Gerais, a rigor, não haviam partidos Liberal e Conservador e sim, famílias liberais e conservadoras⁸¹.

Eram inevitavelmente os grupos familiares mais denotados dirigidos por fazendeiros, advogados, médicos e comerciantes que compunham a elite política local e que se empenhavam nas disputas pela supremacia, mobilizando seus parentes, amigos e correligionários espalhados pela região. Deste modo, a simples instalação da Câmara Municipal foi o suficiente para delinear se não uma primeira cisão, pelo menos um rearranjo da sociedade ao colocar, em lados opostos, suas duas principais redes sociais.

Ao analisarmos a política montesclareense nos pautamos na ideia de que em cada sociedade ocorre a existência de uma “elite política”. Ou seja, um conjunto de indivíduos e grupos capazes de exercer algum tipo de poder ou influência política, e que se encontram diretamente comprometidos, em múltiplos níveis de colaboração, com as disputas pela liderança.⁸² No caso do nosso estudo, podemos classificar como pertencentes a essa categoria todos que compunham as duas redes sócio-políticas locais, isto é: coroneis, cabos-eleitorais e

⁷⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem... Op.Cit.* p.205.

⁸⁰ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil... Op.Cit.* p.198.

⁸¹ HORTA, Cid Rebelo. *Famílias Governamentais de Minas Gerais... Op.Cit.* p.119.

⁸² BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade.* 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p.15.

os mais diversos tipos de correligionários que, com seus magotes de eleitores, eram capazes de intervir de maneira legal e extra-legal nos resultados das eleições e, conseqüentemente, na liderança. Sendo assim, em Montes Claros, a elite era formada, basicamente, pelas tradicionais famílias Chaves, Prates, Sá, Versiani e Veloso, todas detentoras de uma fórmula composta por: *status* social, redes de influência de famílias e de grupos, capacidade de articulação e de comando, formação intelectual e carisma.

Um dos indícios da importância política dos grupos familiares de Montes Claros pode ser notado no registro do memorialista Urbino de Souza Vianna sobre a elevação do povoado à condição de Vila. Nele, Vianna não faz qualquer menção aos esforços de homens específicos, mas sim de famílias. Segundo ele:

Ainda hoje [1916] são tradicionais as famílias Azeredo Coutinho, Durães, Fernandes Correia, Chaves, Prates, Versiani, Velloso, etc. que tanto concorreram para o engrandecimento e prosperidade deste Município e Cidade; conservando a realza do extremo norte, pelo prestígio de alguns de seus membros, representantes na actualidade, do esforço de seus maiores, nos dias do nascimento político de Montes Claros⁸³.

Pelas palavras de Vianna podemos perceber que a política local consistia, em certo sentido, num negócio de família, capaz de ser passado de geração em geração. Pois, só assim se explicaria o fato de que representantes das mesmas ostentassem prestígio e atuassem politicamente oitenta e cinco anos depois, ou seja, em 1916.

Todavia, se inicialmente foram os laços de lealdade pessoal, amizade e clientela os primeiros elementos responsáveis pela congregação das famílias montesclarenses em torno de cada facção, em pouco tempo, os elos das uniões faccionais passaram a ser reforçados por vínculos mais sólidos, pautados, especialmente, em ligações de parentesco. Seja por via dos enlaces matrimoniais, seja por via dos compadrios, as facções se tornaram amplos grupos de parentela. Cada qual, com suas redes constituídas por parentes, afilhados, amigos, correligionários e clientes.

Uma forma de se analisar a transmutação das pretensas agremiações partidárias montesclarenses em grupos de parentela é através da análise da primeira geração de políticos que atingiram os principais cargos da localidade: a presidência da Câmara Municipal, a chefia partidária e os cargos de deputado provincial e geral entre os anos de 1832 e 1890, ano da criação da edilidade e de posse do intendente republicano, respectivamente. Baseada em critérios qualitativos a análise nos possibilita apreender o estado de forças entre as facções durante o Império, mas, principalmente, os vínculos dos detentores de cargos com as

⁸³ VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia do Município de Montes Claros...* Op.Cit. p.57.

parentelas e a origem do cisma político-social que caracterizou toda a história política montesclarenses durante a Primeira República.

Tabela 4 Relação dos Presidentes da Câmara Municipal de Montes Claros e sua profissão, partido e parentela (1832-1888)

Período	Presidente	Profissão	Partido	Parentela
1832-1835	Cel José Pinheiro Neves	Fazendeiro	Conservador	-----
1836-1840	Felipe Pereira de Carvalho	Padre	Conservador	-----
1840-1852	Cônego Antônio Gonçalves Chaves	Padre	Liberal	Chaves, Prates e Sá
1853-1868	Carlos José Versiani	Médico	Conservador	Versiani e Veloso
1869-1872	Justino de Andrade Câmara	Rábula	Conservador	Versiani e Veloso
1873-1876	Francisco Durães Coutinho	Comerciante	Conservador	Versiani e Veloso
1877-1877	Alferes Antônio José Domingues	Fazendeiro	Conservador	Versiani e Veloso
1877-1880	Justino de Andrade Câmara	Rábula	Conservador	Versiani e Veloso
1881-1883	Silvio Teixeira de Carvalho	Comerciante	Liberal	Chaves, Prates e Sá
1884-1887	Tenente Joaquim Alves Sarmiento	Comerciante	Liberal	Chaves, Prates e Sá
1887-1888	Major Pedro de Araújo Abreu	Comerciante	Conservador	Versiani e Veloso
1888-1890	Vítor Quirino de Sousa	Comerciante	Conservador	Versiani e Veloso

Fonte: PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.176-190.; VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia do Município de Montes Claros... Op.Cit.* p.64-70; 75-87.

O quadro 01 mostra que os dois primeiros presidentes da edilidade municipal, Coronel José Pinheiro Neves e Padre Felipe Pereira de Carvalho, permaneceram na presidência por apenas um mandato cada, pouco, se comparado com o tempo de presidência do Cônego Antônio Gonçalves Chaves (12 anos) e também, do Doutor Carlos José Versiani (15 anos). Entretanto, ao analisarmos as variáveis “parentela” e “profissão”, podemos perceber que tanto Pinheiro Neves quanto Pereira de Carvalho não possuíam qualquer laço com os grupos familiares locais. Isto nos leva a inferir que o pertencer à famílias extensas de elite proporcionava, já àquela época, uma sólida base de apoio capaz de ser mobilizada a cada pleito. Segundo o historiador Richard Graham:

As famílias representavam importante fonte de capital político. Naturalmente, como em outros lugares, elas dedicavam-se a aumentar sua propriedade, e, ao longo de várias gerações sucessivas, famílias bem-sucedidas acumularam recursos significativos. Os vínculos que levavam homens a cargos oficiais e ao domínio local constituíam parte importante desses recursos e, através da política, famílias lutavam para preservá-los, muitas vezes contra outras famílias.⁸⁴

⁸⁴ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil... Op.Cit.* p.35.

No que se refere ao Coronel José Pinheiro Neves, o memorialista Hermes Augusto de Paula nos informa não haver registros que indiquem sua origem. Além disso, afirma que: “Possivelmente não deixou descendentes em nosso meio; [...] Parece-nos até que não era casado, pois nos batizados e casamentos (vinte e um), nos quais o vimos como padrinho, a madrinha não se repetiu uma só vez”⁸⁵. Ademais, apesar de ter sido o primeiro chefe conservador local e já contar com o apoio da família Versiani, especialmente do Capitão Pedro José Versiani e de seu filho, João Antônio Maria Versiani, Pinheiro Neves não conseguiu se sustentar politicamente em função dos atritos com o chefe liberal, Coronel Francisco Vaz Mourão.

A rivalidade política nascida pelos atritos dos dois chefes partidários acabou culminando com um atentado a Pinheiro Neves em 14 de abril de 1839⁸⁶. Após o atentado, o chefe conservador e primeiro Presidente da edilidade montesclarenses abandonou a política e se mudou para a cidade de Diamantina/MG. Já o chefe liberal, Coronel Vaz Mourão, aborrecido com os atritos e não detendo ligações mais fortes com a cidade, pois era natural do Serro/MG, se retirou para Diamantina por volta de 1836.

Tabela 5 Relação dos Chefes Partidários Locais entre 1832 e 1888

Período	Partido	Chefe do Partido	Parentela
1832-1840	Conservador	Cel. José Pinheiro Neves	-----
1832-1836	Liberal	Cel. Francisco Vaz Mourão	-----
1853-1891	Conservador	Dr. Carlos José Versiani	Versiani e Veloso
1836-1877	Liberal	Cônego Antônio Gonçalves Chaves	Chaves, Prates e Sá
1878-1888	Liberal	Antônio Gonçalves Chaves Júnior	Chaves, Prates e Sá

Fonte: PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.161-173;176-190.; VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia do Município de Montes Claros... Op.Cit.* p.64-70;75-87.

Como se pode perceber, (quadro 02) os dois primeiros chefes partidários não se sustentaram à frente de suas agremiações por muito tempo. Somado os atritos, o fato de não serem naturais de Montes Claros e não possuírem vínculos mais fortes como negócios, amizades e parentesco foi crucial para a rápida trajetória política. Não obstante, o Padre Felipe Pereira de Carvalho, que não descendia de qualquer das parentelas e nem a elas se ligaria por casamentos de filhos, conseguiu, em função da intelectualidade e carreira sacerdotal, deter relações mais sólidas com a comunidade. Tal fato lhe rendeu uma presidência de Câmara e os cargos de Juiz de Paz e Municipal em outras oportunidades.

⁸⁵ PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.176.

⁸⁶ VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia do Município de Montes Claros... Op.Cit.* p.68.

Já o caso do Cônego Antônio Gonçalves Chaves e do Doutor Carlos José Versiani, além de representarem a tomada do poder público municipal pelos grupos de parentela, constituem também bons exemplos de indivíduos que ascenderam politicamente amparados por suas extensas redes familiares. De vereadores a chefes partidários, de chefes partidários a presidentes de Câmara por vastos períodos, e de presidentes de Câmara a deputados provinciais e gerais, esses dois homens regeram política local por quase todo o Império.

Apesar de não ser natural de Montes Claros e sim de Minas Novas/MG, o Cônego Antônio Gonçalves Chaves chegou provisionado a recém criada Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas em 15 de novembro de 1834. A vinda para Montes Claros se deu provavelmente por influência de sua irmã, Maria Amélia Chaves e Prates, e de seu cunhado, Hermenegildo Rodrigues Prates, que já residiam nos arredores da Vila. Apesar de provisionado, a permanência definitiva do vigário foi logo solicitada pela Câmara ao Governo Provincial, o que evidencia sua fácil inserção no circuito social da localidade. Além do mais, em pouco tempo, o Cônego Chaves constituiu em Montes Claros uma família numerosa, pois a 16 de setembro de 1839 nascia Antônio Gonçalves Chaves Júnior, futuro Presidente da Província de Minas Gerais e o primeiro de onze filhos.

A formação de um amplo grupo familiar conciliada ao exercício do sacerdócio possibilitou a Gonçalves Chaves condições excepcionais para a assunção da chefia da parentela. O historiador César Henrique de Queiroz Porto afiança que o fato de ser sacerdote imbuía o Cônego de um capital político rotineiramente renovado pelo carisma advindo da função religiosa. Tal situação tornava-o, ao mesmo tempo, gabaritado à função política e religiosa.⁸⁷ Ítalo de Sandre assevera essa posição ao afirmar que:

[...] O exemplo histórico da Igreja católica é apresentado como um caso clássico desse tipo de institucionalização [carismática]. Não obstante a oposição teórica entre o caráter pessoal do carisma e o caráter formal da instituição, esta forma de transmissão faz coincidir os dois termos [...]⁸⁸.

No que tange à política, o Cônego Chaves encontrou ambiente amplamente favorável à sua inserção e atuação. Decorridos dois anos de residência em Montes Claros, conforme exigência eleitoral do Império, o Cônego tornou-se apto a concorrer a cargos públicos no pleito realizado em fins de 1836. Nesta eleição, sagrou-se vereador. Mas logo assumiria também a chefia do Partido Liberal, uma vez que o Coronel Vaz Mourão havia se mudado

⁸⁷ PORTO, César Henrique Queiroz. *Paternalismo, Poder Privado e Violência: o campo político Norte-mineiro durante a Primeira República*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. p.36.

⁸⁸ SANDRE, Ítalo de. *Carisma*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5 ed. Brasília: UNB, 2000. p.150.

para Diamantina no mesmo período. Na eleição seguinte, em 1840, Gonçalves Chaves foi eleito como o vereador mais votado, tal fato lhe rendeu a presidência da edilidade. A partir de então foi eleito com o maior número de votos por mais duas eleições, o que garantiu a preeminência dos liberais na localidade por doze anos consecutivos. Mesmo como Presidente de Câmara, Gonçalves Chaves foi eleito Deputado Provincial em 1842 e 1846 e, em 1848, assumiu o posto de Deputado Geral (quadro 03). Durante os seus afastamentos para o exercício parlamentar a Câmara foi presidida por seu sobrinho, Coronel José Rodrigues Prates.

Como se pode notar, já à década de 1840, a parentela “Chaves, Prates e Sá” se encontrava bem articulada, pois, além de projetar seu chefe à deputação provincial e geral, garantia à dominação local durante qualquer eventualidade por meio de outro parente. Neste sentido, fatores conciliados como o carisma de função e, principalmente, a chefia de parentela foram cruciais para que o Cônego Chaves detivesse extensa e profícua carreira política.

Todavia, a parentela “Versiani e Veloso” também já se encontrava à década de 1840 atuando no campo político, inicialmente com o opulento fazendeiro Coronel Pedro José Versiani e também, com o seu primogênito, João Antônio Maria Versiani. O Coronel Versiani se notabilizou por participar da repressão ao movimento político liberal de 1842 no Norte de Minas. Por isso, foi agraciado com as honras de Comendador da Ordem da Rosa, de Cristo e Cavaleiro do Cruzeiro. Entretanto, foi Carlos José Versiani, o sétimo dos doze filhos do Coronel quem mais se destacou.

O “Doutor Carlos”, como ficou conhecido, se formou pela tradicional Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1845. Logo depois retornou à terra natal para clinicar, mas, já em 1848, foi eleito Deputado Provincial e reeleito sucessivamente até 1856. Em 1853, Carlos Versiani sagrou-se, simultaneamente, Deputado Geral e Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros após a desistência de José Antônio de Almeida Saraiva, o vereador mais votado. A partir de então, foram dezesseis anos consecutivos de presidência.

Ao analisarmos detidamente a trajetória do Doutor Carlos Versiani podemos notar que mesmo antes de assumir um cargo a nível local, já atuava como Deputado na Assembleia Mineira. Tal fato indica que suas candidaturas eram respaldadas por sua parentela e, muito provavelmente, pelo prestígio do pai. Não obstante, foi após retornar a Montes Claros que o jovem doutor pode potencializar seu capital político por meio da atividade profissional, já que foi o primeiro médico formado da região. O memorialista Urbino de Sousa Vianna registra que “[...] vindo [o Doutor Carlos] residir entre nós; onde, por mais de cinquenta annos, clinicou gratuitamente, vivendo e morrendo pobre, gastando até da sua legítima. [...] Médico

competentíssimo fez curas espantosas e mereceu por sua extrema caridade o título de médico dos pobres.”⁸⁹

Mais uma vez, laços de parentesco com famílias importantes de elite e formação profissional foram os ingredientes essenciais para o sucesso político. Todavia, os dados dos quadros 01, 02 e 03 nos mostram que quanto mais fortes os vínculos de parentesco, mais denotada era a posição do indivíduo no grupo familiar e, conseqüentemente, no campo político, uma vez que este era dominado por grupos de parentela.

Após o período fundador da política de parentela do Cônego Chaves e do Doutor Carlos Versiani podemos observar nos quadros 01 e 03 que todos os presidentes de Câmara e deputados subsequentes estavam de algum modo ligados às famílias “Chaves, Prates e Sá” ou à “Versiani e Veloso”. No entanto, até o falecimento dos dois chefes político-familiares – Cônego Chaves em 1877 e Carlos Versiani em 1903 – nenhum outro indivíduo deteve grande projeção, a exceção de Justino de Andrade Câmara, rábula, natural de São João Batista/MG e coligado aos “Versiani e Veloso”. A grande proeminência deste último só se tornou possível pela amizade e também, pelo consórcio de uma de suas filhas com Torquato Máximo Versiani e Castro.

Durante o período em que Carlos Versiani esteve à frente da Câmara Municipal de Montes Claros foi Justino Câmara o responsável por representar a facção junto a Assembleia Provincial. Embora J. Câmara não detivesse ligações consanguíneas diretas com a parentela “Versiani e Veloso” foi a sua profissão que o tornou um dos homens mais aptos para o papel de mediador entre a política local e a provincial. Ademais, em duas oportunidades J. Câmara sagrou-se Presidente da edilidade, dando, portanto, continuidade ao domínio político momentâneo do grupo “Versiani e Veloso”.

⁸⁹ VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia do Município de Montes Claros... Op.Cit.* p.69.

Tabela 6 Políticos de Montes Claros eleitos para o cargo de Deputado entre 1832 e 1888

DP: Deputado Provincial; DG: Deputado Geral

Período	Partido	Deputado	Profissão	Nasc.	Parentela
1842-1843DP 1846-1847DP 1848-1849DG	Liberal	Antônio Gonçalves Chaves	Padre	1802	Chaves, Prates e Sá
1848-1849DP 1850-1851DP 1852-1853DP 1853-1856DG 1854-1855DP	Conservador	Carlos José Versiani	Médico	1819	Versiani e Veloso
1862-1863DP 1870-1871DP 1872-1873DP 1874-1875DP 1876-1877DP 1878-1879DP 1878-1879DP	Conservador	Justino de Andrade Câmara	Rábula	1828	Versiani e Veloso
1866-1867DP 1868-1869DP	Liberal	Antônio Gonçalves Chaves Júnior	Advogado	1839	Chaves, Prates e Sá
1882-1883DP 1886-1887DP 1888-1889DP	Conservador	Antônio Augusto Veloso	Advogado	1828	Versiani e Veloso
1882-1883DP 1884-1885DP 1886-1887DP 1888-1889DP	Liberal	Camillo Philinto Prates	Professor	1859	Chaves, Prates e Sá
1888-1889DP	Liberal	Francisco Sá	Engenheiro de Minas	1862	Chaves, Prates e Sá

Fonte: PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.176-190.; VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia do Município de Montes Claros... Op.Cit.* p.64-70; 75-87.; MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano – 1889-1991*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994. 2v. p.179;707;559;603; VEIGA, José Pedro Xavier da. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano 1, fascículo 1, janeiro a março de 1896.

No que se refere aos deputados da parentela “Chaves, Prates e Sá”, ao consultarmos o quadro 03, podemos observar que Antônio Gonçalves Chaves Júnior, Camillo Philinto Prates e Francisco Sá alçaram a carreira legislativa já ao final do Império e em idade inferior ao dos deputados do grupo rival. Em termos práticos isso representou, em primeiro lugar, a ascensão e articulação de uma nova geração familiar capaz de atuar politicamente por toda a era inicial da República (1889-1930); em segundo, um período de aprendizagem, de sargenteação para a ocupação de futuros postos em níveis superiores e, em terceiro, uma excelente oportunidade para tecer valiosas relações com outros expoentes da política mineira que vieram a compor, na República, a tarasca do Partido Republicano Mineiro/PRM.

Todavia, ainda durante o Império, um desses três deputados chegou ao posto máximo da política provincial. Em 1883, Antônio Gonçalves Chaves Júnior, o “Doutor Chaves”, foi

nomeado Presidente da Província de Minas Gerais. Tal acontecimento além de ter sido altamente significativo para potencializar o capital político familiar, representou um abalo no poderio dos “Versiani e Veloso”. Segundo Paula, a notícia da nomeação causou espanto: “[...] um montesclarenses liberal [...] nomeado... Governador da Província de Minas: um verdadeiro pânico! Uma bomba atômica [...] A Câmara se reuniu visivelmente estarelecida.”⁹⁰ A perplexidade causada pela nomeação do Doutor Chaves se pautou tanto na possibilidade de ampliação da clientela da família, por meio da concessão de cargos, quanto na autonomia do Presidente de província para intervir nos pleitos. Apesar de não termos encontrado indícios de que Gonçalves Chaves Júnior tenha interferido nas eleições de Montes Claros, o simples fato de ter sido Presidente de Província foi o suficiente para projetar, ainda mais, o grupo familiar no cenário político mineiro. Ademais, a nomeação serviu também para ratificar a liderança familiar que o Doutor Chaves vinha exercendo desde a morte do pai, em 1877.

Mediante os dados e análises é possível notar que a política montesclarenses, já em sua fase inicial, foi tomada por dois grupos de parentela rivais. Cada qual fundado sobre a atuação, carisma e capital político de seus precursores. De um lado, a atuação de um pároco numa recôndita e tradicional comunidade católica possibilitou a projeção aos “Chaves, Prates e Sá”. Do outro, a atividade de um médico num meio desprovido de recursos e auxílio governamental o consagrou como “médico dos pobres”. Tal fato amparou a ascensão dos “Versiani e Veloso”.

Neste sentido, tanto o Cônego Chaves quanto o Doutor Carlos Versiani foram capazes de converter em capital político todo o prestígio e carisma auferido por suas profissões. A fórmula: laços de parentesco, formação intelectual e carisma foi, posteriormente, várias vezes repetida. Reflexo da transmissão do carisma via parentesco, “particularmente o da descendência com direito à aquisição hereditária”⁹¹. Foi sobre a notoriedade auferida por Antônio Gonçalves Chaves e Carlos José Versiani que todo o edifício da dominação dos grupos de parentela de Montes Claros foi estruturado. Todavia, não se deve negligenciar que o processo de perpetuação política dos grupos de parentela se dava também por meio de outros importantes aspectos, de ordem intra-familiar, relacionados à educação e à socialização dos indivíduos com a política.

⁹⁰ PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros...* *Op.Cit.* p.167.

⁹¹ SANDRE, Ítalo de. *Carisma*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política...* *Op.Cit.* p.150.

2.3 Velhas arengas em uma nova ordem

“Viva a República!
Viva a Nação Brasileira!
República instalada ontem no Rio.”⁹²

Proclamada a República, a satisfação e o entusiasmo dos líderes e militantes do movimento republicano se fizeram sentir em variados pontos do território nacional. O sonho, há muito almejado, de institucionalização de um novo regime governamental, baseado em princípios livres e democráticos, assim como os já vigentes nos demais países da América Latina, empolgou a muitos. Alvoradas, desfiles e bailes foram realizados, em comemoração ao grande evento nacional.

Em Montes Claros, o boletim do “Tambor”, distribuído pelas ruas da cidade, foi um dos responsáveis pela divulgação da boa nova. Também pelas ruas, um ilustre republicano, Teófilo Benedito Ottoni, então residente na cidade, comemorava com entusiasmo o acontecimento. Assim, logo em 28 de novembro de 1889, a Câmara respondia o telegrama oficial que anunciava a proclamação e afirmava que “[...] o povo recebeu a mudança de governo com real agrado.”⁹³

De fato, para os poucos republicanos existentes na cidade e na região, de um modo geral, a grande notícia foi recebida com júbilo. Mas para os monarquistas, sobretudo os liberais, o fato foi um verdadeiro desalento. Esta contrariedade de sentimentos pode, inclusive, ser notada com relação à retirada das armas imperiais da fachada da Câmara Municipal. Na ocasião, o então Vice-Presidente da edilidade e líder republicano, Alberto Cassimiro de Azevedo Pereira, requereu a retirada dos emblemas com o argumento de “[...] não terem êles razão de existência.”⁹⁴ A solicitação foi aprovada e, segundo o memorialista Hermes A. de Paula, “[...] na noite de 30 de novembro, silenciosamente, as armas monárquicas foram retiradas, causando desapontamento a alguns republicanos exaltados”⁹⁵ que ambicionavam não apenas remover, mas, principalmente, estilhaçar o emblema. Já os monarquistas, teriam assistido de longe a remoção, considerando-a um verdadeiro atentado. O então Presidente da Câmara, Vítor Quirino de Souza, teria até afirmado: “jogam fora as armas monárquicas porque são de barro; fôssem de ouro e êles as guardariam.”⁹⁶

⁹² PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.25.

⁹³ Idem, p.26.

⁹⁴ Ibidem, p.26.

⁹⁵ Ibidem, p.26.

⁹⁶ Ibidem, p.26.

As comemorações na cidade se prolongaram e no primeiro dia de dezembro se realizaram as festividades oficiais com a nova bandeira, músicas, foguetórios, discursos e celebrações. Em meio à euforia, até mesmo a rua onde foram proferidos os discursos passou a se chamar 15 de novembro.⁹⁷

Em Montes Claros, assim como em todo o país, por algum tempo, o clima foi de conagração. Os republicanos associados aos adesistas, em especial os de origem conservadora, se sentiram os “donos da vez”. Esta união de conservadores e republicanos, de modo algum, foi algo restrito a Montes Claros. Em todo o Brasil, elementos do Partido Conservador e do Liberal se associaram aos clubes republicanos, em razão de sua profunda insatisfação com os rumos tomados pelo Império, principalmente no que concerne à sanção de medidas como a abolição da mão-de-obra escrava. Para analistas como Antônio Octávio Cintra, a estabilidade do regime monárquico brasileiro esteve, por décadas, amparado num “pacto político” entre o governo e a aristocracia escravocrata. Quando as bases desta velha aliança se romperam, em 1888, o Império simplesmente esboroou.⁹⁸

Passadas as comemorações pela proclamação do novo regime governamental adveio a sua fase de organização. Em Montes Claros um político liberal, Camillo Philinto Prates, foi indicado, em 1891, para o posto de Presidente da Intendência de Montes Claros. A nomeação, fruto de ligações prévias com Cesário Alvim, antigo liberal e governador nomeado por Deodoro da Fonseca, foi uma surpresa. Anteriormente, o Clube Republicano havia indicado Alberto Cassimiro para o cargo.

A notícia, como se era de esperar, provocou nos republicanos e conservadores alarde e profundo desagrado. Protestos foram veiculados junto à imprensa local e enviados ao governador mineiro, mas de nada valeram. A esperança de instauração de uma nova ordem, livre das velhas panelinhas monárquicas, logo se esfacelou. Em Montes Claros e em vários outros lugares, monarquistas e adesistas foram empossados como intendentes. Em função da preterição dos republicanos históricos, um pasquim da cidade chegou a publicar os maliciosos versinhos: “O barulho no beco esta fervendo; quando penso que pago estou devendo.”⁹⁹

A partir de então, o velho teatro de disputas político-familiar que compuseram a cena imperial passou a ser reeditado, só que agora em um novo regime. “Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani e Veloso” se agruparam sob a bandeira do Partido Republicano Mineiro. De

⁹⁷ VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia do Município de Montes Claros...* Op.Cit. p.86.

⁹⁸ CINTRA, Antônio Octávio. A Política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre centro e periferia. In: BALÁN, Jorge (Org.). *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Difel, 1972. p.33.

⁹⁹ PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros...* Op.Cit. p.27.

acordo com o escritor Basílio de Magalhães, este tipo de situação, em que grupos rivais se reuniram sob a capa de partidos de âmbito estadual, foi algo muito comum pelo interior do Brasil. Em suas palavras: “[...] nos municípios surgem facções, de ordinário em acirrada pugna umas com as outras, todas conclamam desde logo, chocalhamente, o mais incondicional apoio ao situacionismo estadual”.¹⁰⁰

Apesar de paradoxal esse tipo de situação refletia um pouco do arcabouço político da Primeira República, acentuadamente marcado por relações de aliança e compromisso entre os chefes do interior e o situacionismo estadual. Tais relações, para muitos estudiosos, sobretudo para Victor Nunes Leal, constituíam o que tradicionalmente se convencionou a chamar de “Coronelismo”.

Segundo Leal, o coronelismo teve origem com a República e consistiu na superposição de formas desenvolvidas do regime representativo, implantadas pela Constituição de 1891, a uma estrutura econômica e social marcada pela dependência, da grande maioria da população, dos senhores de terra.¹⁰¹ Vimos anteriormente, como as profundas desigualdades existentes no Norte de Minas, os elevados índices de concentração fundiária e o atraso econômico regional, foram propícios ao desenvolvimento das relações coronelistas. Afinal, a dependência financeira de grandes parcelas da população, em relação aos homens mais abastados, foi fundamental para trazer de volta velhos líderes monárquicos para a direção dos quadros políticos republicanos.

Em Montes Claros, a volta dos monarquistas foi rápida e notória. Tal como no Império, durante a República, pelo menos até 1930, todos os cargos políticos da cidade foram ocupados por integrantes dos dois grupos de parentela local. Deste modo, “Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani e Veloso”¹⁰², por mais de quarenta anos, se revezaram no controle político de Montes Claros, em meio a lutas, tiroteios e muita perseguição. Não que a população da cidade fosse violenta, apesar da existência de inúmeras descrições historiográficas e literárias neste sentido, mas o próprio funcionamento do arranjo político coronelista, em si, trazia elementos propensos ao embate. Afinal, a cada eleição apenas uma das facções, a vencedora, se tornaria tributária dos favores, empregos e demais benefícios ofertados pelo governo estadual, dentre os quais, a famosa “carta-branca”.

¹⁰⁰ MAGALHÃES, Basílio de. *Algumas notas sobre o municipalismo brasileiro*. In: *O Estado de São Paulo*. 25 de agosto de 1946. p.04 *Apud* LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto...* *Op.Cit.* p.49.

¹⁰¹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto...* *Op.Cit.* p.20.

¹⁰² Logo no início do regime republicano um novo grupo familiar se uniu a parentela “Versiani e Veloso”: a família Alves.

Este último e valioso instrumento era extremamente útil, tanto na concessão de favores aos aliados políticos locais e regionais, quanto na ação contra os adversários. Por meio dela, o governo estadual atendia às indicações de emprego dos coroneis, deslocava autoridades judiciais e policiais e fazia vista-grossa à ameaças e perseguições promovidas contra os competidores. Em troca, a situação municipal conferia fidelidade e votos ao governador e à máquina partidária estadual.

Portanto, como se pode notar, no sistema coronelista, cada pleito era potencialmente violento, já que a única maneira de se tornar “situação” era pela vitória, seja por vias legais ou não. Somados a estes fatores, em Montes Claros, os dois grupos de parentela rival disputavam o mesmo espaço, os mesmos cargos e as mesmas sinecuras. Deste modo, embates violentos no âmbito municipal foram invariavelmente frequentes. E, não por acaso, a cidade acabou cindindo entre suas duas principais lideranças: os deputados federais Camillo Philinto Prates e Honorato José Alves. Cada qual, chefe de um dos grupos de parentela.

A cisão, ocorrida em 1897, por divergências em torno da localização da construção do mercado municipal, apenas ratificou uma antiga disputa familiar advinda, como visto anteriormente, desde os tempos do Império. A partir de então, a política local se deu em torno dos chamados Partidos “Camilista” e “Honoratista”, ou entre os partidos de “Cima” e de “Baixo”, como também eram conhecidos. Estes últimos cognomes constituíam alusões à região da cidade onde se localizava a residência de cada um desses chefes. Conforme observações da cientista política Evelina Antunes Fernandes de Oliveira, “O personalismo é, desde esta época, um traço marcante da política. Em torno de certas personalidades se organizam os grupos e definem suas linhas de ação. Do enfrentamento entre eles [...] resultaram alguns mortos e feridos.”¹⁰³

De fato, em Montes Claros, não foram poucos os casos de perseguição a adversários e de remoção de funcionários públicos empossados por rivais. Em meio às várias edições dos jornais locais, “Montes Claros” e “Gazeta do Norte”, é fácil encontrarmos referências à demissões e deslocamento de professores, telegrafistas e autoridades policiais e judiciárias. De acordo com dados publicados pela “Gazeta”, nos quadriênios de 1918 a 1922 e no de 1926 a 1930, ambos dirigidos pelo médico João José Alves, foram removidos da cidade cerca de trinta e duas pessoas. Destas, vinte e quatro exerceram os cargos de juiz, promotor ou delegado e, outros oito, o de telegrafistas. Ainda conforme o jornal, em muitas das vezes o

¹⁰³ OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. *Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste*. Maceió: EDUFAL, 2000. p.41.

motivo da perseguição eram divergências políticas ou causas banais ligadas, essencialmente, a algum tipo de insatisfação da família que estava no comando municipal.

Assim, a “Gazeta do Norte” aproveitava para exagerar e provocar o grupo rival fazendo afirmações tais como: “o Tenente Pio de Miranda foi transferido pelo motivo de um dos seus filhos ter ‘ameaçado de sopapos’ um dos enteados do Doutor João Alves”; “O Tenente Paula Rego foi removido por ter comparecido à festa de aniversário da Gazeta”, órgão de imprensa dirigido pela parentela rival. Já o juiz Leocádio Alves da Silva não teria “[...] satisfeito os caprichos de uma das filhas do snr. João Alves [...]”¹⁰⁴ Em alguns dos casos, os funcionários teriam, até mesmo, sido ameaçados de espancamento ou se enredado em brigas outras, que acabaram lhes custando a vida, como foi o caso do delegado Marcello Bulamarqui.

Se tivéssemos tido acesso ao montante das transferências de funcionários públicos que passaram por Montes Claros, entre 1889 e 1930, com certeza, o número seria extraordinário. Contudo, as 32 remoções, efetivadas num intervalo de oito anos, por si só, consistem numa quantia bastante elevada e condizente com as pugnas partidárias montesclarenses. Conforme Leal, os chefes locais, quando gozavam das graças do governo do estado, estavam em reais condições de fazer tanto o bem quanto o mal. E o funcionalismo público, seja ele municipal, estadual ou federal, estava inexoravelmente sujeito aos ditames e humores instáveis dos coroneis.¹⁰⁵

Todavia, como uma cidade cindida e em constante disputa política, nem sempre as demissões e remoções do funcionalismo se deram de modo simples e passivo. Em várias ocasiões, manifestos pela imprensa e abaixo-assinados foram promovidos pela corrente política adversária, com o intuito de tentar suspender os atos efetivados contra algum funcionário. Em uma destas ocasiões, inclusive, a demissão de dois empregados da Câmara Municipal de Montes Claros foi o estopim de todo um processo de alterações e arbitrariedades, que acabou resultando na chamada “dualidade de câmaras”.

Este evento local, típico das disputas coronelistas interioranas, ocorreu em 1915 e teve como pano de fundo as eleições municipais. Isto é, ao final daquele ano, completava-se o quadriênio governamental da legislatura 1911-1915, presidida pelo Coronel Joaquim José Costa, um dos membros da parentela “Chaves, Prates e Sá”. A chegada do Coronel Costa à presidência da Câmara, em 1911, se deu após um longo período de cerca de dezenove anos

¹⁰⁴ “Porque não param as autoridades”. *Gazeta do Norte*. Montes Claros, Ano XII, n.719, 19 de abril de 1930. p.01; 04. Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

¹⁰⁵ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto... Op.Cit.* p.44.

consecutivos de presidência da família “Alves, Versiani e Veloso”. Talvez por isso, a eleição realizada ao término de seu mandato tenha sido tão disputada. Conforme Paula, “Travou-se a campanha política [montesclarenses] mais apaixonada de que se tem notícia.”¹⁰⁶

Na verdade, não só a campanha, mas todo o processo eleitoral, inclusive, o de contagem dos votos foi marcado por tensões. Estas acabaram se avolumando, ainda mais, com a decisão do Coronel Costa de demitir dois funcionários, o oficial da secretária da Câmara, Clemente Moreira da Silva e o porteiro Joaquim Soares de Faria. Em torno das demissões a parentela “Alves, Versiani e Veloso” fez várias manifestações, dentre elas a publicação no “Montes Claros” de um abaixo-assinado com mais de duzentas assinaturas e de vários atestados de boa conduta dos homens demitidos¹⁰⁷.

Todavia, a guerra já estava travada. Segundo Paula: “A apuração foi feita por duas juntas, e ambos os partidos se consideraram vencedores. Formaram-se então duas Câmaras, funcionando no mesmo prédio em salas diferentes. Ambas no início de suas atas diziam: A Câmara legal...”¹⁰⁸ Diante do impasse, o governo estadual determinou que o mandato do Coronel Joaquim Costa fosse estendido por mais um ano, até 1917, para que houvesse tempo das partes em litígio chegarem a um acordo.¹⁰⁹

No entanto, o ano de 1916 começou ainda mais tenso. Isto porque motivos de saúde levaram o Coronel Joaquim Costa a se ausentar da cidade por dois meses. Em sua ausência, o cargo de Presidente foi transferido a Américo Pio Dias, seu correligionário e vereador. A decisão provocou alarde, pois, de acordo com a oposição, pela legislação, o cargo deveria ter sido passado ao então Vice-Presidente, Marciano Alves Maurício, membro da parentela “Alves, Versiani e Veloso”.

Não bastasse a quebra da ordem hierárquica institucional, os empregados da Câmara ainda proibiram o Vice-Presidente e os vereadores da oposição de se reunirem no edifício da edilidade. Esta situação só foi contornada por um *habeas-corpus* impetrado pelo juiz da comarca.¹¹⁰ No entanto, antes que o Vice-Presidente tomasse posse da Câmara, os

¹⁰⁶ PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.170.

¹⁰⁷ “Administração municipal: um protesto”. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso.* Montes Claros, Ano I, n.02, 18 de maio de 1916. p.03-05. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

¹⁰⁸ *Idem*, p.170.

¹⁰⁹ “Um julgado da relação política do município”. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso.* Montes Claros, Ano I, n.02, 18 de maio de 1916. p.01. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

¹¹⁰ “Administração municipal: um protesto”. *Montes Claros... Op. Cit.*

funcionários correligionários do Coronel Joaquim Costa procederam à retirada dos arquivos. Conforme o desabafo dos empregados que foram demitidos:

O facto virgem constante dos annaes desta terra é o da retirada do archivo do município, atabalhada e clandestinamente, pelos fundos do prédio, em caixotes que eram cheios ás pressas e na maior balburdia, que se deu na occasião em que o sr. cel. Costa saltando por cima da lei, teimou em não passar o exercício ao seu substituto legal, sob as razões mais capaciosas; [...]¹¹¹

Assim, por praticamente todo o ano de 1916, Montes Claros vivenciou uma dualidade de Câmaras que, por sinal, produziu situações curiosas. No mercado municipal, por exemplo, havia duas balanças e duas tesourarias, cada uma responsável pelos impostos de suas respectivas edilidades.¹¹² Embora esta duplicata seja algo interessante e aparentemente inusitado era comum, durante a Primeira República, que impasses políticos tivessem o mesmo rumo. Em São Francisco, outra cidade do Norte de Minas, também em 1916, ocorreu situação muito semelhante. E em alguns estados do país até mesmo duplicatas de assembleias legislativas e de presidências de estado aconteceram.¹¹³

A resolução do impasse em Montes Claros, no entanto, só adveio em fins de 1916, após intervenções do governo estadual, no sentido de selar um acordo entre as partes. Todavia, logo após o fatídico resultado das eleições, o então governador Delfim Moreira, em carta ao deputado Camillo Prates, já demonstrava sua disposição em resolver o impasse. Segundo ele:

Sou francamente contrario ao foguileo político dos municípios, e nunca cooperei para sepôr mais lenha na fogueira. Valia bem ter tentado medidas preventivas para evitar estas cousas e eu as tentaria, si tivesse sido avisado em tempo. O amigo é um nome feito e estimável e não precisareis **entrar se** nestas cousas p^f se manter na politica do Estado. Lamentei, pois, o caso político de Montes Claros e acho que a unica solução que consulta interesses do municipio é uma organização de accordo sem sacrificio de ninguém, e nem da verdade eleitoral. Isto satisfaserá feito conservador do governo. O amigo deve pensar e propor umas bases. Completamente isento e desejando sinceram^{te} a paz do município e a sua grandeza, eu entrarei nisto, com prazer, desde que houvesse oportunidade e possibilidade de se fazer alguma cousa.¹¹⁴

¹¹¹ “Administração municipal: um protesto”. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso*. Montes Claros. Ano I, n.02. 18 de maio de 1916. p.03. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

¹¹² PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.170.

¹¹³ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. (Horizontes Históricos), p.34.

¹¹⁴ Carta de Delfim Moreira para Camillo Philinto Prates de 04 de dezembro de 1915. Arquivo Camilo Filinto Prates, Caixa01, Pacotilha 03, Documento 04, Arquivo Público Mineiro/APM.

Como se pode notar, pela fala de Delfim Moreira, algumas questões relativas à estrutura política coronelista ficam patentes, sobretudo, a referente à necessidade dos líderes de vencerem as eleições locais para se manterem atuantes nos quadros políticos do estado. Afinal, a derrota, como já mencionado, poderia colocar o chefe e sua facção no ostracismo. Mas, em contraponto, embates violentos poderiam advir em qualquer eleição.

Em Montes Claros, o fim do impasse foi realmente o acordo. Os chefes de cada parentela, os deputados federais Camillo Philinto Prates e Honorato José Alves, juntamente com o senador Francisco Sá e os deputados Manuel Fulgêncio Alves Pereira e Afrânio de Melo Franco, se reuniram, em 30 de setembro de 1916, no Rio de Janeiro, para definir as bases do armistício. Pelo acordo, ainda naquele ano, seria realizada uma nova eleição para a Câmara Municipal, todavia, em fiel observância aos seguintes aspectos:

1º

O partido do Deputado Honorato Alves elegerá três vereadores.
O partido do Deputado Camillo Prates elegerá dois vereadores e o primeiro juiz de paz da cidade [...]

2º

Constituída a Câmara, os vereadores votarão livremente para o cargo de presidente da Câmara Municipal e, si houver empate, a sorte decidirá entre os dois votados.

3º

A eleição de vereadores e juiz de paz será feita em plena e absoluta harmonia, obrigando-se os dois deputados referidos, por si e seus amigos, a sustentar reciprocamente os candidatos um do outro, de modo que as actas da eleição sejam lavradas e assignadas de combinação.¹¹⁵

Selado o armistício entre os líderes no Rio de Janeiro; em dois de outubro de 1916, foi a vez dos chefes em Montes Claros se entenderem. Em reunião, os coroneis Francisco Ribeiro dos Santos e José Rodrigues Prates buscaram formas de viabilizar as eleições previstas no acordo. Conforme observações do historiador César Henrique de Queiroz Porto, as eleições que se procederam foram apenas o ritual de uma mera formalidade, pois os cinco vereadores foram eleitos com a mesma quantia de votos: 570. Em sua opinião, esse dado ratifica o papel da eleição como algo “[...] indispensável para dar um caráter de lisura e honestidade ao pleito. A eleição passava uma imagem de retidão e encobria a fraude, tornando-a não visível, escondida.”¹¹⁶

Outro aspecto interessante a se ressaltar foi à presença de líderes políticos federais na construção do acordo. Para o editor do “Montes Claros” tal situação passou a impressão de

¹¹⁵ “Política do município”. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso*. Montes Claros. Ano I, n.02. 12 de outubro de 1916. p.02. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

¹¹⁶ PORTO, César Henrique Queiroz. *Paternalismo, Poder Privado e Violência...Op.Cit.* p.66.

que o conflito de Montes Claros “[...] foi talvez o mais importante do Estado. Nenhum outro, ao que conste ao menos, foi ter na Capital da República, sob a influência de políticos de outra esfera [...].”¹¹⁷ Muito provavelmente, o impasse de Montes Claros não foi o único a ser resolvido na capital federal. Todavia, ele traz a tona uma interessante demonstração de como estava estruturado o sistema político coronelista. Chefes locais, em geral fazendeiros, eram tributários de líderes regionais, via de regra homens mais instruídos e detentores de cargos de deputação estadual ou federal. Estes, por sua vez, se subordinavam diretamente aos próceres da política do estado e da nação. Segundo as observações de Leal:

[...] em todos esses graus da escala política impera, como não podia deixar de ser, o sistema da reciprocidade e todo o edifício vai assentar na base, que é o “coronel”, fortalecido pelo entendimento que existe entre ele e a situação política dominante em seu Estado, através dos chefes intermediários.¹¹⁸

Não obstante a hierarquia e operosidade da estrutura coronelista, o caso de Montes Claros ainda demonstra como os grupos de parentela se adaptavam bem a este intrincado sistema político. Do lado dos “Chaves, Prates e Sá”, as bases eram dirigidas pelos coroneis José Rodrigues Prates e Joaquim Costa, ambos parentes do deputado federal Camillo Prates. Já o senador Francisco Sá era primo do referido deputado. Do lado dos “Alves, Versiani e Veloso” quem atuava como chefe local era o doutor João José Alves, irmão do deputado federal Honorato Alves. Este, por sua vez, era cunhado do deputado Afrânio de Melo Franco. Portanto, como bem analisou o historiador Cid Rebelo Horta, em seu estudo acerca das famílias governamentais de Minas Gerais, os grupos de parentela do estado estiveram, por muito tempo, intimamente presentes e atuantes em todas as esferas político-administrativas.

De fato, ao analisarmos as relações de cargos políticos ocupados por integrantes dos grupos de parentela de Montes Claros, podemos perceber como em ambos os casos havia representantes em todos os níveis governamentais. Em termos federais e estaduais, no entanto, o grupo dos “Chaves, Prates e Sá” foi o que mais se destacou. Para o posto de senador federal, por exemplo, foram eleitos dois homens: Antônio Gonçalves Chaves Júnior, que ocupou o cargo de 1894 a 1902, e Francisco Sá, eleito em várias ocasiões, entre 1906 e 1927.¹¹⁹ Não

¹¹⁷ “Política do município”. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso*. Montes Claros. Ano I, n.02. 12 de outubro de 1916. p.02. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

¹¹⁸ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto... Op.Cit.* p.44.

¹¹⁹ É necessário ressaltar que estes cargos ocupados por Francisco Sá se deram graças às bases eleitorais adquiridas no Ceará, em função do casamento com uma Acioli.MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais... Op.Cit.* p.603.

obstante o múnus de senador, Sá ainda exerceu o posto de Ministro da Viação em 1909 e de 1922 a 1926.¹²⁰

Tabela 7 Senadores Federais dos Grupos Políticos Montesclarenses

Período	Senador	Profissão	Nasc	Parentela
1894-1902	Antônio Gonçalves Chaves Júnior	Magistrado	1839	Chaves, Prates e Sá
1906 1911-1922 1927-1932	Francisco Sá	Engenheiro de Minas	1862	Chaves, Prates e Sá

Fonte: PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.197-198; MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais... Op.Cit.* p.179;603.

Também no que diz respeito ao cargo de deputado federal, o grupo dos Prates levou vantagem. Isto porque, enquanto “Alves, Versiani e Veloso” elegeram, até 1930, apenas um deputado, Honorato José Alves (1906-1929), os Prates puderam contar com quatro cadeiras na Câmara. Todavia, devemos ressaltar que, destas quatro, apenas duas foram realmente conquistadas no distrito de Montes Claros, a de Antônio Gonçalves Chaves Júnior, como constituinte entre 1891 e 1893, e a de Camillo Prates, entre 1903 e 1905 e 1909 a 1934. As demais, de Lincoln Prates (1926 a 1929) e de Auto Sá (1927 a 1929), foram obtidas em outros distritos.¹²¹ Contudo, os nomes que detiveram maior peso político regional foram, sem dúvida, os de Camillo Prates e Honorato Alves, ambos acompanharam a delegação mineira no congresso por mais de vinte anos.

Tabela 8 Deputados Federais dos Grupos Políticos Montesclarenses

Período	Deputado	Profissão	Nasc.	Parentela
1891-1893	Antônio Gonçalves Chaves Júnior	Magistrado	1839	Chaves, Prates e Sá
1934-1937	João José Alves	Médico	1872	Versiani e Veloso
1903-1905 1909-1934	Camillo Philinto Prates	Professor	1859	Chaves, Prates e Sá
1906-1929	Honorato José Alves	Médico	1868	Versiani e Veloso
1926-1929	Lincoln Prates	Advogado	1889	Chaves, Prates e Sá
1927-1929	Auto Sá	Advogado	1882	Chaves, Prates e Sá

Fonte: PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.184;185;187;198; MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais... Op.Cit.* p.560;602.

¹²⁰ MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais... Op.Cit.* p.603.

¹²¹ Lincoln Prates foi eleito deputado federal, pelo estado do Amazonas, durante o período em que assessorou Alfredo Sá na intervenção do referido estado, entre 1924 e 1925. Já Auto Sá possuía suas bases no noroeste mineiro. MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais... Op.Cit.* p.560; 602.

Em âmbito estadual, a relação de forças entre os grupos de parentela de Montes Claros foi um pouco mais equilibrada, mas, ainda assim, com maior participação dos “Chaves, Prates e Sá”. Ao longo da Primeira República, esta família deteve quatro representantes no senado mineiro. Um deles, inclusive, Antônio Gonçalves Chaves Júnior, foi seu Presidente entre 1907 e 1910.¹²² Neste posto, a facção dos “Alves” contou apenas com um representante, Antônio Augusto Veloso, entre 1891 e 1895. Já na Câmara estadual, a situação foi realmente equilibrada com dois deputados para cada grupo.

Tabela 9 Senadores Estaduais dos Grupos Políticos Montesclarenses

Período	Deputado	Profissão	Nasc.	Parentela
1889-1907	Camillo Philinto Prates	Professor	1859	Chaves, Prates e Sá
1891-1895	Antônio Augusto Veloso	Magistrado	1856	Versiani e Veloso
1891-1898	Carlos de Oliveira Sá	Fazendeiro	1839	Chaves, Prates e Sá
1907-1911	Antônio Gonçalves Chaves Júnior	Magistrado	1839	Chaves, Prates e Sá
1922	Alfredo Sá	Magistrado	1878	Chaves, Prates e Sá

Fonte: MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais...* Op.Cit. p.179;559;602-603;707.

Tabela 10 Deputados Estaduais dos Grupos Políticos Montesclarenses

Período	Deputado	Profissão	Nasc.	Parentela
1891-1899	Camillo Philinto Prates	Professor	1859	Chaves, Prates e Sá
1895-1906	Celestino Soares da Cruz	Comerciante	1844	----
1903-1906	Honorato José Alves	Médico	1868	Versiani e Veloso
1919-1922	Oscar Versiani Veloso	Advogado	1887	Versiani e Veloso
1925-1926	José Martins Prates	Advogado	1886	Chaves, Prates e Sá

Fonte: MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais...* Op.Cit. p.23-24;207;559;560;710;

Como se pode observar, ambos os grupos de parentela tiveram boa participação no cenário político. Todavia, nos cargos de representação, sobretudo os federais, “Chaves, Prates e Sá” detiveram maior participação. Um dos motivos, para esta predominância pode ser buscada no amplo raio de atuação desta família. Pois, nos fins do século XIX, alguns dos membros desta parentela se deslocaram para região Noroeste de Minas. Lá, o grupo estabeleceu novas bases de apoio e se tornou uma das principais facções do município de Teófilo Otoni. Segundo as análises de Horta:

Nos primeiros anos da República, o senador Carlos Sá foi o chefe situacionista do município, prestigiado por Crispim Jacques Bias Fortes. Silviano Brandão, no entanto, prestigiaria em seguida os Otoni, [...] Mas os Sá-Prates, com a chegada de Artur Bernardes no poder, acabaram por ter a

¹²² WIRTH, John. *O Fiel da Balança...* Op. Cit. p.339.

sua oportunidade. Alfredo Sá, filho de Carlos Sá, seria chamado para o governo, [...] Recomeça daí por diante o domínio dos Sá-Prates, A Alfredo Sá, deputado, senador, vice-presidente do Estado, segue-se na chefia o seu cunhado e deputado José Martins Prates, a este o seu sobrinho, Pedro Martins Abrantes [...]”¹²³

Em contraponto, os “Alves, Versiani e Veloso” se mantiveram firmes nos arredores de Montes Claros e tiraram a sua diferença política, em termos de cargos, com o controle da Câmara Municipal, por longos períodos. Assim, em toda a Primeira República, o grupo ocupou a presidência da edilidade por nove vezes, totalizando cerca de vinte e três anos de governo. Destes, pelo menos dezoito se deram nas duas primeiras décadas republicanas. Para Porto, inclusive:

[...] a década de 1910 [...] mostrava o predomínio indiscutível dos irmãos Alves na política de Montes Claros. Honorato Alves possuía a deputação federal e representava o seu grupo na capital federal. Em Montes Claros seu irmão cuidava da base política e mais [de]uma vez comandaria a edilidade municipal.¹²⁴

Na década seguinte, 1910-1920, adveio a presidência do Coronel Joaquim Costa e os tumultos resultantes da dualidade de Câmaras. Por isso, “Chaves, Prates e Sá” retomaram o controle local, por mais cinco anos (1912-1917). Isto é, até que as fraudulentas eleições, realizadas após o acordo, devolvessem o poder municipal ao grupo dos Alves. Assim, apesar dos apelos feitos pelo governador Delfim Moreira, de que não fosse sacrificada a verdade eleitoral, o acordo possuía uma brecha à fraude. Pois, previa que na disputa pela presidência, em caso de empate, valeria a sorte. E o empate aconteceu, entre o capitão João Cattoni Pereira da Costa e o doutor João Alves. Realizado o sorteio, o nome apurado foi o de João Alves. Houve protestos e descobriu-se que em todos os dois papeis sorteados constava o mesmo nome. Segundo Paula, as manifestações de nada valeram e “[...] o Governo do Estado concordou com a presidência de João Alves [...]”¹²⁵

¹²³ HORTA, Cid Rebelo. *Famílias Governamentais de Minas Gerais... Op.Cit.* p.136.

¹²⁴ PORTO, César Henrique Queiroz. *Paternalismo, Poder Privado e Violência...Op. Cit.* p.79.

¹²⁵ Idem, p.170.

Tabela 11 Relação dos Presidentes da Câmara Municipal de Montes Claros (1890-1928)

Período	Presidente	Parentela
1890-1892	Camillo Philinto Prates	Chaves, Prates e Sá
1892	Carlos José Versiani	Alves, Versiani e Veloso
1893	Celestino Soares da Cruz	----
1893-1897	Honorato José Alves	Alves, Versiani e Veloso
1898-1900	Simeão Ribeiro dos Santos	Alves, Versiani e Veloso
1901-1904	Augusto Prudêncio da Silva	Alves, Versiani e Veloso
1905-1908	Honorato José Alves	Alves, Versiani e Veloso
1909-1911	João José Alves	Alves, Versiani e Veloso
1912-1917	Joaquim José da Costa	Chaves, Prates e Sá
1915	Dualidade de Câmaras	----
1917-1919	João José Alves	Alves, Versiani e Veloso
1920-1922	João José Alves	Alves, Versiani e Veloso
1923-1926	Antônio Versiani dos Anjos	Alves, Versiani e Veloso
1927-1928	José Correa Machado	Chaves, Prates e Sá
1928	Pedro Augusto Veloso	Chaves, Prates e Sá
1928-1930	Alfredo de Sousa Coutinho	Alves, Versiani e Veloso

Fonte: PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op. Cit.* p.176-190.

Os anos vinte estabeleceram um intervalo de paz com a realização de um novo acordo e a eleição de um candidato de conciliação. A ideia era unir forças com o propósito de obter para a cidade um grande benefício: a construção da ferrovia. O panorama político na ocasião era propício, já que um mineiro, Artur Bernardes, era o Presidente da República e, um norte mineiro, Francisco Sá ocupava o Ministério da Viação. Ademais, de 1922 a 1924, o deputado Honorato Alves integrou a Comissão de Obras Públicas da Câmara dos Deputados. O momento, portanto, era oportuno. E por isso, em torno da causa as facções locais buscaram o conagraçamento e elegeram como administrador local um nome de conciliação, o Coronel Antônio Versiani dos Anjos.

Assim até a inauguração da ferrovia, em 1926, nenhum grande embate ocorreu na cidade. Nem mesmo as divergências oriundas da Reação Republicana, em 1922, que movimentaram o país, surtiram efeito em Montes Claros. A este período os esforços e o objetivo dos grupos locais eram um só: a ferrovia. Porém, após a realização do grande sonho, novas disputas vieram à tona, em 1927 e 1930. Estas por envolverem mais diretamente relações políticas federais, assim como um evento de 1918, serão alvo de análises de nosso próximo capítulo.

Portanto, pelos dados acima elencados podemos perceber como a disposição de forças das facções políticas montesclarenses estavam bem articuladas com o sistema político coronelista, como um todo. E, não invariavelmente, a dimensão da violência se fez presente

nas variadas disputas locais que, por sinal, eram eivadas de rivalidade, provocação e estratégias.

Como visto, latifúndio, família e poder foram os principais elementos que consubstanciaram, por todo o país, um arcabouço político eminentemente tradicional e elitista. Neste sistema, implantado ainda na Colônia, a grande maioria da população era mantida à margem de qualquer decisão político-administrativa. Na verdade, não poderia ser de outra forma. Vivendo predominantemente no campo, alheio à qualquer instituição política, e na dependência econômica dos potentados, não restava outra alternativa ao cidadão comum do que o de se manter sempre fiel e cordato ao chefe. Esta situação, que perdurou por muito tempo na política brasileira, foi propícia à manutenção do poder, em seus mais variados tipos e graus hierárquicos, na mão de denotados grupos político-familiares.

Em Minas Gerais, assim como em todo o país, uma verdadeira elite oligárquica foi formada por importantes grupos de parentela, que se estendiam por amplas regiões do estado. Com a proclamação da República, em 1889, as bases político-federativas do novo regime, somadas à extensão do sufrágio, possibilitaram o surgimento de um intrincado arranjo político que ia das bases a presidência da República, isto é, do coronelismo.

Ao analisarmos o panorama político e econômico do Norte de Minas e, especificamente o de Montes Claros, no Período da Primeira República, tivemos a oportunidade de observar como as condições desta região foram propícias ao florescimento do coronelismo. Pobre, distante, castigada por secas periódicas e ocupada por vastos latifúndios controlados por famílias de potentados, a área setentrional do estado passou a ser vista como a terra dos coroneis. Homens que não se abstiveram de variadas estratégias e acirradas pugnas familiares para se manterem sempre no poder e sob o amparo das eminências do Partido Republicano Mineiro.

3 ENTRE A CAPITAL E O INTERIOR: CORONEIS SERTANEJOS A SERVIÇO DA ELITE MINEIRA

Para o historiador John Wirth os políticos mineiros apresentavam um típico comportamento: “[...] brigavam em casa, mas se uniam na arena federal.”¹²⁶ Esta atitude teria possibilitado ao estado alcançar o papel de principal ator da política nacional. Pois, unida, Minas detinha a maior bancada parlamentar no congresso e, em consequência, liderava boa parte dos postos administrativos, governamentais e a direção de importantes comissões. Todavia, esta supremacia só se tornou possível pela existência de uma estrutura político-partidária estadual capaz de fazer prevalecer a união da elite mineira, seja pela força ou pela cooptação clientelista. Nesta estrutura, uma infundável rede de coroneis se irradiava da capital até os mais distantes rincões, de modo a amarrar em suas teias elementos fieis e dispostos a acompanhar o Partido Republicano Mineiro, em todas as suas deliberações.

No entanto, em variados momentos críticos da política brasileira, a autoridade do PRM se viu comprometida e a fidelidade dos coroneis foi posta à prova. Em 1910 e 1930, por exemplo, a elite montanhesa se viu cindida em blocos distintos. Na “Campanha Civilista”, entre pró-Hermes e pró-Rui. Em 1930, entre “Concentração Conservadora” e “Aliança Liberal”.

O estudo destes dois eventos nacionais, somados à conturbada campanha, em Montes Claros, que consagrou Epiácio Pessoa como Presidente da República, em 1918, nos possibilitará uma melhor compreensão do difícil posicionamento político dos deputados-líderes dos grupos de parentela de Montes Claros. As escolhas e os direcionamentos propostos pelos líderes de cada parentela em situações críticas nos permitirão compreender as estratégias tomadas com vistas a satisfazer tanto aos interesses do partido quanto aos de suas bases. Ademais, nos facultará um melhor entendimento do comportamento dos seus grupos de apoio durante os momentos de crise, sejam elas de âmbito federal, sejam, a exemplo de 1918, em virtude de divergências locais.

¹²⁶ WIRTH, John. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.216.

3.1 Velhos atores em um novo regime: manutenção da estrutura de poder local e acirramento das disputas políticas

O fato de a política montesclarensense ser palco de disputas entre apenas dois grupos acabou resultando num frágil equilíbrio de poder capaz de ser desestabilizado a cada pleito. A socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz já preconizou este tipo de situação em seus estudos sobre o mandonismo local¹²⁷. Segundo ela, a existência de uma cidade ou região dominada por apenas uma família praticamente inibe a possibilidade de conflitos. Porém, nos casos em que o campo político é disputado por vários grupos, a probabilidade de lutas é bem maior, assim como a capacidade de alianças que impeçam grandes embates. Entretanto, a situação se torna mais grave quando duas parentelas disputam o poder. “A presença, frente à frente, de apenas duas famílias, tende a dar mais agressividade às relações políticas”¹²⁸, pois as relações se enrijecem, a capacidade de alianças ou acordos se torna ínfima e a propensão para as lutas constantes.

Ao longo de toda a historiografia brasileira é possível encontrar registros variados sobre rivalidades e lutas entre famílias. Da Colônia à República, o poder local foi objeto e palco de acirradas disputas entre parentelas. Por sinal, muitas eram temidas pela grande possibilidade de se transformarem em convulsões regionais. Tal fato se deve à grande dispersão dos laços de parentesco, capazes de serem mobilizados durante os conflitos. Como já demonstrou o historiador Cid Rebelo Horta¹²⁹, em seu clássico estudo sobre as famílias governamentais de Minas Gerais, muitos dos principais grupos de parentela do estado eram ligados por laços consanguíneos. Assim, famílias de regiões distantes como a “Chaves, Prates e Sá” de Montes Claros tinham parentesco com os “Machado”, com os “Felício dos Santos” e com os “Lessa” de Diamantina.

A luta pelo poder local envolvendo famílias parece ter constituído um padrão perceptível em todos os lugares e períodos da história nacional. Para Montes Claros, por exemplo, vários são os relatos dos memorialistas e os registros das atas da Câmara Municipal sobre repressões e violências ocorridas durante as eleições Imperiais. Contudo, deixaremos essa questão de lado e nos concentraremos em nosso foco, isto é, a Primeira República.

¹²⁷ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: *O Mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p.158.

¹²⁸ Idem, p.158.

¹²⁹ REBELO HORTA, Cid. Famílias Governamentais de Minas Gerais. In: *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte, 1986, ano 1, n.2, maio/agosto.

Ao estudarmos esse período da história de Montes Claros todas as fontes, indícios e trabalhos já produzidos apontam para uma continuidade da instabilidade do campo político. Tal situação não poderia ser diferente num município cuja população era calculada, em 1916, em 52.000 habitantes, sendo que desses, 28.000 residiam na sede e apenas 2.524 constituíam o contingente eleitoral¹³⁰. Mesmo discutíveis, esses números mostram que apesar da ampliação republicana do direito ao voto, a política conservava-se como um campo de participação restrita. Todavia, os números montesclarenses refletem um padrão nacional. Segundo John Wirth a média nacional de eleitores gravitava entre 1 e 3% do contingente populacional. Para Montes Claros os números apontam 4,85%, ou seja, acima até mesmo dos dados levantados pelo próprio Wirth para o Norte de Minas, 3,91% entre 1898-1900 e 3,18% entre 1920-1921¹³¹. Wirth afirma ainda que: “Em 1921, por exemplo, Belo Horizonte com 4.662 eleitores registrados estava em nono lugar, atrás de baluartes da Zona da Mata, como Carangola, Muriaé e Viçosa; e tinha apenas 600 eleitores a mais do que Montes Claros, um bastião eleitoral do Norte.”¹³² Logicamente, o elevado índice de Montes Claros se prende à uma considerável margem de fraude eleitoral.

Todavia, todos os fatores convergiam para uma continuidade no poder dos mesmos grupos que fizeram a política durante o Império. Isto é, com a República pouco mudou, nenhuma alteração radical foi operada. Tal situação foi motivo de profundo desagrado aos ideólogos republicanos. Em Minas Gerais então, pode-se crer que as alterações foram ainda menos perceptíveis, pois, proclamado o novo regime, um republicano de véspera foi designado à presidência do estado, José Cesário de Faria Alvim, fazendeiro da cidade de Ubá e antigo militante do Partido Liberal. A escolha de Alvim se deu sem a participação dos republicanos mineiros e se pautou em ligações prévias com o Marechal Deodoro da Fonseca. Apesar disso, as análises da historiadora Maria Efigênia Lage Resende indicam que o grupo republicano mineiro também não se encontrava devidamente preparado para assumir a direção do estado, tanto que foi pego de surpresa com a notícia do novo regime. Ademais, o republicanismo em Minas Gerais não constituía uma força tão considerável¹³³. Segundo os

¹³⁰ Segundo as estimativas de Urbino Vianna, a população de Montes Claros em 1916 era de cerca de 52.000 habitantes divididos da seguinte maneira: Sede do município: 28.000; Distritos: Brejo das Almas: 12.000; Morrinhos: 5.000; Juramento: 4.000; Bella Vista: 3.000. Acerca do contingente eleitoral Vianna ressalta: “*Pela última revisão (1915) o número de eleitores se eleva a 2.524, distribuídos pelas dezesseis secções de que se compõem o município. Na cidade o número de secções se eleva a sete com um efectivo de 1.296 eleitores.*” C.f. VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia do Município de Montes Claros – breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos*. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p.191.

¹³¹ WIRTH, John. *O Fiel da Balança... Op. Cit.* p.193.

¹³² Idem, p.193.

¹³³ RESENDE, Maria Efigênia Lage. *Formação e estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM, 1889-1906*. Belo Horizonte: UFMG, 1982. p.55.

dados de George C. Boehrer, os republicanos perfaziam cerca de 30% do eleitorado¹³⁴. Contudo, esse número pode ser ilusório, pois congrega tanto os conservadores que após a abolição do elemento servil se transferiram para o Partido Republicano, quanto alguns liberais oportunistas que visavam espaço no novo regime. Neste sentido, os verdadeiros republicanos perfaziam um número bem inferior a 30%. Para se ter ideia da insipiência dessa corrente, em algumas cidades mineiras, os grupos republicanos só foram criados meses antes da Proclamação. Em Montes Claros, por exemplo, o Clube Republicano só foi fundado em 23 de junho de 1889¹³⁵ e mesmo assim, quase todos os seus membros eram egressos do Partido Conservador. Deste modo, o republicanismo em Minas Gerais não constituía nenhuma tradição, à exceção das regiões Sul e da Zona da Mata.

No entanto, não tardou muito e o Presidente Cesário Alvim começou sua política de organização estadual. Sua estratégia tinha como pedra angular a conciliação política de todas as correntes, isto é, tanto monarquistas quanto republicanos seriam convidados a participar do novo regime, em tese, sem distinções ou exclusivismo. A proposta, entretanto, encontrou fortes resistências. Os históricos, que vinham militando na causa republicana desde o manifesto de 1870, esperavam assumir a República com exclusividade. Diferentemente, a corrente liderada em Minas por João Pinheiro admitia a participação de todos, desde que, a direção recaísse apenas sobre os antigos e legítimos republicanos. Segundo o próprio João Pinheiro: “A República aceita a ‘colaboração’ leal de todos os velhos partidos sem nenhuma preferência e sem nenhuma exclusão, mas a ‘direção’ política pertence aos mais responsáveis que são os mais antigos. É isto absolutamente justo”¹³⁶.

No entanto, a proposta de Pinheiro encontrou nos históricos e nos adesistas fortes obstáculos e acabou prevalecendo a conciliação alvinista. Ou seja, o belo sonho republicano de mudanças profundas e de assunção à direção pública terminou naufragando num mar de desilusões. Nos mais diversos pontos de Minas, liberais e até mesmo conservadores foram nomeados à direção das intendências municipais¹³⁷. Em Montes Claros, por exemplo, a Intendência foi entregue a um liberal convicto e averso à República, Camillo Philinto Prates. Tal aversão é expressa nas correspondências trocadas com o amigo Chrispim Jacques Bias Fortes que afirma:

¹³⁴ BOEHRER, George C. A. O Partido Republicano em Minas Gerais. In: Da monarquia à república; história do partido republicano: 1870-1889. Rio de Janeiro: MEC, 1954. Apud RESENDE, Maria Efigênia Lage. *Formação e estrutura de dominação em Minas Gerais... Op.Cit.* p.55.

¹³⁵ C.f. PEREIRA, Alberto Cassimiro de Azevedo et al. Manifesto. *Correio do Norte*. Montes Claros. Ano VII, n.320. 21 de setembro de 1890. p.04. N.A.:C.02/001-0001 E.T.:TX/AG01(01)/XX/PC.02/XX/EC.02. Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

¹³⁶ RESENDE, Maria Efigênia Lage. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais... Op.Cit.* p.57.

¹³⁷ Idem. p.58.

Deves lembrar-te de que, depois de teres affirmado p^r muitas vêzes que não éreis republicano, p^r que tenheis horrôr á republica, em uma dessas vêzes enterpellei-te pl^a razão desse mêdo e então disceste-me: Tenho mêdo da republica não p^r que não seja Ella a forma de governo a mais natural, mas p^r que no Brasil só haverá republica p^r meio de uma dictadura militar, e é p^r causa do meio que tenho mêdo.¹³⁸

Apesar da resistência ao novo regime Camillo Prates não perdeu a oportunidade de assumir a direção do município, e nem poderia. Por quase todo o Império “Chaves, Prates e Sá” e “Versiani e Veloso” se confrontaram pela direção da Câmara Municipal de Montes Claros. No entanto, foi no alvorecer da República que a sua parentela teve a bela oportunidade de assumir o poder local de modo quase integral. O quadro abaixo evidencia esta informação:

Tabela 12 Composição da Intendência de Montes Claros (1890-1892)

Cargo	Nome	Parentela	Tipo de vínculo	Partido
Presidente	Camillo Philinto Prates	Chaves, Prates e Sá	Consanguíneo e casamento	Liberal
1º Vice-Presidente	João Antônio Gonçalves Chaves	Chaves, Prates e Sá	Consanguíneo	Liberal
2º Vice-Presidente	Alberto Casimiro de Azevedo Pereira*	-----	-----	Republicano
Membro da Câmara	Francisco Cândido de Almeida**	-----	-----	-----
Membro da Câmara	Antônio Francelino Lafeté	Chaves, Prates e Sá	Casamento	Liberal
Membro da Câmara	José Rodrigues Prates	Chaves, Prates e Sá	Consanguíneo e casamento	Liberal
Suplente	Sílvio Teixeira de Carvalho	Chaves, Prates e Sá	Amizade	Liberal
Suplente	Torquato Máximo Orsini e Castro	Versiani e Veloso	Consanguíneo	Republicano

* Alberto Casimiro Azevedo Pereira não tomou posse. Para seu lugar foi nomeado o Coronel Celestino Soares da Cruz.

** Não conseguimos reunir dados suficientes e precisos sobre Francisco Cândido de Almeida.

Fonte: PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda. 1957.; VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia do Município de Montes Claros – breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos*. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.

Como se pode observar, a composição da Intendência montesclarensense não primou pela “conciliação alvinista”. Muito pelo contrário, quase todos os postos foram entregues a antigos liberais da parentela “Chaves, Prates e Sá”, todos parentes muito próximos como

¹³⁸ Carta de Chrispim Jacques Bias Fortes para Camillo Philinto Prates de 02 de janeiro de 1890. Arquivo Camilo Filinto Prates, Caixa01, Pacotilha 01, Documento 02, Arquivo Público Mineiro/APM.

primos e cunhados. No entanto, os laços que uniam a parentela na Intendência gravitavam em torno de um nome mais importante, o do Doutor Antônio Gonçalves Chaves Júnior.

O Doutor Chaves, como ficou conhecido, se notabilizou no Império por ter sido Presidente das províncias de Santa Catarina, de Minas Gerais e líder da maioria liberal na assembleia mineira entre 1868 e 1869. Com a proclamação da República, Gonçalves Chaves se manteve ao lado do colega liberal, Cesário Alvim, que o tornou um dos “[...] principais diretores da política mineira na fase de organização”¹³⁹, isto é: “o órgão consultivo do governo de Minas, durante o regime provisório, em tudo o que concernia á política do Norte do Estado”¹⁴⁰. Ademais, a nomeação foi estratégica, pois, por um lado, garantia o controle das bases aos parentes e liberais durante seu afastamento para presidir as sessões preparatórias da Câmara dos Deputados; por outro, tolhia conservadores e republicanos do poder e influência na região Norte. O fato é que Gonçalves Chaves, em Montes Claros, e João da Mata Machado, em Diamantina, faziam do Norte um dos principais redutos da política alvinista¹⁴¹. Portanto, nada mais lógico que a composição da Intendência de Montes Claros propiciasse um ponto de apoio cordato e fiel a Alvim.

Como se é de esperar, a notícia da nomeação dos “Chaves, Prates e Sá” para a direção do município foi recebida com insatisfação pelos conservadores, mas, principalmente, pelos republicanos, que ao saberem da proclamação da República, festejaram efusivamente pelas ruas da cidade. No entanto, o clima de euforia pelo novo regime logo foi suplantado pela notícia de que apenas a segunda vice-presidência havia sido reservada aos republicanos. O cargo foi prontamente recusado por Alberto Cassimiro de Azevedo Pereira que foi substituído pelo conservador, Coronel Celestino Soares da Cruz. Todavia, o desabafo de republicanos e conservadores com a situação foi emblemático:

Senão vejamos de que modo se organizou nesta cidade a Intendência Municipal. Os dois primeiros membros dela são liberais; o último republicano, e que, já consta, não aceita a nomeação. Talvez seja substituído por algum irmão ou cunhado dos dois primeiros, porque assim fica mais bem arranjado o tal entendimento ou intendência...¹⁴²

Em manifesto publicado no jornal *Correio do Norte*, de 21 de setembro de 1890, o Clube Republicano de Montes Claros expôs sua insatisfação com os rumos do novo regime e com a Intendência nomeada:

¹³⁹ RESENDE, Maria Efigênia Lage. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais... Op.Citp.* p.98.

¹⁴⁰ PIRES, Antônio Olynto dos Santos. *Silhuetas Parlamentares*. Apud RESENDE, Maria Efigênia Lage. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais... Op.Cit.* p.97-98.

¹⁴¹ RESENDE, Maria Efigênia Lage. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais... Op.Cit.* p.98.

¹⁴² PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.27.

MANIFESTO

O Clube republicano Montesclareense, formado ainda nos calamitosos tempos da monarquia, não podia, de modo algum, deixar de receber, com entusiástico prazer a noticia dos acontecimentos do dia 15 de Novembro do anno p.passado, nem deixar de auxiliar efficazmente o governo provisório que assumiu a tarefa de dirigir os negocios do paiz até a definitiva instalação da Republica, apoiando-o com toda a lealdade. [...]

Mau grado seu, porem, não só viu que o novo governo conservava em logares de confiança empregados do decahido regimen, como que para os que preenchia com novas nomeações, eram preteridos antigos republicanos de incontestáveis méritos, e, de preferencia se nomeavam homens que haviam sustentado com frenesi o governo ao banido Visconde de Ouro Preto, facto que confirmava o boato de que o governo de Minas nada faria de encontro à vontade de certo *figurão*, amigo intimo e sustentador do chefe do ultimo gabinete de D. Pedro de Alcântara.

Em decepções amargas, pois, conveteram-se todas as alegrias dos sinceros republicanos deste lugar, onde, então como agora predomina um grupo [...] Votados ao ostracismo na monarchia, continuam, da forma de governo, pela qual pelejaram, a ser victimas de preterições injustas.¹⁴³

Mesmo sob protestos nada mudou, os republicanos continuaram excluídos do poder. Todavia, as disputas em nível nacional da primeira fase do novo regime tiveram reflexos no comando da política montesclareense. Isto porque, em 3 de novembro de 1891, o Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, tentou um golpe. Precipitadamente, em Minas Gerais, Cesário Alvim se pronunciou a favor de Deodoro. Contudo, logo sobreveio o contragolpe de Floriano Peixoto. A situação de Alvim se tornou crítica. Conforme a historiadora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi: “Em função da derrota interna e da conjuntura nacional desfavorável, os políticos ligados à liderança de Cesário Alvim e de Deodoro passaram a sofrer dura oposição dos adversários, que resultou na renúncia do governador mineiro.”¹⁴⁴

De fato, logo depois do anúncio da saída de Alvim do governo, o político alvinista e intendente de Montes Claros, Camillo Prates, também deixou o seu cargo. Diante da situação, o grupo de ex-conservadores da cidade, capitaneados pelos “Versiani e Veloso”, não perdeu tempo para se aproveitar da fragilidade momentânea dos “Chaves, Prates e Sá”, propiciada pela queda de Alvim. Para isso, constituíram para a primeira eleição municipal republicana uma chapa com a presença do velho e proeminente médico Carlos José Versiani. A medida foi uma clara estratégia do grupo para garantir a vitória nas eleições. Prova disso é o fato de

¹⁴³ PEREIRA, Alberto Cassimiro de Azevedo et al. Manifesto. *Correio do Norte*. Montes Claros. Ano VII, n.320. 21 de setembro de 1890. p.03. N.A.:C.02/001-0001 E.T.:TX/AG01(01)/XX/PC.02/XX/EC.02. Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

¹⁴⁴ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República, *Locus, Revista de História*, Juiz de Fora: EDUFJF, v.5, n.2, 1999. p.93.

que depois de eleito, o Doutor Carlos presidiu poucas sessões, logo passou a presidência ao vice, Coronel Celestino Soares da Cruz¹⁴⁵.

Como se vê, o advento da República não trouxe qualquer alteração no que se refere à substituição dos mandatários locais e de suas parentelas à frente do município. Muito pelo contrário, as bases federalistas do novo regime conciliada com a relativa universalização do direito ao voto propiciaram um reforço do poder dos chefes locais.

No que se refere ao federalismo, especialmente em Minas Gerais, podemos assinalar duas fases: a primeira de 1892 a 1898, marcada pela ampla autonomia municipal; a segunda, de 1898 a 1930, que ficou assinalada pela subordinação dos coroneis ao partido majoritário estadual, o PRM. Apesar de todos os dois períodos se caracterizarem por posturas distintas no que diz respeito às relações estado-município, ambos se caracterizaram pelas lutas políticas no interior, no âmbito das pequenas cidades. Todavia, a motivação das lutas era um pouco distinta. No primeiro caso, os senhores locais detinham autonomia excessiva, assim travavam embates violentos contra os rivais para estar à frente do poder local e não se subordinavam a nenhum partido ou grupo de poder superior. No segundo caso, os coroneis tinham de lutar, principalmente nas urnas, para se sagrarem vencedores e assim obterem o apoio do governo estadual e do PRM. A principal diferença dos dois momentos é que no segundo, o sistema coronelista encontra-se articulado ao jogo de interesses da elite estadual e o primeiro ainda não. Contudo, a transformação de uma situação para outra demandou várias alterações legais que cercearam a autonomia municipalista. Mais simplificada, foi a subordinação dos coroneis pelo amesquinamento do município, tanto legal quanto financeiramente que, em Minas Gerais, corrigiu o coronelismo em favor da máquina oligárquica estadual.¹⁴⁶

Somado ao princípio federalista, a ampliação do direito ao voto, advinda com a Constituição de 1891, também representou um reforço do poder local, uma vez que possibilitava a inserção às hostes de eleitores de todo um agregado de indivíduos que viviam à dependência dos coroneis e demais chefes. Ao se verem na condição de eleitores, lavradores, sitiantes, vaqueiros, foíceiros, jagunços, comerciantes e, até mesmo, profissionais liberais, se encontravam na obrigação de atender ao pedido ou à indicação de voto do coronel. Caso contrário, o indivíduo deixaria de ser assistido e passaria a ser perseguido. Oliveira Viana descreve muito bem a relação de dependência e compromisso que acabava se estabelecendo entre o homem interiorano desprovido e o coronel:

¹⁴⁵ PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.168-169.

¹⁴⁶ RESENDE, Maria Efigênia Lage. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais... Op.Cit.* p.191.

É o fazendeiro, o “coronel”, quem assiste o jeca nas suas dificuldades de vida, é quem lhe dá um trecho de terra para cultivar, é quem lhe fornece remédios, é quem o protege das arbitrariedades dos governos, é o seu intermediário junto às autoridades. Criou-se desta forma, desde a colônia, um poder que a lei desconhece, mas que é um poder de fato e incontestável, imposto pelas contingências do meio.¹⁴⁷

Portanto, ao invés de refrear o tradicional poder privado dos coroneis, a Carta de 1891 acabou surtindo efeito contrário, ao proporcionar novo fôlego “à decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra”¹⁴⁸. Pois, lhes possibilitava o controle de determinada quantia de votos, todos passíveis de barganha com os chefes superiores. Em troca, os coroneis podiam auferir todo um universo de benefícios, tais como: nomeações a cargos públicos, isenções fiscais e uma miríade de favores advindos da administração pública. Essa era a essência de um compromisso em que “o Presidente do Estado atendia aos pedidos de nomeação ou de força do chefe local – este fazia as eleições com o Presidente”¹⁴⁹. Segundo o historiador César Henrique de Queiroz Porto, foi assim em Montes Claros, logo após a nomeação dos “Chaves, Prates e Sá” à intendência: “Camilo Prates [...] vai acabar favorecendo, nas nomeações, pessoas ligadas ao seu grupo político, principalmente membros de sua parentela”¹⁵⁰.

Foi por meio da análise dessas relações tão tradicionais e intrincadas que Victor Nunes Leal se deparou com um padrão de comportamento político pautado, sobretudo, na continuidade do mandonismo local e no binômio dependência e compromisso. Para ele, a origem dessa situação residia na superposição de formas desenvolvidas do regime representativo, advindas com a Constituição de 1891, a uma estrutura econômica e social inadequada que concorreu, inevitavelmente, para a formação de “[...] uma forma peculiar de manifestação do poder privado. Ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa”¹⁵¹. A esse tipo de comportamento, Leal atribuiu o nome de coronelismo, em alusão a mais alta patente da Guarda Nacional detida geralmente pelos

¹⁴⁷ VIANA, Oliveira. Apud LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. p.25.

¹⁴⁸ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto... Op.Cit.* p.20.

¹⁴⁹ FLEICHER, David V. O Recrutamento político em Minas Gerais 1890/1918. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte: UFMG, v.30, 1971. p.56.

¹⁵⁰ PORTO, César Henrique Queiroz. *Paternalismo, Poder Privado e Violência: o campo político Norte-mineiro durante a Primeira República*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. p.50.

¹⁵¹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto... Op.Cit.* p.20

grandes chefes políticos ou a eles conferida nominalmente pela população em virtude do poder e *status*.

Na verdade, somente os mais abastados poderiam lançar mão de recursos para desfrutar do mais caro e alto posto da Guarda Nacional, ou seja, os que ocupavam o topo da hierarquia política e econômica. Todavia, deter uma patente militar, mesmo que de grau inferior, era algo bem quisto e almejado pela maioria dos homens. A patente, seja qual fosse, conferia distinção e *status*. Ademais, nada impedia a posterior ascensão. Em uma de suas incursões pelo sertão norte-mineiro, o memorialista Nelson Vianna se deparou com a curiosa situação de um velho fazendeiro que, por muito tempo, ostentou o título de Tenente, mas que havia conseguido a elevação à Coronel. No entanto, o hábito da população e dos amigos de lhe chamarem pelo antigo posto lhe causava aborrecimento. Por isso mesmo, mandou emoldurar e afixar em uma das paredes da sala a patente de Coronel. Quando algum incauto se esquecia da advertência exposta, o fazendeiro bradava: “Ou o senhor me dê tudo a que tenho direito ou não me dê nada! Há que tempo já, que sou Coronel!”¹⁵²

A distinção militar imiscuía-se de tal forma à imagem do indivíduo que precedia ou até mesmo substituía o seu nome. Além disso, a preocupação com a correta designação do posto refletia a necessidade constante de afirmar a posição na hierarquia social. Segundo Richard Graham, os trajes dos oficiais da Guarda Nacional com todas as suas insígnias tinham essa função de diferenciação hierárquica, especialmente nas ocasiões públicas¹⁵³.

Portanto, eram nas bases, na vida cotidiana das pequenas cidades e lugarejos que o coronelismo se desenvolvia de modo mais claro, mais intenso e violento, ao abarcar nas disputas políticas não apenas as facções, mas toda a população. Afinal, era o resultado das urnas eleitorais de cada cidade que definiam as alianças a serem forjadas e, principalmente, qual facção receberia o apoio governamental com suas benesses e a “carta-branca” para agir contra os adversários.

Sendo assim, podemos considerar que o coronelismo possuía em si diversos fatores que convergiam, inevitavelmente, para um acirramento das disputas políticas no âmbito municipal. Consideremos, em primeiro lugar, que a Constituição de 1891 aboliu as barreiras censitárias e o sistema de eleição escalonado. Dessa forma, todos os votos passaram a deter o mesmo valor, independente se eram do coronel, dos seus correligionários ou do homem simples do campo e da cidade. Portanto, todos se tornaram passíveis de pressão, cooptação e barganha, até mesmo os analfabetos, legalmente excluídos do processo eleitoral, mas

¹⁵² VIANNA, Nelson. *Foiceiros e Vaqueiros*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956. p.24.

¹⁵³ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p.160.

rotineiramente alistados de modo fraudulento. Para Resende, por mais comum que tenham sido as fraudes eleitorais se relacionam a uma situação paradoxal: enquanto a Constituição avançou no sentido do liberalismo, a legislação eleitoral permaneceu conservadora; clara estratégia para manter a tradicional estrutura de poder intacta.¹⁵⁴

Segundo, se o coronelismo foi realmente uma manifestação do decadente poder privado dos potentados, que buscavam se sustentar num aparato estatal em franco processo de fortalecimento, nada mais lógico que se reforçasse a pressão eleitoral sobre toda a comunidade, especialmente sobre àquela parcela mais humilde sem condições de se opor às diretrizes políticas do coronel. A luta de cada facção por votantes tendia a colocar os eleitores em situações delicadas, uma vez que cada lado detinha recursos estratégicos e essenciais à população, a exemplo de médicos, professores, advogados, comércio e recursos financeiros. Ademais, havia a pressão coercitiva representada por inúmeros homens armados, os jagunços.

Terceiro, boas vitórias com largas margens de votos à frente da facção rival eram importantes, pois serviam para demonstrar para a tarasca do partido estadual que os vencedores formavam a ala mais poderosa da localidade, portanto, digna de atenção. Afinal, dada a vitória no pleito, o grupo auferia o posto de aliado local preferencial do partido nas eleições estaduais e federais.

Quarto, Montes Claros constituía uma comunidade relativamente pequena e desprovida de grandes recursos, o que induzia a maior parte da população a depender, em algum momento da vida, dos favores de um coronel pertencente à rede político-social de uma das parentelas. O favor, logicamente, seria cobrado no momento oportuno, em forma de voto, ou então, seria oferecido, durante as eleições, como maneira de garantir o sufrágio. Assim, vencer e vencer bem novamente se tornava necessário, uma vez que a proporção de votos controlados ou conquistados por um chefe servia como indício da quantidade do seu poder¹⁵⁵; pode-se acrescentar, inclusive, que indicava também o grau de retribuição governamental por seus esforços eleitorais.

Em suma, a conjugação de todos os fatores arrolados acabou derivando numa elevação dos níveis de pressão sobre a comunidade como um todo e, conseqüentemente, da instabilidade e divergência já existentes em Montes Claros. Somam-se a tudo dois fatos cruciais para o futuro político local: as eleições à edilidade de 1897 e a construção do Mercado Municipal entre 1897 e 1899.

¹⁵⁴ RESENDE, Maria Efigênia Lage. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais... Op.Cit.* p.92.

¹⁵⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: *O Mandonismo local na vida política brasileira... Op.Cit.* p.157.

Em 1897, a parentela “Chaves, Prates e Sá” se encontrava sem os seus principais chefes: o Doutor Chaves estava no Rio de Janeiro cumprindo com as obrigações do Senado Federal; Camillo Prates, em Ouro Preto, exercia o múnus de senador estadual e Francisco Sá, nesse mesmo ano, assumiu o cargo de Deputado Estadual no Ceará. O resultado dessas ausências foi, logicamente, um enfraquecimento momentâneo do grupo ao nível local. Diante da proximidade das eleições da Câmara Municipal e da percepção de certa divergência entre os chefes adversários, Honorato José Alves e Celestino Soares da Cruz, a parentela tentou uma manobra que não a alijasse totalmente do poder. “Chaves, Prates e Sá” indicaram a candidatura de um adversário: Major Simeão Ribeiro dos Santos. A indicação foi apoiada por Honorato José Alves, mas repudiada por Celestino Soares da Cruz. A divergência culminou com a cisão entre os dois. Já a base de apoio montada para a candidatura Simeão Ribeiro foi recebida pela população com surpresa, tendo surgido até uma sátira: “*Prates, Chaves, Versiani & Cia... Quem diria?*”¹⁵⁶

Entretanto, ao invés do esperado, a aliança arquitetada trouxe maléficas consequências para o grupo dos Prates, uma vez que o Major Simeão Ribeiro deu continuidade aos planos de construção do Mercado Municipal no Largo de Cima, área habitada pelos “Alves, Versiani e Veloso”, e não no de Baixo, local em que residiam. O fato foi encarado como uma verdadeira catástrofe, já que a questão comercial era um dos pontos fulcrais de toda a comunidade e envolvia parcela significativa da classe política local, composta, em sua maioria, por fazendeiros e comerciantes.

3.2 Coroneis no sertão, simples deputados no Partido Republicano Mineiro: a marginalidade da representação política do Norte de Minas

Ao analisarmos a política brasileira, do período da Primeira República, é muito comum encontrarmos inúmeros relatos de disputas e conflitos políticos. De norte a sul do país vários foram os embates entre coroneis e grupos faccionais que resultaram em atentados, morticínios ou simplesmente acirradas pugnas eleitorais. Muitas das quais, solucionadas por complicados acordos. Vimos, anteriormente, como em Montes Claros a rivalidade de dois grupos político-familiares foram capazes de cindir a cidade e de envolvê-la em tramas com o único objetivo de sobrepor os adversários nas urnas.

¹⁵⁶ PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.169.

Na verdade, a dimensão do conflito, da violência e da divisão faccional são, no nosso entender, elementos intrínsecos ao sistema político da Primeira República, ao passo que apenas o grupo vencedor era agraciado com as sinecuras do governo estadual. Esta situação, portanto, conferia às relações sócio-políticas, de âmbito local e regional, elevado grau de competição e instabilidade, capazes de resultar em atos extremados de perseguição e violência.

Todavia, acreditar que as disputas se davam com o único e exclusivo fim de angariar benefícios do governo estadual é uma concepção demasiadamente simplista. Muito embora os coroneis estivessem numa fase de decadência socioeconômica e, portanto, cada vez mais ávidos por empregos e favores, o que também estava em jogo era a manutenção de uma intrincada rede de alianças e compromissos.

É unanimidade entre os pesquisadores que o arcabouço político brasileiro, até 1930, funcionou com base numa ampla gama de acordos selados entre os mais variados agentes de todos os níveis governamentais. Para Leal, inclusive:

Muitos chefes municipais, mesmo quando participam da representação política estadual ou federal, costumam ser tributários de outros, que já galgaram, pelas relações de parentesco ou amizade, pelos dotes pessoais, pelos conchavos [...] a posição de chefes de grupos ou correntes, no caminho da liderança estadual ou federal.¹⁵⁷

Sendo assim, todas as lideranças políticas, desde os simples coroneis interioranos até os próceres da política nacional, de algum modo, estavam intimamente associados por laços de aliança e compromisso. Estes, por sua vez, implicavam em atos de franca fidelidade, mas, sobretudo, de reciprocidade. Quer dizer, em todos os níveis os favores e benefícios concedidos deviam ser retribuídos, em geral, em forma de votos e de apoio. Assim, a retribuição possuía uma espécie de efeito cascata. Pois, o camponês, com o seu voto, retribuíva o amparo socioeconômico lhe dispensado pelo coronel. Este, por sua vez, “pagava” os benefícios recebidos do governo estadual com os seus magotes eleitorais. E o governador, pela “política dos estados”, apoiava o Presidente mediante o seu reconhecimento. Ao fim, o voto, conforme sintetiza a historiadora Surama Conde Sá Pinto:

[...] simbolizava um prova de fidelidade e lealdade às situações estaduais que se traduzia em uma série de prebendas. A despeito das diferenças em termos de cacifes políticos dos atores envolvidos nesse jogo de barganhas e de

¹⁵⁷ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. p.43.

práticas fraudulentas observadas no período, o voto era essencialmente uma moeda de troca.¹⁵⁸

Portanto, como se pode notar, toda a política brasileira estava altamente articulada num esquema coronelista de compromissos que iam das bases aos altos estratos governamentais. Em função desta intrincada teia de relações alguns estudiosos, como Maria de Lourdes de Mônaco Janotti, ressaltaram o coronelismo como uma verdadeira política de compromissos. De acordo com a historiadora:

O coronelismo se expressa num encadeamento rígido de tráfico de influências. Sua prática política está muito bem estruturada num sistema eleitoral, onde é possível reconhecer todos os seus passos, localizando-os no tempo e no espaço. Forma-se uma pirâmide de compromissos recíprocos entre o eleitorado, o coronel, o poder municipal, o poder estadual e o poder federal.¹⁵⁹

De fato, em todas as análises acerca do fenômeno do coronelismo, um dos aspectos que salta aos olhos é realmente o dos compromissos, seguidos diretamente pelos atos de franca reciprocidade. Estes dois elementos, juntos, constituíam os verdadeiros vértices do aparelho político piramidal simbolicamente esboçado por Janotti. Ademais, possibilitavam a perpetuação do sistema. Tanto que, quando advieram alterações legais e conjunturais que dificultaram o estabelecimento dos antigos compromissos, o sistema simplesmente entrou em processo de colapso¹⁶⁰.

Ao que tudo indica, o arcabouço político piramidal ou estratificado da Primeira República teve, em Minas Gerais, um campo fértil. Afinal, a formação do partido estadual se baseou numa estrutura pretensamente colegiada. Na verdade, o Partido Republicano Mineiro, para muitos analistas, constituiu um verdadeiro comitê de coroneis e super-coroneis. Estes, por meio de retaliações e inúmeros conchavos, conseguiram transformar a agremiação num hábil mecanismo oligárquico capaz de administrar as divergências mineiras de modo a, na maioria das vezes, manter a coesão, a estabilidade e a supremacia política do estado no conjunto da nação. Deste modo, segundo Wirth, “Com o PRM, Minas desfrutou de uma

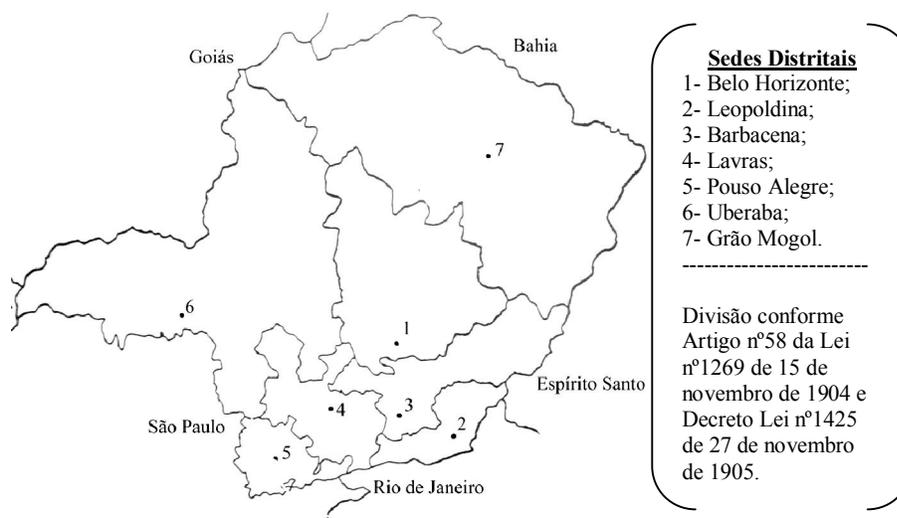
¹⁵⁸ PINTO, Surama Conde Sá. *Revisitando “velhas” questões: coronelismo e clientelismo na Primeira República*. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, VIII, 1998, Vassouras. Anais... Vassouras: ANPUH/RJ, 1998. p.01.

¹⁵⁹ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O Coronelismo: uma política de Compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.11.

¹⁶⁰ Estas alterações se referem, especialmente, as modificações na lei eleitoral, em 1916, que retirou a atribuição das câmaras municipais de fazerem o alistamento e as apurações. Outras mudanças foram a criação do cargo de prefeito e a concessão do direito de inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade aos juizes federais e estaduais, a partir de 1926. Ver QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p.183-185.

estabilidade política não conseguida por nenhum partido republicano em outro lugar, a exceção de São Paulo e Rio Grande do Sul.”¹⁶¹

Para um estado detentor de grandes dimensões e variadas características intra-regionais, a estrutura colegiada do PRM, em tese, seria perfeita. Pois, com representantes de todos os cantos do estado, seria mais fácil de alcançar o ideal congraçamento de interesses. Todavia, a tese não se tornou prática. Isto porque, desde a sua formação, o partido não primou pela equidade política regional e, muito menos, pela equanimidade dos seus sete distritos eleitorais. Até 1930, a partilha do poder mineiro se pautou numa classificação política hierarquizada e profundamente desigual.



Mapa 5 Divisão dos distritos eleitorais mineiros entre 1905 e 1930

Fonte: Adaptação de: FLEICHER, David V. O recrutamento político em Minas Gerais 1890/1918. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte: UFMG, v.30, 1971. p.85.

Nesta partilha, enquanto as áreas economicamente mais prósperas do estado ficaram com a direção da comissão executiva do PRM e com o maior número de postos de representação federal; às áreas menos dinâmicas, como o Norte, restou apenas à participação política em níveis absolutamente restritos e marginais. Dados levantados por Viscardi, acerca da composição da elite mineira, entre 1889 e 1930, comprovam tal assertiva. De acordo com a historiadora, a Zona da Mata, o Centro e o Sul foram as principais áreas abastecedoras dos quadros políticos estaduais com índices de 36, 20 e 18%, respectivamente.¹⁶² Já as demais

¹⁶¹ WIRTH, John. *O Fiel da Balança... Op. Cit.* p.162.

¹⁶² VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico. In: PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA, 1. 2000, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2000. p.03.

áreas, o Norte, o Leste, o Oeste e o Triângulo, responderam, em conjunto, por apenas 24% do total.

Embora tais números revelem, por si só, a desproporcionalidade da política mineira; de certo modo eles refletem também a diferenciada distribuição populacional, eleitoral e econômica do estado. Afinal, as três principais áreas políticas, além de serem as mais densamente povoadas eram também as que detinham os melhores indicadores econômico-financeiros. Para se ter ideia, o Centro, sede da capital, possuía 16% da população mineira e 19% do eleitorado, entre 1920 e 1921. A Mata e o Sul, polos econômicos desenvolvidos em razão do café, detinham cada qual 24 e 21% da população estadual e 18 e 21% do eleitorado. Em comparação, o Norte, área considerada isolada, distante e pobre, apresentava, no mesmo período, cifras populacionais em torno de 15% e eleitorais de 9%.¹⁶³

Tabela 13 Eleitores registrados e população por zona (1898-1921)

Zona	Eleitores 1898	População 1900	Eleitores 1921	População 1920
População	173,118	3.594,471	313,031	5.888,174
Centro	22%	25%	19%	16%
Mata	23	18	24	18
Sul	16	20	21	21
Triângulo	8	6	7	6
Oeste	11	11	11	12
Norte	13	16	9	15
Leste	7	4	8	11

Fonte: WIRTH, John. *O Fiel da Balança... Op. Cit.* p.193.

Não bastasse às discrepâncias regionais assinaladas por esses indicadores, uma regra não escrita, informal, mas comumente adotada pelo PRM contribuía para agravar o quadro de desigualdade política intra-regional. Isto é, conforme relatos de João Camilo de Oliveira Torres, o recrutamento político em Minas Gerais, tanto no que se refere à distribuição de cargos eletivos quanto aos de nomeação, ficava inexoravelmente a cargo da comissão executiva do PRM. De posse deste valioso instrumento, a cúpula partidária detinha total autonomia para selecionar os indivíduos que comporiam os quadros da política estadual, em seus mais diversos níveis e localidades. Assim, o partido possuía plena liberdade para, se fosse necessário, fazer e desfazer alianças, a cada eleição. Ou seja, para qualquer coronel, satisfazer os interesses da tarasca do partido, bem como do governador, era condição *sine qua non* para se manter na lista de aliados preferenciais da agremiação mineira.

¹⁶³ WIRTH, John. *O Fiel da Balança... Op. Cit.* p.193.

Deste modo, no que se refere à distribuição de cargos eletivos a atenção era redobrada. Antes do início do processo eleitoral havia a formação da chapa oficial. Nesta fase, cada distrito indicava alguns nomes para serem analisados pela comissão executiva que, após suas escolhas, homologava e divulgava as candidaturas de sua legenda. Era neste processo de seleção que imperava a regra informal do PRM, ou seja, “[...] dando a lei eleitoral cinco deputados por distritos, adotava-se a seguinte orientação: alguns candidatos da terra, de confiança dos chefes locais, representavam os interesses regionais – outros, indicados pelo governo, homens de talento e cultura, mas sem prestígio, compunham as chapas.”¹⁶⁴

Ainda que aparentemente simples esta etapa de formação da chapa oficial era de fundamental importância. Afinal, ser incluído na relação de políticos preferenciais do PRM constituía um tipo de vitória parcial, pois, os candidatos oficiais teriam a sua disposição toda uma rede de apoio, há muito articulada. Ademais, sinalizava a preferência do partido por determinados candidatos. Já os que se arriscavam a concorrer “extra-chapa” incorriam em uma aventura incerta, até mesmo para os chefes tradicionais, que nas urnas podiam sair consagrados, mas pelo “bico-de-pena”, pela diplomação ou pela “degola”, podiam ser facilmente rejeitados.

Ao compulsarmos o acervo pessoal do deputado Camillo Prates, por exemplo, é fácil encontrar telegramas informando da sua inclusão na chapa do Partido Republicano Mineiro, seja pela iniciativa da cúpula da própria agremiação ou de algum aliado. Porém, o documento que chama mais a atenção é a correspondência enviada por João Pandiá Calógeras acerca da intenção de Prates em concorrer, em 1903, a uma cadeira na Câmara federal. Ao longo da missiva o panorama político norte-mineiro é minuciosamente avaliado, inclusive em números, e a possibilidade de uma candidatura extra-chapa é considerada, mas Calógeras advertiu: “Para [...] falar-te, sem embargo das agruras que uma eleição extra-chapa sempre traz, tenho bastante autoridade moral [...]”¹⁶⁵

Em meio à vigência da regra informal do PRM de reservar vagas aos intelectuais, a obtenção de uma candidatura oficial nos distritos mais recônditos podia dificultar as aspirações de alguns coroneis e, até mesmo, de algumas lideranças. Contudo, o real objetivo deste método de reserva de vagas era o de proporcionar uma renovação dos quadros políticos do estado por meio do recrutamento de homens de confiança, dotados de grande potencial.

¹⁶⁴ TORRES, João Camilo de Oliveira. *Estratificação social no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1962. p.56.

¹⁶⁵ Carta de João Pandiá Calógeras para Camillo Philinto Prates de 05 de novembro 1902. Arquivo Camilo Filinto Prates, Caixa01, Pacotilha 02, Documento 02, Arquivo Público Mineiro/APM.

Todavia, na prática, a regra não valia de modo equitativo para todos os distritos. Em geral, o preceito era aplicado apenas às zonas do estado politicamente menos influentes. E, em várias oportunidades, as áreas majoritárias na comissão executiva não lançaram mão deste recurso para recrutar novos elementos, mas para deslocar o excedente de seus representantes para serem eleitos em outras áreas. Não bastasse este aspecto, quando este recurso era realmente utilizado a favor da sagração de intelectuais, estes, simplesmente, não representavam o distrito em que foram eleitos, mas sim o do chefe estadual que viabilizou sua entrada na vida pública.

Deste modo, enquanto as representações do Centro, do Sul e da Mata eram inflacionadas, as do Norte, Leste e Oeste ficavam defasadas. O sétimo distrito, por exemplo, formado pelas regiões Norte e Nordeste de Minas, entre 1906 e 1930, ocasionalmente foi vítima deste tipo de situação. Assim, quando a tarasca do PRM não conseguia alocar todos os candidatos em seus distritos de origem, várias vezes a tarefa de elegê-los foi legada aos coroneis do Norte¹⁶⁶. Segundo nos relata Afrânio de Melo Franco:

O Longínquo 7º Distrito, vasto sertão são-franciscano, era uma espécie de terra de ninguém, onde se abriam oportunidades para intelectuais como Peixoto ou Calógeras, cuja situação eleitoral, nas próprias zonas, não fosse muito garantida. [...] o próprio Melo Franco seria deslocado para lá.¹⁶⁷

Apesar do autor supracitado tenha considerado o sétimo distrito uma “terra de ninguém”, pelo fato de abrigar políticos de outras regiões em detrimento dos seus, ao analisarmos as relações de deputados federais eleitos pela circunscrição entre 1906 e 1930, período de atuação do novo PRM e do novo mapeamento político estadual¹⁶⁸, percebemos uma situação muito diversa. Ao longo destes vinte e quatro anos, poucos foram os casos de deslocamento de políticos de outras áreas para o sétimo distrito. Após a reorganização do PRM, novos casos só voltaram a ocorrer a partir 1915, quando Carlos Peixoto foi eleito para a 9ª legislatura; Calógeras, para a 10ª; Melo Franco para a 11ª e Nelson de Sena para a 11ª e 13ª.

¹⁶⁶ Este tipo de situação fica muito nítida ao observarmos o telegrama enviado, em 18 de janeiro de 1921, por Artur Bernardes para Afrânio de Melo Franco: “Conforme ontem lhe telegrafei, reuniu-se a Comissão Executiva a 17, tendo tudo corrido bem. Devido ao grande aperto na lista dos candidatos pelo Triângulo, foi necessário que V. continuasse como candidato pelo 7º.” FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista na República*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, volume 2. p.986.

¹⁶⁷ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista na República... Op.Cit.* p.907.

¹⁶⁸ Dentre as alterações advindas com lei n.1269, de 15 de novembro de 1904, também conhecida como Lei Rosa e Silva, ficou definido, pelo artigo n.58, um novo ordenamento político-distrital. Ademais, a lei trouxe alterações no que diz respeito às condições de elegibilidade e inelegibilidade aos cargos federais.

Tabela 14 Relação de Deputados Federais deslocados pelo PRM para o sétimo distrito entre 1906 e 1930

Deputado	Período	Região de Origem/Cidade
Carlos Peixoto	9ª Legislatura (1915-1917)	Zona da Mata / Ubá-MG
João Pandiá Calogeras	10ª Legislatura (1918-1920)	Rio de Janeiro/ RJ
Afrânio de Melo Franco	11ª Legislatura (1921-1923)	Oeste/Paracatu-MG
Nelson Coelho de Sena	13ª Legislatura (1927-1929)	Centro/Serro-MG

Fonte: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista na República...* Op.Cit. p.810;905;987; MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano – 1889-1991*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994. 2v. p.413;124-125;269;628.

Outro importante dado capaz de ser apurado pela análise da lista de deputados federais do sétimo distrito é o de que, ao contrário da afirmação de Melo Franco, a região possuía donos, por sinal, antigos e muito bem definidos. Em todo o período selecionado a rotatividade das cadeiras federais da região foi muito pequena, na verdade, circunscrita a apenas sete nomes: José Bento Nogueira, Manuel Fulgêncio Alves Pereira, Honorato José Alves, Epaminondas Esteves Otoni, Lindolfo Caetano de Sousa e Silva, Camillo Philinto Prates e Elpídio Martins Cannabrava.

Se analisados isoladamente, podemos apurar que três desses representantes, Manuel Fulgêncio, Honorato Alves e Camillo Prates, estiveram presentes por mais de vinte anos na bancada mineira da Câmara dos Deputados. Fulgêncio, inclusive, constituiu um caso excepcional de deputado que acompanhou a representação do estado da primeira à última legislatura do período da Primeira República, de modo simplesmente ininterrupto. Isto é, de 1891 a 1930.

Já Epaminondas Otoni e José Bento não tiveram carreiras tão longas quando a de Fulgêncio, Alves e Prates. No entanto, cada qual se fez presente na representação nortemineira, entre 1906 e 1930, por períodos de dez e oito anos, respectivamente. Na verdade, tanto José Bento quanto Lindolfo Caetano havia exercido o mandato de deputado federal em legislaturas anteriores à era do novo PRM (1906-1930). Sendo assim, o político da região que atuou em apenas um mandato foi Elpídio Canabrava.

Tabela 15 Relação de Deputados Federais do sétimo distrito eleitos entre 1906 e 1930

Deputado	Legislatura/Período	Região de origem/Cidade
José Bento Nogueira	6 ^a ;7 ^a ;8 ^a (1906-1914)	Norte/Minas Novas-MG
Manuel Fulgêncio Alves Pereira	6 ^a ;7 ^a ;8 ^a ;9 ^a ;10 ^a ;11 ^a ;12 ^a ;13 ^a (1906-1929)	Norte/Minas Novas-MG
Honorato José Alves	6 ^a ;7 ^a ;8 ^a ;9 ^a ;10 ^a ;11 ^a ;12 ^a ;13 ^a (1906-1929)	Norte/Montes Claros-MG
Epaminondas Esteves Otoni	6 ^a ;7 ^a ;8 ^a ;9 ^a ;10 ^a (1906-1920)	Nordeste/Teófilo Otoni-MG
Lindolfo Caetano de Sousa e Silva	6 ^a (1906-1908)	Norte/Januária-MG
Camilo Philinto Prates	7 ^a ;8 ^a ;9 ^a ;10 ^a ;11 ^a ;12 ^a ;13 ^a (1909-1929)	Norte/Montes Claros-MG
Elpídio Martins Canabrava	13 ^a (1927-1929)	Norte/São Francisco-MG

Fonte: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista na República*. p.472;618;697;810;905;987.; MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais... Op. Cit.* p.463;529-530; 23-24; 493;654;559;142.

Portanto, mediante esses dados, é fácil concluir que a assertiva de Melo Franco está parcialmente incorreta. O sertão do São Francisco possuía mandões estáveis e atuantes sedimentados com suas vastas parentelas, especialmente nas cidades polo de Minas Novas, Montes Claros e Teófilo Otoni. No entanto, quando necessário, os líderes regionais sabiam ser receptivos aos “estrangeiros” designados pela tarasca do PRM. Isto porque, a maior parte deles, sobretudo Camilo Prates e Honorato Alves, tiveram suas carreiras respaldadas em alguns dos próceres da política mineira. Nestas condições, refutar os deslocamentos distritais articulados pelo comando do partido estadual era algo inconcebível ou, até mesmo, passível de retaliação.

Em seu estudo sobre Minas Gerais, o historiador John Wirth observou que a trajetória dos deputados Prates e Alves, ambos de Montes Claros, constitui um perfeito exemplo de como funcionou a política estadual, até 1930. De fato, a atuação destes dois parlamentares, ou antes, destes dois coroneis rivais, nos permite ilustrar como se articulava a rede coronelista mineira. Em âmbito local e regional, a dupla liderava, como visto anteriormente, amplos e tradicionais grupos faccionais. Mas, em termos estaduais e federais, constituíam meros tributários de lideranças superiores, de outras áreas.

Honorato Alves, por exemplo, após iniciar sua vida pública em Montes Claros, ocupando algumas vezes a presidência da Câmara Municipal, só obteve projeção à bancada federal após o seu enlace com Violeta de Melo Franco, filha de um dos grupos político-familiares mais denotados do estado. De acordo com Wirth: “[...] o casamento de Honorato com a filha do Senador Virgílio de Melo Franco ligou-o ao círculo dos fundadores da Escola

de Direito de Ouro Preto e aos clãs do Oeste e Norte. Afrânio de Melo Franco era seu cunhado e o jovem Virgílio, sobrinho por parte da mulher”¹⁶⁹.

Em termos políticos, a associação de Honorato aos Melo Franco teve vários resultados. O primeiro foi a íntima ligação a um grupo de parentela de reconhecida e denotada trajetória política, capaz de lhe abrir importantes portas no circuito da elite estadual. O segundo foi a aproximação da corrente do PRM, liderada pelo senador sul-mineiro Francisco Sales, apoiado pelos Melo Franco. E o terceiro foi a relativa ligação a um grupo de políticos de uma nova geração, advinda da ascensão de Artur Bernardes ao governo do estado, em 1918. Mais crítica e comprometida com reformas, a eclosão dessa segunda geração republicana se fez sentir em vários estados. Em Minas, uma das lideranças em ascensão dessa nova corrente era justamente um sobrinho de Honorato, Virgílio de Melo Franco.¹⁷⁰

Todavia, essa proximidade de Honorato com o “salismo” e com um quadro de políticos mais jovens e críticos não trouxe alterações significativas no modo de agir do seu grupo em Montes Claros. Pelo contrário, concomitantemente à ascensão das novas lideranças mineiras, entre 1915 e 1930, as rivalidades e as tradicionais práticas coronelistas se tornaram ainda mais evidentes em função do aprofundamento, em número e grau, das escaramuças locais.

Ademais, é importante salientar que, a aproximação de Honorato a uma ala renovada do PRM não significou sua imediata adesão ao líder dessa geração, ou seja, a Bernardes. Curiosa e contraditoriamente, foi o grupo dos “Prates”, o mais conservador de Montes Claros, que logo se aproximou da nova liderança estadual. A explicação para esta situação reside na necessidade dos “Prates” em se amparar em um novo super-chefe do PRM após a morte, em 1917, do seu principal aliado: Chrispim Jacques Bias Fortes. Já para os “Alves” a aliança não interessava de imediato, uma vez que ostentavam o discurso de franca fidelidade ao PRM, e, também, por já estarem vinculados a alguns indivíduos dessa nova geração.

Mesmo assim, em comparação com a parentela “Chaves, Prates e Sá” os “Alves, Versiani e Veloso” sempre constituíram um grupo mais aberto e receptivo às mudanças. Não é em vão que em seus quadros figuraram uma maior quantidade de médicos, farmacêuticos, magistrados, escritores e fazendeiros envolvidos com rotineiras tentativas industriais e de melhoramento urbano, como a canalização da água potável e a distribuição de energia

¹⁶⁹ WIRTH, John. *O Fiel da Balança... Op. Cit.* p.224.

¹⁷⁰ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. p.333.

elétrica. Acerca deste aspecto a historiadora Evelina Antunes tem opinião semelhante. Para ela:

Ao correlacionarmos os sobrenomes familiares e os empreendimentos econômicos, verificamos que [‘Alves, Versiani e Veloso’] [...] ou o partido de cima podem ser atribuídas posições mais favoráveis à indústria, enquanto aos [...] [‘Chaves, Prates e Sá’] ou partido de baixo estão ligados os tradicionais criadores e comerciantes de gado.¹⁷¹

De fato, mais voltados para iniciativas econômicas tradicionais, em comparação ao grupo dos “Alves”, os “Chaves, Prates e Sá” eram mais resistentes às mudanças. Basta lembrar o posicionamento contraditório de Camillo Prates no final do Império: abolicionista, mas também monarquista. Na verdade, o próprio Camillo Prates pertencia ao período da primeira geração republicana, grupo formado basicamente por “[...] Históricos e adesistas, os quais haviam sido responsáveis pela consolidação do novo regime no estado e pela formação do PRM.”¹⁷²

Não obstante este aspecto, o grande pilar de sustentação política de Prates, até 1917, foi outro tradicional político mineiro, Bias Fortes. Colegas desde os tempos do Império, quando os dois compuseram a bancada do Partido Liberal na Assembleia Legislativa Provincial, Prates e Bias mantiveram durante a República forte contato. Em algumas ocasiões, Bias deixou claro o seu apoio ao amigo. Em uma delas, quando Prates manifestou a intenção de abandonar a política, Bias lhe convocou a rever o assunto e ofereceu a possibilidade de mudança do sétimo distrito, no Norte, para o do Centro, onde teria maior visibilidade e possibilidade de ascensão. De acordo com sua missiva: “[...] se quizeses sair deste círculo limitado do Estado para o Centro, se é este o teu pensamento, asseguro-te prospero futuro por ter fé no teu trabalho intelectual e honradez. Sabes que poderás sempre convencer-se de que, aqui ou ali, estarei ao teu dispor por ser teu am^o de sempre [...].”¹⁷³

A relação entre Bias e Prates evidencia muito bem a estratificação e articulação da política mineira. O primeiro se tornou, na República, um dos nomes mais expressivos da política estadual e um dos três principais líderes do PRM. O segundo, uma eminência regional, prestigiada no Norte de Minas, chefe de vários coroneis, mas dependente do respaldo de um super-chefe, cujo apoio e confiança deviam ser sabiamente cultivados.

¹⁷¹ OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. *Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste*. Maceió: EDUFAL, 2000. p.41.

¹⁷² VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das oligarquias... Op.Cit.* p.333.

¹⁷³ Carta de Chrispim Jacques Bias Fortes para Camillo Philinto Prates de 22 de julho 1894. Arquivo Camilo Filinto Prates, Caixa01, Pacotilha 01, Documento 06, Arquivo Público Mineiro/APM.

O esmero com relação à Bias fica muito evidente nas correspondências de Prates com os amigos, especialmente quando da sua intenção, em 1902, de ocupar um cargo na representação mineira na Câmara federal. Para Prates havia o receio de que Bias se opusesse a sua candidatura e não lhe conferisse apoio, sobretudo, se fosse “extra-chapa”. A delicada situação de receio e impasse gerou até mesmo uma cômica frase de Francisco Sá: “Não te estréias a vir este anno ao Rio? Ou estás definitivamente crystallizando em Bias?”¹⁷⁴. No entanto, após sondagens de Calógeras, o chefe de Barbacena teria acenado positivamente para a candidatura e declarado que: “[...] absolutamente não impediria tua apresentação nessas condições, e que acreditava em tua victoria, dados os elementos de que dispões.”¹⁷⁵

Ao analisarmos a aliança entre Bias e Prates é interessante salientar que para ambos o consórcio era benéfico. Conforme observa o cientista político Antônio Octávio Cintra: “Uma ‘situação’ estadual resultava da composição de líderes de uma área com líderes de outras, onde alguns adquiriam proeminência, até chegar-se a uma coalizão suficiente para garantir a vitória eleitoral e o controle da máquina estadual.”¹⁷⁶ Sendo assim, por um lado, Bias garantia bases de apoio no extremo norte do estado; por outro, Prates ganhava o respaldo de um nome altamente expressivo na cúpula do PRM, especialmente nos momentos de formação das chapas oficiais. Tal situação, por sinal, ficou evidente em uma das correspondências trocadas entre os dois, em 1914. Nela, o super-chefe deixou claro ao amigo o assédio que vinha sofrendo por parte de outros políticos, interessados em seu apoio. Ademais, declarou a indisposição do governo estadual com relação a sua candidatura, mas apesar disso possuía um compromisso com ele e, por isso, o avalizaria:

Seja o principio outro de parabens ao caro p^r ter sido recommendado, como candidato [...]. Deves saber que recebi telegrammas do Dr Honorato solicitando a minha intervenção de forças de sua candidatura.

Tive carta do nosso coll^a, do Senado, D^r Virgilio, pedindo p^a esforçar-me pela apresentação do D^r Afrânio. Ao segundo respondi que me era impossivel esforçar pelo que pediu pois, de há muito, achava-me compromettido consigo.

Em Bello Horizonte, parece-me, que os políticos do governador, querem q^lq^r, contanto que ã fosse o amigo.[...] Em resposta escrevi-lhe que eu tinha em meo poder quatro delegações, quaes, Januaria, S. Francisco, Contendas e Paracatu que, com a de Grão Mogol, que estava em seu poder, perfazião o total de cinco indicações de seu nome e p^a isso [...] com a apresentação de

¹⁷⁴ Carta de Francisco Sá para Camillo Philinto Prates de 16 de julho de 1902. Arquivo Camilo Filinto Prates, Caixa01, Pacotilha 02, Documento 01, Arquivo Público Mineiro/APM.

¹⁷⁵ Carta de João Pandiá Calógeras para Camillo Philinto Prates de 05 de novembro 1902. Arquivo Camilo Filinto Prates, Caixa01, Pacotilha 02, Documento 02, Arquivo Público Mineiro/APM.

¹⁷⁶ CINTRA, Antônio Octávio. A Política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre centro e periferia. In: BALÁN, Jorge (Org.). *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Difel, 1972. p.37.

seu nome, fizesse a recomendação, a que prestarão assignaturas tanto eu como Custódio Martins. [...]
 Emfim deves estar contente, p^r que antes tarde do q' nunca. [...] que tenhas esplendida votação e que na Camara representes sempre o papel que sempre [...] tens representado no Congresso estadual.¹⁷⁷

Portanto, como se pode notar, ambos os congressistas de Montes Claros detinham suas carreiras respaldadas por alianças costuradas com eminências da política estadual. Alianças algumas vezes estáveis, outras transitórias. Mas, via de regra, ambas deviam ser cuidadosamente mantidas. Como afirmado anteriormente, apesar da estabilidade dos seus líderes, a representação do Norte ocupava uma posição de relativa marginalidade no conjunto estadual.

Rotineiramente marcada por conflitos políticos, familiares e pessoais, a bancada do sétimo distrito nunca conseguiu formar um conjunto forte e coeso capaz de se impor no PRM. De acordo com observações feitas por Francisco Sá, em 1902, “A representação do [...] districto está completamente esphacelada: só mantém força o Lindolpho. O Eduardo Pimentel mantém o unico valor que tinha: o valor de uma mediocridade, q' a ninguém faz sombra. O Olegário tem agora o seu eleitorado de Patos dividido.”¹⁷⁸

Se, em termos coletivos, a representação do Norte era incipiente, em termos individuais, a situação não era muito distinta. Líderes regionais incontestes, detentores de extensas trajetórias parlamentares, como Camillo Prates e Honorato Alves, nunca ocuparam posições-chave nas esferas estadual, federal e muito menos no partido mineiro. Como tributários de outras lideranças, ambos os parlamentares encarnavam, mais propriamente, o papel de coroneis, ou melhor, de mediadores nas intrincadas relações entre o centro e as periferias.

Conforme os estudos de Cintra, o conceito de mediação coaduna perfeitamente com a política tradicional brasileira, sobretudo com o que se convencionou a chamar de coronelismo. Segundo o pesquisador:

A ideia de mediação entre instituições políticas do “centro” e populações locais situa o problema em contexto mais amplo, qual seja o dos arranjos que se formam, na história das sociedades, quando se trata na expressiva colocação de Oto Hintze, “de organizar politicamente espaços relativamente grandes com a ajuda de meios de uma civilização não desenvolvida”.¹⁷⁹

¹⁷⁷ Carta de Chrispim Jacques Bias Fortes para Camillo Philinto Prates de 23 de março de 1914. Arquivo Camilo Filinto Prates, Caixa01, Pacotilha 03, Documento 03, Arquivo Público Mineiro/APM.

¹⁷⁸ Carta de Francisco Sá para Camillo Philinto Prates de 16 de julho de 1902. Arquivo Camilo Filinto Prates, Caixa01, Pacotilha 02, Documento 01, Arquivo Público Mineiro/APM.

¹⁷⁹ CINTRA, Antônio Octávio. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. In: BALÁN, Jorge (Org.). *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro...* Op.Cit. p.31.

Por esta perspectiva, podemos facilmente compreender o coronelismo como um arranjo tipicamente tradicional, estruturado numa teia de relações destinadas à mediação dos dois polos de um mesmo sistema. Quer dizer, entre as populações residentes no interior e as instituições político-administrativas sediadas no centro.

Ao analisarmos a atuação dos deputados montesclarenses, podemos perceber como cada um deles procurou exercer a difícil e arriscada tarefa da “mediação”. Difícil porque, como mencionado, tanto Camillo Prates quanto Honorato Alves gravitavam na órbita de chefes diferentes do PRM e, durante os momentos eleitorais e de crise política estadual e federal, ambos tinham de se esforçar para conciliar os interesses de suas bases e os dos seus super-chefes. A tarefa não era nada fácil. Afinal, num campo político disputado por dois líderes havia a possibilidade, sempre eminente, da deserção de elementos de suas bases para as hostes do grupo rival. Quando isso não ocorria havia, a probabilidade dos aliados não se tornarem infieis, mas, de simplesmente, se absterem do processo eleitoral.

Portanto, embora muitas explicações acerca do funcionamento do coronelismo passem a impressão de que o sistema se articulava de modo simples, rígido e esquemático, na verdade, sua articulação era extremamente complexa. E, neste arcabouço político, a situação mais delicada era, sem dúvida, a dos líderes, ou mais especificamente, dos mediadores. Estes, por possuírem na maioria das vezes cargos parlamentares, ficavam por meses afastados de suas bases, cujo controle era delegado aos aliados. Em geral algum parente ou nome de extrema confiança na condução dos magotes eleitorais.

Todavia, a situação do mediador não deixava de ser precária, pois se o líder passava alguns tempos junto às bases era acusado de omissão com relações às funções parlamentares para as quais foi eleito; se permanecesse, por longas temporadas nas capitais, era tido por negligente com relação à sua região. O necessário absentismo, portanto, era uma espécie de faca de dois gumes.

Deste modo, pode-se notar que a função da mediação era extremamente difícil. Conciliar interesses dos aliados locais, bem como das lideranças estaduais, demandava na maioria das vezes o uso de variadas estratégias, especialmente nos momentos dotados de maior grau de tensão e instabilidade política, a exemplo dos processos eleitorais. Na verdade, ao longo de toda a Primeira República, vários foram os momentos que proporcionaram divergências capazes de cindir verticalmente a elite mineira. Diante destes impasses, a atitude mais sensata a qualquer líder regional que prezasse por sua carreira era a de se manter ao lado do oficialismo estadual, mesmo que seus aliados locais se manifestassem em contrário.

De acordo com Victor Nunes Leal, este tipo de situação acontecia recorrentemente no seio da estrutura coronelista. Afinal, como líder, o coronel se comprometia com a vitória, mesmo que para isto tivesse de lançar mão de posicionamentos aparentemente incoerentes e contrários à sua facção. Portanto, nestas complicadas situações, valia o seguinte argumento: “não tenho direito de impor aos amigos o sacrifício da oposição”. Segundo Leal, “[...] esse argumento, que pode ser insincero, é em substância verdadeiro e procedente, porque o primeiro dever do chefe local é alcançar a vitória, o que significa obter para sua corrente o apoio da situação estadual.”¹⁸⁰

3.3 A liderança dos grupos de parentela e os momentos de crise política nacional

Ao estudarmos especificamente a trajetória dos grupos faccionais de Montes Claros podemos perceber que, ao longo de toda a Primeira República, vários foram os momentos de crise política estadual e nacional que tiveram reflexos na condução da política local. Alguns dos quais, inclusive, cindiram os grupos familiares em correntes totalmente distintas.

Todavia, a maior incidência destas situações só deu entre os anos de 1915 e 1930. Para a fase republicana precedente, praticamente inexistem referências da repercussão de conflitos de âmbito nacional nos meandros da política municipal. Os motivos desta curiosa situação podem ser vários, mas, especialmente, o de que apenas após 1906 os líderes locais se firmaram nos cargos de representação federal. Até lá, eles estiveram muito mais envolvidos com disputas meramente locais ou, como no caso de Camillo Prates, absorvidos por debates regionalistas travados na Câmara estadual. Portanto, como foco de análises elegemos três eventos: a “Campanha Civilista” de 1910; as eleições de 1918, que embora não tenha tido grandes problemas a nível nacional provocou intensa campanha no município; e a “Revolução de 1930”.

3.3.1 A Campanha Civilista

Entre 1909 e 1910, a campanha presidencial envolvendo o Marechal Hermes da Fonseca e o velho conselheiro baiano, Rui Barbosa, movimentou toda a política brasileira. Diferentes setores da sociedade se dividiu em blocos de apoio e oposição a cada um dos candidatos. De acordo com o conjunto de dados eleitorais das disputas presidenciais da Primeira República, o pleito de 1910 foi um dos mais concorridos e o primeiro da era

¹⁸⁰ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto... Op.Cit.* p.42.

republicana a contar com uma verdadeira “disputa eleitoral”. Todavia, as origens desta concorrida eleição estão intimamente relacionadas à sua fase precedente. Quer dizer, ao processo de escolha dos candidatos e de formulação das chapas.

Em 1908, após apenas dois anos de governo do Presidente Afonso Penna, foi dado início às conversações acerca do seu processo sucessório. O nome mais ventilado para o cargo era o do líder republicano e então governador de Minas, João Pinheiro. No entanto, mesmo antes que o processo de escolha se tornasse efetivo, o possível presidenciável veio a falecer. A partir de então, David Campista, nome predileto de Penna para a sua sucessão, passou a ganhar maior destaque.

David Moretzsohn Campista, jovem político da Zona da Mata mineira era um dos melhores exemplos de intelectuais recrutados pelo PRM e eleito por determinação dos próceres da política estadual, em algum dos longínquos distritos mineiros. Entre 1907 e 1908, Campista alçou boa projeção ao integrar o “Jardim da Infância”, grupo formado por jovens políticos, em sua maioria mineiros, com o fim de dar sustentação à candidatura presidencial de Afonso Penna. Durante a gestão deste último, foi homem de confiança do Presidente e dirigiu o Ministério da Fazenda.

Todavia, a indicação para a presidência do nome de Campista não foi bem recebida, nem mesmo pelo PRM. Isto porque, a candidatura teria partido diretamente do Catete sem qualquer tipo de conversação com os próceres da política nacional e, muito menos, com os da mineira. Assim, rejeições eclodiram de várias partes. Por meio de acordos econômicos direcionados para a política cambial do novo governo, tentou-se até obter o apoio do estado de São Paulo. Contudo, apenas este não seria o suficiente para alcançar a vitória.

Mesmo em Minas a candidatura Campista não possuía apoio. Tão logo foi anunciada, o senador Francisco Sales se pronunciou em contrário. Algum tempo depois, foi a vez de Bias Fortes noticiar publicamente sua rejeição ao presidenciável. De acordo com Viscardi, “Claro estava que Minas Gerais desejava continuar à frente do governo federal, desde que o nome indicado representasse, de fato, os interesses do PRM, o que não ocorria através da indicação de Campista.”¹⁸¹

Não bastasse a falta de apoio em seu próprio estado, Campista ainda tinha de lutar contra a rejeição de outros importantes nomes da política nacional, como o do líder gaúcho e senador Pinheiro Machado. A intenção de Machado era a de ampliar a participação política do Rio Grande por meio da candidatura de um conterrâneo, o militar Hermes da Fonseca, então

¹⁸¹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das oligarquias... Op.Cit.* p.197.

Ministro da Guerra. Para complicar a situação outro denotado nome nacional foi lançado na disputa: Rui Barbosa.

Ao longo de todo o processo a dificuldade em cooptar aliados e de ganhar o apoio do conjunto da elite mineira acabaram fragilizando a candidatura Campista. Por fim, seu nome foi retirado da disputa. E o apoio mineiro recaiu sobre a chapa formada por Hermes da Fonseca e Wenceslau Brás.

No entanto, a elite mineira já estava dividida. Em contraposição ao PRM a facção de Afonso Penna passou a sustentar a candidatura de Rui Barbosa. Na verdade, o nome do velho conselheiro, rotineiramente alçado nos processos sucessórios, era muito bem recebido por variados políticos.

Em Montes Claros, por exemplo, o líder baiano era muito bem quisto, tanto que várias foram às vezes em que os jornais locais se manifestaram em favor do “íncrito brasileiro”. Segundo as memórias do escritor Cyro dos Anjos, o seu pai, Coronel Antônio Versiani dos Anjos, era um dos montesclarenses que tomava a trajetória de Rui como um verdadeiro exemplo a ser seguido. Por isso mesmo, cotidianamente, antes do jantar, o coronel fazia questão de proferir ensinamentos à família e, em boa parte das vezes, os discursos de Rui no senado eram o tema da palestra. Como se isso não fosse o bastante, Cyro salienta que ocasionalmente o pai invocava o velho político ao afirmar que “[...] se a Nação madrugasse como o Conselheiro, as coisas não andariam tão mal.”¹⁸²

Chega a ser curioso, mas o processo de socialização com a figura de Rui, operado pelo Coronel Antônio Anjos com os filhos, conciliado com a repercussão da campanha de 1910, levaram o jovem Cyro, em 1916, a editar um jornalzinho intitulado “O Civilista”. O sugestivo nome, segundo ele, foi aventado “[...] ainda, pelos ecos da campanha presidencial de 1909.”¹⁸³ No entanto, é bom frisar que Cyro nasceu em 1906 e, com certeza, não tinha à época do jornal muita noção do que havia sido o civilismo. Todavia, o seu pequeno tablóide ostentava esta alcunha. Provavelmente, o nome do panfleto foi uma influência direta das enfadonhas leituras dos discursos do conselheiro, feitas pelo pai.

Já em termos político-partidários, a eleição de 1910 acabou operando uma cisão no seio das duas facções montesclarenses. O “Partido de Cima”, substanciado pela parentela “Alves, Versiani e Veloso”, possuía elementos pró e contra Rui, muito embora o seu chefe, o deputado federal Honorato Alves, sempre procurasse manter uma postura de franco apoio às

¹⁸² ANJOS, Cyro Versiani dos. *A Menina do sobrado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p.46.

¹⁸³ Idem, p.91.

resoluções tomadas pelo PRM. E também, de uma velada cumplicidade com o direcionamento da liderança do senador Francisco Sales.

Quer dizer, pela a orientação do partido e de Sales, o deputado Alves, assim como o seu grupo, devia sufragar o nome do Marechal Hermes da Fonseca. Todavia, as dissidências na base levaram a curiosa estratégia do líder regional de apoiar o partido e ir contra a própria facção. Afinal, o que se encontrava em jogo eram os compromissos assumidos com o PRM e com os seus super-chefes. Segundo Emil Farhat: “Às vezes, até acontecia que o coronel... se extasiava também diante de Rui... Mas... ia fielmente cumprir o seu compromisso de votar no governo. Compromisso que era feito na base da barganha de poderes [...]”¹⁸⁴.

Ainda em suas memórias, o escritor Cyro dos Anjos relata que o tema da Campanha Civilista quase foi o responsável por uma definitiva ruptura no seio do “Partido de Cima”. Mas a questão, debatida no estabelecimento do seu pai, foi sábia e comicamente contornada. Segundo ele:

[...] à porta da loja teve início a batalha civilista local, num começo de discussão entre o pró-hermes Barbalho e o ruísta Loiola – incidente que poderia ter dividido para sempre o Partido de Cima, caso Espínola, com humor, não houvesse descarregado a atmosfera, concitando o poeta Vilobaldo a efetivamente cumprir sua jura de atirar-se da Torre do Mercado, se Rui não ganhasse a eleição. Barbalho desfranziu a testa e abriu-se numa gargalhada, nisto sendo acompanhado por Loiola e demais da roda.¹⁸⁵

A problemática situação de ter as bases divergindo do posicionamento do líder não foi um problema restrito ao “Partido de Cima”. Também o “Partido de Baixo”, dos “Chaves, Prates e Sá”, foi duramente cindido. Neste caso, inclusive, a situação era um pouco mais grave. Não bastasse a existência de alguns elementos propensos a Rui, os principais políticos da parentela também eram afeitos à corrente civilista.

Antônio Gonçalves Chaves Junior, então Presidente do senado mineiro, aderiu à candidatura de Rui¹⁸⁶. O mesmo posicionamento foi seguido por Francisco Sá que, apesar de Ministro da Viação do governo interino de Nilo Peçanha, se arvorou em defensor do civilismo. Portanto, em contrariedade com o discreto posicionamento pró-Hermes assumido pelo Presidente¹⁸⁷. Ademais, Sá chegou a enviar telegramas a alguns líderes do Norte de

¹⁸⁴ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto... Op.Cit.* p.43.

¹⁸⁵ ANJOS, Cyro Versiani dos. *A Menina do sobrado... Op.Cit.* p.351. Em sua obra, o escritor Cyro dos Anjos substituiu o nome de algumas pessoas de Montes Claros por cognomes. A maior parte dos quais não foi possível identificar o seu real correspondente. Contudo, por se tratar de uma obra memorialista, e de caráter autobiográfico, este aspecto não invalida os relatos acerca dos eventos narrados.

¹⁸⁶ WIRTH, John. *O Fiel da Balança... Op. Cit.* p.225.

¹⁸⁷ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das oligarquias... Op.Cit.* p.204.

Minas e do Ceará conclamando-os a sufragar o nome do político baiano¹⁸⁸. Esta franca adesão de Sá à campanha de Barbosa pode facilmente ser compreendida por dois motivos. O primeiro é que o Ministro não dependia mais da benevolência do PRM para sustentar sua carreira. Pois, a esta altura representava o estado do Ceará, onde consolidou suas bases em função do matrimônio contraído com um dos membros da oligarquia dos Acioli. O segundo é que, de acordo com as observações do historiador Edgar Carone: “[...] um dos lemas dos hermistas durante a Campanha Civilista [...] era de lutar contra os Acioli, os Maltas, os Borges de Medeiros e todos aqueles que permaneciam insistente e despoticamente no domínio governamental de seu estado.”¹⁸⁹ Sendo assim, Francisco Sá possuía motivos de sobra para ir de encontro ao hermismo.

Todavia, o caso do deputado federal Camillo Prates é totalmente distinto. Como uma liderança eminentemente regional e tributária de um dos próceres do PRM, não havia alternativa à Prates do que a de se posicionar conforme a orientação do partido. Caso contrário, poderia perder espaço, inclusive em Montes Claros, para o seu grande rival. Não fosse a morte de João Pinheiro, de quem se aproximou juntamente com Gonçalves Chaves durante a fase da “Conciliação Alvinista” (1889-1891), a situação teria sido outra. Conforme Wirth, “[...] os homens de Pinheiro se juntaram à campanha civilista [...], mas não conseguiram conquistar o estado e nem vencer as eleições, pois a comissão executiva estava contra eles.”¹⁹⁰ Não é demais lembrar que o então grande aliado de Prates, Bias Fortes, teve papel decisivo na rejeição da candidatura de Campista e, conseqüentemente, no processo de aproximação do estado da chapa encabeçada por Hermes da Fonseca.

Muito embora estes fatores fossem o suficiente para que Prates se alinhasse definitivamente à campanha militar, pode-se acreditar que tanto a sua decisão quanto a de Honorato foram influenciadas por outro grande interesse: a ferrovia. Afinal, “Sabia-se que muitos líderes do Norte preferiam Rui a Hermes, não fosse tão promissoras [...] as expectativas de obter uma ferrovia [...]. O público não iria tolerar nenhuma mudança que arriscasse esse projeto.”¹⁹¹

Relativamente isolado e pobre, o Norte de Minas sempre necessitou de dotações estaduais e federais em iniciativas que fomentassem o seu desenvolvimento. Sobretudo, em

¹⁸⁸ MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais... Op.Cit.* p.603. Arquivo Histórico do Museu da República. Arquivo Francisco Sá.

¹⁸⁹ CARONE, Edgar. Oligarquias: definição e bibliografia. *Revista de Administração de Empresas.* v.12, n.1, Jan/Mar.;1972. p.82.

¹⁹⁰ WIRTH, John. *O Fiel da Balança... Op. Cit.* p.164.

¹⁹¹ Idem, p.180.

aspectos cujos recursos privados regionais nunca foram capazes de promover, a exemplo da construção de vias de transporte ferroviário e rodoviário.

Dentre estes, a ferrovia era, sem dúvida, o grande sonho. Acreditava-se que a simples chegada dos trilhos à região a integraria, definitivamente, na rota dos grandes mercados nacionais do sul e do norte do Brasil. A esperança era a de transformar o Norte de Minas num dos principais entrepostos da “Grande Longitudinal”. Isto é, o projeto de uma extensa linha férrea que partiria da estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, percorreria boa parte do território nacional, até chegar a estação ferroviária de Belém, no estado do Pará.¹⁹² A simples concretização desta quimera era tida como a redenção econômica do Norte. E, por isso mesmo, em torno da causa, boa parte da elite sertaneja se manteve constantemente mobilizada. Ao que tudo indica, a ponto de hipotecar seu apoio ao governo durante os grandes momentos de crise política estadual e nacional.

Apesar de durante a Primeira República a conjuntura financeira da União não ter sido favorável a realização de grandes empreendimentos, em função das constantes crises e déficits orçamentários, havia fortes esperanças de que a construção da ferrovia atingisse, pelo menos, o Norte de Minas. Afinal, até 1930, o estado se destacou como a principal força política da nação com a nomeação de 3 presidentes, 5 vice-presidentes, 24 ministros e a ocupação da presidência de 45% das comissões parlamentares, sobretudo, a de Obras Públicas. Ademais, em algumas ocasiões, as esperanças se reforçavam pela presença de algum filho do Norte na presidência da Comissão de Obras ou no Ministério da Viação, a exemplo de Antônio Olinto dos Santos Pires (1894-1896) e Francisco Sá (1909-1910/1922-1926).

No entanto, naquela conjuntura, construir linhas férreas em direção ao Norte não era tarefa fácil. Naquele contexto as atenções estavam voltadas para consecução de um conjunto infra-estrutural capaz de promover o escoamento rápido e barato do principal produto da nação, o café. Mediante a possibilidade de altos ganhos, até mesmo, a iniciativa privada se retinha a investir capitais na construção de ramais para zonas distantes e parcamente povoadas, que lhes pudesse render lucros proporcionalmente inferiores aos auferidos no eixo cafeeiro. Deste modo, seja pelas mãos da iniciativa pública ou da privada, as áreas cafeeiras de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais tenderam a concentrar a maior parte da construção das vias férreas.

¹⁹² “Prolongamento da Central do Brasil até Belém do Pará”. *Gazeta do Norte*, Montes Claros. 08 de fevereiro de 1919. Ano I, Nº32, p.03. Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

Em Minas, especificamente, Resende observa que das 15 ferrovias concluídas ou em construção, até 1909, apenas um pequeno trecho de 233 quilômetros se localizava na região nordeste do estado.¹⁹³ Esta via, denominada “Estrada de Ferro Bahia e Minas”, segundo Wirth, consistiu numa linha ineficiente que ia da cidade de Teófilo Otoni ao litoral baiano. Já as demais áreas setentrionais, como o Norte e o Noroeste continuaram, até década de 1920, totalmente desassistidas¹⁹⁴. Na verdade, se analisarmos o mapa ferroviário mineiro atual, podemos perceber, com clareza, que a distribuição desproporcional de estradas de ferro entre as diferentes zonas do estado ainda impera¹⁹⁵.

Não obstante as dificuldades conjunturais, os esforços dos representantes políticos do Norte, em prol da construção da ferrovia, não foram pequenos. Até mesmo por que, a questão se tornou uma disputa entre dois dos deputados federais da região, Camillo Prates e Honorato Alves. Ao longo da Primeira República ambos os deputados se esforçaram pela causa, fizeram pedidos e mobilizaram alianças com importantes nomes da política mineira. Camillo Prates, por exemplo, manteve contato, em 1892, com o então primeiro secretário da Câmara dos Deputados, Antônio Olinto dos Santos Pires, que, em correspondência, lhe informou:

Há dias apareceu na pasta de minha comissão um pedido para construção de uma estrada de ferro, fui ver interessar de perto a nossa terra. Como se tratara de interesse do norte e empediria parecer suspeito, encarreguei de estudos a questão o deputado [Vinhaes?]. Dias depois vinha elle fallar-me entthusiasmadissimo do grande futuro que estava reservado ao norte de Minas. Para a elucidação do assumpto, forneci a elle discursos seos, pronnunciados no Congresso mineiro e publicados no Minas Geraes¹⁹⁶

Apesar das boas expectativas de Pires a obra não se realizou e as tentativas continuaram. Em 1917, o jornal “Montes Claros” noticiou que Prates teria tido cinco conferências com o Presidente Wenceslau Brás e que mesmo assim não teria alcançado bons resultados. Para o editor do jornal, a inépcia da atuação de Prates junto ao Presidente era apenas o reflexo de sua falta de prestígio político. Por outro lado, o mesmo editor salientava a iniciativa do Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, João José Alves, de

¹⁹³ C.f. Maria Efigênia Lage de. *Formação e estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p.224.

¹⁹⁴ WIRTH, John. *O Fiel da Balança... Op. Cit.* p.103-104.

¹⁹⁵ Ver mapa ferroviário mineiro atual, em anexo.

¹⁹⁶ Carta de Antônio Olinto dos Santos Pires para Camillo Philinto Prates de 16 de agosto 1892. Arquivo Camilo Filinto Prates, Caixa01, Pacotilha 01, Documento 04, Arquivo Público Mineiro/APM.

telegrafar solicitações da construção ferroviária ao Presidente. Este teria tido melhor sorte e obtido a ordem de construção da linha férrea¹⁹⁷.

Não bastassem os pedidos e as reuniões com os próceres da política mineira, tudo indica que até mesmo manobras como a votação de orçamentos em troca de apoios ao almejado benefício foram tentadas. Pois, em 26 de dezembro de 1913, o diretor do Boletim do Ministério da Viação, Mario Brant, enviou a Prates uma missiva de agradecimento. Nela o diretor afirmava: “Muito lhe agradecemos o seu valioso concurso na votação da emenda N.1 ao Orçamento da Viação, e o rogamos-lhe queira dispôr dos Am^s [...]”¹⁹⁸

Muito embora, troca de favores, concessão de pedidos, conferências e telegramas a políticos tenham sido importantes, não foram o suficiente para consecução dos planos ferroviários no sertão norte-mineiro, pelo menos até os primeiros anos da década de 1920. Todavia, podemos acreditar que a real necessidade da obra tenha atuado, por quase toda a Primeira República, como um elemento importante, mas não único, no posicionamento dos representantes do Norte sempre ao lado do governo e do PRM, sobretudo nos momentos de crise. Por isso mesmo, é comum encontrarmos referências acadêmicas, ou não, que classificam a região como uma área eminentemente “governista”.

Na verdade, tal posicionamento não poderia ser muito diferente. Como aspirante a uma grande e difícil obra, a atuação dos líderes políticos regionais teria de se condicionar, pelo menos até a concretização do objetivo, na mais pura fidelidade e obediência governamental. Caso contrário, o sonho poderia ser inviabilizado ou, na melhor das hipóteses, retardado.

Não é demais salientar que às dissidências tendiam a ser severamente punidas pela máquina coronelista do PRM. Assim, qualquer postura “inconveniente” por parte dos congressistas da região poderia, inclusive, resultar em consideráveis prejuízos para suas próprias carreiras. Afinal, o falseamento de atas eleitorais, a repressão a votantes, a concessão da “carta-branca” aos adversários e a não diplomação ou “degola”, eram instrumentos comumente utilizados pela tarasca na manutenção de uma estrutura partidária disciplinada e coesa. Deste modo, para obter obras, benefícios e sucesso político uma regra deveria ser fielmente seguida por qualquer homem público mineiro: “nunca se opor ao PRM e ao governador”.

¹⁹⁷ “Propaganda Política”. *Montes Claros*: Semanário Independente, Literário e Noticioso. Montes Claros. Ano II, n.95. 29 de agosto de 1918. p.01. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

¹⁹⁸ Carta de Mário Brant para Camillo Philinto Prates de 26 de dezembro de 1913. Arquivo Camilo Filinto Prates, Caixa01, Pacotilha 03, Documento 02, Arquivo Público Mineiro/APM.

Portanto, como bons conhecedores deste preceito, os coroneis do Norte, ainda que contrariados, sufragaram, em 1910, o nome do Marechal Hermes. Todavia, a atitude cordata com os desígnios do coronelismo não surtiu o efeito que desejavam. Isto é, a ferrovia não foi estendida até o Norte e os planos envolvendo a “Grande Longitudinal” tiveram de ser adiados por tempo indeterminado.

3.4 A era de divergências em Montes Claros (1915-1930) e as eleições de 1918

Em 1915, os primeiros anos de competição não violenta deram lugar à guerra aberta. Montes Claros, uma cidade de estação de ferro e mercado regional de gado, cresceu e prosperou, apesar dos tiros de Winchester e as explosões de bombas de dinamite.¹⁹⁹

As observações acima, postuladas pelo historiador John Wirth, deixam bem claro que, após 1915, Montes Claros adentrou numa fase de profundas rivalidades e enfretamento dos grupos políticos locais. As causas da escalada da divergência, salientadas no capítulo precedente, se relacionaram às variadas manobras utilizadas por ambas as facções com o objetivo de impedir o rival de estar à frente da edilidade. Como relatado, até mesmo uma duplicata de câmaras foi observada.

Enfrentamentos, provocações e fraudes, sem dúvida, eram recursos comumente utilizados nos processos eleitorais em todos os cantos do país. No entanto, a longevidade do grupo dos Alves na presidência da Câmara de Montes Claros, por cerca de dezenove anos consecutivos, teria contribuído para que a facção dos Prates, na primeira oportunidade, buscasse inviabilizar qualquer possibilidade de derrota. Assim, no decurso dos anos de 1915 e 1916 variados estratagemas foram utilizados pelo então Presidente, Coronel Joaquim José Costa, para que o seu sucessor pertencesse ao grupo dos Prates.

As divergências acabaram se arrastando por, praticamente, todo o ano de 1916, quando um acordo entabulado pelas lideranças de ambas as partes pôs fim ao dissídio. Todavia, as eleições previstas no acordo foram fraudadas e deram lugar, como veremos, a futuras retaliações.

Às escaramuças locais, no entanto, não podem ser relegadas a responsabilidade por todos os conflitos. Muito embora, qualquer divergência de âmbito estadual e nacional tivesse, nesse contexto, maior capacidade de desencadear lutas municipais. Na verdade, é importante considerar que o período compreendido entre os anos de 1915 e 1918 foi fortemente marcado

¹⁹⁹ WIRTH, John. *O Fiel da Balança...* Op. Cit. p.224.

pela renovação geracional dos quadros da política nacional e estadual. E como tal, implicava num tenso e instável período de rearranjo de forças e de alianças entre as principais lideranças.

Em um rápido levantamento é possível observar que até 1919, alguns dos principais políticos do país e, mais especificamente, de Minas Gerais, vieram a falecer. Rodrigues Alves, por exemplo, faleceu em 1919; Pinheiro Machado em 1915; João Pinheiro em 1908 e Bias Fortes em 1917.

É importante salientar que os efeitos da renovação geracional não se resumem apenas à substituição dos atores envelhecidos ou falecidos. Muito pelo contrário, concomitantemente ao desenrolar do ciclo vital de cada um desses atores, novos políticos, novas lideranças, imbuídas de ideais e concepções renovados também iam surgindo. É claro que a renovação “ideológica”, por assim dizer, não se dava de modo brusco, já que muitos dos políticos em ascensão eram tributários das decaídas lideranças. No entanto, os novos atores não deixavam de trazer inovações.

Em Minas, o político “símbolo” da ascensão de uma nova geração republicana, mais crítica e, de certo modo, contrária a algumas das práticas políticas então vigentes foi Artur Bernardes. Oriundo da cidade de Viçosa, na Zona da Mata mineira, Bernardes chegou ao PRM de maneira relativamente fácil. Na verdade, conduzido ao partido pelo processo de renovação dirigido pelos velhos chefes da agremiação. Logo que assumiu o poder estadual como governador, Bernardes surpreendeu a tarasca com a imposição da chamada “regra de um homem só”. Isto é, a partir de 1918, o governador teria maior autonomia em suas decisões e alianças, sem necessitar, como anteriormente, da costumeira intervenção da comissão executiva do partido estadual. De acordo com Wirth, a manobra de Bernardes se deu num momento fulcral, pois “O declínio dos fundadores do PRM deu-lhe a abertura para reforma. A mudança de geração estava manifesta na morte recente de Bias Fortes e na saúde precária de outros líderes. Enfraquecida, a Comissão Executiva perdeu poder para o governador.”²⁰⁰

Fortalecido, Bernardes passou a operar o que algumas consideraram como uma “guerra contra o coronelismo”²⁰¹, sobretudo pela decisão de que o governador deveria ser o responsável pela designação dos cargos de prefeito. Contudo, em 1920, a proposta foi rejeitada²⁰². Para Francisco de Assis Barbosa, a intenção do governador nunca foi dirigida “[...] contra as áreas violentas e longínquas do Norte e Oeste, ou contra os chefes leais a ele.

²⁰⁰ WIRTH, John. *O Fiel da Balança...* Op. Cit. p.165.

²⁰¹ FLEICHER, David V. *O recrutamento político em Minas Gerais...* Op.Cit. p.58.

²⁰² WIRTH, John. *O Fiel da Balança...* Op. Cit. p.166.

Em vez disso, seu expurgo visava os coroneis do centro agrícola-manufatureiro, região mais densamente povoada do estado, o Sul e a Zona da Mata; e, principalmente, os Salistas.²⁰³

De fato, em nossas pesquisas não encontramos referências de intervenções de Bernardes no que concerne ao mando dos coroneis do Norte. Pelo contrário, após a morte de Bias Fortes o grupo de Camillo Prates, em Montes Claros, ficou sem um dos seus principais aliados, o que urdia a recomposição de forças por meio do estabelecimento de novos compromissos. Neste contexto, a adesão a liderança de Bernardes não se fazia apenas necessária, mas também prudente.

Já o grupo dos “Alves, Versiani e Veloso”, que nunca se manifestou claramente a favor do “salismo”, se manteve respaldado no velho discurso de fidelidade ao PRM. E sobre esta capa, também nada sofreu.

Todavia, no íterim que vai do falecimento de Bias Fortes até a consolidação da aliança dos Prates com Bernardes (1917-1919), a liderança do deputado Camillo Prates passou por maus bocados. Em meio ao clima tenso existente em Montes Claros, em função da fraude eleitoral de 1916, ocorreram, em 1918, novas eleições para a Câmara Federal. Como já era tradicional, os deputados Camillo Prates e Honorato Alves concorrerem aos postos pelo mesmo distrito.

Ao ser anunciado o resultado das eleições, foi verificado que o deputado Prates havia sido derrotado, em Montes Claros, pelo deputado Alves. Em comemoração, um grupo de eleitores teria saído efusivamente às ruas da cidade e, quando passou às portas da residência de Prates, foi alvejado. Na verdade, existem várias versões, ou melhor, várias acusações sobre as responsabilidades deste fato; a começar pelas declarações dos dois deputados. De acordo com Alves:

Hontem á noite, um grupo de eleitores festejavam pacificamente, em despreocupada passeata a minha vitória eleitoral sobre o partido do Deputado Camilo Prates, quando ao passar pela casa deste, sem que tivesse nenhuma provocação, em resposta aos vivas ao sr. Rodrigues Alves, foram disparadas cerradas cargas de carabinas sobre as pessoas que iam à frente do grupo, e, como consequência faleceram quatro delas, inclusive uma criança de doze anos, outros feridos gravemente. Por ocasião da ultima eleição municipal, o sr. Camilo Prates comprou muitas dezenas de carabinas armando assim seus jagunços afim de dominar pelo terror. Graças à prudência de meus amigos, conseguimos afastar a desgraça que a fúria sanguinária do referido deputado inesperadamente acabava de provocar, fuzilando o povo. Consegui de meus amigos que não tomasse um desforço

²⁰³ ASSIS BARBOSA, Francisco de. Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. p.256-257. Apud WIRTH, John. *O Fiel da Balança... Op. Cit.* p.166.

imediatamente do contrário aumentaria a proporção incalculável o horrível morticínio.²⁰⁴

Pelo discurso de Alves, pode se observar que a mal resolvida questão das eleições municipais de 1916 mantiveram na cidade um clima de tensão e revanchismo. Entretanto, é bem provável que à arenga municipal tenha se agregado o clima de desconfiança com relação aos rumos a serem tomados pelos dois deputados, mediante a renovação dos quadros do PRM.

Esta eleição, portanto, se revestiu de um caráter excepcional, pois o seu vencedor teria condições de demonstrar aos novos líderes estaduais o seu potencial eleitoral. E como foi sagrado vencedor, os correligionários de Alves tiveram muitos motivos para comemorar. Ademais, o próprio “vivas à Rodrigues Alves” não deixava de ser uma provocação, pois o vice deste era nada mais, nada menos, do que Delfim Moreira, político vinculado ao “salismo”²⁰⁵.

A versão de Camillo Prates para o conflito, como era de se esperar, é bem distinta da de Alves, contudo também faz referência às antigas disputas relativas à Câmara Municipal. Segundo ele:

Logo depois das eleições federais, os partidários do Deputado Honorato Alves em numero superior a duzentos homens, ebrios e aos gritos de morra Camilo Prates, atacaram a casa de minha residencia, fizeram fogo sobre o meu filho Carlos, ameaçando invadir o predio. Os amigos que se achavam comigo reagiram, travando-se um tiroteio forte. Consta que morreram alguns dos atacantes. Pedi garantias ao Governo do Estado de Minas e estou sob a ameaça dos adversários verdadeiramente ferozes. Tudo isto é consequencia da desenfreiada politicagem que infelicita esta terra há mais de treis anos.²⁰⁶

Precisar o que realmente se passou em Montes Claros, em 1918, além de impossível não constitui nosso objetivo. Contudo, o que se pode apurar é que este tiroteio ficou fortemente impregnado na memória coletiva local como: “os acontecimentos do dia primeiro de março”. De acordo com o historiador César Henrique de Queiroz Porto, o fato, inclusive, serviu para passar para o restante do estado uma imagem fortemente negativa de Montes

²⁰⁴ “Crimes de 1º de março em Montes Claros”. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso*. Montes Claros. 07 de julho de 1918. Ano II, N.90. p.02. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

²⁰⁵ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das oligarquias... Op.Cit.* p.265.

²⁰⁶ “Crimes de 1º de março em Montes Claros”. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso*. Montes Claros. 07 de julho de 1918. Ano II, N.90. p.02. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

Claros²⁰⁷. Ou seja, uma imagem de uma cidade sertaneja distante, dominada por coroneis e, principalmente, violenta.

Entretanto, passadas as conturbações, ambos os deputados de Montes Claros foram eleitos e continuaram a ocupar suas cadeiras no congresso federal. No domínio das alianças, ao que tudo indica, a aproximação dos “Chaves, Prates e Sá” de Bernardes se processou de modo gradual, mas consistente. Afinal, já em 1918, um dos membros desta parentela, Alfredo Sá, foi convidado pelo então governador eleito para ocupar o posto de consultor da Secretaria da Agricultura. Em 1922, já como Presidente, Bernardes legou a pasta do Ministério da Viação a outro integrante da parentela, Francisco Sá. E, como não bastasse, encarregou novamente a Alfredo Sá e seu primo, Lincoln Prates, para a direção da intervenção no estado do Amazonas. Já Camillo Prates, por ocasião da nova eleição presidencial de 1919, deu consideráveis provas de sua adesão à liderança de Bernardes.



Fotografia 6 Presidente Artur Bernardes no dia da posse em companhia dos Ministros da casa civil e militar (15 de dezembro de 1922)

Destaque para o Ministro da Viação, Francisco Sá, no centro da fotografia e do lado direito de Bernardes.

Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Público Mineiro. Notação: AB-05-1-008

Isto é, em função do falecimento do Presidente recém-empossado, Rodrigues Alves, novas eleições tiveram de ser convocadas. No entanto, o processo de escolha dos candidatos mais uma vez foi conturbado. O estado de São Paulo lutou para que um paulista, Altino

²⁰⁷ PORTO, César Henrique Queiroz. *Paternalismo, Poder Privado e Violência: o campo político Norte-mineiro durante a Primeira República*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. p.68.

Arantes, fosse lançado como o candidato oficial. Contudo, vários outros nomes também foram cogitados, dentre eles o Bernardes. A escolha de um nome consensual foi difícil, o próprio Rui Barbosa foi tido como uma das principais opções. Mas, apenas depois de variadas conversas entre o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outros estados menores foi possível chegar a uma coalizão em torno do nome do político paraibano Eptácio Pessoa. Para a antropóloga Linda Lewin: “[...] Eptácio surgiu como o candidato “neutro” preferido. Como líder da bancada paraibana no Congresso, Eptácio tinha a vantagem de não pertencer aos principais blocos de poder do país, comandados pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.”²⁰⁸

Dentre estes estados relacionados por Lewin, o apoio de Minas a Eptácio, mais especificamente o proveniente de Bernardes, foi fundamental. Porém, o candidato adversário foi um velho conhecido, Rui Barbosa. Como analisado anteriormente, o “eterno candidato” possuía muita aceitação por parte do eleitorado e, em quase todas as vezes que aspirou à presidência, trouxe certa instabilidade ao pleito. Mas, nesta oportunidade sua campanha não empolgou o país, como na de 1910.

No entanto, em Montes Claros, mais uma vez o nome do baiano foi o responsável pela cisão dos grupos de parentela. “Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani e Veloso”, assim como na Campanha Civilista, se fragmentaram em duas correntes distintas, uma de apoio à candidatura oficial e a outra à de Barbosa. Porém diversamente de 1910, o posicionamento e a composição de cada corrente foi algo bem mais nítido. Isto porque, ambas as dissidências se empenharam na disputa, veicularam artigos na imprensa local e conclamaram o povo a votar em seus candidatos.

É interessante como em alguns casos, indivíduos completamente rivais deixaram de lado as divergências e apoiaram o mesmo candidato, à revelia, inclusive, do posicionamento dos seus deputados. O jornal “Gazeta do Norte”, por exemplo, órgão fiel à causa dos Prates, deixou de lado o apoio ao governo e, conseqüentemente, a Eptácio para fazer intensa campanha para Rui Barbosa, ainda que sabedor da postura governista de Camillo Prates. Também o editor do “Montes Claros”, Antônio Ferreira de Oliveira, leal seguidor do deputado Honorato Alves, deixou de lado o posicionamento do chefe para sufragar o nome do líder baiano.

É curioso, mas desde a fase de realização da convenção para a escolha do candidato oficial as correntes dissidentes locais foram formadas e com elas as campanhas. Deste modo,

²⁰⁸ LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993. p.04.

em primeiro de março de 1919, a “Gazeta” se manifestou: “Não temos candidatos e nem idéas preconcebidas com relação a este ou aquelle; desejamos o mais digno, um homem livre das veias da politicagem [...] Desejaríamos um candidato com programa definido e destes só conhecemos um: o conselheiro Ruy.”²⁰⁹

Na verdade, o processo de escolha do candidato foi acompanhado pelos montesclarenses com ansiedade. Tanto que antes da realização da convenção, a “Gazeta do Norte” fazia questão de publicar em sua primeira página charges sobre os possíveis presidenciais.

Será este ?...



Andam à baila, de novo,
eleição, candidatura,
o preferido do povo
a presidência futura.

Há candidatos
sem afeição,
oferecidos.
Mas, por baratos,
mal recebidos
pela nação.

No paiz há um nome querido
o de um velho baiano, acatado,
patriota leal, destemido,
defensor da justiça, ilustrado
[...]

Fonte: “Será este”. *Gazeta do Norte*. Montes Claros. Ano I, n.32, 08 de fevereiro de 1919. p.01.

Este ?...



Este é o da terra paulista,
Da terra do bom café [...] Mas injunções de momento Podem trazer-lhe um desgosto Podem cortar-lhe um intento E lhe negarem o posto.

Fonte: “Este?”. *Gazeta do Norte*. Montes Claros. Ano I, n.33, 15 de fevereiro de 1919. p.01.

Ou este ?...



Querem Ruy, querem Altino
E candidaturas tantas.
Mas esquecem-se do tino
Do grande general Dantas.
Dos “cotados” na vanguarda
Vai marchando satisfeito.
O homem que veste farda
Será mesmo ou não eleito.
República escangalhada,
Só homem de pulso forte
Concerta, logo, à espada [...]

Fonte: “Ou este?”. *Gazeta do Norte*. Montes Claros. Ano I, n.34, 22 de fevereiro de 1919. p.01.

Desenho 7 Caricaturas dos possíveis candidatos à presidente, publicadas na “Gazeta do Norte” em 1919

²⁰⁹ “O resultado da Convenção”. *Gazeta do Norte*, Montes Claros. Ano I, n.35, 01 de março de 1919. p.01.

Não bastassem as charges e os variados artigos conclamando os eleitores à votarem, na maioria das vezes em Rui, manifestos de ambas as correntes também foram publicados. Em um dos quais os seguidores do político baiano utilizaram praticamente uma página inteira para afirmar:

Suprema vergonha nacional! Revoltante injustiça da casta política!
 A assemblea falsa que, sob o rotulo dourado de *convenção nacional*, indicou o nome do dr. Epitácio Pessoa para presidente da República, mentiu á Nação, mentiu ao eleitorado, mentiu a todos e a cada um de nós!
 Não. Não podemos consentir em tal falsidade. Suffraguemos o nome de RUY BARBOSA, que é o nosso candidato – o candidato da Nação. [...]
 Todas as classes nacionaes querem RUY BARBOSA para a presidência da República. Só a casta política o repelle porque elle é sincero e patriota e ella interesseira e impatriota.
 Mas... o que nos importa a casta política? – essa casta que nos infelicita governando-nos mal e nos envergonha perante o estrangeiro desrespeitando, desprestigiando, desprezando a nossa personalidade [...].
 Apoiados em taes motivos, presado amigo, sem outros títulos que não sejam os de patriotas sinceros, como vós, solicitamos o vosso valioso concurso ao engrandecimento da Patria, suffragando o nome de RUY BARBOSA nas eleições que se realizarão no dia 13 deste mez.²¹⁰

É interessante, mas apesar de ambos os deputados de Montes Claros terem participado da convenção de escolha do candidato, nenhuma referência ou insatisfação é dirigida, especificamente a eles. Já o manifesto do grupo de apoio a Epitácio era nitidamente mais curto e simples, ocupando apenas uma pequena fração da página. No entanto, não deixava de ser enfático ao convocar os seus eleitores:

Illm. Snr.
 [...]
 O candidato é o eminente brasileiro Dr Epitacio Pessoa, a quem Minas, por intermédio de seus representantes junto ao Congresso Federal, no character de membros da convenção, acaba de indicar ao suffragio eleitoral, traduzindo o sentimento do povo mineiro.
 O candidato escolhido, com o seu acendrado patriotismo e sua comprovada ilustração, saberá dirigir com toda energia moral os destinos do paiz na solução dos graves problemas sociaes, econômicos e financeiros.
 Não devemos, pois, deixar de concorrer a eleição do dia 13 para cumprirmos o nosso dever político; [...]²¹¹

Outra estratégia utilizada pela “Gazeta” foi a de veicular, em 05 de abril de 1919, um artigo intitulado “*O Eleitor e o Voto*”. Neste, o editor José Thomas de Oliveira, procurava esclarecer ao leitor e à população, em geral, a importância do sufrágio para a nação, além disso, solicitava:

²¹⁰ “Ao eleitorado”. *Gazeta do Norte*. Montes Claros. Ano I, n.40, 05 de abril 1919. p.03.

²¹¹ “Ao eleitorado do município”. *Gazeta do Norte*. Montes Claros. Ano I, n.41, 12 de abril de 1919. p.03.

Pensem os snrs eleitores na situação delicada que atravessa o nosso paiz; com a imagem da Pátria de um lado e de outro, os nomes dos candidatos ao pleito de 13 de abril próximo, consultem a sua consciência e sem olhar a interesses pessoais, regionaes, ou subalternos, sigam impávidos a exercer o mais sagrado de todos os seus deveres: votar naquelle que pode salvar a nossa Pátria querida do abysmo a que está prestes a se despencar.²¹²

Embora a última frase do trecho supracitado possa nos permite pensar que o abismo a qual o editor se referia era a sagração de Epitácio, isso não pode ser confirmado. Porém, a intenção do jornal era tentar comover os eleitores a se libertarem das amarras políticas coronelistas e votarem conforme sua consciência. Para completar a ideia, uma charge foi posicionada ao lado deste artigo. Nela um homem humilde, um “jeca” se manifestava contrariamente a um cartaz da campanha do líder paraibano.



Desenho 8 Charge publicada na “Gazeta do Norte” por ocasião da disputa presidencial de 1919

Fonte: “O eleitor e o voto”. *Gazeta do Norte*. Montes Claros. Ano I, n.40, 05 de abril 1919. p.01.

Portanto, como se pode facilmente inferir, comandar as bases políticas nem sempre era tarefa das mais fáceis. E quando advinham conjunturas em que a nação e a elite mineira não chegavam a um consenso, a missão se tornava praticamente impossível. Porém, o caso da

²¹² “O eleitor e o voto”. *Gazeta do Norte*. Montes Claros. Ano I, n.40, 05 de abril 1919. p.01.

eleição de 1919, em Montes Claros, constitui uma rara exceção. Afinal, a adesão de Minas à candidatura de Eptácio, apesar de não ter sido consensual, não provocou grandes divergências no PRM. Ao que tudo indica, o que realmente desestabilizava as parentelas da cidade era o advento do nome de Barbosa.

Não fossem a abrangência, no Norte de Minas, das relações e do eleitorado dos deputados Camillo Prates e Honorato Alves, a defecção dos eleitores de Montes Claros poderiam ter lhes prejudicado. No entanto, ambos permaneceram cordatos ao PRM e sufragaram o nome indicado pelo partido, Eptácio Pessoa.



O Sr. Epitacio Pessoa

Desenho 9 Caricatura de Epitácio Pessoa
 Fonte: “‘Hoje, por mim; amanhã, por ti’ foram bons os discípulos”. *Gazeta do Norte*. Montes Claros. Ano I, n.721, 03 de maio de 1930. p.01.

Se analisarmos bem, não havia alternativa a estes deputados. Honorato que pendia para o “salismo”, mediante a perseguição promovida por Bernardes a esta corrente, não se arriscaria em manifestar em contrário. E Camillo Prates, que ensaiava uma aproximação do novo líder mineiro, teve uma oportunidade de sacramentar a aliança ao lhe ser leal. Esta fidelidade, inclusive, fica muito nítida na troca de telegramas entre os coroneis do extremo norte do estado, Camillo Prates e Bernardes. Neles é possível perceber claramente a articulação da estrutura coronelista mineira, bem como o papel de mediador ostentado por Prates.

No primeiro da série de três telegramas, expedido em 20 de março de 1919, os coroneis informaram ao deputado a situação política na região e lhe solicitaram instruções. Segundo eles: “Salistas dominantes Rio Pardo pretendem impor candidatura Ruy presidencia

republica signatários deste feis illustres governo estado e digníssimo amigo esperam ordens instrucções para agir affectuosas saud.^{s”213}

Tão logo recebido o telegrama, Prates procurou informar a Bernardes da situação no extremo norte e, ainda no mesmo dia, obteve a seguinte resposta:

Devolvendo-lhe o telegramma que lhe passaram seus amigos de Rio Pardo, sou de parecer que lhes deve responder aconselhando a tudo fazerem pelo Epitácio, candidato do P.R.M., que merece grande trabalho eleitoral em prol de sua candidatura.

Haja o que houver, precisa ser alli sustentado.

Grato pela consulta e pelo aviso.²¹⁴

Assim que foi instruído pelo governador do posicionamento a ser tomado, isto é, de franco apoio ao candidato do PRM, Prates procedeu ao envio de um telegrama aos correligionários de Grão-Mogol. Nele suas palavras foram enérgicas e categóricas, Epitácio deveria ser apoiado a todo o custo.

[...] façam tudo, absolutamente tudo candidatura Epitácio. Bons amigos tem prestígio, devem fazer triumphar essa candidatura no municipio de Rio Pardo – Peço mandarem partindo Tremendal levar este telegramma Cel. Donato recomendando em meu nome que elle sustente maximo esforço Epitácio e faço disso questão politica e pessoal. Confio meus bons amigos, fico tranquillo – Saudações Cordiais.²¹⁵

É interessante como a série de telegramas supracitados nos mostra o pleno funcionamento das engrenagens do coronelismo. Instruções e resoluções eram tomadas de modo simples, rápido, hierárquico e determinadas. Ademais, ratificam a concepção, levantada anteriormente, de que Bernardes não se incomodou com os coroneis do Norte. Muito pelo contrário, assim como os seus predecessores, do apoio deles fez uso. Ao que parece a intenção do líder era realmente a de perseguir apenas os “salistas”.

Não bastassem estas constatações, a que mais nos importa é a da dificuldade dos deputados de manterem os interesses de suas bases e os dos líderes estaduais sempre alinhados, de modo a não lhes prejudicar a carreira e a região. Para tanto, manobras eram necessárias e quando não, para compensar as defecções, reforçava-se o apoio ao oficialismo em outros redutos.

²¹³ Telegrama de Alfredo Costa Bertholino Cruz; Gilberto D’angelis; João Francisco Oliveira para Camillo Philinto Prates de 20 de março de 1919. Arquivo Camilo Filinto Prates, Caixa01, Pacotilha 03, Documento 05, Arquivo Público Mineiro/APM.

²¹⁴ Telegrama de Artur Bernardes para Camillo Philinto Prates de 20 de março de 1919. Arquivo Camilo Filinto Prates, Caixa01, Pacotilha 03, Documento 06, Arquivo Público Mineiro/APM.

²¹⁵ Telegrama de Camillo Philinto Prates para Alfredo Costa Bertholino Cruz; Gilberto D’angelis; João Francisco Oliveira de 20 de março de 1919. Arquivo Camilo Filinto Prates, Caixa01, Pacotilha 03, Documento 07, Arquivo Público Mineiro/APM.

É importante ainda ressaltar que na era de Bernardes nenhuma outra divergência ou conflito foi verificado em Montes Claros. Para Porto, o motivo teria sido a elaboração de um acordo, em 1922, patrocinado pelo executivo estadual. Por este, foi organizada uma fusão das facções locais em uma única agremiação partidária e os cargos e benefícios foram igualmente divididos. A intenção teria sido a de preparar a cidade para a chegada da ferrovia, em 1926²¹⁶. Contudo, podemos acrescentar que ao interesse ferroviário se acrescentou o de ambas as parentelas, sobretudo a de Alves, de não se envolverem em arengas que os pudessem indispor contra Bernardes. Ademais, neste contexto, o próprio chefe estadual precisava do máximo de forças para superar os empecilhos impostos ao seu processo de escalada e permanência na presidência. É importante observar que, em função da vigência do acordo, conturbações nacionais, como as que envolveram Bernardes em 1922, não tiveram repercussão na cidade.

Novos conflitos entre os grupos de parentela de Montes Claros só se processaram após a saída de Bernardes do Catete. Isto é, a partir de 1927 novas discussões e conflitos restauraram a cizânia entre “Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani e Veloso”. Estas, ao longo dos anos, acabaram se coadunando com os conflitos nacionais e resultaram no famigerado tiroteio de seis de fevereiro de 1930, em que uma das vítimas foi o Vice-Presidente da República, Fernando de Melo Vianna.

3.4.1 A Revolução de 1930

Inaugurada a ferrovia, em novembro de 1926, e findo o mandato presidencial de Bernardes, o acordo que resultou num período de paz, em Montes Claros, tinha tudo para falir. Pois, os grandes objetivos locais já haviam sido conquistados.

Em 1927 ocorreriam novas eleições municipais e para elas advieram novidades. Importantes elementos que, conforme Porto, foram afastados da política por força do acordo de 1922 retomaram a vida pública²¹⁷. O principal deles foi o doutor João José Alves, irmão do deputado Honorato Alves. Este havia sido convocado por um manifesto publicado na imprensa que contava com mais de duzentas assinaturas.²¹⁸

Por várias vezes João Alves foi Presidente da Câmara Municipal e contava com o prestígio obtido na profissão de médico. Contudo, quando se processaram as eleições o político foi surpreendido pela “inexplicável” obtenção de apenas um voto. Isto é, neste pleito

²¹⁶ PORTO, César Henrique Queiroz. *Paternalismo, Poder Privado e Violência...* Op.Cit. p.80.

²¹⁷ Idem, p.85-87.

²¹⁸ Ibidem, p.87.

a fraude foi marcante. O fato, inclusive, desagradou vários vereadores eleitos ligados ao grupo dos Alves, que esperavam ter novamente o médico à frente da edilidade. Visando reverter os absurdos eleitorais, foram impetrados recursos contra todos os vereadores. Em telegrama enviado ao governo estadual, o Presidente eleito dava conta da indisposição dos novos legisladores. Segundo ele:

Câmara que se compõe onze vereadores, reuniu-se hoje fim posse eleições mesa. Um vereador retirou-se começo trabalhos; um absteve-se de votar; outro votou branco. Fui eleito presidente por sete votos. Dr Pedro Velloso vice por igual número. Dr. Coutinho eleito secretário. Vereadores eleitos julgando impossível atender accordo entabolado ultima hora, assim resolveram. Hypothecando a V. Excia minha solidariedade, cumprirei com prazer suas ordens. Respeitosas saudações. Corrêa Machado²¹⁹

Portanto, como se pode perceber, o clima de conagração reinante entre 1922 e 1926 havia realmente chegado ao fim. Não bastassem as fraudes e os recursos a serem julgados, o eleito para a direção da Câmara havia sido um elemento ligado às hostes da parentela “Chaves, Prates e Sá”, José Corrêa Machado.

Entretanto, Machado parece não ter suportado a indisposição dos vereadores e muito menos à do governo, pois, conforme relata o memorialista Hermes A. de Paula:

Em novembro de 1927, o Dr. Correia Machado, não tendo dúvidas sobre a má vontade do Governo Estadual contra a sua pessoa, renunciou ao cargo, procedendo-se no dia seguinte a eleição do Dr. Pedro Augusto Velloso, filiado ao partido a que pertencia o Dr. Correia Machado, fato este que causou aborrecimentos ao Dr. João Alves e ao próprio Governo do Estado, o qual sabia perfeitamente não poder contar com o Dr. Pedro Augusto para as injunções políticas em andamento.²²⁰

Portanto, embora a pressão levada a cabo pelos representantes do grupo dos Alves tenha feito Corrêa Machado renunciar, a presidência da edilidade ainda permaneceu sob o controle dos Prates. Esta situação, no entanto, não agradava ao governo estadual do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Ao que tudo indica, a intenção era afastar os Prates definitivamente do comando da Câmara.

Porto observa que Antônio Carlos ambicionava enfraquecer os Prates, em Montes Claros, com o objetivo de extinguir na região possíveis influências advindas do Vice-Presidente da República, Fernando de Melo Viana. Tais desconfiças, muito provavelmente advieram do posicionamento tomado pelo então Vice-Presidente do estado, Alfredo Sá, de se

²¹⁹ Livro de correspondências expedidas e recebidas da Câmara Municipal de Montes Claros – 1927/1959. Apud PORTO, César Henrique Queiroz. *Paternalismo, Poder Privado e Violência...* Op.Cit. p.90.

²²⁰ PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros...* Op.Cit. p.172.

posicionar a favor de Melo Viana e de Washington Luís, nas discussões do processo sucessório da presidência.²²¹

O fato é que, em âmbito nacional, as discussões em torno do processo de sucessão da cadeira presidencial voltaram à baila. E a definição de um nome de consenso entre os estados da União parecia ser algo mais difícil de ser obtido do que nos pleitos precedentes. São Paulo não abria mão da indicação de um presidenciável e procurava cooptar aliados em prol do nome de Júlio Prestes. Concomitantemente, Minas Gerais e Rio Grande do Sul eram afastados das negociações.

De acordo com Viscardi, o distanciamento das relações entre Minas e São Paulo não se deram apenas em função das divergências acerca da escolha do nome do presidenciável. Mas, sobretudo, por conflitos relativos à política econômica direcionada para o café; agregados a posicionamentos autônomos e refratários às ingerências externas no exercício arbitrário do poder, quando dos governos de Bernardes e de Washington Luís.²²²

O distanciamento das relações entre Minas e São Paulo, conciliada a postura monopólica e intransigente na condução da escolha do candidato oficial à presidência, abriu espaço para que um eixo alternativo fosse constituído. Quer dizer, em oposição às atitudes e ao candidato indicado pelos paulistas, de modo gradual, ganhava força a chamada “Aliança Liberal”.

Composta basicamente por republicanos da segunda geração, a “Aliança Liberal” apresentava um plano governamental com feições mais liberais e críticas, portanto, mais condizente com as novas necessidades de desenvolvimento nacional e de envolvimento de um leque mais amplo de atores políticos. Em seus quadros se destacam os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Em contraposição a este eixo alternativo configurou-se à chamada “Concentração Conservadora”, grupo liderado pelo estado de São Paulo e que ostentava a candidatura de Júlio Prestes.

Não bastasse a difícil tarefa de escolher um novo nome para o Catete, em meio às disputas estaduais e o surgimento de blocos de pressão antagônicos. Em Minas, divergências em torno da escolha do candidato a presidência do estado pendiam para um processo de cisão da elite mineira. Para o cargo estadual, Bernardes e Antônio Carlos procuravam viabilizar a indicação de Olegário Maciel. Em tese, um nome de consenso entre as facções.

²²¹ MORAES, Aurino. *Minas na aliança liberal e na revolução*. 2ed. Belo Horizonte: Edições Pindorama, 1933. p.124.

²²² VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das oligarquias... Op.Cit.* p.341.

No entanto, o então Vice-Presidente da República, Melo Viana também manifestava grande interesse pelo cargo. Em 21 de outubro de 1929, Antônio Carlos, Bernardes, Wencelau Brás e Melo Viana se reuniram no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, para deliberarem uma solução para o impasse. Na reunião foi ratificada a escolha da chapa estadual encabeçada por Olegário e Pedro Marques. A decisão, como era prevista, não foi consensual e acabou resultando na desfiliação de Melo Viana do Partido Republicano Mineiro.

O desligamento do Vice-Presidente das hostes do PRM, acompanhado por mais cinco deputados federais, oito estaduais e o vice-governador de Minas, Alfredo Sá, acabaram selando uma verdadeira ruptura no seio da elite mineira. Mais uma vez o estado montanhês se encontrava dividido num momento crítico da nação. Este bloco dissente logo foi incorporado ao grupo da “Concentração Conservadora”, cujo grande artífice no estado foi o deputado Manoel Tomás Carvalho Brito, então diretor do Banco do Brasil.

Por estas defecções da agremiação partidária mineira, é possível compreender melhor o anseio de Antônio Carlos em destituir à parentela “Chaves, Prates e Sá”, a qual fazia parte o vice-governador, do poder em Montes Claros. Afinal, a cidade era uma das principais no extremo norte e contava com considerável eleitorado.

Na verdade, ao analisarmos o posicionamento das lideranças da parentela montesclarenses, não é possível perceber, com exceção de Alfredo Sá, qualquer propensão à “Concentração Conservadora”. Camillo Prates não se filiou efetivamente às fileiras do grupo dissidente, embora fosse íntimo de Carvalho Brito²²³. Inclusive foi eleito em 1930, pelo PRM. Já Lincoln Prates, filho de Camillo, foi um dos signatários mineiros da “Aliança Liberal”²²⁴. E Francisco Sá, neste período, se encontrava fora do país.

No entanto, conforme analisado, em ocasiões anteriores as bases montesclarenses fugiram ao controle de suas lideranças e, diante de mais um momento de grande instabilidade nacional, tal situação poderia se repetir. Todavia, é inegável que a proximidade entre Prates e Carvalho Brito, conciliada ao posicionamento conservador de Alfredo Sá, constituíssem elementos suficientes para que o governador se mantivesse prevenido.

Sobre o posicionamento de Prates e sua família em 1930, o jornal “Folha do Norte”²²⁵ se manifestou da seguinte maneira:

Em uma de nossas edições atrasadas demos noticia de um telegramma que o deputado Camillo Prates passára aos seus correligionários Mello-prestistas,

²²³ WIRTH, John. *O Fiel da Balança... Op. Cit.* p.225.

²²⁴ MORAES, Aurino. *Minas na aliança liberal e na revolução... Op.Cit.* p.104;106.

²²⁵ O Jornal “Folha do Norte” foi criado em 1930, pela família Alves, para servir como órgão de imprensa da “Aliança Liberal” no Norte de Minas. Sobretudo, em função da franca adesão da “Gazeta do Norte” à “Concentração Conservadora”.

recomendando a candidatura Olegario Maciel, em vista de ter retirado a sua o sr. Mello Vianna.

Os correligionários do velho deputado, porém, não atenderam o seu digno chefe, destoando de suas normas de conducta anterior, vazadas em uma severa disciplina.

No caso das sucessões, federal e estadual, não acompanharam o chefe – nem os seus parentes mais próximos. Soube-se depois que o cel. Camillo não exigiu isso delles, por uma estratégica digna de macaco velho na política.

Individualmente ficou no P.R.M., mandando o seu pessoal, inclusive filhos e genro, acompanhar o mello-prestismo. No caso de perder, ficaria salvo sempre, pois se ficava ao lado de Minas a sua pessoa, prestigiava a corrente dissidente, com os seus adherentes todos, sem excepção de um só. [...]

Desta forma, o deputado Camillo trouxe sempre accessa uma vela a Deus e outra ao diabo, salvando-se da degolla, por consequente.

O P.R.M. comeu mosca ou preferiu o deputado sosinho, antes de mal acompanhado? [...]

Por isto, pode muito bem ser falso o telegramma a que nos referimos [...] ²²⁶

Sendo assim, em 04 de setembro de 1928, por determinação do governo estadual, o Tenente Otávio Dinis procedeu à ocupação militar do edifício do legislativo local. Neste período, o Presidente da casa, Pedro Augusto Veloso, adepto da facção dos Prates, se encontrava em sua fazenda. O então vereador mais votado, Alfredo de Souza Coutinho, ligado aos Alves, se apressou em convocar uma reunião. O objetivo era dar posse a novos vereadores, em lugar de quatro que haviam perdido o mandato em função da fraudulenta eleição de 1927. Porto salienta que por ocasião deste pleito todos os vereadores foram vítimas de recursos, mas somente os ligados aos Prates foram destituídos ²²⁷.

Dada a posse aos novos legisladores, a Câmara procedeu à eleição de um novo Presidente. Isto porque, de acordo com a Lei estadual nº396, art. 3º de 1904 ²²⁸, assim que fosse empossado um novo representante na edilidade, novas eleições para a sua presidência deveriam ser promovidas. Assim foi feito. E a escolha recaiu sobre Alfredo de Souza Coutinho. Quer dizer, após a intervenção militar ordenada por Antônio Carlos e por meio de manobras legais, o grupo dos “Alves, Versiani e Veloso” conseguiu retomar o controle político de Montes Claros. Todavia, estes atos tiveram sérias consequências em 1930.

Como mencionado anteriormente, desde 1915 as instabilidades políticas locais foram aprofundadas em decorrência da dualidade de câmaras e do tiroteio de 1918. Salvo um intervalo de paz, entre 1922 e 1926, os últimos acontecimentos foram cruciais para que uma nova onda de divergências viesse à tona. Estas puderam ser observadas, inclusive, na sessão

²²⁶ “Será falso o telegramma do deputado Camillo Prates?”. *Folha do Norte*. Montes Claros. Ano I, n.19. 26 de maio de 1930. p.04.

²²⁷ PORTO, César Henrique Queiroz. *Paternalismo, Poder Privado e Violência... Op.Cit.* p.131.

²²⁸ PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda. 1957. p.172.

realizada no dia posterior a posse do novo Presidente da edilidade. Nela, o vereador Magno Câmara, enteado de João Alves, propôs a substituição do nome da rua Camillo Prates²²⁹.

Como se era de esperar, pelos fatos ocorridos, o grupo dos Prates não se manteve passivo. A reação adveio pela adesão, pelo menos em Montes Claros, à campanha da “Concentração Conservadora”. E com ela inúmeros ataques aos Alves e a “Aliança Liberal”, veiculados pela “Gazeta do Norte”.

Na maioria das vezes o título e o conteúdo dos artigos relativos ao momento político nacional eram extremamente ofensivos contra a “Aliança” e enaltecedores com relação à “Concentração”. Em 11 de janeiro de 1930, por exemplo, a primeira página do jornal estampou as seguintes manchetes: “Quem foi que disse que o Prestes não prestava [...]”; “O ‘Liberalissimo’ estado de sítio de Minas Gerais: ameaças, violências, assassinios”; “Que caras, senhores liberais!”; “Quem ameaça a ‘Gazeta’ sabe, demais, que assim como não fomos ovelhas ‘liberaes’, não nos deixamos matar como carneiros!”²³⁰

Não bastasse a campanha concentrista, as provocações e os claros recados aos aliancistas montesclarenses, a “Gazeta do Norte” também se empenhou na divulgação do “Congresso do Algodão e Cereais” que teria início no dia 07 de fevereiro de 1930, em Montes Claros.

O Congresso do Algodão, na verdade, fazia parte de um série de três eventos programados pela Concentração, mais especificamente por um dos seus líderes, Carvalho Brito. O objetivo das reuniões era claro, promover comícios em várias partes do estado sob o disfarce da realização de conferências econômicas.

De acordo com o memorialista Aurino Moraes, o primeiro dos três congressos, o do café, seria realizado na Zona da Mata, mais precisamente na cidade de Muriaé. No entanto, foi um fracasso. O segundo, o do algodão e cereais, aconteceria no mês de fevereiro no Norte, em Montes Claros. Já o terceiro, o da siderurgia, teria Itabira como cidade sede²³¹. Ainda segundo Moraes, o caráter eminentemente eleitoreiro dos eventos pode ser observado por alguns detalhes. No congresso do algodão, por exemplo, “Marcou-se a data [...] Foi organizada a caravana. Despacharam-se “machinas agricolas” e material de propaganda para o sertão. Curioso era notar que os verdadeiros interessados, os agricultores, não foram convidados para a reunião.”²³²

²²⁹ Idem, p.173.

²³⁰ “Quem ameaça a ‘Gazeta’ sabe, demais, que assim como não fomos ovelhas ‘liberaes’, não nos deixamos matar como carneiros!”. *Gazeta do Norte*. Montes Claros. Ano XII, n.704. 11 de janeiro. p.01.

²³¹ MORAES, Aurino. *Minas na aliança liberal e na revolução...* Op.Cit. p.192.

²³² Idem, p.192.

Não obstante esta importante constatação de Moraes, a “Gazeta” continuava a propalar o evento e afirmava que:

Os congressos econômicos que a “Concentração Conservadora” está organizando em Minas, poderão prestar a esse Estado e a todo o país, inestimável serviço prescrutando as necessidades dessa indústria, para poder defender e proteger os seus interesses, ampliando-lhe o escopo de acção e mostrando-lhe novos meios de trabalho, que virão determinar o ressurgimento econômico do Estado [...]²³³.

Muito embora nos artigos da “Gazeta” o congresso parecesse realmente ter fins econômicos. Na verdade, o que chamava mais a atenção da população era, sem dúvida, o fato de receber uma caravana de autoridades. Dentre às quais, o Vice-Presidente da República, fato que muito raramente acontecia por aquelas bandas do sertão.

No entanto, o contexto político tanto nacional quanto local era de tensão. A competição, a rivalidade e a incerteza quanto aos rumos da política brasileira só serviam para alimentar, em Montes Claros, as tradicionais divergências entre “Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani e Veloso”. Grupos estes que travestiram em concentristas e aliancistas. Por um pequeno fragmento da “Gazeta”, de 18 de janeiro de 1930, é possível perceber que o clima de tensão e provocação imperava na cidade, desde os últimos fatos relacionados à Câmara local. E com a proximidade das eleições nacionais o tom das disputas só tendia a aumentar. Conforme o artigo intitulado: “Quem espera... desespera!...”:

Um sujeito qualquer [...] correspondente do “Estado de Minas”, em Montes Claros, mandou ou deu ali (como de costume) ao “seu” jornal uma correspondência em que afirmava que o numero de prestistas-mellovianistas deste município são apenas, computados em dez por cento do eleitorado deste município. Aquelle camarada, naturalmente quis illudir a seu chefe [...] ou a si próprio. Mandou dizer que espera que o coeeficiente seja aquelle, nas eleições de 1º de março... [...] Coitado! ... Se disse aquillo sinceramente, é bom que vá se acostumando com outra perspectiva, por que a cousa para o seu lado, vai caminhando muito diversamente. “Espera dez por cento”... Cuidado rapaz, lá diz o refrão que – “quem espera dez... espera...”²³⁴

Em meio a este clima politicamente instável, aproximava-se a data de realização do congresso. Prevendo qualquer ato de violência, o grupo dos Alves se apressou em mandar distribuir à população um boletim. Neste, solicitava-se a todas as pessoas que nem por curiosidade concorressem a qualquer manifestação desenvolvida pelos concentristas e, muito menos, atuassem em reuniões, discussões ou atritos de qualquer natureza.

²³³ BRITO, Manuel Tomás Carvalho. “O boiadeiro, o criador e invernsta, eis uma das grandes forças mineiras”. *Gazeta do Norte*. Montes Claros. Ano XII, N°704, 11 de janeiro de 1930. p.03.

²³⁴ “Quem espera... desespera!...”. *Gazeta do Norte*. Montes Claros. Ano XII, n. 705, 18 de janeiro de 1930. p.01.

Todavia, conforme relatos²³⁵, o apelo parece não ter surtido grande efeito. Muitas pessoas se dirigiram, na noite do dia seis de fevereiro de 1930, até a estação ferroviária Central do Brasil, em Montes Claros. E, por volta das vinte e três horas e trinta minutos, recepcionaram com festa o tão aguardado comboio especial que trazia a caravana do Vice-Presidente. Após alguns discursos a multidão, em passeata pelas ruas, acompanhou as autoridades rumo ao Palácio Episcopal, onde Melo Viana seria hospedado. Porém, o trajeto do cortejo, previamente traçado, foi inexplicavelmente alterado e a nova rota simplesmente passava às portas da casa do chefe aliancista local, Dr. João Alves.

Velhos conhecidos, desde o tempo em que frequentaram o Colégio do Caraça, assim que se avistaram João Alves e Melo Viana se cumprimentaram, de longe, por meio de rápidos acenos. Logo em seguida, uma pesada carga de explosivos foi detonada ocasionando um grande estrondo. Uma das bombas, porém, acabou explodindo próximo à Alves. Este como era apoplético, começou a sangrar pelo nariz. Diante daquela imagem os jagunços supuseram que o médico havia sido baleado e deram início a um grande tiroteio²³⁶.

De lado a lado homens armados respondiam à bala as mútuas provocações precedentes de “vivas” e “morras” a “Aliança Liberal” e a “Concentração Conservadora”. Como proteção, Melo Viana foi atirado ao chão. Conforme o folclore local, a esposa de João Alves, Tiburtina de Andrade Alves, teria ordenado a deflagração da ofensiva, assim que viu o marido ensanguentado. Não bastasse isso, alguns relatam que esta senhora teria furado a convulsão e agredido Melo Viana com os próprios sapatos.²³⁷

Exageros à parte, o fato é que o conflito terminou com um nefasto saldo de quatro mortos e cerca de quatorze feridos. Salvo algumas escoriações Melo Viana nada sofreu. Porém, entre as vítimas fatais estavam o Rafael Fleury, secretário particular de Melo Viana e a Iracy de Oliveira Novaes, irmã de Ary de Oliveira, diretor da “Gazeta”.

²³⁵ C.f. José Santos. Depoimento concedido na cidade de Montes Claros/MG em 22 de janeiro de 2009. Ruth Tupinambá Graça. Depoimento concedido na cidade de Montes Claros/MG em 27 de abril de 2009.

²³⁶ ANJOS, Cyro Versiani dos. *A Menina do sobrado...* Op.Cit. p.368-369.

²³⁷ MORAIS, Fernando. *Chatô, o rei do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.211.

15 — Fevereiro — 1930

o Malho

CLARO COMO O SOL



Desenho 10 Charge publicada pelo "O Malho" como representação do "tiroteio de 06 de fevereiro de 1930"

Apesar de ilegível a legenda abaixo da imagem afirma: "As mãos assassinas de Montes foram muitas, mas o braço era um só."

Fonte: "Claro como o sol". Revista "O Malho". Rio de Janeiro. N.1431, 15 de fevereiro de 1930. p.31.

A convulsão proporcionada pelo tiroteio foi tão grande que a comitiva resolveu ir embora às pressas da cidade, mesmo ainda não tendo sido redirecionada a composição ferroviária. O trem, portanto, foi de “marcha-ré” até a estação mais próxima, onde foi devidamente direcionado.

É difícil apontar com precisão os motivos que levaram à deflagração do tiroteio, todos que relatam o sinistro possuem uma versão para o que ficou conhecido como: “a tocaia sinistra dos liberais” ou “a tocais de bugres”²³⁸. No entanto, não é isso o que nos importa. O fato é que o acontecimento repercutiu nacionalmente e serviu de subsídio a uma tentativa de intervenção federal em Minas Gerais.

Aproveitando-se do ocorrido, Carvalho Brito juntamente com Melo Viana procuraram dar maior dramaticidade ao evento. A ideia era caracterizar o acontecido como um crime político. Para isto, enviaram telegrama ao Ministro da Justiça informado sobre as mortes e os ferimentos do Vice-Presidente. A partir de então, Carvalho Brito ordenou que fossem trancadas as comunicações telegráficas com Montes Claros e que apenas os seus informes originais fossem transmitidos. Também o tráfego pela Central do Brasil foi obstado. Deste modo, o governo estadual de Antônio Carlos ficava sem condições de obter qualquer informação sobre o que havia se passado no Norte de Minas e qual o estado da população de Montes Claros. Ademais, enviar tropas para apaziguar aquele distante rincão só era possível pela via-férrea, que se encontrava sob o controle de Brito²³⁹.

Obter uma intervenção em Minas Gerais seria algo fabuloso para as intenções da “Concentração Conservadora”. Seria uma forma de anular o poder de um dos mais importantes atores políticos da nação que, naquele momento, divergia dos interesses paulistas. Todavia, uma intervenção dificilmente seria algo tolerado por um estado acostumado a ser predominante nas questões nacionais e, com certeza, precipitaria um levante militar.

Porém, a tentativa de intervenção não se confirmou. E as disputas foram direcionadas para as urnas. Mas até a realização do pleito, em abril, a imprensa montesclarensense e a nacional, ligada à “Concentração”, procurou explorar ao máximo o sinistro de Montes Claros e os ocorridos em vários outros lugares²⁴⁰.

Com a perda da irmã, o diretor da “Gazeta do Norte” agora tinha motivos de sobra para perseguir a “Aliança”. E, em âmbito nacional, a revista “O Malho” também buscou

²³⁸ “A tocaia sinistra dos liberaes”. *Gazeta do Norte*. Montes Claros. Ano XII, n.709, 13 de fevereiro de 1930. p.01.

²³⁹ MORAES, Aurino. *Minas na aliança liberal e na revolução... Op.Cit.* p.198.

²⁴⁰ Ver anexos sobre as representações da revista “O Malho” sobre as disputas entre “Aliança Liberal” e “Concentração Conservadora” em vários locais do país.

explorar os terríveis sucessos sertanejos. O alvo preferido da campanha difamatória movida pela imprensa foi o casal Alves, sobretudo a esposa, que passou a ser descrita como uma verdadeira cangaceira. As manifestações pela mídia foram tão intensas que até mesmo o bispo de Montes Claros teve que intervir, em determinado momento, em prol da reputação do casal²⁴¹.

Depois de realizadas as eleições advieram as “surpresas”. Getúlio Vargas havia sido derrotado e os boatos de que boa parte dos deputados mineiros seriam “degolados” logo vieram à tona. Em 05 de abril de 1930 a “Gazeta do Norte” já estampava em sua primeira página: “É de pânico a situação no seio do P.R.M. Os seus candidatos a deputado não serão nem diplomados...”²⁴². Estes murmurinhos logo foram confirmados e um dos candidatos que perderam o mandato foi, justamente, Honorato Alves. Para Virgílio de Melo Franco: “[...] Os sacrificados foram escolhidos a dedo [...] o sr. Honorato Alves por ser cunhado do sr. Melo Franco e irmão do chefe em Montes Claros, Dr. João Alves [...]”²⁴³ foi uma das vítimas.

Ao todo foram cortados da bancada mineira dezessete deputados eleitos pelo PRM. Para seus lugares foram empossados elementos que concorreram pela “Concentração Conservadora”. É curioso, mas após essa “dança das cadeiras” a composição do sétimo distrito ficou constituída pelos seguintes representantes: Camillo Prates, Agenor Sena, Auto Sá, Clemente Faria e Elpidio Canabrava. Sobre esta composição a “Gazeta” se manifestou da seguinte maneira:

Como se vê dos cinco deputados reconhecidos três são representantes nossos [...] Quanto aos outros é cousa sabida que o sr. Camillo, posto que seja perremista, não nos pode ser infenso; e o senhor Canabrava tem o dever de retribuir os esforços do sr. Vital Soares em prol do seu reconhecimento.²⁴⁴

Portanto, conquanto Prates ainda estivesse ligado ao PRM não era visto como um problema. E nem podia. Afinal, nacionalmente a “Concentração” havia saído vencedora. E, em termos regionais, na bancada do sétimo distrito passou a figurar outro membro da parentela, Auto Sá. Deste modo, o saldo das eleições de 1930, para “Chaves, Prates e Sá”, foi extremamente positivo, pois, enquanto os Alves perderam seu representante na Câmara federal os Prates tiveram duas vitórias.

²⁴¹ “Esmagando calumnias”. *Folha do Norte*. Ano I, n. 18, 18 de maio de 1930. p.01. N.A.: C.02/002-0001. E.T.:TX/AG01(01)/XX/PC.01/XX/EC.01.

²⁴² “É de pânico a situação no seio do P.R.M. Os seus candidatos a deputado não serão nem diplomados...”. *Gazeta do Norte*. Montes Claros. Ano XII, n.717, 05 de abril de 1930. p.01.

²⁴³ FRANCO, Virgílio A. de Melo. *Outubro, 1930*. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p.158.

²⁴⁴ “O formidável triunfo da Concentração Conservadora”. *Gazeta do Norte*. Montes Claros. 17 de maio de 1930. Ano XII, Nº723, p.01.

GRANDE CORAÇÃO



MINAS GERAES — *Muito bem! Com essa gente só luta quem deseja manchar de sangue as suas mãos.*

Desenho 11 Charge publicada na Gazeta do Norte por ocasião da derrota da Aliança Liberal nas urnas. Nela Antônio Carlos, em farrapos, se ampara no Governo e Melo Viana passeia de braços dados com a bela Minas Gerais.

Fonte: “Grande Coração”. *Gazeta do Norte*. Montes Claros. 10 de maio de 1930. Ano XII, Nº722, p.01.

Entretanto, a “degola” dos deputados mineiros não foi a única arbitrariedade praticada contra a “Aliança Liberal”. Vários outros tipos de retaliações e deposições foram impetrados contra políticos desta corrente, em todo o país. O estado da Paraíba, por exemplo, também foi vítima de perseguição, tanto que, nenhum dos seus deputados foi diplomado.

Estes atos, longe de esvaziar a oposição travada contra Washignton Luís e seu sucessor, apenas serviram como valioso combustível para que se desencadeasse uma revolução armada. Afinal, impor sanções à um estado pequeno como a Paraíba, ainda que constituísse um grande violação político-constitucional, era algo bem mais tolerável do que a aplicação deste mesmo recurso contra um dos estados diretores da política brasileira. Diante dessas sanções, a elite mineira se mostrou indignada e propensa à luta armada²⁴⁵.

Em 03 de outubro de 1930 um levante estourou no Rio Grande do Sul e, logo em seguida, vários outros foram verificados, em todo o país. Conforme relata Virgílio de Melo Franco, até esta data o futuro da nação era incerto. Embora tentativas de harmonização das divergências tivessem sido tomadas, tudo apontava para uma via-revolucionária. “As tropelias do Congresso; as violências da polícia; os dramas de Garanhuns, de Vitória; de Natal e de

²⁴⁵ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das oligarquias... Op.Cit.* p.350-352.

Montes Claros; as fraudes eleitorais; o reconhecimento de poderes; a tragédia de Princesa e o assassinio de João Pessoa – foram, todos, fatos por tal forma graves [...]”²⁴⁶

Deflagrada a revolução em âmbito nacional, adveio a desforra dos “Alves, Versiani e Veloso” ao tiroteio de seis de fevereiro e à campanha difamatória liderada pela “Gazeta”. O médico João Alves se apressou em arregimentar homens para a formação de um pelotão de apoio à revolução que ficou vulgarmente conhecido pelo cognome de: “Bate-paus”.

O grupo, formado basicamente por conhecidos jagunços da região, foi usado para perseguir numerosos parentes e correligionários dos Prates. Em alguns casos, até mesmo espancamentos foram praticados. No entanto, uma dos atos mais emblemáticas do pelotão foi a rápida atitude de empastelar a “Gazeta”. Máquinas foram brutalmente destruídas, papéis rasgados e fogo foi atiado à redação. A desforra praticada pelo grupo dos Alves foi, portanto, rápida e violenta. Tais fatos acabaram ficando fortemente registrados na memória e na crônica local como aterrorizantes.



Fotografia 12 Grupo dos “Bate-paus” circulando pelas ruas de Montes Claros em 1930

Fonte: Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR - Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

Uma verdadeira era de paz nos lares montesclarenses só teve início com o real processo de estrangulamento do maquinário coronelista local, substanciado pela implantação na cidade do regime de prefeitura, em 1931. Mesmo assim, talvez por precaução, o primeiro

²⁴⁶ FRANCO, Virgílio A. de Melo. *Outubro, 1930. Op.Cit.* p.243.

prefeito a ser nomeado foi um forasteiro, o engenheiro Orlando Ferreira Pinto, natural da cidade de Boa Esperança, no Sul de Minas²⁴⁷.

Como visto, o arcabouço do coronelismo envolve em suas tramas uma infinidade de relações de compromisso, o uso de estratégias e, em alguns momentos, atos extremos de provocação e violência. Por contar com dois grupos político-familiares em constante e acirrada pugna e liderados por deputados federais rivais, o caso de Montes Claros é extremamente representativo de como o sistema coronelista funcionava.

No entanto, em alguns momentos, o próprio papel do coronel, do líder mediador, apresentava consideráveis falhas. Ao analisarmos os momentos críticos da política brasileira, especificamente os de 1910 e 1930, tivemos a oportunidade de perscrutar a mobilização, por parte dos deputados montesclarenses, de alianças duradouras ou instáveis. Estas lhes possibilitaram permanecer por décadas na composição da bancada mineira na Câmara federal.

Não bastasse a difícil tarefa de cooptar o apoio das principais lideranças do PRM, cabia também aos chefes regionais a complicada “arte” de satisfazer tanto os interesses do centro quanto o das periferias. Era, justamente, desta conciliação que surgia a coalizão de forças necessárias para o exercício de um papel de liderança regional. Para isso, em algumas circunstâncias, estratégias como a de ir contra o posicionamento adotado pela facção se tornavam necessárias. Afinal, a grande regra para se manter atuante no sistema era a de ser sempre fiel ao partido e ao governador.

A paz, algo difícil de ser verificado na Montes Claros do período da Primeira República parece ter advindo de modo gradual, após deflagrada à revolução de 1930. Não obstante às modificações político-administrativas implantadas pelo novo governo, que dificultavam a manutenção dos antigos pilares do coronelismo, a própria geração dos grandes coroneis caminhava para o fim. João Alves, o grande chefe aliciancista local faleceu em 1934. Camillo Prates, o líder dos “Chaves, Prates e Sá”, morreu em 1940. Honorato Alves, o fiel deputado do PRM, chegou ao fim em 1948. E Francisco Sá, o Ministro norte-mineiro, faleceu em 1936. Foi, sem dúvida, o fim de uma era de coroneis sertanejos que entre os seus próprios interesses, os da família, dos correligionários e os dos PRM acabaram servindo à elite mineira.

²⁴⁷ PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.190-191.

4 DO MUNDO RESPEITÁVEL DA ELITE AO DA CRUA POLÍTICA DO INTERIOR

Os Alves e Camilo [Prates] abarcaram 2 mundos: o da sociedade respeitável da elite e o da crua política interior. Todos fizeram das carreiras um exemplo magnífico de como o sistema funcionava nas zonas mais remotas de Minas.²⁴⁸

O objetivo geral deste capítulo é analisar como as alterações advindas com o regime republicano, longe de permitirem um maior encaminhamento democrático, possibilitaram um rearranjo na política dos tradicionais grupos de parentela de Montes Claros.

Baseados no tradicional esquema coronelista, “Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani e Veloso” se perpetuaram na política local, até 1930, em meio a lutas, fraudes e disputas violentas. Neste sentido, assim como anuncia a epígrafe, o caso de Montes Claros é extremamente representativo de como o sistema político funcionava durante a Primeira República. Isto é, nas bases, nas áreas periféricas do Norte de Minas Gerais, longe dos principais centros de poder, preponderavam as lutas, o mando senhorial, as cisões sócio-políticas e a violência. Na capital, na sede do governo, da assembleia e do partido, reinava a coesão, a paz e a harmonia.

No entanto, em Montes Claros, a constante luta dos dois grupos pelo poder acarretou um gradual processo de cisão da cidade conforme critérios de filiação política. Em pouco tempo praticamente tudo passou a ser separado ou passível de separação, desde ambientes físicos até relações sociais. Na verdade, este processo de dissociação fazia parte de uma cultura política própria, pautada na disputa, na violência e na consequente ausência de relações comuns a toda a comunidade. Esta cultura política, alimentada pela rivalidade coronelista, se propagava aos habitantes da cidade por meio de variados agentes de socialização, mas, em especial, pela imprensa, pelas rodas de bate-papo, pelas brincadeiras de criança, pelos grêmios dramáticos e pelos times de futebol.

Quer dizer, pelas mais diferentes formas e momentos os montesclarenses, sobretudo os mais humildes, eram socializados com um padrão de convívio caracterizado pela identificação, pela aversão, e, até mesmo, pela hostilidade aos integrantes da parcialidade política contrária a do seu coronel. Todavia, num mundo rural dominado pelos senhores de terra só restava uma saída ao homem simples: aderir de modo fiel e notório a um dos lados em disputa e defender no dia a dia a causa dos seus chefes como se fosse a sua. Tal situação é

²⁴⁸ WIRTH, John. *O Fiel da Balança*: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.224.

amplamente perceptível tanto nos relatos dos descendentes dos grupos de parentela de Montes Claros quanto na dos demais cidadãos que vivenciaram, ainda que parcialmente, a era dos coroneis. Em ambos os casos, no entanto, a memória acerca da interferência do coronelismo no convívio social foi marcante.

4.1 O Mercado Municipal

Congregando tanto operações de venda quanto de compra de produtos para o abastecimento do mercado norte-mineiro, Montes Claros representava, no limiar da era republicana, o importante papel de empório regional. Constantemente acorriam à cidade produtores, comerciantes e tropeiros vindos desde áreas mais próximas do município até de locais mais distantes, como o Sul da Bahia. As negociações, via de regra, se davam em rudimentares estabelecimentos conhecidos como intendências, na verdade, ranchos que serviam tanto de mercado quanto de pouso aos tropeiros. Tais ambientes, no entanto, além de insalubres e espalhados pela cidade, não ofereciam as condições ideais para abrigar o crescente comércio local. Em face de tais condições, a Câmara Municipal se movimentou, em 1878, no sentido de erigir um amplo e único centro comercial mais condizente com a realidade montesclareense.

Apesar de benéfica, a intenção da Câmara possuía em si um problema: a escolha do local onde seria construído o mercado. À época, Montes Claros constituía-se, basicamente, de dois largos, duas praças, das quais se irradiavam as habitações e o comércio local. Sendo assim, logo surgiu a crença de que a ereção de um centro comercial em apenas um dos largos da cidade automaticamente suplantaria o comércio do outro. Por isso mesmo, as discussões em torno da construção do mercado municipal, sempre que vinham a tona, eram sempre problemáticas e inviabilizadas pelos representantes políticos de um dos lados. Ademais, todos os sitiantes e lavradores possuíam o hábito de concorrer às feiras e intendências²⁴⁹ sediadas no largo de seu coronel. Mas, no caso da criação de um mercado único, em território rival, como ficariam as relações de compromisso para com os seus chefes? Ou seja, a questão era complexa e não ficava restrita ao campo político e econômico, mas perpassava também os meandros das relações sociais estabelecidas. A historiadora Evelina Antunes Fernandes de Oliveira resume da seguinte maneira a disputa pelo mercado:

²⁴⁹ As intendências eram ranchos que serviam tanto de abrigo para os tropeiros quanto para o comércio dos fins de semana de feirantes e lavradores. Cf. PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda. 1957. p.118-119.

[...] [a] construção da sede do mercado municipal é ilustrativa: como importante entreposto comercial do Norte e Nordeste de Minas e do Sul da Bahia, a cidade necessitava de um local mais apropriado às transações comerciais do que os antigos ranchos de tropas. Logo, a edificação do mercado se tornou uma obra disputadíssima e o embate político durou nada menos que os últimos vinte e um anos do século passado.[...] Não se pode falar em hegemonia desses grupos, mesmo porque suas diferenças não são significativas. Ambos se assentavam sobre a pecuária e o comércio relativamente importante.²⁵⁰

As lutas travadas por “Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani, Veloso” pela construção do mercado em seus largos foram primaciais para que toda uma profunda onda de divergências suplantasse os limites da Câmara e se alojasse no seio da comunidade. Isto é, todos os tipos possíveis de relacionamento entre moradores do Largo de Cima e do Largo de Baixo passaram a ser surpreendentemente informados pelo signo da divergência política. A cidade literalmente se cindiu em duas.

O escritor Cyro dos Anjos, em sua famosa obra memorialística “*A Menina do Sobrado*”, narra com profundo carinho e saudosismo as suas recordações da infância e adolescência na Montes Claros das décadas de 1910 e 1920. Não obstante, Cyro foi um observador privilegiado das questões políticas e econômicas locais, já que era filho do comerciante Coronel Antônio dos Anjos e neto do médico Carlos José Versiani. Tal combinação de fatores permitiu-lhe observar o impacto da construção do mercado sobre a sociedade montesclareense. Segundo ele, foram:

[...] nas últimas décadas do Império – quando, ao inaugurar-se o Mercado, o Largo de Cima arrebatou à antiga Intendência a sua clientela de feirantes – a emulação foi crescendo com o tempo, até identificar os dois logradouros públicos com as duas facções políticas: os Pelados passaram a ser os de Cima, e os Estrepes, os de Baixo²⁵¹.

Outro bom relato sobre a cisão de Montes Claros, porém identificando a continuidade histórica das divergências locais e os grupos familiares que compunham as redes das duas parentelas, foi feito pelo memorialista Hermes Augusto de Paula:

Eram os Ximangos e os Cascudos, os Liberais e Conservadores, que estiveram em guerra durante todo o Segundo Reinado. Depois, na República, vieram os Estrepes e os Pelados. Os estrepes mandavam nas ruas de Baixo. Os Prates, os Chaves, os Teixeira, os Dias, os Fróes, os Figueiredos, os Souto, os Mendonça, os Freitas, os Abreu, os Costa, os Durães, os Soares, os Guimarães, além de muitos outros, compunham o partido.

²⁵⁰ OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. *Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste*. Maceió: EDUFAL, 2000. p.17.

²⁵¹ ANJOS, Cyro Versiani dos. *A Menina do sobrado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p.76.

Nas ruas de Cima , habitavam os Pelados. Os Alves, os Miranda, os Ribeiro, os Versiani, os Sarmento, os Salgado, os Maurício, os dos Anjos, os Peres, os Velosos, os Câmara, os Vale, dentre vários outros, formavam os seus quadros.

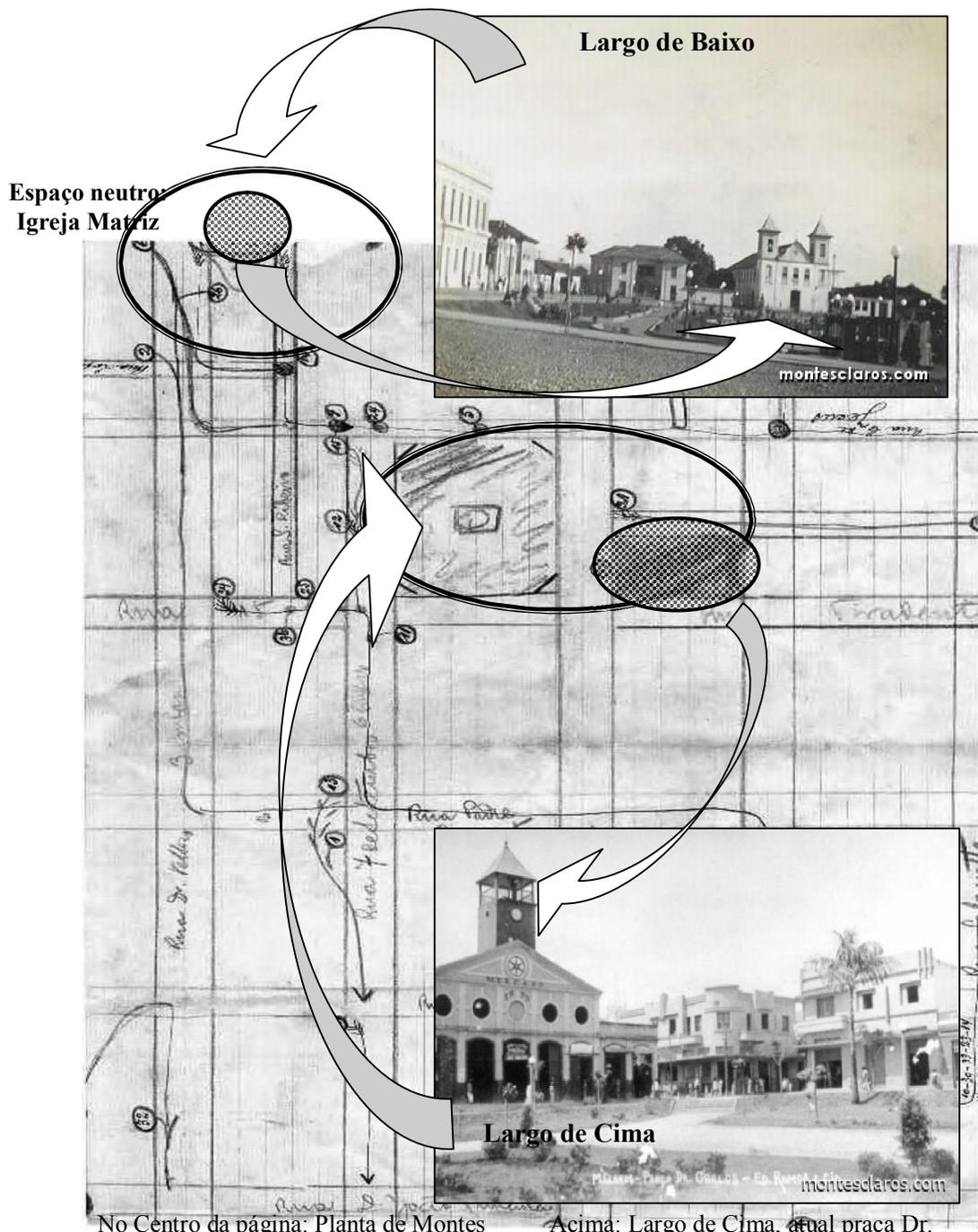
Tudo era separado. As divergências políticas cortavam a cidades em duas. Duas bandas de música - a Euterpe e a União Operária, donde saíram os apelidos de Estrepes e Pelados - animavam os dois grupos adversários. Ambos morriam de amores pelos governos do Estado e da República. Tinham a mesma origem, o mesmo programa, a mesma formação. Eram, no entanto inimigos irreconciliáveis na política municipal. Nas suas lutas, algumas vezes correu sangue. Foi no calor da chama dessa velha rivalidade, que Montes Claros cresceu e progrediu.²⁵²

Pelo relato de Paula pode-se inferir que, historicamente, o elemento político agia em Montes Claros como forte instrumento de desagregação social, ao colocar em lados opostos conterrâneos que só se distinguiam, na maioria das vezes, pelo local de residência e não por vínculos familiares ou alianças políticas. Pois, conforme os dados populacionais e eleitorais anteriormente apresentados, nem todos os cidadãos, mesmo os da sede do município, eram eleitores²⁵³. Todavia, passaram a compartilhar cotidianamente, assim como a classe política, das divergências, das lutas, das campanhas e das provocações aos rivais. Era, sem dúvida, uma forma de integrar um dos lados e de não estar desamparado no fogo cruzado. Conforme o seleiro aposentado José Santos: “[...] a política o sujeito tinha... a tinha dois nome, Política de Cima e Política de Baixo. Porque a Política Baixo é de quem morava lá embaixo e quem morava cá em cima acompanhava a Política de Cima.”²⁵⁴ Isto é, todos que moravam nas mediações das casas dos atuais chefes das parentelas eram automaticamente identificados como adeptos dela. Aqueles que como o Deputado Camillo Philinto Prates residiam na parte inferior da cidade, nas imediações da Praça da Matriz ou do Largo de Baixo, como era conhecida, recebiam a pecha de *Camilistas* ou adeptos do “Partido de Baixo”. Já os que residiam na parte superior, junto ao Largo de Cima, a exemplo das famílias “Versiani e Veloso” e da família do novo chefe, o médico e Deputado Honorato José Alves, eram designados como *Honoratistas* ou correligionários do “Partido de Cima”.

²⁵² PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.16.

²⁵³ De acordo com o memorialista Urbino S. Vianna, em 1915, dos 52.000 habitantes do município de Montes Claros apenas 2.524 eram eleitores. C.f. VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia do Município de Montes Claros* – breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p.191.

²⁵⁴ José Santos. Depoimento concedido na cidade de Montes Claros/MG em 22 de janeiro de 2009.



No Centro da página: Planta de Montes Claros rabiscada em 1920.

Acima: Largo de Cima, atual praça Dr. Carlos Versiani.

Fluxograma 13 Divisão de Montes Claros entre os Largos de Cima, de Baixo e os espaços de sociabilidade considerados neutros

Fonte: Mapa: Acervo do Arquivo Público da Câmara Municipal de Montes Claros publicado originalmente em: BRITO, Gy Reis Gomes de. *Na terra dos coronéis: progresso para quem? Estreps e Pelados na construção do progresso em Montes Claros (1917-1926)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. p.77.

Fotos: Acervo fotográfico do site Montes Claros.com. Disponível em: <<http://www.montesclaros.com/ft/>> Acesso em: 22 jan. 2009.

O fato, na verdade, não constitui algo de todo incomum. Vários são os estudos de caso sobre o poder local que identificam a formação de grupos faccionais rivais estruturados em parentelas. O historiador José Murilo de Carvalho, por exemplo, identificou em Barbacena/MG situação semelhante à de Montes Claros.²⁵⁵ Todavia, o próprio Victor Nunes Leal ao analisar a rivalidade dos coroneis ressaltou que a hostilidade entre os grupos se manifesta de variadas formas, mas, principalmente, na ausência de relações sociais. Assim, espaços de convívio comum, como clubes e cafés, se tornavam praticamente impossíveis. Por outro lado, demonstrações de provocação e perseguição passavam a ser algo rotineiro “[...] chegando mesmo à violência física e crimes mais graves, raramente na pessoa dos chefes contrários, mas frequentemente na de seus aderentes mais modestos.”²⁵⁶

Contudo, como visto anteriormente, o próprio sistema político estadual propiciava a rivalidade e a violência nas bases, pois apenas o grupo vitorioso nas eleições receberia o apoio governamental. Afinal, os recursos do estado eram limitados e só poderiam recair àqueles que demonstrassem maior capacidade de angariar votos. Além disso, não havia muitas possibilidades para o surgimento de oposições, já que os vencedores tinham a “carta-branca” para perseguir os opositores. Portanto, perdendo ou ganhando, a ordem era nunca se opor ao governo. Assim, mesmo rivais incontestes como Camillo Prates e Honorato Alves não trocavam “farpas” enquanto deputados federais no Rio de Janeiro. As suas disputas se davam apenas em Montes Claros. Era essa a tônica de um arranjo capaz de conter as lutas no interior, mas de ostentar na capital estadual e federal um grupo único, forte e cordato como o Partido Republicano Mineiro/PRM.

Ao estudar as relações entre famílias e política em Minas Gerais, especialmente no que se refere aos grupos da Zona da Mata, a historiadora Letícia Bicalho Cãnedo também identificou na cidade de Muriaé o mesmo padrão político bi-faccional. Para ela, a divisão binária era algo essencial ao jogo político, pois era das tensões habilmente manipuladas pelos chefes que os grupos retiravam boa parte do seu poder²⁵⁷. Essa estudiosa ainda ressalta:

[...] é por meio desses rituais de defesa da honra em forma de humilhação do adversário, da vingança privada travestida em disputa dentro de um partido político e corporificada na figura do chefe político, bem como da proteção em troca de gratidão que a sociedade mineira, com sua cultura própria, produz e reproduz sua organização política bipartidária [...]²⁵⁸

²⁵⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Barbacena: a família, a política e uma hipótese*. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. jan. 1966. p153-193.

²⁵⁶ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto... Op.Cit.* p.39-40n.

²⁵⁷ CÂNEDO, Letícia Bicalho. *Caminhos da memória: Parentesco e poder, Texto de História*, UnB, v. 2, nº 3, 1994. p.32.

²⁵⁸ Idem. p.32.

Por este viés, a constituição bi-faccional não pode ser compreendida apenas como o reflexo de condicionantes internos e externos à comunidade como a temos apresentando, mas também, como fruto de uma cultura política historicamente construída com base na percepção do rival, na violência e na luta pelo e para o poder.

Acerca da cultura política, o historiador Jean-François Sirinelli afirma se tratar de “[...] uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas.”²⁵⁹ Do mesmo modo, o historiador Serge Berstein formula análises acerca do uso e da definição do termo cultura política. Para ele:

[...] o termo cultura política, durante muito tempo reservado às elites capazes de formular claramente a ideologia, passou a ser aplicado à massa daqueles que têm opiniões políticas, qualquer que seja seu nível cultural, e ainda que não estejam em condição de sustentar uma discussão teórica. Essa cultura difusa se exprime por um sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma família política, lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais (que nem foram lidos), símbolos, bandeiras, festas, vocabulário de palavras codificadas etc. É assim que os historiadores contemporâneos atribuem hoje uma importância fundamental aos ritos como expressão de uma cultura política específica, remetendo aqueles que dela participam a todo um contexto implícito cujo conteúdo ideológico eles sentem e nem sempre podem exprimir.²⁶⁰

Por essas análises, a constituição política bi-faccional, as rivalidades de família e todos os mais variados símbolos que distinguiam e opunham os adversários eram referentes de uma cultura política amplamente compartilhada pela comunidade. O fato é que a própria estrutura das sociedades interioranas, marcadas por profundos laços de solidariedade vertical, propiciavam a rápida difusão dos valores e dos padrões de conduta esperados pelos políticos dos seus eleitores e correligionários. Assim, apesar de não saberem e não compreenderem a origem das disputas, tanto o jeca que vivia na roça, quanto o cidadão humilde, a elas se integravam, defendiam com cólera os seus coroneis, se identificavam enquanto integrantes do séquito de um dos lados. Além disso, alteravam profundamente seu círculo de relações sociais com base tanto na orientação faccional quanto na sua cultura política.

²⁵⁹ SIRINELLI, Jean-François. *Historie des droites*. T.2 Cultures, Paris: Gallimard, 1992. p.III-IV. Apud BERSTEIN, Serge. *A Cultura política* In: RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa. 1998. p.350.

²⁶⁰ BERSTEIN, Serge. *Os partidos*. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.88

4.2 Entre o Largo de Cima e o Largo de Baixo: reflexos da política coronelista em Montes Claros

As duas praças eram, assim, os polos de Santana²⁶¹. Como as pontas de uma agulha magnética, as ideias, as paixões, os interesses que entretinham a sociedade acabavam por se fixar na direção do Largo de Cima ou na do Largo de Baixo.²⁶²

O processo de territorialização do domínio das duas facções e a identificação da população enquanto pertencentes à “Política de Cima” ou à “Política de Baixo” aponta para a consecução de duas identidades distintas. Sem dúvida, reflexo da longa trajetória de divergências político-familiares que se arrastaram desde o Império, mas que só na República eclodiram de modo inesperado e surpreendente. Para a historiadora Mônica Pimenta Velloso, ao demarcar um espaço, um grupo estabelece automaticamente a sua diferença ante os outros. Isto é, delimita ao mesmo tempo o que é próprio e específico em relação ao conjunto²⁶³. Neste sentido, a referência e a identificação de cada habitante da cidade como integrante da “Política de Baixo” ou da “Política de Cima” o definia no universo político e relacional local. Pois, delimitava automaticamente o lugar de sua morada, o comércio em que comprava, a sua propensão partidária, o seu círculo social, os ambientes os quais frequentava, as amizades e, até mesmo, para quem trabalhava e a quem recorria nas dificuldades. Ou seja, o pertencer e o se identificar enquanto *Camilista* e *Honoratista* não servia só como apanágio político personalista, mas também como norteador das relações sociais. O sociólogo Nilson Alves de Moraes ratifica essa posição ao afirmar que:

O tema da identidade e da diferença tem a ver com a relação entre o eu e o outro, seja do mesmo grupo, seja entre grupos diferentes [...]. É a essência que reafirma a fragmentação/segmentação do mundo social e relacional, produz sentido ou quadros referenciais que desmascaram a ideia da modernidade do sujeito unificado e estável. A identidade consolida e orienta a localização (o fato de pertencer, um “sentido de ser contínuo, complementar, idêntico”) dos indivíduos nas sociedades que produzem sentido (interações e interatividade) e singularidades.²⁶⁴

²⁶¹ O escritor Cyro dos Anjos em sua obra: “*A Menina do Sobrado*”, substituiu o nome de Montes Claros por Santana do Rio Verde.

²⁶² ANJOS, Cyro Versiani dos. *A Menina do sobrado... Op.Cit.* p.110.

²⁶³ VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1990, p.207.

²⁶⁴ MORAES, Nilson Alves de. Memória e mundialização: algumas considerações. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes.; MORAES, Nilson Alves de. *Memória e construções de identidades*. Rio de Janeiro: 7Letrsa, 2000. p.98.

Nessa perspectiva, respaldada por critérios políticos, cada ala da cidade foi se imbuindo de suas singularidades e passou a constituir espaços de sociabilidade distintos. Esse processo de diferenciação é perceptível ao longo das memórias do escritor Cyro dos Anjos. Para ele, o Largo de Cima representava o “centro nervoso da cidade”²⁶⁵, a zona do comércio forte, do progresso. Em contraposto, o Largo de Baixo é apresentado como uma área decadente que apenas transpirava história e tradição²⁶⁶. Essa distinção dos dois largos é perfeitamente compreensível. Para afirmar uma identidade, um grupo necessita, em primeiro lugar, marcar suas diferenças com relação ao “outro”. Em geral, esse processo de diferenciação se dá com base na crença da superioridade, seja ela de cunho racial, técnico, econômico ou político. Conforme Edward Said, para constituir uma nova identidade, é primordial a identificação de um “outro” para, em seguida, demonizá-lo²⁶⁷. Por isso, apesar de Cyro dos Anjos reconhecer a imponente do Largo de Baixo, o condena ao passado, principalmente após a construção do mercado na área adversária. Todavia, ao fazer tais distinções, o escritor não apenas marca diferenças, mas ratifica a sua identidade, enquanto representante e defensor do Largo de Cima.

Outro modo de diferenciação, porém conciliado com provocação, se dava pela atribuição de apelidos. Essa prática, muito antiga e comum no Brasil, visa caracterizar e ao mesmo tempo hostilizar os membros do grupo rival. Os integrantes dos partidos imperiais, por exemplo, receberam cognomes variados, porém os mais difundidos pelo país foram os de “Cascudos” e “Saquaremas” para os conservadores e os de “Chimangos” e “Luzias” para os Liberais. Cada qual possui como princípio básico o ultraje. O apelido “Luzia” reflete bem isso, já que remete ao local em que os liberais foram derrotados militarmente em 1842²⁶⁸.

Todavia, o ato de ultrajar e provocar o adversário por meio de rótulos acabava, contraditoriamente, fortalecendo o sentimento de identidade e união do grupo ofendido. Isso se dava porque a desforra não seria nutrida apenas por uma pessoa, mas por todo o grupo que compartilhava tal alcunha. Sendo assim, a ofensa do “outro” e a luta contra o “outro” detinha o potencial de fortalecer os vínculos de identificação e solidariedade interna do grupo humilhado. Em seus estudos, Maria Isaura Pereira de Queiroz já havia observado a força aglutinadora propiciada pelos conflitos aos grupos de parentela, porém, parece não ter atentado para a violência simbólica carregada pelos apelidos conferidos a cada facção política.

²⁶⁵ ANJOS, Cyro Versiani dos. *A Menina do sobrado...* Op.Cit. p.71.

²⁶⁶ Idem. p.75.

²⁶⁷ SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Schwarcz, 1990. p.32.

²⁶⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990. p.106; 143.

Na verdade, a atribuição de apelidos era comum. Em Minas Gerais, por exemplo, temos na cidade de Andrelândia os “Veados” e os “Caranguejos”; em Passos, os “Patos” e “Perus”; em Januária os “Luzeiros” e os “Escureiros” e assim em várias outras cidades²⁶⁹. Em Montes Claros, diversos apelidos foram utilizados. Inicialmente, o grupo dos “Alves, Versiani e Veloso” foram denominados de “Baratas” e os “Chaves, Prates e Sá” de “Molotros”. Em seguida, vieram as designações de “Carecas” e “Metidos”. Entretanto, as expressões que ficaram consagradas na memória coletiva foram “Estrepes” e “Pelados”. Cada qual originada da corruptela do nome das bandas de música de cada um dos lados: Euterpe Montesclareense e União Operária, respectivamente.

Ao pesquisarmos a etimologia dos termos “estrepe” e “pelado”, podemos ratificar a já mencionada importância dos apelidos no processo de constituição das identidades faccionais. Conforme o dicionário Michaelis, “estrepe” pode significar pessoa incômoda, má, ou ainda, feia e mal proporcionada²⁷⁰. Já o termo “pelado” no contexto montesclareense se referia à calvície dos irmãos Honorato e João Alves. Neste sentido, os apelidos utilizados em Montes Claros se prestaram perfeitamente às funções de diferenciação com base na superioridade e provocação ao grupo rival.

Ainda com relação às bandas, apesar de pouco estudadas, por muito tempo elas desempenharam um papel importante na vida social e política das pequenas cidades. As festas animadas que se davam ao seu som serviam para quebrantar um pouco da pasmeira cotidiana da vida no interior. No entanto, eram as apresentações públicas realizadas no coreto das praças, nas passeatas pelas ruas, nas eleições ou nas recepções de autoridades que os shows tomavam grande proporção e entusiasmo popular.

No caso de Montes Claros as bandas tiveram um contato estreito com a política, por isso mesmo serviram de base para os apelidos de cada facção. No entanto, nem sempre foi assim. Um fato da política montesclareense foi crucial para o posicionamento partidário de cada banda. Em 1897, os chefes da antiga ala conservadora, Honorato José Alves e Celestino Soares da Cruz, se desentenderam com relação à escolha do sucessor de Honorato à frente da Câmara Municipal. O desentendimento terminou em cisão, e vários componentes da União Operária declararam apoio a Honorato. Em pouco tempo, a construção do mercado selaria definitivamente a dissensão que originou os Partidos de ‘Cima’ e de ‘Baixo’. Todavia, a opção da Operária por Honorato ratificou sua adesão ao “Partido de Cima”. Já a Euterpe, por

²⁶⁹ C.f. CARVALHO, Orlando M. Os partidos políticos em Minas Gerais. In: *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1957, p. 23-41.

²⁷⁰ WDIC – Dicionário Prático Michaelis. CD-Room Almanaque Abril, 2001.

ter sido fundada por várias famílias do Largo de Baixo, optou por apoiar Celestino e o partido de sua área²⁷¹. A partir de então, cada um dos lados podia contar com uma verdadeira banda marcial que animava as suas festas e campanhas políticas. O memorialista Hermes de Paula relembra bem a atuação da Euterpe durante as eleições:

A banda Euterpe tocava um dobrado marcial. Os foguetes pipocando no ar. Os cavalos inquietos, fogosos. Os aboiados... Era véspera de eleição e, justamente nesta praça passavam todos os eleitores numa demonstração de força e como que uma visita de apoio ao chefe²⁷².

Como é possível notar, as bandas se filiaram integralmente à política montesclarensense, cada qual fazia saudações ao chefe, passeatas e retratas para os eleitores. Segundo a supervisora educacional aposentada Ruth Tupinambá Graça, até mesmo a rivalidade política local foi incorporada ao repertório das bandas. Segundo ela:

A banda Euterpe Montesclarensense era de baixo e por sinal a banda Euterpe era a melhor e a de cima era a banda Operária [...], uma vez o “Partido de Cima” [...] estava esperando um político muito importante, e estavam ensaiando um dobrado para toca na estação [ferroviária] na hora que o político chegasse, né? Aí [...] a Operária [...] tava ensaiando [...], a Banda Euterpe que era de baixo descobriu que ia acontecer isso, eles ficam sabendo de tudo, né? [...] tinha um muito inteligente que chamava Tonico de Naná que tocava flauta, tocava sax aí ele tinha um ouvido muito bom, de noite a hora que eles tava ensaiando lá ele ia pra lá e ficava escutando, aí trouxe para a banda dele e no domingo antes do político chegar. Todo domingo, tinha um coreto ali [...] na praça da matriz, [...] todo domingo eles faziam uma retreta, tocava ali, o povo juntava as famílias, a gente ficava brincando ali em volta do coreto e as famílias assistindo, todo domingo tinha isso a tarde. O que que eles fizeram, ele foi lá, pesquisou a música toda, formou o dobrado e tocou no domingo lá na praça, antes da... [Operária] foi a maior briga por causa disso. Eles ficou sem graça né? Porque eles queriam apresentar uma coisa diferente e a banda lá de baixo tocou antes.²⁷³

Apesar de cômico, o relato de Graça nos permite compreender que as apresentações semanais realizadas em praça pública iam bem além do lazer e do entretenimento. Na verdade, constituíam verdadeiros espaços de socialização política da população, pois, todo cidadão independente do nível sócio-econômico, mas adepto a uma das parciaisidades políticas, concorria apenas às retretas de sua banda. Ou seja, chefes, correligionários e sequazes de todos os tipos mantinham contato, até mesmo, nos momentos de lazer. Consequentemente, o fosso da divergência só tendia a aumentar, uma vez que se evitava os

²⁷¹ PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.232.

²⁷² PAULA, Hermes de Augusto de. Discurso de Hermes de Paula nas comemorações do centenário de Camillo Prates em 29 de dezembro de 1959. *Gazeta do Norte*. Montes Claros. 24 de janeiro de 1960. p.01. Apud PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: Unimontes, 2002. p.221-225.

²⁷³ Ruth Tupinambá Graça. Depoimento concedido na cidade de Montes Claros/MG em 27 de abril de 2009.

contatos que integravam toda a população do município. Por outro lado, os vínculos de identidade de cada um dos largos tendiam a se reforçar pelo convívio constante.



Fotografia 14 Banda Euterpe Montesclarensis, 1957.

Fonte: Acervo fotográfico do site Montes Claros.com. Disponível em:
<<http://www.montesclaros.com/ft/default.asp?album=antigas&pagina=2>
> Acesso em 22 de jan. 2009.

De modo gradual as diferenças entre os de ‘Cima’ e os de ‘Baixo’ foram aflorando e praticamente tudo passou a ser separado ou passível de separação. Até a década de 1930 todas as entidades existentes ou que vieram a existir na cidade tiveram que conviver sob o sigma da dissidência. Isto porque, qualquer alteração entre os membros das facções tendia a declinar para o viés político e culminar em cisão. Foi assim com a banda de música, com o jornal, com o grupo de teatro, com o time de futebol, com as rodas de bate-papo, com as brincadeiras de criança e com uma infinidade de relacionamentos. A professora aposentada Yvonne de Oliveira Silveira relata suas lembranças acerca da divisão:

A política no tempo que eu era criança foi... era muito violenta. Meu pai era político, fazia parte do partido de Honorato Alves e doutor João Alves era o partido de Cima chamado. E Camillo Prates dirigia o ‘Partido de Baixo’, então eles... era uma rivalidade muito grande cada qual tinha a sua banda de música, cada qual tinha o seu jornal. Mas acontece que o jornal de Camillo Prates desapareceu logo e ficou o [...] do partido de doutor João Alves que meu pai era proprietário, diretor, redator, fazia tudo ao lado de um amigo dele. E... então eles brigaram, brigavam, ninguém freqüentava o mesmo local.²⁷⁴

²⁷⁴ Yvonne de Oliveira Silveira. Depoimento concedido na cidade de Montes Claros/MG em 16 de janeiro de 2009.

Ao fim do relato, Silveira ressalta: “[...] ninguém frequentava o mesmo local.”²⁷⁵ Esta também é afirmação de José Santos quando perguntado sobre o assunto: “Não, relacionava não, porque quem era do ‘Partido de Cima’ era do ‘Partido de Cima’, quem era do ‘Partido de Baixo’ era de ‘Baixo’, sabe? De maneira que cada um vivia...”²⁷⁶ A mesma resposta dos dois aposentados é emblemática, pois, apesar de se ligarem de algum modo ao “Partido de Cima”, ambos pertenciam à camadas sócio-econômicas distintas. Silveira era filha do farmacêutico, jornalista e correligionário Antônio Ferreira de Oliveira, portanto, vinculada diretamente ao ambiente de sociabilidade da elite política local. Já Santos, pertencia aos setores mais humildes da população e por residir na parte superior da cidade acompanhava o “Partido de Cima”. Logo, ao contrário do que se possa pensar, não era apenas a elite política que nutria sentimentos de rivalidade e antagonismo entre as partes, mas também os estratos inferiores da sociedade que, de algum modo, seriam atingidas pelos resultados eleitorais.

É interessante notar que tanto as lutas quanto as relações que uniam a elite e a população nas mesmas causas e nos mesmos grupos de identidade não se pautavam em questões de classe, na acepção marxista do termo. Muito pelo contrário, a intensidade com que o coronelismo se manifestou em Montes Claros, abarcando ao mesmo tempo pessoas humildes e importantes nas mesmas disputas e conflitos, apenas ratifica a centralidade das relações de tipo vertical, sempre permeada por laços de dependência e compromisso. Conforme Queiroz:

Numa sociedade em que as relações básicas se haviam sempre regido pela reciprocidade do dom e contradom dentro da parentela, tanto no interior da mesma camada, quanto entre camadas de posição sócio-econômica diferente, o mesmo modelo se estende ao setor político [...] Isto faz com que a causa de um chefe seja realmente a causa dos chefiados [...]

²⁷⁷

Outro exímio relato sobre a cisão de Montes Claros é feito por Cyro dos Anjos:

Falemos de outra [guerra], não menos porfiada e na qual o autor militou em sua meninice: a do Largo de Cima com o de Baixo. Os sentimentos que os atiravam, um contra o outro, pareciam brotar não apenas do peito dos moradores, mas do próprio território das duas praças, como chama perene que abrasasse tanto as criaturas racionais, quanto irracionais, e até mesmo aquelas cujo respeito não se poderia falar em razão. Assim, na própria palmeira de Tia Perpétua e na que, em posição simétrica, se erguia à porta do Deputado Prates, percebia-se o ar belicoso de pendões de exércitos inimigos que se aprestam para o embate.²⁷⁸

²⁷⁵ Yvonne de Oliveira Silveira. Depoimento concedido na cidade de Montes Claros/MG em 16 de janeiro de 2009.

²⁷⁶ José Santos. Depoimento concedido na cidade de Montes Claros/MG em 22 de janeiro de 2009.

²⁷⁷ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: *O Mandonismo local na vida política brasileira...* Op.Cit. p.163.

²⁷⁸ ANJOS, Cyro Versiani dos. *A Menina do sobrado...* Op.Cit. p.75-76.

Mais carregado do que o de Silveira, o registro de Cyro é contundente acerca da adesão da população às divergências políticas e também à propensão diária à belicosidade. Contudo, é apenas mais um dentre os inúmeros passíveis de serem recolhidos à crônica local e à memória dos que vivenciaram o período. Tal contexto parece ter impregnado profundamente as recordações de todos que, direta ou indiretamente, tiveram contato com as divergências políticas. Por sinal, alguns chegam a confundir o partido majoritário estadual – PRM – à cizânia municipal: “Hoje existe mais de não sei, mais de... quase cinquenta partido, partido de todo lado sai, surge partido e naquele tempo não era só dois partido ou bem um ou bem outro.”²⁷⁹

Até mesmo fatos aparentemente corriqueiros, comuns ao dia a dia, são capazes de evidenciar o antagonismo instalado no seio da sociedade montesclareense. Tal qual o narrado por Silveira quando de um evento de confraternização pública, comumente apolítico, mas que em Montes Claros sustentava fundo partidário:

Ah! O carnaval, o carnaval era uma coisa mais engraçada, tinha o bloco dos Honoratistas e o bloco dos Prates sabe? Era uma briga como fosse [risada] briga política, cada qual queria ser melhor, insultava, até no carnaval a rivalidade se manifestava [risada]. Era uma coisa engraçada. Hoje não existe assim né? Essas separações não²⁸⁰.

Portanto, até em momentos de descontração, de diversão e folia, a barreira da identidade sócio-política impunha a segregação entre as partes, entre os concidadãos. O mesmo se dava em situações em que a vida se encontrava em perigo e urgia o amparo de alguém vinculado à facção rival, como no caso descrito por Santos:

Política de Baixo a senhora deles tava pra ter criança o médico de lá não deu jeito e [...] ela disse... falou com o marido que ela tinha fê era em doutor João Alves, mas doutor João Alves era de outra política como é que chamava ele? Ele disse: eu vou lá chamar! E foi lá chamar o doutor João Alves, né? Falou doutor João minha mulher ta lá nessas condições e só acredita no senhor! E é preciso a criança não quer nascer né? [...] “Eu vi cá chamar o senhor”. Ele Passou a mão na pasta e saiu pra ir atender a senhora... lá naquele tempo ia atender não era no hospital não, ia atender era na casa era na residência própria, pois foi lá embaixo, no ele sair pra lá... a Dona Tiburtina chamava ele era João José, “João José mas você tem coragem é [...] naquela política contrária”, ele disse: “ele veio chamar não foi João José não, ele veio chamar o médico” de maneira que ele foi fez o parto da mulher voltou e não teve nada contra ele²⁸¹.

²⁷⁹ José Santos. Depoimento concedido na cidade de Montes Claros/MG em 22 de janeiro de 2009.

²⁸⁰ Yvonne de Oliveira Silveira. Depoimento concedido na cidade de Montes Claros/MG em 16 de janeiro de 2009.

²⁸¹ José Santos. Depoimento concedido na cidade de Montes Claros/MG em 22 de janeiro de 2009.

A situação exposta apresenta com nitidez o receio acerca de contatos com elementos da facção rival. Neste caso então havia um agravante, já que a pessoa solicitada, o médico João José Alves, era o lugar-tenente de seu irmão, deputado Honorato José Alves. Portanto, buscar amparo em elementos da ala adversária, especialmente em um de seus chefes, poderia soar como traição, a despeito da gravidade da ocorrência. Explica-se, portanto, o grande temor demonstrado pela gestante. Por outro lado, também a esposa do médico, Tiburtina de Andrade Alves, se mostrava preocupada com retaliações, uma vez que o marido adentraria em território hostil e inimigo. O receio de Tiburtina é compreensível, pois, tiroteios entre os de ‘Cima’ e os de ‘Baixo’ não eram incomuns. Cyro relata que escaramuças aconteciam com frequência e por qualquer motivo:

Como de costume, os de Cima e os de Baixo se haviam defrontado na Rua do Marimbondo, em simples escaramuça para demonstração de potência de fogo. Antonico de Siá Flora e seus companheiros deliberaram dispersar uma roda de *Pelados* que estava a cear em casa da preta Isabelona. Fora nutrido o tiroteio, mas, afortunadamente, sem luto [...]

Lembro-me do dia em que Aurélio Boca Torta prometera tirar uma desforra dos rapazes do Largo de Baixo. Estivera bebendo a tarde toda, no botequim do Dominguinhos, e não fizera mistério dos seus planos. Havia de liquidá-los, sozinho, não precisava de companheiro para esparramar aquela cambada. [...] Fazia tudo para não puxar uma briga e até engolia desaforos, desde que não desfizessem na pessoa do Capitão Sezefredo, seu patrão e amigo. [...] Aurélio morreria por ele, se preciso. Mas, que tolíce falar em morrer! Melhor é matar. Não temia tiros do grupo de Baixo, seu corpo era fechado [...] ²⁸²

A citação deixa claro que cada indivíduo procurava defender o seu território e a honra de seu chefe, mesmo que para isso tivesse que ir às últimas consequências. A resolução de rixas por meio do uso da força e da violência fazia parte do cotidiano ou mesmo da cultura local. Isso fica bem nítido quando Cyro dos Anjos relata a iniciativa de um dos professores de sua escola de incluir lições de tiro nas aulas de ginástica. Segundo ele: “[...] a mocidade recebia, com entusiasmo, a fuzilaria da aula de ginástica, nesta encontrando sentido prático, utilidade imediata. E forçoso é concluir que, se educação é adestramento para a vida, Terêncio acertara em cheio, tendo em vista as peculiaridades do viver em Santana.” ²⁸³ Deste modo, a escola, ambiente tradicional de socialização, cumpria muito bem o seu papel de repassar aos jovens os códigos e referentes necessários ao convívio num ambiente tão hostil.

Ainda em se tratando de educação, muito embora o primeiro grupo escolar de Montes Claros recebesse o nome de “Gonçalves Chaves” e boa parte dos seus diretores e

²⁸² ANJOS, Cyro Versiani dos. *A Menina do sobrado...* Op.Cit. p.100.

²⁸³ Idem. p.129-130.

professores fossem integrantes da parentela “Chaves, Prates e Sá”, não há evidências de que a instituição tenha se tornado um agente de socialização em prol da referida família. Ao que consta, a escola recebia crianças de ambas as facções. Entretanto, é inegável que estudar em um colégio cujo nome homenageava um dos expoentes do “Partido de Baixo”, assim como ter aulas com alguns dos seus representantes, não deixava de provocar certa pressão sobre os dissidentes. Talvez tenham sido estas circunstâncias, conciliada à falta de outra instituição pública, pelo menos que funcionasse com regularidade, que tenha levado alguns pais a matricularem os filhos em instituições particulares. Ruth Tupinambá Graça rememora que:

[...] a parte de cima tinha uma escola particular na rua Doutor Santos, lá em cima, que o pessoal de cima, as crianças, freqüentavam essa escola particular [...] alguns anos era... tinha essa escola particular lá em cima, só pro ‘Partido de Cima’ e a parte de baixo também tinha os professores particular que dava aula em casa.²⁸⁴

No entanto, crer na existência de uma completa divisão social como uma espécie de *apartheid* de cunho político é difícil, ainda mais em se tratando de uma comunidade inteira. Conviver com os opostos é algo imprescindível, pois são os relacionamentos interpessoais amigáveis e hostis que põem uma sociedade em movimento, conectando todos numa cadeia infinita de conhecimentos e informação. Neste sentido, alguns espaços em Montes Claros eram considerados neutros, ou seja, não se vinculavam à órbita de influência de nenhum dos grupos de parentela²⁸⁵. O primeiro desses espaços era a Igreja Matriz. Apesar de localizado no Largo de Baixo e de não ser o único da cidade, esse era o templo mais concorrido, talvez por congregar os rituais mais importantes, ou ainda, por ser o maior e estar situado próximo a todas as residências. Outro espaço neutro no Largo de Baixo era o Palácio Episcopal. Segundo Cyro dos Anjos, por gozar de extraterritorialidade, nos dias de festa e cavalhadas um palanque era montado em sua frente para acolher os de ‘Cima’, uma vez que os de ‘Baixo’ se aglomeravam nas sacadas dos sobrados²⁸⁶. Já o Mercado Municipal constituía um terceiro ambiente imparcial, porém localizado no Largo de Cima. A ele acorriam pessoas de ambas as parcialidades políticas e dos mais variados níveis sócio-econômicos, talvez por isso, tenha se tornado um local propício a alterações e brigas entre os de ‘Cima’ e os de ‘Baixo’.

Apesar dos três ambientes citados serem considerados neutros, pode-se crer que os fins de cada um deles não possibilitavam uma interação tão fácil entre os rivais. A Igreja, local de rezas e celebrações, em tese, não propiciava convívios intensos e bate-papos, nem

²⁸⁴ Ruth Tupinambá Graça. Depoimento concedido na cidade de Montes Claros/MG em 27 de abril de 2009.

²⁸⁵ É curioso que apesar de congregar alunos das duas facções políticas, nenhum memorialista ou entrevistado tenha ressaltado a escola como um local neutro.

²⁸⁶ ANJOS, Cyro Versiani dos. *A Menina do sobrado...* Op.Cit. p.104.

mesmo após as missas, pois, situada em território rival, todos se apressavam em ir embora. Já o palanque para as festas, montado às portas do Palácio Episcopal, dissociava completamente os de ‘Cima’ dos de ‘Baixo’. Assim, sem dúvida, de todos os três ambientes, o do mercado era o lugar que permitia uma maior interação entre os rivais. Aos fins de semana, feirantes, empregadas domésticas e donas-de-casa se encontravam, comerciavam e conversavam. Não obstante, conforme os registros dos jornais e os relatos dos memorialistas, a facilidade de interação entre os dois lados na área do mercado parece ter sido proporcional às brigas.²⁸⁷ O convívio comum e harmônico entre os de ‘Cima’ e os de ‘Baixo’ era, portanto, algo de difícil realização, pelo menos até que a rivalidade familiar reinante fosse sobreposta.

4.2.1 *As Rodas de Bate-papo*

No auge das rivalidades, o jornalista Antônio Ferreira de Oliveira, em 1916, cunhou nas colunas do seu jornal uma boa reflexão sobre a sociedade:

A sociedade é um grande corpo cujas moléculas somos nós, seres racionais. Prendem-nos, como elementos de coesão, a *sympatia*, os costumes e as necessidades mútuas. Elementos há, no entanto, que representam a força de repulsão, isto é, aquela que faz com que as moléculas se afastem, como se fossem elementos heterogêneos.²⁸⁸

A definição é perfeitamente aplicável ao caso montesclareense, visto que foi a política praticada pelos grupos familiares rivais que constituiu o elemento responsável pelo afastamento de concidadãos a princípio nada divergentes. O germe da discórdia e da competição violenta acabou contaminado todo o tecido social, de modo que as relações entre indivíduos pertencentes a grupos adversários não eram proibidas, mas eram comprometedoras. Alguns dias depois, o mesmo jornalista publicou nas páginas do seu jornal outra reflexão, dessa vez apontando o “boato” como um dos principais responsáveis pelas divergências políticas e sociais:

Lembramos-nos agora do boato, essa personalidade sem alma e sem corpo, mas que se intromette por todos os escaninhos da sociedade, procurando aqui desalentar uma esperança bem fundada, ali reanimar uma outra agonizante e acolá procurando propinar o veneno da discórdia e da *lucta improficua*.
[...]

²⁸⁷ Cf. ANJOS, Cyro Versiani dos. *A Menina do sobrado... Op.Cit.*; Ruth Tupinambá Graça. Depoimento concedido na cidade de Montes Claros/MG em 27 de abril de 2009.

²⁸⁸ “Vida Social”. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso*, Montes Claros. Ano I, n.05, 08 de junho de 1916. p.02. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

No terreno da política, então, é uma lastima! Nada se falla a sério, nada tem origem, ninguém sabe de onde veio aquella idéia, aquelle plano, enfim, tudo se espalha e toma corpo, sem um responsável directo, sem que tenha dito, concebido ou architectado primeiro. Diante dessas conjecturas todas e desses effeitos pendentos mais para o malefício que para um fim útil, é necessário e cumpre que demos caça de morte ao sr. Boato e o façamos, senão desaparecer, ao menos attenuar tanto quanto possa os seus resultados.²⁸⁹

Não se pode negar que qualquer comunidade pequena do interior conta com uma fabulosa rede de informações que funciona com extraordinária operosidade. Os “boatos”, as “fofocas” e os “mexericos” fazem parte do cotidiano da população, principalmente daquelas cidadezinhas mais humildes e distantes dos grandes centros urbanos. Nelas, a conversa ao “pé da porta” ou à frente de casa, além de ser uma opção de lazer, constitui uma verdadeira tradição. No entanto, as conversas informais e despretensiosas podem servir como formidável meio de controle e coerção. Ao estudar uma pequena e também cindida comunidade inglesa dos anos 50, Norbert Elias pôde compreender o papel da fofoca na organização estrutural daquele meio. Segundo ele:

[...] nessa pequena comunidade, deparava-se com o que parece ser uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos-outsiders: o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa [*praise gossip*], no caso dos que o observam, e a ameaça de fofocas depreciativas [*blame gossip*] contra os suspeitos de transgressão.²⁹⁰

De modo análogo podemos refletir sobre o caso de Montes Claros. Num contexto marcado pelo coronelismo, pela cisão e pela disputa, cabos eleitorais, correligionários, jagunços, dentre outros, se imbuíam da função de delegados da facção, por isso mesmo, monitoravam de perto seus contingentes eleitorais. E qualquer notícia ou suspeita de defecção era, rapidamente, delatada ao chefe. Assim, quando o grupo estivesse no poder, o delator mais hábil teria a possibilidade de ser ressarcido, de alguma maneira, pelos bons serviços, ou melhor, pelas boas informações. Neste sentido, a fofoca se tornou um canal privilegiado de controle político. Alguns ambientes em Montes Claros se tornaram, inclusive, conhecidos na crônica local como *locus* de confabulações e mexericos políticos, dentre os mais frequentados podemos relacionar as farmácias e a redação do jornal.

²⁸⁹ “Vida Social”. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso*, Montes Claros. Ano I, n.12, 27 de julho de 1916. p.03. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

²⁹⁰ ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p.20.

Tanto a Farmácia dos Anjos quanto a Versiani pertenciam, como os nomes já indicam, a integrantes da parentela “Versiani e Veloso” ou à “Política de Cima”, como dizia a população. Todas as duas constituíam locais de reunião e conchavo privilegiados não só pela localização, mas também, pelo fato de permanecerem abertas diariamente ao freguês amigo e ao correligionário, que trazia consigo as boas e más novas do seu distrito e de sua fazenda. À noite, as informações eram repassadas e discutidas com outros nas rodas de bate-papo. O memorialista Nelson Vianna descreve como se davam algumas dessas reuniões:

A “Farmácia dos Anjos” pertencia ao Antonico dos Anjos e era situada na praça dr. Carlos. A sua porta faziam-se, todas as noites, agradáveis reuniões, com cadeiras na calçada, sempre muito bem freqüentadas.

[...]

Passavam-se ali em revista os fatos mais recentes, ocorridos na cidade; as notícias lidas nos grandes matutinos das capitais, recebidos pelo último correio; aspectos da política local; chegadas e partidas de viajantes; casos complicados de divisões de terras, então no início do seu desenvolvimento; questões forenses mais em destaque na ocasião; [...] e vários outros assuntos que surgiam de momento em momento, à medida que iam aparecendo os *habitués* da nossa rodinha.

Finalmente, a farmácia Versiani, pertencente ao Mário Veloso [...]

Ali durante o dia, havia cavaqueiras contínuas, na roda formada pelos chefes das famílias mais antigas da cidade, de grandes e pequenos fazendeiros residentes nos distritos, além de pessoas chegadas de fora, amigas ou simplesmente conhecidas do dono da casa.²⁹¹

Outro ponto de encontro importante era a “Gazeta do Norte”. Funcionando no Largo de Baixo, exatamente na antiga residência da família Chaves, a Gazeta se constituiu no *point* de bate-papo e mexericos de todos os envolvidos com os “Chaves, Prates e Sá”. Até mesmo por ser um órgão de imprensa, o local era excepcional para receber e fornecer informações aos cabos-eleitorais e correligionários que concorriam diariamente às reuniões que se davam em suas portas. Eram nessas prosas que todas as informações concernentes ou não à vida política local eram debatidas. Conforme Paula:

No lusco-fusco frio e poeirento [...] começava a surgir os primeiros vultos em busca do “Toco da Gazeta”. Era um velho âmagô de pau preto que se celebrizou. Ali discutia-se, entre o moço literário da época e o Cel. que lambia a palha para o cigarro, política, finanças, literatura. No tóco não havia lugar vago: o Cel. Maia, o J. Sexta-feira, entremeando a conversa com locução de “*mudus in rebus*” como dizia o colaborador da seção agrícola; o dr. Juca Costa, fino cronista de “Elzira, Elza, todas ellas...” Cel. Castro, Major Pedro Guimarães, dr. Hugo Koppe, Onofre Lafetá, Juca Prates, Altino de Freitas, Cocó, José do Cacau, Amâncio Tamarindo e toda a velha guarda de um período agitado e difícil.²⁹²

²⁹¹ VIANNA, Nelson. *Foiceiros e vaqueiros... Op.Cit.* p.62-63.

²⁹² PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.220-221.

Esses pontos de encontro informais eram responsáveis pela reunião cotidiana dos elementos de cada facção. Chefes e sequazes de todos os tipos procuravam integrar esses círculos de sociabilidade de modo a se inteirar dos assuntos e conchavos maquinados pelos grupos políticos. Segundo Cyro dos Anjos, as cavaqueras diurnas promovidas à porta do comércio de sua família eram sempre muito movimentadas. Nelas, até mesmo a disposição dos elementos nas palestras refletia a hierarquia do grupo. As pontas do círculo eram reservadas às estrelas de primeira grandeza. E os demais lugares, os mais afastados, eram destinados aos indivíduos menos denotados. Aos homens simples restavam apenas as posições mais distantes, o que de modo algum inviabilizava a sua participação nas tertúlias. Afinal, ouviam as conversações com muita atenção e meneavam a cabeça de quando em vez, num tom aprovador.²⁹³ Pode-se crer que além de possibilitarem um maior dinamismo à circulação de informações e à delação de eleitores, esses ambientes de sociabilidade serviam como importantes agentes de socialização e de fortalecimento do sentimento de identidade de cada ala da população. Segundo Norbert Elias:

Mais uma vez, constatamos a que ponto a estrutura da fofoca está ligada a do grupo que circula. O que foi anteriormente apontado como “fofoca elogiosa”, que tende para a idealização, e como “mexerico depreciativo”, que tende para a degradação estereotipada, são fenômenos estreitamente ligados à crença no carisma do próprio grupo e na desonra do grupo alheio. Nos grupos estabelecidos desde longa data, naqueles em que os jovens e, quem sabe, seus pais e os pais de seus pais absorvem essas crenças desde a infância, junto com os símbolos correspondentes de louvor ou injúria, esse tipo de imagem grupal positiva e negativa impregna profundamente a imagem pessoal do indivíduo. A identidade pessoal na identificação com um ou vários grupos, ainda que ele possa manter-se ténue e ser esquecido em épocas posteriores, e sem algum conhecimento dos termos elogiosos e ofensivos, dos mexericos enaltecedores e depreciativos, da superioridade grupal e da inferioridade coletiva que a acompanha.²⁹⁴

Tendo por base a acepção de Elias, a estrutura informativa criada pelas aglomerações sociais, em nosso caso pelas facções, acabou atuando na conformação da identidade individual e grupal, especialmente, quando gerações contínuas eram criadas sob o signo da dissociação do rival, como no caso em estudo. Até mesmo os ambientes neutros da Igreja Matriz e do Mercado Municipal, eram mantidos sob o ouvido atento e o olhar vigilante dos políticos e correligionários que concorriam a esses espaços.

Em suas análises sobre a política tradicional brasileira, o cientista político Antônio Octávio Cintra relata que, em algumas regiões, a vigilância mantida sobre os eleitores era

²⁹³ ANJOS, Cyro Versiani dos. *A Menina do sobrado...* Op.Cit. p.05-06.

²⁹⁴ ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders...* Op.Cit. p.133.

rigorosa. Segundo ele, houve casos em que os empregados precisavam de licença para procurar assistência médica e religiosa, ou ainda, para fazer viagens e visitas nos feriados e fins de semana.²⁹⁵ Ou seja, de modo algum a exarcebada vigilância aos eleitores constituía algo específico de Montes Claros, mas sim do próprio sistema coronelista. Manter o magote eleitoral sempre cordato e disciplinado era necessário, e demandava a colaboração de todos. No caso de Montes Claros, assim como provavelmente de outras cidades, a colaboração era fácil, bastava manter nutrida a rede de fofocas sobre tudo e sobre todos. Deste modo, mesmo os lugares neutros eram mantidos sob constante vigilância. Graça descreve como se dava à sociabilidade num desses ambientes:

O único lugar que os dois partidos freqüentava era o mercado municipal [...] que era o ponto de encontro de todo mundo pra conversar o bate-papo. Toda manhã os políticos fazia aquelas rodinhas discutindo política ali no centro ali no mercado. Ali era o ponto que encontrava tanto o ‘Partido de Baixo’ quanto o de ‘Cima’, sabe? Freqüentava.

[...]

Aí tinha gente dos dois partido. Os político assim mais importante, os chefe, não tava ali não, mas tava aquele povim sabe? Que conversa muito, fazendo aqueles... Fuxicando, porque tinha uns muito fuxiquento né? E aí que tinha as briga, tinha, até teve morte, muita morte na frente do mercado.²⁹⁶

A memória que Graça retém do mercado é pontual sobre a manifestação das divergências, mesmo em ambientes neutros. No entanto, são as ponderações sobre os fuxicos que asseveram a existência em Montes Claros de um circuito de fofocas e mexericos articulado tanto por políticos quanto pela arraia miúda. Isso fica evidente quando a aposentada utiliza a expressão “povim” para se referir aos fuxiquentos de plantão. Outra questão que fica nítida se refere à dinâmica das informações. Apesar de compartilhada por muitos, a rede de fofocas era simples e eficaz. Pela manhã, políticos e correligionários concorriam ao mercado em busca das últimas novidades provenientes de comerciantes, lavradores e tropeiros vindos dos distritos. À noite, às habituais rodas de bate-papo, as informações eram trocadas e debatidas com os chefes. Camillo Prates, por exemplo, quando estava em Montes Claros não se furtava a essas rodas de conversa²⁹⁷. Na verdade, pode-se afirmar que o que existia era uma vasta e poderosa rede de informações capaz de ser nutrida diariamente com dados novos sobre todos os cantos do município, inclusive, sobre aquele eleitor humilde, residente num distrito longínquo e que nem cogitava a possibilidade de ser conhecido e monitorado pelo chefe.

²⁹⁵ CINTRA, Antônio Octávio. A Política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre centro e periferia. In: BALÁN, Jorge (Org.) *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Difel, 1972. p.49.

²⁹⁶ Ruth Tupinambá Graça. Depoimento concedido na cidade de Montes Claros/MG em 27 de abril de 2009.

²⁹⁷ Cf. ANJOS, Cyro Versiani dos. *A Menina do sobrado...* Op.Cit. p.73; PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros...* Op.Cit. p.452.

Também é interessante considerar que as rodas de bate-papo da farmácia e do jornal eram as principais, mas não as únicas. Em seus relatos, o escritor Cyro dos Anjos deixa claro que no interior das residências das principais famílias de Montes Claros ocorriam outras rodas de fofoca. Isto é, a da cozinha e a da sala de jantar. Estas, eram exclusivamente reservadas às mulheres. No entanto, à semelhança dos círculos dos homens, elas possuíam a sua própria hierarquia. A roda da cozinha era, basicamente, frequentada pelas empregadas das famílias da cidade que, cotidianamente, travavam ruidosas conversas. Já a roda da sala de jantar era composta pelas esposas dos pró-homens de cada facção da cidade. Apesar de distintos, estes dois círculos se encontravam muito próximos e, ocasionalmente, se mesclavam²⁹⁸.

Ainda que as mulheres estivessem excluídas da política a este período, pode-se crer que dentre o falatório das patroas e das comadres, proferido no interior das residências, assuntos relativos à política local sempre viessem à tona. Afinal, estas mulheres não estavam alheias aos acontecimentos sociais e políticos da pequena cidade em que viviam. Além disso, algumas das quais eram esposas dos políticos locais. E é bem possível também que algumas informações acerca de eleitores pudessem ser transmitidas pelas mulheres aos seus maridos. Sendo assim, mesmo que recônditas, as rodas de fofocas das mulheres contribuía para completar a dinâmica das informações políticas de Montes Claros.

4.2.2 *Imprensa e Lazer*

É inegável que a fofoca tenha se constituído num engenhoso, mas eficaz instrumento de controle político, todavia, não foi o único. Em Montes Claros a imprensa também se tornou um importante canal de controle, mas, principalmente, de socialização. Segundo Frederick Elkin:

Os meios de comunicação de massa [...] alcançam grandes audiências heterogêneas e nos quais existe um meio impessoal entre o emissor e o receptor. Em contraste com outros agentes, os meios de massa são um melhoramento relativamente recente e não implicam em interação interpessoal direta; não obstante, representam um agente importante de socialização.²⁹⁹

Ao que tudo indica, a utilização da imprensa como instrumento de disputas políticas e de controle e socialização do eleitorado foi algo recorrente nas cidades do interior brasileiro. Para o estado de Minas, especificamente, John Wirth assevera que os jornais se tornaram

²⁹⁸ Cf. ANJOS, Cyro Versiani dos. *A Menina do sobrado...* *Op.Cit.* p.25-27.

²⁹⁹ ELKIN, Frederick. *A criança e a sociedade: o processo de socialização*. Rio de Janeiro: Bloch, 1968. p.93.

verdadeiros foros para o combate verbal. Deste modo, os políticos podiam sustentar a violência sem ter de recorrer às armas a todo o momento.³⁰⁰

Em Montes Claros, dois jornais se destacaram como instrumentos de violência e discussão política: o “Montes Claros” e a “Gazeta do Norte”. Inicialmente, todos os dois se definiram como órgãos de imprensa apartidários, mas, pouco a pouco, foram se posicionando ao lado de cada uma das facções. O “Montes Claros”, de propriedade do farmacêutico Antônio Ferreira de Oliveira, se posicionou ao lado da causa do “Partido de Cima”, ou seja, dos “Alves, Versiani e Veloso”. Já a “Gazeta do Norte”, que pertencia ao ex-delegado de polícia José Thomaz de Oliveira, se tornou o órgão de imprensa do “Partido de Baixo”, portanto, devotado à família “Chaves, Prates e Sá”. Ao analisarmos o conteúdo desses jornais podemos constatar que, invariavelmente, artigos e notas visavam, ao mesmo tempo, exaltar o seu chefe e detratar o rival. Este tipo de situação pode ser observado no trecho abaixo, retirado de o “Montes Claros” de 21 de setembro de 1916:

O Deputado Honorato Alves, de cuja dedicação á causa pública deste município, já tem sobejamente dado provas, pensa criteriosamente em estimular a acção de alguma empresa particular para continuação dos serviços mediante privilégio, encampando o Governo, mais tarde, a estrada de ferro.

Como o nosso principal escopo é defender os interesses do município e propugnar pelo seu engrandecimento, concitamos o sr. Deputado Camillo Prates a tornar verdadeiro o boletim do sr. Urbino, [sobre a construção da ferrovia] para, destas columnas, batermos-lhe palmas e o applaudirmos. Porém, só o faremos depois da verba conseguida.

Para conseguir o nobre intento, não deverá S.S. proceder como no ano passado, em que só foi ao Congresso no começo e no fim dos trabalhos, passando aqui todo o tempo na mais intensa cabala eleitoral, prometendo mundos e fundos, como o fez na sua magnífica plataforma eleitoral das eleições de 1º de Novembro do anno passado [...]³⁰¹

Como se vê, a estratégia era simples, mas engenhosa. Por meio de comparações implícitas no texto o leitor era induzido a pensar que a sua parcialidade política era inferior à rival e que, portanto, deveria apoiar o chefe reverenciado pelo jornal. Infelizmente, é impossível calcular o potencial de cooptação política auferido pelos jornais para cada uma das facções, especialmente no que diz respeito aos períodos em que circularam simultaneamente³⁰². Todavia, podemos acreditar que exerciam boa contribuição à obtenção de

³⁰⁰ WIRTH, John. *O Fiel da Balança... Op. Cit.* p.131.

³⁰¹ “Política do município”. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso*, Montes Claros. Ano I, n.20, 21 de setembro de 1916. p.01. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

³⁰² O jornal “Montes Claros” foi editado ininterruptamente de 1916 a 1918, depois reapareceu em 1920. Já a “Gazeta do Norte” foi publicada entre 1918 e 1970 e só foi interrompida, por cerca de três meses, em 1930, quando foi empastelada pelo ‘Partido de Cima’.

eleitores para ambas as facções, caso contrário, não haveria justificativa para a manutenção de periódicos que sofriam constantemente com a inadimplência dos assinantes. Ademais, segundo Elkin, os meios de massa como agentes de socialização não podem ser compreendidos por si só, pois

[...] São apreciados geralmente e ouvidos em ambientes de grupo e o grupo familiar ou o dos pares têm influência considerável na apresentação e na definição geral do seu conteúdo. A importância dos meios de massa reside principalmente não nos meios em si, mas na ligação entre eles e as relações interpessoais.³⁰³

Nesta perspectiva, tanto o “Montes Claros” quanto a “Gazeta do Norte”, inclusive no conteúdo, eram reflexos incontestes dos anseios e dos relacionamentos de cada um dos grupos de parentela da cidade. Não é demais lembrar que o próprio conteúdo da “Gazeta”, muito provavelmente, era informado pela roda de bate-papo e fofoca que se formava em suas portas todas as tardes.

Outro ponto a se destacar com relação aos jornais se refere à sua capacidade de controle dos eleitores. Não invariavelmente, cada periódico era composto por notícias políticas, anúncios comerciais, suplementos literários e colunas sociais que registravam minuciosamente todos os acontecimentos da cidade.³⁰⁴ No entanto, as colunas que registravam a chegada e a partida de pessoas à cidade sempre demandavam muita atenção. Por elas era possível saber quando cada visitante chegou, quando iria partir, onde estava hospedado, mas principalmente, qual o motivo da viagem. Todos esses dados, longe de serem fúteis e irrelevantes, eram pontuais aos chefes, pois informavam sobre a movimentação e sobre os contatos estabelecidos por seus eleitores e correligionários. Isto é, de modo simples e implícito, a imprensa servia como instrumento de controle e disciplina do eleitorado. Assim, sabendo da constante vigilância, é possível, inclusive, que os eleitores se tornassem inibidos em suas idas à cidade e evitassem qualquer contato e conversa que o pudesse comprometer ante aos chefes.

4.2.2.1 *O Lazer: as brincadeiras, o teatro e o futebol*

Portanto, diante de todo o controle sócio-político auferido pelos coroneis, seja por meio da fofoca, da imprensa ou da violência, qualquer relacionamento mais próximo com

³⁰³ ELKIN, Frederick. *A criança e a sociedade...* Op.Cit. p.94.

³⁰⁴ Mais informações sobre a imprensa no interior de Minas Gerais no período da Primeira República podem ser obtidas em: WIRTH, John. *O Fiel da Balança...* Op. Cit. p.131-134.

pessoas que pertenciam ao grupo rival e que pudessem comprometê-las ante o chefe eram evitados. Neste sentido, até mesmo os regimes de amizade e matrimônio da sociedade montesclarenses foram, com o tempo, surpreendentemente afetados pela dissensão política. Algo, de certo modo, esperado para uma comunidade formada por dois grupos de identidades antagônicas que repeliam o convívio comum, constituíam espaços de sociabilidade distintos e se mantinham em pé-de-guerra com a regularidade eleitoral.

Os empecilhos à convivência entre os de ‘Cima’ e os de ‘Baixo’ foram pontuais na socialização das gerações de montesclarenses que nasceram e cresceram entre os anos de 1900 a 1930. Todos que viveram esse período se recordam, intensamente, das divergências que cindiam a cidade em duas e que os impediam de brincar ou namorar pessoas ligadas ao lado antagonista. Ainda hoje é possível perceber em cada um dos relatos e depoimentos um forte sentimento de pertença e de identificação dos indivíduos com cada um dos lados. Bons exemplos são os dos escritores Cyro dos Anjos e Hermes Augusto de Paula. Tanto nas memórias de um quanto do outro é possível apreender como se identificam e defendem seus largos – Cyro o de ‘Cima’ e Paula o de ‘Baixo’. Isso é manifesto, por exemplo, nos registros sobre as brincadeiras, uma delas em especial, a soldadesca. Segundo Paula:

Era uma brincadeira de rapazinhos. Consistia em evoluções militares e brincar de prêso. Havia duas soldadescas: a de cima e a de baixo. A de baixo, da qual já fizemos parte, reunia-se na Intendência de Chico Durães e formada por filhos de elementos pertencentes à política Camilista. Nas ocasiões das paixões políticas, as duas soldadescas tiveram sérios encontros, obrigando a polícia intervir energicamente. Felizmente as brigas dos meninos nunca produziram maiores conseqüências.³⁰⁵

Em outro texto acrescenta:

Eu não fui eleitor de Camilo Prates, minha idade não me permitia. Mas, estava integrado no partido camilista, pois como muitos outros meninos de minha idade, fazia parte da ‘soldadesca de baixo’. E tive até o meu ‘batismo’, quando, em um encontro com a ‘soldadesca de cima’. No outro dia eu exibia, orgulhosamente, um grande hematoma na testa, sinal certo de luta.³⁰⁶

Já Cyro rememora a soldadesca da seguinte forma:

Por muito tempo, as ferozes patrulhas de Oldemar Cabelo de Fogo não nos deixaram transpor as fronteiras da ilustre praça. Acompanhado de parentes, eu podia freqüentar a missa dominical da Matriz ou as novenas, à noite, quando maio chegava com os seus feitiços; usando batina de coroinha, era-

³⁰⁵ PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.515.

³⁰⁶ PAULA, Hermes de Augusto de. Discurso de Hermes de Paula nas comemorações do centenário de Camillo Prates em 29 de dezembro de 1959. *Gazeta do Norte*. Montes Claros. 24 de janeiro de 1960. p.01. Apud PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor... Op.Cit.* p.225.

me lícito atravessar o Largo em todos os sentidos, principalmente se incorporado ao séquito do Senhor Bispo; por fim, outorgara-se-me uma servidão de passagem, assegurando o acesso ao Grupo Escolar.

Transgredir esse regulamento e penetrar na área, com outros fins, teria sido temeridade: a soldadesca de Oldemar receberia os de Cima com porretadas e pescoções, mormente ao autor destas linhas, visado, mais que todos, pelo capitão inimigo. [...]

Com a interdição daquela área, eu me sentia espoliado, e gravemente, na liberdade de trafegar. Não me consolava o pensamento de que, por nossa vez, também impedíamos aos de Baixo a entrada em nosso reduto.³⁰⁷

Pelos registros percebe-se que apesar de não terem idade e nem discernimento para compreenderem as lutas políticas, as crianças as inculcaram e às transplantaram para o lúdico mundo das brincadeiras. As praças, locais para o lazer e, em tese, abertas a todos, se tornaram territórios restritos e guarnecidos pelas soldadescas com disciplina quase que militar. Em algumas ocasiões, como visto, até mesmo a polícia teve de intervir nas lutas. Cyro, inclusive, ressalta em quais momentos lhe era consentido transitar no território inimigo, mas confessa não gostar da proibição, no entanto, também a mantinha para os meninos do Largo de Baixo que transitavam no Largo de Cima.

Outra questão importante é a insatisfação de Paula sobre a sua impossibilidade de votar, suprida apenas por estar “alistado” na soldadesca de Camillo Prates. Ou seja, desde pequenos os meninos viam e conviviam com atritos e lutas políticas, portanto, era natural que nos momentos das brincadeiras as imitassem com base nos mesmos critérios utilizados pelos adultos. Cyro dos Anjos e Hermes de Paula, por exemplo, nasceram, respectivamente, em 1906 e 1910, isto é, todos os dois tiveram oportunidade de presenciar fatos marcantes e violentos como os tiroteios de 1918, de 1930 e os tiros noturnos trocados, ocasionalmente, entre os rapazes de ‘Cima’ e os de ‘Baixo’.

Com base nas reflexões de Serge Berstein sobre cultura política e de Frederick Elkin acerca de processos de socialização, podemos compreender que, longe de ser apenas travessura ou brincadeira de criança, a soldadesca constituía um importante agente de socialização das novas gerações com a cultura política local. Eram por meio das batalhas travadas entre as soldadescas que um conjunto de rituais, símbolos e insígnias que identificavam e distinguiam cada grupo eram compartilhados e incorporados à identidade de cada criança. Além disso, esses grupos infantis eram responsáveis por despertar desde cedo os sentimentos de pertença, de lealdade e de solidariedade grupal. Assim, tanto os machucados relatados por Cyro dos Anjos quanto o hematoma ostentado por Hermes de Paula não eram

³⁰⁷ ANJOS, Cyro Versiani dos. *A Menina do sobrado...* Op.Cit. p.76.

encarados com tristeza, muito pelo contrário, era motivo de profundo orgulho. Afinal, ambas as marcas constituíam o mais nítido resultado da defesa de sua identidade e de seu grupo. No caso de Paula, curiosamente, a luta e o hematoma foram encarados como um tipo de batismo, como um rito de passagem de uma fase da vida alheia à política para outra que o incluía no séquito de um dos largos. Conforme Elkin: “Como acontece com outros agentes de socialização, a criança passa a considerar-se, do ponto-de-vista do grupo como objeto, e a absorver os seus padrões. Enquanto permanece membro, esses padrões são reforçados pelos sentimentos de solidariedade e apoio que recebe dos outros.”³⁰⁸

Todavia, o processo de identificação e de socialização das crianças com a política não se restringia às brincadeiras na rua ou ao ver e ouvir sobre as disputas. Ele era diversificado e onipresente no dia a dia. Porém, era nos períodos eleitorais que o clima se tornava mais tenso. As animosidades dos pleitos acabavam sendo perpassadas, até mesmo, para ambientes como a escola. Logo, as brigas e inimizades entre os alunos ocorriam com frequência:

Certo dia, à saída do Grupo, eu, o único de *Cima* na classe, ousei defender o meu partido, ao ser insultado pelos inimigos. A boca até hoje guarda o gosto de poeira: derrubaram-me, caí de borco e nessa posição fui mantido a sopapos. Mas o peito se me enfunou de orgulho: enfrentara quatro. [...] fui temporariamente transferido para a ala direita da classe, reservada ao belo sexo. [...]

Avisto-me a voltar do Grupo [escolar] sem o compadre Newton: continuamos brigados por causa da política, e agora só converso com os meninos de *Cima*.³⁰⁹

É notória a ingenuidade e o orgulho demonstrado pelo menino por ter defendido a honra do seu partido. Todavia, nítida também é a mágoa do garoto pela inviabilidade dos laços de amizade com colegas pertencentes ao lado político contrário. É realmente impressionante como um elemento ainda tão incompreensível aos jovens – a política – acabava sendo determinante em seus atos e os cerceando do convívio normal e amistoso com todos os de sua idade.

Ao estendermos as análises para as faixas etárias subsequentes, podemos encontrar outros casos marcantes em que o fosso da separação entre os de ‘Cima’ e o de ‘Baixo’ era profundo e tendia a se dilatar, notadamente entre os jovens. Exemplos exímios são os das associações teatrais e dos times de futebol. Esses últimos, no entanto, eram formados,

³⁰⁸ ELKIN, Frederick. *A criança e a sociedade...* Op.Cit. p.90.

³⁰⁹ ANJOS, Cyro Versiani dos. *A Menina do sobrado...* Op.Cit. p.52.

principalmente, por filhos da elite política, por isso mesmo, as divergências tendiam a aflorar com maior facilidade.

No caso do teatro, foi fundado em 1916, pelo funcionário dos telégrafos, Luis José Soares de Amorim, o “Grêmio Dramático Montesclareense”. O elenco era formado, em sua maior parte, por filhos dos políticos do “Partido de Baixo”. Ao que tudo indica, o grupo teve uma temporada de sucesso. Porém, o contexto não era favorável à empreitada. Os anos de 1915 e 1916 foram turbulentos, pois ocorria em Montes Claros a dualidade de câmaras municipais e, em 1918, o tiroteio à casa de Camillo Prates. Não tardou e a tensão política se embrenhou pelos palcos. Desentendimentos entre Amorim e os seus jovens atores provocaram a retirada dos últimos para a formação de um grupo rival, o “Grêmio Dramático Afonso Pena Júnior”³¹⁰. Segundo Paula, “Não sabemos até quando durou a rivalidade entre os grêmios [...] iniciada em 1921; o certo é que tivemos uma excelente temporada teatral, pois cada um queria se apresentar melhor”³¹¹.

Rivalidade maior do que as dos grêmios teatrais, só mesmo a sustentada pelos rapazes pertencentes aos times de futebol, os mesmos que de vez em quando ainda se digladiavam pelas ruas com suas soldadescas. O resultado, é claro, não poderia ser dos melhores, especialmente durante as arengas políticas.

Em 12 de dezembro de 1916, Ari de Oliveira e João Maurício Filho entenderam de formar o “Mineiro Foot-ball Clube”, inicialmente, com jovens das duas parcialidades políticas. Dentro das quatro linhas tudo ia muito bem, mas fora à política fervilhava. “Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani e Veloso”, como sempre, disputavam o controle do legislativo, no entanto, após fervorosa campanha política, cada facção instalou uma Câmara Municipal. A duplicidade de legislativos só foi resolvida por um acordo proposto pelo governo estadual. No entanto, no íterim das negociações a cidade se encontrava agitada. Assim, em 1917, durante uma assembleia do time, Ari de Oliveira, que pertencia aos de ‘Baixo’, discutiu com Magno Câmara, que era dos de ‘Cima’. A divergência declinou para o lado político e o clube se dividiu: “O ‘Mineiro’ ficou para os ‘pelados’; o campo era na atual Vila Operária [...]. Os ‘estrepes’ fundaram outro clube, em fevereiro de 1917 – ‘América Foot-Ball Clube’, cujo campo era localizado na várzea. [...]”³¹²

Como se pode notar, cerca de apenas dois meses separaram a criação do time de sua cisão, reflexo das divergências políticas vivenciadas pela cidade. Contudo, há algo

³¹⁰ Apesar das pesquisas, até o momento, não foi possível coligir dados que justifiquem o nome de Afonso Pena Júnior para o grêmio dramático.

³¹¹ PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.225.

³¹² PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.244.

interessante a se observar: ao constituir um novo time os rapazes de ‘Baixo’ quiseram se sobrepor aos de ‘Cima’, isso pode ser percebido nos nomes dos times. Os de ‘Cima’ tinha o “Mineiro”, já os de ‘Baixo’ o “América”, clara alusão às diferenças em tamanho e importância entre o estado de Minas Gerais e o continente americano. Ou seja, mesmo em questões corriqueiras como os nomes dos times de futebol a rivalidade era manifesta. Entretanto, segundo Paula, era nos treinos que se podia perceber, realmente, como estavam os ânimos da cidade e dos jogadores: “Os treinos eram feitos de calças: só nos jogos de domingo se usavam calções. Os ânimos estavam tão exaltados que, em um dos treinos do ‘Mineiro’, o juiz avisou que não se podia jogar armado, recolheu, em seguida, dos vinte e dois jogadores, 16 revólveres e 12 facas.”³¹³



Fotografia 15 América Foot-Ball Clube, 1917.

Fonte: Acervo fotográfico do site Montes Claros.com. Disponível em: <<http://www.montesclaros.com/ft/default.asp?album=antigas&pagina=8>>. Acesso em 22 de jan. 2009.

Rivalidade e competição violenta faziam parte, portanto, do dia a dia dos jovens montesclarenses que cresciam e compartilhavam das divergências. A situação era tão grave que nem mesmo clubes sociais conseguiram se manter ou ser instalados na cidade. Houve uma tentativa em 1911, o “Clube Sete de Setembro”, que fechou as portas em 1916. As festas e bailes só se davam mesmo nas residências, longe do convívio dos adversários. A fundação de outro clube só se deu em 1934, quando a política já seguia outros rumos.

Diante deste quadro, é óbvio que às barreiras à amizade e casamento afetariam a todos, mas seriam muito maiores no interior da elite política. Por isso mesmo, ao se analisar a genealogia das famílias “Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani e Veloso” dificilmente são encontradas uniões entre elas. Contudo, há uma interessante exceção, a do matrimônio do

³¹³ Idem. p.244.

escritor Cyro dos Anjos com uma legítima integrante do cerne da parentela “Chaves, Prates e Sá”, Zélita Prates Costa, filha do político e Coronel Joaquim José Costa. Conforme relata Silveira:

[...] quando Cyro dos Anjos começou a namorar a Lilita Prates iiii foi um Deus nos acuda na cidade porque ainda havia aquela rivalidade, porque Cyro dos Anjos era do lado dos... era Honoratista e a Lilita era Prates do lado do... Camilista né? Mas terminaram superando a rivalidade e casaram. Porque Lilita era uma moça muito bonita.³¹⁴

Apesar das resistências, o casamento de Cyro com Lilita aconteceu, em 1932. No entanto, longe de denotar uma aproximação ou aliança entre as parentelas rivais, o enlace refletiu a decadência de uma era marcada por conflitos e violência. Se considerarmos o contexto nacional da década de 1930, podemos perceber importantes alterações nas estruturas sócio-políticas brasileiras que vieram a enfraquecer o sistema coronelista. Em suas análises, Victor Nunes Leal ressalta que a congregação de fatores como o avanço da industrialização, a execução do código eleitoral de 1932, o crescimento populacional, o aumento do eleitorado urbano, a expansão dos meios de comunicação e transporte e o maior contato entre as populações rurais e urbanas foram primaciais para abalarem o coronelismo. Segundo o autor, “Todos esses fatores vêm de longa data corroendo a estrutura econômica e social em que se arrima o coronelismo, mas foi preciso uma revolução para transpor para o plano político as modificações de base que surdamente se vinham processando.”³¹⁵ Por conseguinte, o contexto da década de 1930 foi pontual para o sucesso da união entre Cyro e Lilita. Ironicamente, um Versiani que enquanto garoto defendia a soldadesca de ‘Cima’ se casou com uma moça de ‘Baixo’, uma Prates, a menina do sobrado.

³¹⁴ Yvonne de Oliveira Silveira. Depoimento concedido na cidade de Montes Claros/MG em 16 de janeiro de 2009.

³¹⁵ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto... Op.Cit.* p.256.



Fotografia 16 Cyro e Lilita na avenida Afonso Pena em Belo Horizonte/MG, 1935.

Fonte: Acervo fotográfico do site do Museu de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/acervo/fotos.htm>>. Acesso em 25 de jan. 2009.

Fora da elite, os casamentos de filhos de adeptos e correligionários com elementos do grupo rival possuíam uma margem de aceitação mais ampla. No entanto, algumas famílias procuravam se manter extremamente fieis ao compromisso e a identidade faccional, por isso, repeliam qualquer possibilidade de namoro e matrimônio com os rivais. Assim, muitos relacionamentos não conseguiram superar as barreiras políticas, a exemplo do de Cyro e Lilita, pelo contrário, se tornaram verdadeiras tragédias, ao estilo shakespereano:

Houve uma época até que aconteceu um caso até de namoro sabe? Porque [...] a moça do ‘Partido de Cima’ namorou um rapaz da rua de baixo, do ‘Partido de Baixo’ e a família não queria né? As famílias proibiam né? E Eles encontravam escondido. Aí um dia o pai da moça descobriu que encontrava... que tava encontrando escondido com o namorado e ficou muito revoltado com a moça e... o partido também falou com ele “é um absurdo como é que deixaram a filha namorando um homem de baixo”. Aí ele deu uma surra na moça, na filha, e ela bebeu soda [cáustica], suicidou! Sabe, em consequência disso, dessa proibição, era uma proibição terrível! Eu sei porque eu fui lá na hora que ela tava agonizando... que eu morava na mesma rua né? E ela era minha colega de escola e eu conhecia porque era gente... moça novinha de uns dezoito, dezessete ano. E o homem depois, porque não tinha culpa né? O noivo... o namorado! Depois ele casou mais tarde a família dele era de um povo da política forte [...] políticos forte da época.³¹⁶

O triste relato sobre o fim da jovem pertencente à política de ‘Cima’ espelha muito bem a profundidade da cisão político-social montesclarenses. Atos extremos como esse, é claro, constituem raras exceções. Todavia, pode-se crer firmemente na interferência nos

³¹⁶ Ruth Tupinambá Graça. Depoimento concedido na cidade de Montes Claros/MG em 27 de abril de 2009.

regimes de casamento e amizade, pois os ambientes frequentados pelos jovens eram distintos. Apenas a Igreja Matriz, localizada no território dos Prates, e o mercado, na área dos Versiani, constituíam ambientes neutros, mas não propícios ao estabelecimento de laços de afeição e carinho.

Nesse contexto, marcado pelo coronelismo e pela cisão, cada facção procurava se relacionar com os seus evitando sempre o contato mais próximo com os rivais. Todavia, situação complicada se dava com aqueles que a despeito do local de residência optavam pela imparcialidade política. Os imparciais eram vítimas constantes de desconfianças e suspeitas de lado a lado e, por isso mesmo, se encontravam sem amparo e proteção, ou seja, num interstício capaz de lhes gerar, durante toda a vida, situações embaraçosas, a exemplo da relatada pela supervisora educacional aposentada Ruth Tupinambá Graça:

[...] até problema mesmo de escola, pra nomear uma professora. [...] Então só nomeava aquelas pessoas do partido. [...] Inclusive minhas irmãs tiveram que ir pra Salinas com dezoito anos elas estavam perto de formava, tiveram que ir porque não conseguia [trabalho] porque meu pai era neutro não era de cima nem era político não, mas não tinha uma pessoa assim de influência pra apelar pra elas né, então não conseguia. Era uma perseguição doída tudo era a política que mandava do co-ro-ne-lis-mo!³¹⁷

Pela citação percebe-se que em um ambiente marcado pela discórdia a opção pela imparcialidade se tornava impossível. Afinal, praticamente de modo alternado um ou outro grupo de parentela tomava a direção do município. Portanto, os recursos públicos, assim como os cargos, eram, preferencialmente, concedidos aos integrantes do grupo que estivesse no poder, e não poderia ser de outra forma. Além de laços de amizade, solidariedade e parentesco o que mantinha a coesão de um grupo de parentela era a capacidade de obter e distribuir cargos entre os seus. Isto é, o clientelismo constituía um dos pilares da união grupal. Conforme Victor Nunes Leal: “Para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinquência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora.”³¹⁸ Neste sentido, desviar um cargo para favorecer uma pessoa de posicionamento político imparcial ou duvidoso poderia gerar desconfianças e discórdias no interior da facção. Isto é, além de não ter garantias de cooptação da pessoa favorecida, corria-se do risco de fragmentação do grupo. Sendo assim, todas as pessoas que não se definiam politicamente, ao requererem cargos, favores ou serviços do poder local, teriam ampla possibilidade de ter seu pedido recusado.

³¹⁷ Ruth Tupinambá Graça. Depoimento concedido na cidade de Montes Claros/MG em 27 de abril de 2009.

³¹⁸ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto...* Op.Cit. p.39.

Outra dimensão da vida dos imparciais também deve ser considerada. Tanto “Chaves, Prates e Sá” quanto “Alves, Versiani e Veloso” detinham o controle de recursos estratégicos à população, a exemplo de médicos, farmacêuticos, comerciantes, fazendeiros e finanças. Logo, em algum momento, haveria necessidade de se procurar por esses recursos, e a opção por um dos lados poderia resultar em filiação faccional. Quando o auxílio era a pessoas mais humildes e assumia o caráter de favor, as possibilidades de adesão à um dos grupos eram muito maiores, pois se acrescentava o sentimento de gratidão.

Portanto, muito embora fosse mais cômodo a alguns se posicionarem de modo imparcial, pois assim se evitava o envolvimento em conflitos, cotidianamente a vida se tornava mais complicada e o posicionamento a um ou outro grupo se tornava imprescindível. Valia, portanto, uma paródia da velha máxima: “Aos amigos tudo! Aos inimigos o rigor da lei! Mas aos imparciais, nada, até que provém o contrário”. Sendo assim, a política numa cidade como Montes Claros possuía a incrível capacidade de permear e condicionar os mais variados tipos de relacionamentos sociais, mas, principalmente, de exigir do indivíduo a definição de uma postura diante do contexto local.

Coronelismo, rivalidade familiar, clientelismo, coerção, fofoca e divergências históricas foram os elementos responsáveis pela eclosão da situação extrema a que chegou a sociedade montesclarenses durante a Primeira República. Entretanto, não podemos caracterizar o caso de Montes Claros como excepcional, pois nos “[...] municípios, o padrão era a luta entre famílias importantes, luta que dividia toda a população em torno de chefes rivais”³¹⁹ igualmente pertencentes ao partido republicano estadual. O que realmente diferenciava os coroneis era apenas o sobrenome, já que até a vontade de sobrepor o rival, e assim acomodar o seu séquito em todos os níveis possíveis de poder era igualmente compartilhado. Todavia, como visto no decorrer do capítulo, a propensão às rivalidades não se restringia apenas às motivações conjunturais, mas, também, a aspectos relacionados à cultura política local. Graças à atuação de agentes de socialização como as rodas de bate-papo, a imprensa, as brincadeiras da soldadesca, o grêmio dramático e o time de futebol, todo um conjunto de

³¹⁹ DULCI, Otávio Soares. As Elites Políticas. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2004. p.240.

referentes pautados na identificação e rivalidade política eram transmitidos e incorporados ao viver da população.

Não obstante, o caso de Montes Claros não era único e por refletir um certo padrão o historiador John Wirth o classificou como um dos componentes do retrato de mineiros típicos³²⁰. Ou seja, certamente, muitos outros Largos de Cima e de Baixo existiram e se digladiaram pelo interior de Minas Gerais. No entanto, talvez nem todos tenham apresentado o mesmo nível rivalidade. O certo é que a memória desse contexto de embates e violências ficou ricamente registrada nas lembranças de todos que independente da opção política, econômica ou familiar o vivenciaram de alguma maneira.

³²⁰ WIRTH, John. *O Fiel da Balança...* Op. Cit. p.223.

5 CONCLUSÃO

Latifúndio, família, poder privado, poder público, compromissos e violência. Ao longo de toda a história nacional é muito fácil identificarmos situações em que estes seis elementos estiveram fortemente associados e atuantes. Na verdade, da Colônia até um período bem recente da história nacional, a amálgama destes elementos se fez valer nas regiões mais distantes do país, sobretudo aquelas cujo progresso econômico caminha a passos lentos. Um dos resultados mais visíveis desta ampla associação é, sem dúvida, a atuação do poder privado, especialmente de amplos grupos de parentela cujo domínio, em muitas situações, foi capaz de abarcar municípios e regiões inteiras. Quando não, até mesmo pequenos estados.

Todavia, ainda hoje, mesmo em áreas bastante desenvolvidas, é comum encontrarmos, em cargos eletivos, representantes dos antigos e denotados grupos político-familiares. Os mesmos que, outrora, respaldados na posse de terras e no prestígio familiar, se arvoraram em verdadeiros senhores de terras e de homens. No entanto, a persistência dos mesmos sobrenomes à frente dos quadros políticos e administrativos atuais não significa que as condições se mantiveram inalteradas, muito pelo contrário. Demonstra a impressionante capacidade de adaptação dos grupos de elite às variadas transformações da sociedade.

Ao analisarmos o período republicano de 1889 a 1930, o que podemos perceber não é apenas um célere processo de dismantelamento das tradicionais estruturas do poder privado, então vigentes na nação, mas uma fase de profundas transformações. O coronelismo, por exemplo, alvo de nossas pesquisas, nada mais foi do que uma forma de acomodação do poder dos potentados a um intenso processo de alteração do ordenamento político e institucional do país. Em meio a este processo, alterações, tiroteios, mortes, alianças e favores foram elementos recorrentes no âmbito dos mais variados municípios. Em alguns casos, inclusive, estas ações passaram a constar como elementos característicos de um tipo de cultura política local baseada no mando, na violência e no favor. Todavia, frente ao definhamento das condições reinantes do poder privado, era praticamente normal que as disputas políticas e até mesmo as relações sociais tendessem a assumir um elevado grau de competição e violência.

Ao tomarmos como foco de análises dois importantes grupos de parentela da região setentrional do estado de Minas Gerais, foi possível perceber como as difíceis e tradicionais condições sócio-econômicas deste território foram propícias ao surgimento do fenômeno do coronelismo oligárquico. Não que o aparecimento do coronelismo fosse algo restrito a algumas áreas. Na verdade, este sistema esteve presente em todos os cantos do país, mas se

coadunou com extrema facilidade às zonas mais distantes e subdesenvolvidas. Áreas em que tanto o progresso econômico quanto à autoridade do poder público demoraram a se firmar.

Sendo assim, o Norte de Minas, lugar distante, pobre e relativamente isolado, se tornou para muitos um típico exemplo de terra de coroneis. De fato, as condições socioeconômicas do sertão mineiro, desde a sua ocupação até pelo mesmo o final da década de 1920, sempre apresentaram índices inferiores às áreas mais prósperas do estado. Isto é, em termos econômicos, a área se manteve predominantemente associada as atividades primárias de caráter agro-pecuário. Uma abertura à diversificação econômica só se tornou efetiva após a chegada à região da Rede Ferroviária Central do Brasil, em 1926. Até lá, as bases de sustentação do poder tradicional, sobretudo o latifúndio, se mantiveram praticamente intactos.

Outro relevante aspecto salientado ao longo do estudo, por sinal ainda pouco analisado, se refere à influência das adversidades climáticas para a manutenção e reforço das relações de favor, próprias do sistema coronelista. Localizada no semi-árido brasileiro, apresentando um regime irregular de chuvas e concentrado em alguns poucos meses do ano, o Norte de Minas é constantemente castigado por períodos de longa estiagem. Estes, em várias e repetidas oportunidades, inviabilizava a produção dos pequenos proprietários e os impeliam, assim como o setor mais humilde da população, à apenas duas escolhas: migrar ou se colocar sob o amparo dos coroneis.

Amparo e favores, portanto, constituíam subsídios indispensáveis a cooptação de amplas parcelas da população para a composição das hostes dos dois grupos de parentela de Montes Claros, ou seja, dos “Chaves, Prates e Sá” e dos “Alves, Versiani e Veloso”. A origem de ambos os grupos remonta ao período imperial, especialmente o de criação da Câmara Municipal da cidade. Em torno dela, lutas, tiroteios, fraudes e provocações foram recorrentemente utilizadas nas disputas pelo poder. Todavia, os embates locais só tomaram maiores proporções durante a fase republicana, sobretudo após 1915, ano em que divergências eleitorais deram origem a uma duplicata de câmaras.

Portanto, de 1915 a 1930 a “guerra” entre as duas parentelas se tornou declarada. Longe de representar simples escaramuças locais, as divergências evidenciaram o alto grau de disputa e violência imposto pelo sistema coronelista com a sua regra de agraciar o grupo vencedor com benesses e o perdedor com a perseguição.

Não bastasse este aspecto, as lideranças de cada facção, os deputados federais Honorato José Alves e Camillo Philinto Prates, demonstraram por suas ações e por suas alianças, principalmente nos momentos de crise política estadual e nacional, qual o verdadeiro peso e posicionamento do Norte no conjunto da elite mineira.

Quer dizer, embora ambos os políticos detivessem o amparo de extensos grupos faccionais e denotadas trajetórias parlamentares, cada qual não passou de um fiel tributário de eminências do Partido Republicano Mineiro. Portanto, coroneis sertanejos que entre os anseios de suas bases e os do PRM tinham de lançar mão de variadas estratégias para manter os seus magotes eleitorais sempre cordatos e suas alianças supra-regionais sempre operantes. Tarefa esta extremamente complicada para líderes absenteeístas que deviam confiar suas bases ao comando de algum parente ou fiel aliado.

Como bem salientou o brasileiro John Wirth, o caso de Montes Claros com suas parentelas em franca competição e com seus líderes seguindo diferentes orientações da cúpula do PRM serve de magnífico exemplo de como funcionava a rede coronelista mineira. Isto é, na capital se davam os diálogos dos líderes intermediários com a tarasca. Nas cidades-polo de cada região se processavam os diálogos das principais parentelas com os coroneis. E estes, por meio dos resquícios de seu poder, cooptavam os votos. Por fim, estava formada uma extensa rede de poder que culminava na composição da comissão executiva do partido estadual e na escolha do governador.

Por este aspecto estratificado, muitos analistas atribuíram à estrutura do PRM uma feição colegiada. No entanto, apesar da efetiva participação de todas as partes, este colégio superior de coroneis sempre tratou a participação de todas as áreas de Minas de modo bastante diferenciado. Prova dessa assertiva é o fato de que embora as lideranças do sertão tenham ocupado, por longos períodos, postos na representação mineira na câmara dos deputados nenhuma das quais foi eleito ou indicado para grandes cargos. Sendo assim, por toda a primeira fase republicana o poder estadual esteve rotineiramente nas mãos de políticos das áreas mais desenvolvidas de Minas, ou seja, do Centro, do Sul e da Zona da Mata. Aos coroneis sertanejos, bastou à resignação com os postos parlamentares.

Já em termos regionais e locais, a manifestação do coronelismo, sobretudo a participação da população nas causas dos coroneis é algo que salta aos olhos. Em Montes Claros, as divergências políticas chegaram ao incrível ponto de cindir a cidade em zonas rivais. Em cada uma delas, a intromissão de adeptos do grupo adversário era algo mal visto e delatado aos chefes. Essas divergências sociais, oriundas de causas políticas, foram surpreendentemente capazes de esvaziar boa parte das relações entre à “Parte de Cima” da cidade, adepta ao grupo dos “Alves, Versiani e Veloso”, e a “Parte de Baixo”, dos “Chaves, Prates e Sá”.

O convívio comum entre eleitores de ambas as parciais só não se segregou completamente em função da manutenção de pontos de frequência comuns, a exemplo do

mercado municipal e da Igreja matriz. Estes espaços, no entanto, apesar de gozarem de um tipo de “extraterritorialidade”, eram vigiados de perto por representantes de ambas as facções que, diante da percepção de qualquer anormalidade ou possibilidade de defeção de seus elementos, delatavam tudo aos coroneis. Por sua vez, estas autoridades reunidas em rotineiras rodas de bate-papo, compartilhavam as informações com os correligionários.

O uso da fofoca, portanto, serviu aos coroneis montesclarenses, como um valioso instrumento de controle de suas bases. Instrumento, por sinal, simples, mas amplamente eficaz na manutenção de uma verdadeira cultura política coronelista. É interessante, mas algumas instâncias como as escolas, as amizades e até mesmo as brincadeiras serviram como primorosos agentes de socialização da população, especialmente das camadas mais jovens, com uma cultura política marcada pela rivalidade, por brigas e por fofocas.

A percepção de boa parte destas questões referentes à participação do coronelismo na vida da população norte-mineira só foi possível pela valorização de relatos escritos e orais de cidadãos que vivenciaram direta e indiretamente este período tão rico e tão conturbado da história local e nacional.

O coronelismo, portanto, ao contrário do que possa parecer, não constituiu um fenômeno simples, rígido e esquemático. Muito pelo contrário, sua articulação dependia de uma complexa teia de relações que abarcava todos os indivíduos da população, seja de modo direto ou indireto. As análises desenvolvidas neste estudo procuraram demonstrar justamente isto. Quer dizer, favores, amizades, fofocas, brigas, fraudes, perseguições, alianças e sangue, foram elementos que, por quase meio século, subsidiaram a manutenção de um sistema político a meio caminho de um passado de poderosos potentados e extensos grupos familiares e de um futuro, aberto à construção de relações livres e democráticas.

FONTES

Manuscritas:

Arquivo Público Mineiro/APM

- Arquivo Camillo Philinto Prates.

Arquivo Histórico do Museu da República

- Arquivo Francisco Sá.

Impressas:

Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Universidade Estadual de Montes Claros/DPDOR-UNIMONTES

Fotografias;

Jornais:

- Correio do Norte;
- Montes Claros;
- Gazeta do Norte;
- Folha do Norte;
- O Sertão.

Centro Cultural Hermes Augusto de Paula

- Revista Montes Claros em Foco.

Livros:

Biblioteca Central da Universidade Estadual de Montes Claros Professor Antônio Jorge

PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda. 1957.

VIANNA, Nelson. *Efemérides Montesclarenses*. Rio de Janeiro: Irmãos Ponguetti Editores. 1964.

VIANNA, Nelson. *Foiceiros e Vaqueiros*. Rio de Janeiro: Irmãos Ponguetti, 1956.

VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia do Município de Montes Claros – breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais. 1916.

VIANNA, Nelson. *Efemérides Montesclarenses 1707-1962*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongueti, 1964.

Biblioteca Central da Universidade Federal de Juiz de Fora

ANJOS, Cyro dos. *A menina do sobrado*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1979.

MORAES, Aurino. *Minas na aliança liberal e na revolução*. 2ed. Belo Horizonte: Edições Pindorama, 1933. p.

PIRES, Aurélio, *Homens e fatos do meu tempo*. São Paulo: Nacional, 1939.

Orais:

- Amélia Prates Barbosa Souto;
- José Santos;
- Maria Argentina Dias Costa;
- Maria de Lourdes Chaves;
- Maria Ignez Maciello de Paula;
- Ruth Tupinambá Graça;
- Virgínia Abreu de Paula;
- Yvonne de Oliveira Silveira;

Internet

Site: <http://www.jotacarlos.org/>

- Revista "O Malho".

Site: <http://www.montesclaros.com>

- Fotografias de Montes Claros.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5v.
- AGUIAR, Cynara Silde Mesquita Veloso de. *Coronelismo em São João da Ponte: 1946-1996*. Montes Claros: Unimontes, 2002.
- ALEMIDA, Carla Maria Carvalho de.; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: UFJF, 2006.
- ALMEIDA, Patrícia Lage de. *Elos de permanência: o lazer como preservação da memória coletiva dos libertos e de seus descendentes em Juiz de Fora no início do século XX*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2008.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A sedição de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agro-pastoril do São Francisco*. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciências Políticas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.
- ANJOS, Cyro Versiani dos. *A Menina do sobrado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- ASSIS BARBOSA, Francisco de. Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- BOTELHO, Tarcísio R. *Circuitos econômicos regionais, um olhar a partir da periferia*. In: ALEMIDA, Carla Maria Carvalho de.; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: UFJF, 2006.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Demografia e família escrava em Montes Claros no século XIX. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de.; RODRIGUES, Luciene (Orgs) *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2000.
- BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário estatístico. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. Ano VII. *Apud* LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- BRITO, Gy Reis Gomes de. *Na terra dos coronéis: progresso para quem? Estreps e Pelados na construção do progresso em Montes Claros (1917-1926)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- CÂNEDO, Leticia Bicalho. *Caminhos da memória: Parentesco e poder, Texto de História*, UnB, v. 2, n. 3, 1994.
- CÂNEDO, Leticia Bicalho. *As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método*, *Cedes*, Unicamp, v.18, n.42, 1997.
- CARONE, Edgar. Oligarquias: definição e bibliografia. *Revista de Administração de Empresas*. v.12, n.1, jan-mar.;1972.

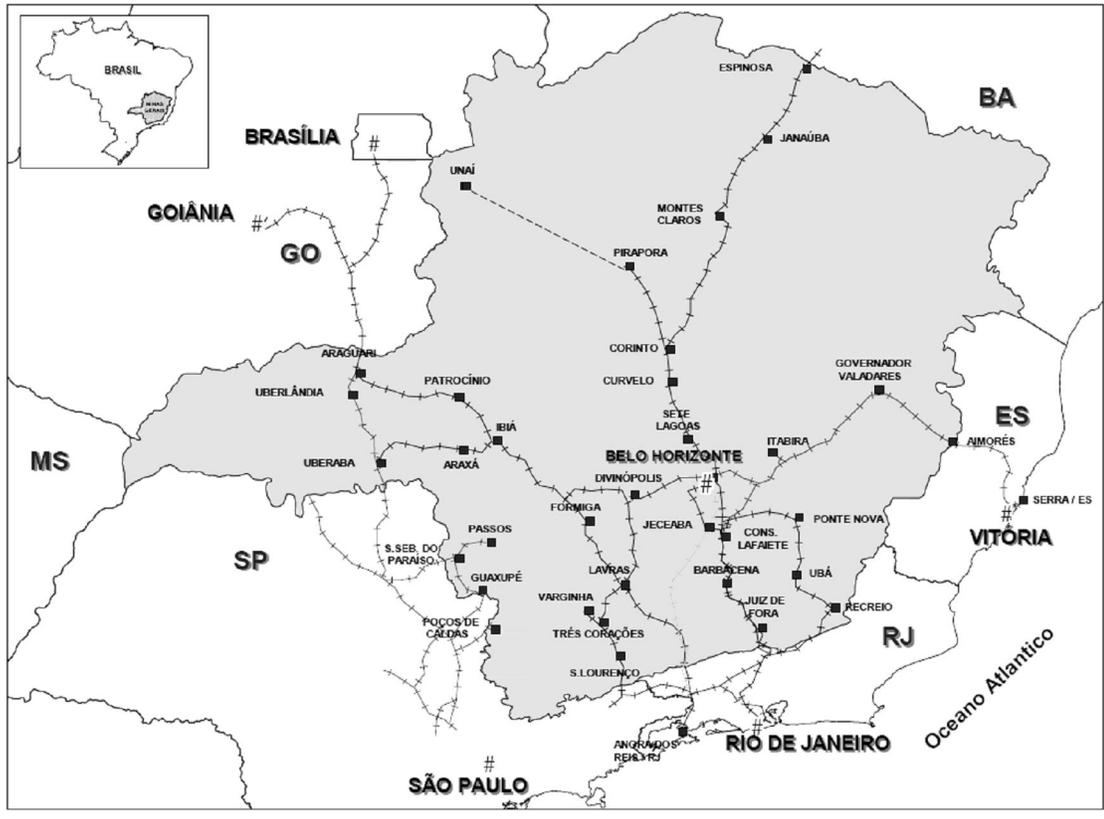
- CARVALHO, José Murilo de. *Barbacena: a família, a política e uma hipótese*. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. jan. 1966.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. O Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CINTRA, Antônio Octávio. A Política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre centro e periferia. In: BALÁN, Jorge (Org.). *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Difel, 1972.
- DULCI, Otávio Soares. As Elites Políticas. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2004.
- DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ELKIN, Frederick. *A criança e a sociedade: o processo de socialização*. Rio de Janeiro: Bloch, 1968.
- FLEICHER, David V. O Recrutamento político em Minas Gerais 1890/1918. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte: UFMG, v.30, 1971.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista na República*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. 3v.
- FRANCO, Virgílio A. de Melo. *Outubro, 1930*. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O Coronelismo: uma política de Compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- LEAL, Victor Nunes. O coronelismo e o coronelismo de cada um. *Dados*, 1980, v.23, n.1, p.11-14. *apud* CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, 1997, v.40, n.2.
- LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- Maria Efigênia Lage de. *Formação e estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.
- MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais (1690-1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

- MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano – 1889-1991*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994. 2v.
- MORAES, Aurino. *Minas na aliança liberal e na revolução*. 2ed. Belo Horizonte: Edições Pindorama, 1933.
- MORAES, Nilson Alves de. Memória e mundialização: algumas considerações. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes.; MORAES, Nilson Alves de. *Memória e construções de identidades*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.
- MORAIS, Fernando. *Chatô, o rei do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MORELLI, Jonice Procópio dos Reis. *Escravos e crimes – Fragmentos do cotidiano: Montes Claros de Formigas no século XIX*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- OLIVEIRA VIANA, Francisco. *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. 2v.
- OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de.; RODRIGUES, Luciene (orgs) *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2000.
- OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. *Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste*. Maceió: EDUFAL, 2000.
- PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda. 1957.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: Unimontes, 2002.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. 2007. 241f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- PINTO, Surama Conde Sá. *Revisitando “velhas” questões: coronelismo e clientelismo na Primeira República*. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, VIII, 1998, Vassouras. Anais... Vassouras: ANPUH/RJ, 1998.
- PORTO, César Henrique Queiroz. *Paternalismo, Poder Privado e Violência: o campo político Norte-Mineiro durante a Primeira República*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- PRATES, Camillo Philinto. O coronel Francisco José de Sá. In: SÁ, Carlos (Org.) *Francisco Sá: reminiscências biográficas*. São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes, 1938.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: *O Mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- REBELO HORTA, Cid. Famílias Governamentais de Minas Gerais. In: *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte, 1986, ano 1, n.2, maio/agosto.
- RÊGO, André Heráclito do. *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder*. São Paulo: A Girafa, 2008.

- RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação e estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.
- RODRIGUES, Luciene. *Formação econômica do Norte de Minas e o período recente*. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de.; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2000.
- SÁ, Carlos (Org.) *Francisco Sá: reminiscências biográficas*. São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes, 1938.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Schwarcz, 1990.
- SANDRE, Ítalo de. *Carisma*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5 ed. Brasília: UNB, 2000.
- SIRINELLI, Jean-François. *Historie des droites*. T.2 Cultures, Paris: Gallimard, 1992. p.III-IV. Apud BERSTEIN, Serge. *A Cultura política* In: RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa. 1998.
- SOUZA, Elza Coelho de. *Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais*. *Revista Brasileira de Geografia*. v.13, n.01, Jan./mar. 1951.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *Estratificação social no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1962.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, nº. 6, 1990.
- VIANNA, Nelson. *Efemérides Montesclarenses 1707-1962*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1964.
- VIANNA, Nelson. *Foiceiros e Vaqueiros*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956.
- VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia do Município de Montes Claros – breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.
- VILAÇA, Marcus Vinícios.; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Coronel, coroneis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico*. In: PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA, 1. 2000, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2000.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República*, *Locus, Revista de História*, Juiz de Fora: EDUFJF, v.5, nº.2, 1999.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. (Horizontes Históricos).
- WDIC – Dicionário Prático Michaelis. CD-Room Almanaque Abril, 2001.
- WIRTH, John. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ANEXOS

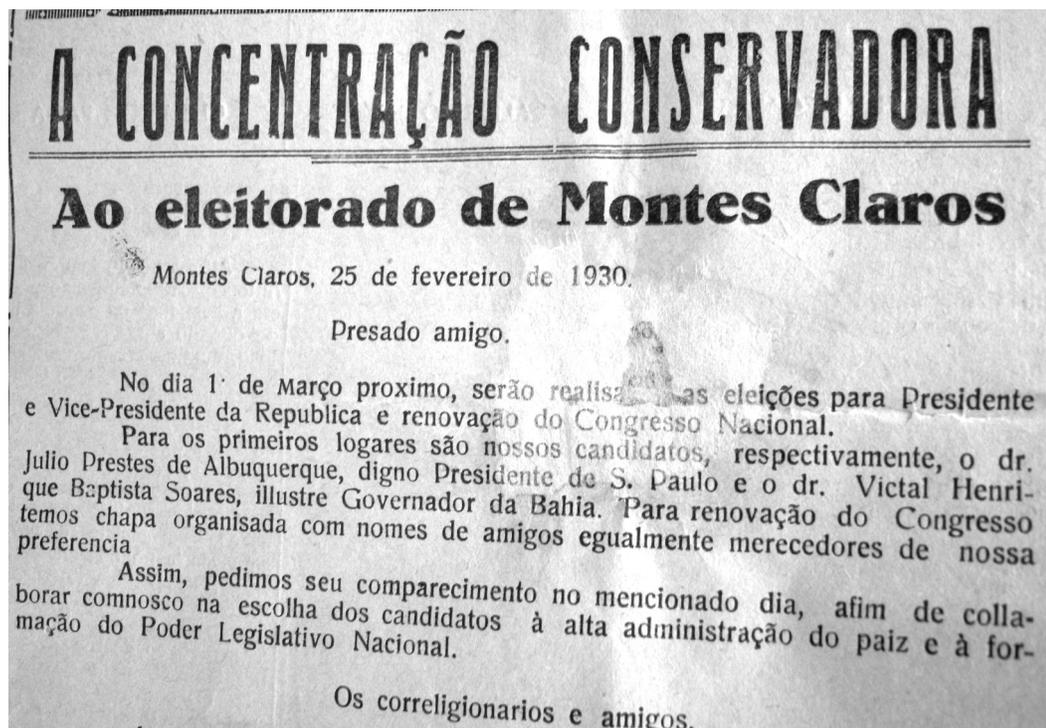
Anexo A: Mapa do sistema ferroviário mineiro atual



CONVENÇÕES	
+++++	Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM
+++++	Ferrovias Centro-Atlântico S.A. - FCA
+++++	Ferrovias do Aço (vinculada à FCA)
+++++	Ferrovias Bandeirantes S.A - FERROBAN
+++++	MRS Logística S.A - MRS
-----	Ramal Ferroviário PROJETADO
#	Capitais
■	Cidades

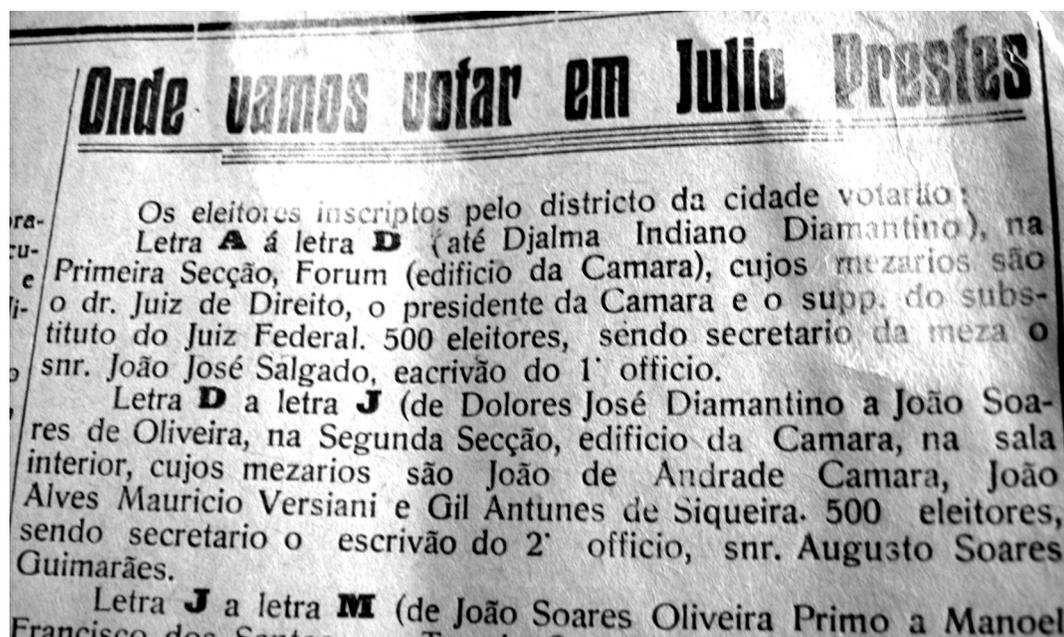
Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas de Minas Gerais

Anexo B: Manifesto da “Concentração Conservadora”, publicado pela “Gazeta do Norte”, conclamando o eleitorado de Montes Claros



Fonte: “Gazeta do Norte” de 01 de março de 1930. Ano XII, n.712. p.02.

Anexo C: Indicação, por parte da “Gazeta do Norte, dos locais de votação dos eleitores e correligionários da “Concentração Conservadora” local.



Fonte: “Gazeta do Norte” de 01 de março de 1930. Ano XII, n.712. p.02.

Anexo D: Edição extraordinária da "Gazeta do Norte" de 13 de fevereiro de 1930. Destaque para a manchete contra a campanha da "Aliança Liberal", a família Alves e os acontecimentos de 06 de fevereiro de 1930, em Montes Claros.



Anexo E: Campanha feita pelo “O Malho” contra a “Aliança Liberal” e o casal montesclarenses João Alves e Tiburtina de Andrade Alves



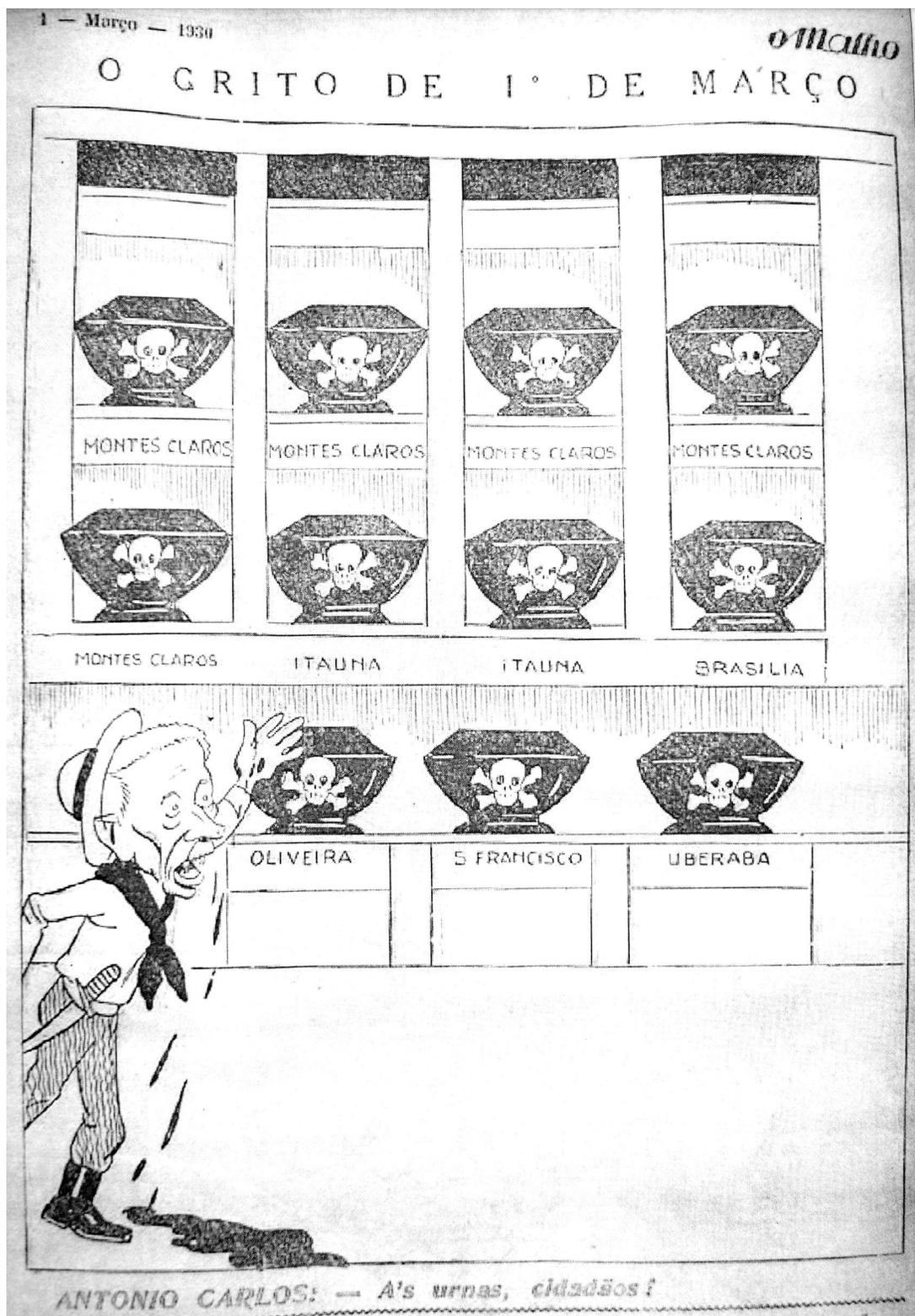
Apesar de ilegível, a legenda abaixo da imagem exhibe o seguinte diálogo:

O CAPITÃO: - A minha companhia rebelou-se. Os soldados, os cabos, até os sargentos são todos mello-vianistas. Lancei mão de vários meios, mas ninguém me atende. Falam até me depor V. Ex.

ANTÔNIO CARLOS: - então, tente o último recurso: diga-lhes que vou mandar chamar a D. Tiburtina!

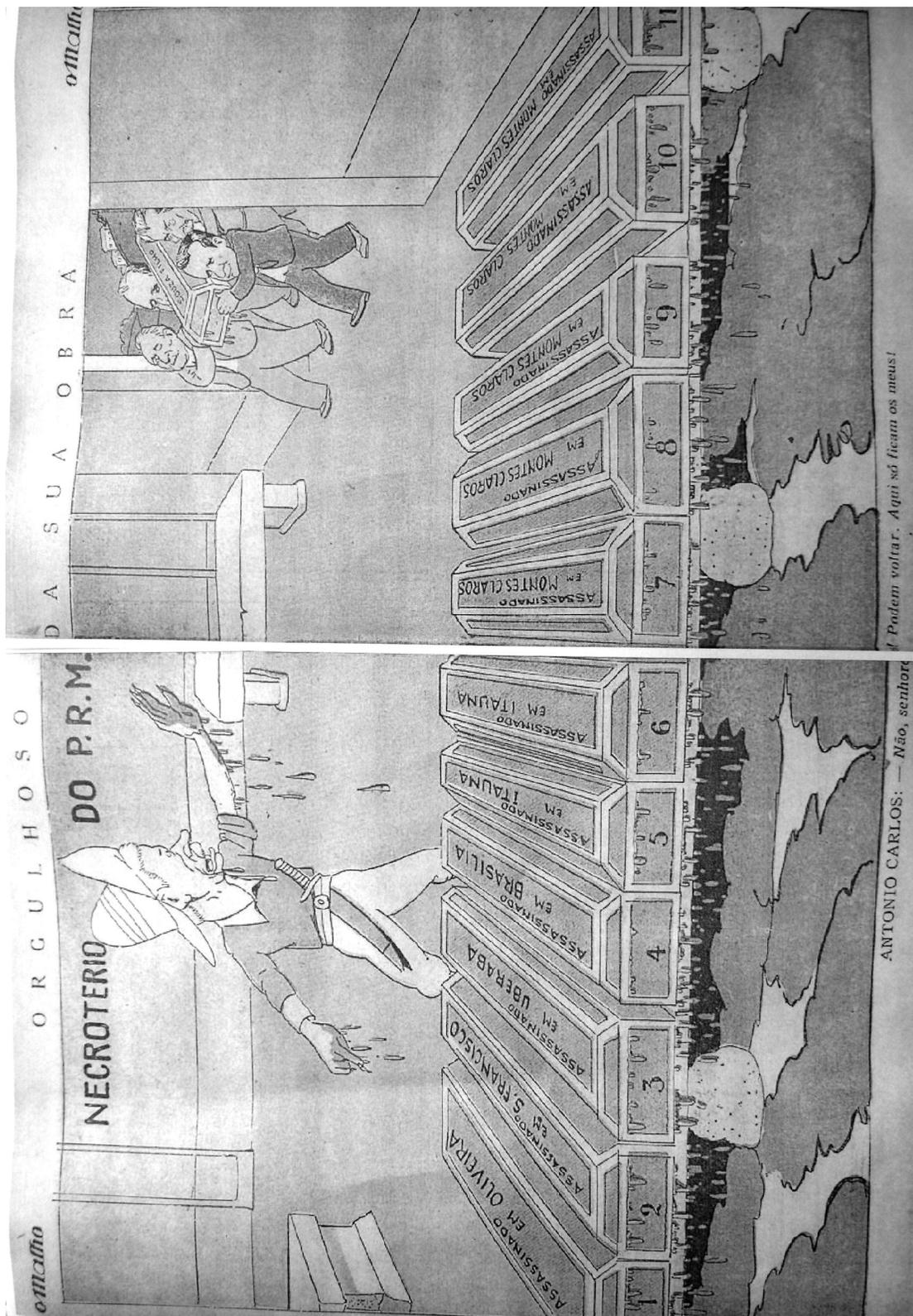
Fonte: “O Malho” de 01 de março de 1930, Ano XXIX, n.1432.p.31.

Anexo F: Campanha feita pelo “O Malho contra a “Aliança Liberal”. Associação entre as urnas eleitorais e as urnas funerárias com o nome das localidades mineiras em que houve mortes em decorrência da campanha.



Fonte: “O Malho” de 01 de março de 1930, Ano XXIX, n.1432.p.29.

Anexo G: Campanha feita pelo “O Malho contra a “Aliança Liberal”. Destaque para as mortes que se deram no decurso da campanha, dentre as quais as de Montes Claros



Fonte: “O Malho” de 01 de março de 1930, Ano XXIX, n.1432.p.32-33.